

Maurício Pereira Gomes

**“SE EU PASSAR DESPERCEBIDO O BAILE NÃO PRESTOU”.  
VISIBILIDADE E RESISTÊNCIA *VIADA* NO INTERIOR DE  
SANTA CATARINA**

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina para a obtenção do Grau de Doutor em Ciências Humanas.

Orientadora: Profa. Dra. Miriam Pillar Grossi

Coorientador: Prof. Dr. Richard Miskolci

Florianópolis  
2019

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor  
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária  
da UFSC.

Gomes, Maurício Pereira

"Se eu passar despercebido o baile não prestou".  
Visibilidade e resistência viada no interior de  
Santa Catarina / Mauricio Pereira Gomes;  
orientadora, Miriam Pillar Grossi, coorientador,  
Richard Miskolci, 2019.

331 p.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa  
Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas,  
Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em  
Ciências Humanas, Florianópolis, 2019.

Inclui referências.

1. Ciências Humanas. 2. Viados. 3. Cidades do  
Interior. 4. Heteronormatividade. 5. Regime de  
Visibilidade. I. Grossi, Miriam Pillar. II.  
Miskolci, Richard. III. Universidade Federal de  
Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação  
Interdisciplinar em Ciências Humanas. IV. Título.

**“SE EU PASSAR DESPERCEBIDO O BAILE NÃO PRESTOU!”:  
VISIBILIDADE E RESISTÊNCIA VIADA NO INTERIOR DE  
SANTA CATARINA**

**MAURICIO PEREIRA GOMES**

Esta Tese foi julgada e aprovada em sua forma final pelo Orientador e pelos demais membros da Banca Examinadora, composta pelos seguintes membros:

**Profa. Dra. Miriam Pillar Grossi**  
UFSC - Orientadora

**Profa. Dra. Cristina Scheibe Wolff**  
UFSC - Membro

**Profa. Dra. Luzinete Simões Minella**  
UFSC - Membro

**Prof. Dr. Eduardo Steindorf Saraiva**  
UNISC - Membro

**Profa. Dra. Carmen Silvia Rial**  
Coordenadora do PPGICH

Florianópolis, 25 de fevereiro de 2019.



## AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha família pelo apoio contínuo e compreensão. Meu porto seguro e maior arrimo. À minha mãe, Dulcemar Telles Pereira Gomes que, na sabedoria de seus 80 anos, durante a escrita da tese, me recebeu por duas longas temporadas em sua casa. Sua presença, força e serenidade me deixaram mais seguro e decidido. Foi na casa dela que, linha por linha, e artesanalmente, essa tese ganhou seu corpo inicial.

Tenho muita gratidão também pelo meu falecido pai, por sua inspiradora autenticidade e pelo apoio no decisivo momento em que decidi não mais advogar e trilhar um novo rumo. Meu muito obrigado à minha generosa irmã Eloisa Pereira Gomes, ao meu querido irmão Ismael Pereira Gomes, ao meu irmão João da Matta Pereira Gomes, à minha tia Zuleima Telles, às cunhadas Tânia Regina Hames Pereira Gomes e Helena Muniz, às(aos) sobrinhas(os) Daniela Vanzuita Castellain, Gabriela Gomes Vanzuita, João Paulo Gomes Vanzuita, Melissa Vanzuita Castellain, Gabriel Vanzuita Castellain, Natália Telles Barbosa Gomes, Carol Telles Barbosa Gomes, Antônio Estevan Castellain, Julie Greice Schwartz e Vittorio Kraus.

Ao Flávio, pelos encontros e desencontros, tudo junto e misturado. Certa desorientação e aprendizado foram vividos intensamente no doutorado e nesse relacionamento.

Agradeço aos meus amigos e amigas mais próximos que com paciência lidaram com minhas oscilações de humor, inseguranças e sempre estiveram dispostos(as) para me ouvir e, principalmente, me entender, sem julgar: Fábio Gadotti, Marcone de Souza, Márcio Franscisco Roth, Claudinei Reis, Mônica Mattedi, Soraya Assis, Heloisa Maria Sobierajski, Marina Buzaglo Dantas e, particularmente, à Maria Paula Kern e à Mariane Xavier Costa. Sem os apoios contínuos do amigo Renato Lobo, que realizou uma cuidadosa e trabalhosa revisão de parte do texto da tese, e das amigas e colegas de doutorado Marinês da Rosa e da sempre parceira Adriana Biller Aparício, eu não teria conseguido vencer esse desafio.

Minha gratidão ao psicólogo Gustavo Loureiro Fialho e ao massoterapeuta João Bonifácio da Silva que me acompanharam durante toda a jornada do doutorado e foram fundamentais para a manutenção ou, por vezes, a retomada de meu equilíbrio físico e mental.

Às(aos) colegas de turma do curso, em particular à Marina Mujica de Paiva, Liane Keitel e Marcos Sardá Vieira. Às parceiras e parceiros do Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividades (NIGS) e dos Seminários de Tese realizados por minha professora orientadora; às(aos)

mestres das disciplinas cursadas, todas(os) interlocutoras(es) com as(os) quais tive o privilégio de conviver e aprender. À Melissa Barbieri, Morgani Guzzo, Virgínia Nunes, Juliana Cavilha Mendes Losso, Marisa Napolini, Arianna Sala e Emília Dutra pelo aprendizado conjunto nas parcerias e nos desafios superados. Foi muito bom conhecer melhor Crishna Correa, Cíntia Lima Crescêncio e Gleidiane de Sousa Ferreira, com as quais viajei pela Índia e vivi momentos inesquecíveis em nossa participação do *Women's Worlds Congress* (WWC). À Carmem Vera Ramos e ao mencioná-la estendo minha gratidão a todas(os) servidoras(es) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Ao Robson Fonseca que em 2016 foi por mim coorientado na elaboração do trabalho de conclusão do Curso de Especialização em Gênero e Diversidade na Escola promovido pelo Instituto de Estudos de Gênero (IEG) da UFSC. Às(aos) alunas(os) que cruzaram meus caminhos e descaminhos nessa trajetória. Como doutorando orientado da professora Miriam Pillar Grossi, aprendi que a construção do conhecimento é algo coletivo, contínuo e dialógico, que se dá em muitas vias de mão dupla, ou melhor, em um feixe entrelaçado de oportunidades e encontros.

Sou grato, em particular, às professoras e ao professor que em diferentes momentos de meu doutorado me receberam, orientaram e me inspiraram. *Gracias* pela generosidade, pelo compromisso e dedicação ao conhecimento e à UFSC: Carmen Rial, Carmem Rosa Caldas-Coulthard, Cristina Scheibe Wolff, Joana Maria Pedro, Janine Gomes Silva, Letícia Albuquerque, Marcos Montysuma e, especialmente, Luzinete Simões Minella por sua força e leveza, inspiração e apoio. Meu obrigado à professora indiana Rekha Pande e ao professor francês Sam Bourcier pelos diálogos e apoios.

À UFSC, pública e gratuita, tão presente em minha vida desde os 18 anos. Gigante, generosa a irradiar oportunidades, abrir portas, mudar decisivamente as vidas daquelas(es) que por ela passam e, de diferentes maneiras, ficam e frutificam. Dessa instituição, além da formação como pessoa, cidadão e intelectual, durante o doutorado recebi apoio financeiro para a viagem ao WWC, em 2014, na Índia. De igual modo, recebi considerável subvenção para essa mesma viagem, do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) em parceria com a Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (FAPESC). Da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) recebi, desde setembro de 2014, uma bolsa de estudos para me dedicar exclusivamente ao doutorado.

Agradeço, também, ao NIGS, coordenado por minha orientadora, onde conheci, fiz amizades e parcerias com colegas de outros programas

de pós-graduação da UFSC, engajando-me e aprendendo muito no projeto de extensão “Papo Sério” que, com oficinas temáticas, concurso de cartazes e outras atividades, realizou por 9 anos (até 2016), um trabalho educativo e de formação sobre gênero e sexualidade com professores e estudantes de escolas públicas da Grande Florianópolis.

Através do NIGS também tive a oportunidade de contribuir em três iniciativas de pesquisa: a) durante os anos de 2014 e 2015, no projeto “Feminismo, ciências e educação: relações de poder e transmissão de conhecimento”, financiado pelo CNPq; b) de 2014 a 2016, no projeto “Antropologia, Gênero e Educação em Santa Catarina”, com verbas recebidas da FAPESC; c) em 2015 e 2016 no projeto de avaliação do Prêmio Igualdade de Gênero, da Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM) e do Governo Federal, igualmente com recebimento de subvenções públicas.

Cabe mencionar, outrossim, o Instituto de Estudos de Gênero (IEG) da UFSC que aglutina uma rede de professoras e pesquisadoras feministas comprometidas com a transformação de nosso país, com a produção e difusão de conhecimento nas questões relacionadas com gênero e sexualidade. Durante meu curso tive a oportunidade de participar e trabalhar em projetos de pesquisa, ensino e extensão encampados pelo IEG. Neste sentido, destaco a primeira edição do Curso de Especialização em Gênero e Diversidade na Escola, que contou com financiamento do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) vinculado ao Ministério da Educação. Nessa importante e desafiadora iniciativa, atuei como tutor à distância e coorientador, mais uma vez recebendo subvenções públicas na forma de bolsas e, eventualmente, ajudas de custo (em viagens para os polos de Concórdia/SC e Itapema/SC).

Tenho muita gratidão e admiração por cada um dos homens que, por razões que vou explicar na tese, respeitosamente, tomo a liberdade de nominar de *viados*, que se dispuseram a contribuir com minha pesquisa, comigo conversando e contando suas vidas e experiências privadas. Agradeço ao Altamiro, ex-companheiro, que foi muito generoso e me ajudou a encontrar possíveis entrevistados em Imbituba. Ao Ney, amigo querido, que em sua bondade me recebeu em sua casa diversas vezes, promovendo o meu encontro com pessoas que não via há anos e me apresentando a novos interlocutores, em Tubarão/SC. Sua ajuda foi decisiva. Ao Márcio, amigo a partir do qual cheguei a meus interlocutores em Gaspar/SC. Estendo esse agradecimento à Nilza e ao Cássio, de Imbituba; ao Marcos, de Gaspar e ao Berto, de Tubarão; que contribuíram de algum modo para a realização de minha pesquisa de campo.

Destaco meu reconhecimento e gratidão à professora Miriam Pillar Grossi, minha orientadora. Por ter me aceito como seu orientando, por acreditar em meu potencial como aluno, pelo seu contínuo apoio. Um apoio diferente, desafiador, sempre a me lançar para algumas posições além dos limites que eu imaginava que poderia alcançar. Pela liberdade intelectual que garantiu nesse processo contínuo. Por estar sempre aberta a novidades, a mudanças no meio do caminho. Pela renovada paciência. Pelo privilégio que foi conviver com ela, com ela aprender muito, fora e dentro da sala de aula, seja como aluno, como estagiário docente, apoiador e participante de alguns dos muitos projetos capitaneados por ela ou mesmo como interlocutor. E, também, ao professor Richard Miskolci, meu coorientador, principalmente pela paciência, profissionalismo e comprometimento. Agradeço por ter aceito o pedido da professora Miriam para que com ela me orientasse. Conversas francas, sugestões de rumos e leituras por ele indicados foram decisivos na configuração final da tese como aqui se apresenta. Um trabalho que, dentro de minhas possibilidades, por certo ficou mais rico e interessante em virtude dessa sintonizada e privilegiada orientação conjunta.

Por último, meu agradecimento às professoras e aos professores doutores que aceitaram o convite para participar da banca de defesa.



“Não lhes dê nomes... Eles poderiam ter tido tantas outras aventuras.”

O ano passado em Marienbad

Roland Barthes (2007)



## RESUMO

O objetivo deste trabalho foi investigar e problematizar como homens nascidos entre os anos 1950 e 1970, que vivem em cidades do interior de Santa Catarina, constituíram-se, identificaram-se e foram reconhecidos socialmente como viados; além das formas como geriram, negociaram e agenciaram a visibilidade em torno de suas homossexualidades, resistindo à heteronormatividade. A pesquisa insere-se no campo de estudos sobre as sexualidades e, a partir de marcos da teoria feminista e queer, adota uma perspectiva interdisciplinar, interseccional e desconstrutiva, interrogando e problematizando o que se nomeia “construção da identidade homossexual”. O corpus da pesquisa foi composto por nove sujeitos, oito homens brancos e um negro, com idades entre 42 e 66 anos, de diferentes extratos de classes médias (oriundos de famílias da classe trabalhadora) e católicos (muitos deles praticantes). Como metodologia, além da revisão bibliográfica e de levantamento de trabalhos acadêmicos sobre homossexualidades em cidades do interior do Brasil, associei a história oral, através de entrevistas não-diretivas produzidas a partir de histórias de vida, com práticas da pesquisa etnográfica. Explorando suas experiências de vida – considerando, entre tantos outros fatores importantes, o gênero, a raça e a classe, bem como a personalidade e a fofoca, tão presente em contextos interioranos – identifiquei que as estratégias de gestão de visibilidade homossexual se deram mediante permanentes negociações centradas por diferentes formas de “discrição” e por cautelas, evidenciando, ao mesmo tempo, uma conformação e o desafio à heteronormatividade. Avançando na investigação, procurei compreender melhor o regime de visibilidade homossexual com o qual os sujeitos dialogaram, destacando, com base nas memórias construídas, alguns aspectos do contexto histórico correspondente: a) o cenário social, cultural e moral de suas infâncias e juventudes vinculado ao período da ditadura militar no Brasil (1964-1985), b) o impacto do pânico sexual e moral desencadeados pelo surgimento da AIDS, nas décadas de 1980 e 1990, c) a ascendência moral e a relação ambígua que mantêm com a religiosidade católica e d) a importância da televisão, principalmente em cidades do interior, como principal fonte de informação e lazer. Com base nas fontes que emergiram no trabalho de campo, investiguei e destaquei a importância dos shows de auditório e das telenovelas como produtores e difusores de representações homossexuais estereotipadas (incorporadas por personas bichas e viadas, e também pelas transformistas) e de representações modelares (através de personas e personagens gays discretos), que disputaram por espaço e deram sustentação a um regime

de visibilidade homossexual que, de modo geral, prevaleceu nos anos 1970-2000. A partir da constatação de um regime de representação bastante restritivo, especulei sobre possíveis processos de subjetivação, identificação e gestão da visibilidade homossexual, ressaltando a necessidade de pensá-los de forma dialógica, encadeada, complexa e misturada. E destaquei que a sujeição à heteronormatividade e às forças de controle e normalização dela irradiadas, deu-se simultaneamente à adoção de práticas de resistência e agência plurais, dinâmicas e negociadas, com destaque àquelas nas quais as identidades de gênero revelaram-se ambíguas, transitivas e, ao lado de práticas indicativas de uma fluidez de desejos, colocaram em xeque o próprio binômio hétero-homossexualidade no contexto estudado.

**Palavras-chave:** *Viados*. Cidades do Interior. Heteronormatividade. Regime de Visibilidade. Resistência.

## ABSTRACT

This work intended to investigate and discuss how men born between 1950 and 1970 and living in country towns of Santa Catarina have become, identified and socially recognized as *fagots*. It was also our focus to examine how they managed, negotiated and worked for the visibility of their homosexual choice, resisting normativity. By following an interdisciplinary, intersectional and deconstructive perspective, this research questions and addresses the problem known as "construction of homosexual identities" supported by a feminist and *queer* theoretical framework. The corpus of the study consisted of nine subjects: eight white men and one black, aged 42 and 66, coming from different social middle-class groups (working class and Catholic families, many of them churchgoers). In addition to the bibliographical review and survey of academic works on homosexuality developed in country towns around Brazil, the methodology combined oral history, collected through non-directive interviews based on life histories, with ethnographic research practices. By exploring these subjects' life experiences — taking into account gender, race, social class, personal nature and the typical country gossips, just to name a few of several other relevant variables — it was possible to identify that homosexual visibility management strategies took place through permanent negotiations centered around different forms of "discretion" and caution, revealing both some conformation and challenge towards heteronormativity. Furthering the investigation, we sought to better understand the regime of homosexual visibility the subjects interacted with by highlighting some aspects of the corresponding historical context, based on the informants' constructed memories: a) the social, cultural and moral scene of their childhood and youth associated to the period of military dictatorship in Brazil (1964-1985); b) the impact of sexual and moral panic triggered by the emergence of AIDS in the 1980s and 1990s; c) the moral influence and ambiguous relationship they keep with Catholicism; and d) the importance of television, mainly in country towns, as a primary source of information and leisure. According to the sources arising from the fieldwork, we then investigated and stressed the importance of talk shows and soap operas as tailoring and broadcasting means of stereotypical homosexual representations (performed as gay and fagot personas, let alone "transformistas") and model representations (by means of personas and discrete gay characters), which fought for space and sustained the regime of homosexual visibility most largely prevailing in the 1970s-2000s. Furthermore, building on the observation of a somewhat restrictive

representation regime, we speculated on possible processes of subjectivation, identification, and management of homosexual visibility, emphasizing the need to think them from a dialogic, chained, complex and mixed perspective. Last, we emphasized that the subjection to heteronormativity and the forces of control and normalization resulting therefrom co-occurred to the adoption of pluralistic, dynamic and negotiated resistance and agency practices. In particular, those in which gender identities have proved to be ambiguous, transitive and, along with practices indicative of a fluidity of desires, put in check the very binomial hetero-homosexuality in the context studied.

**Keywords:** Fagots. Country Towns. Heteronormativity. Visibility Regime. Resistance.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Celsinho Pamplona, conhecido carinhosamente por seu público como “a Metralhadora Platinada”. .....	53
Figura 2 - Mapa de Santa Catarina com destaque para as cidades de Gaspar, Imbituba e Tubarão.....	85





## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Entrevistas realizadas durante o trabalho de campo entre maio de 2016 e maio de 2017.....	62
Quadro 2 – Perfil dos interlocutores entrevistados.....	63
Quadro 3 – Teses, dissertações e trabalhos de conclusão de curso do repositório institucional da UFSC.....	309
Quadro 4 – Teses e dissertações selecionadas a partir das palavras-chave “homossexuais” e “homossexual”.....	315
Quadro 5 – Teses e dissertações pinçadas a partir das buscas com as palavras-chave “gays” e “gay”.....	321
Quadro 6 – Teses e dissertações selecionadas sob as categorias “lésbicas” e “lésbica”.....	323
Quadro 7 – Teses e dissertações selecionadas palavras-chave: “homoerotismo” e “homoerótico”.....	325



## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1 – Dados sociais e demográficos de Gaspar – SC.....	327
Tabela 2 – Dados sociais e demográficos de Tubarão – SC.....	329
Tabela 3 – Dados sociais e demográficos de Imbituba – SC.....	331



## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AIDS – Síndrome da Imunodeficiência Adquirida  
ARENA – Aliança Renovadora Nacional  
BU – Biblioteca Universitária  
CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior  
CIASC – Centro de Informática e Automação do Estado de Santa Catarina  
CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico  
CSN – Companhia Siderúrgica Nacional  
CuS – Grupo de Cultura e Sexualidade  
D – Dissertação  
ESG – Escola Superior de Guerra  
FAPESC – Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina  
FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE)  
HIV – Vírus da Imunodeficiência Humana  
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
ICC – Indústria Carbonífera Catarinense  
IEG – Instituto de Estudos de Gênero  
INAMPS – Instituto Nacional de Assistência Médica e Previdência Social  
INSS – Instituto Nacional do Seguro Social  
IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada  
MPB – Música Popular Brasileira  
NIGS – Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividades  
PIB – Produto Interno Bruto  
PNAD – Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílio  
PPGAS – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social  
PSOL – Partido Socialismo e Liberdade  
PT – Partido dos Trabalhadores  
SC – Santa Catarina  
SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas  
SIDRA – Sistema IBGE de Recuperação Automática  
SBT – Sistema Brasileiro de Televisão  
SPM – Secretaria de Políticas para as Mulheres  
T – Tese  
TCC – Trabalho de Conclusão de Curso  
UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina  
USP – Universidade de São Paulo

*WWC – Women's Worlds Congress*

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>25</b>
<b>1 RESPEITOSAMENTE: OS VIADOS</b> .....	<b>53</b>
<b>2 CIDADES DO INTERIOR</b> .....	<b>67</b>
2.1 CIDADES DO INTERIOR: ACORDO SEMÂNTICO .....	67
2.2 OS(AS) HOMOSSEXUAIS E A METRÓPOLE .....	69
2.3 DA CRÍTICA À METRONORMATIVIDADE .....	74
2.4 TESES E DISSERTAÇÕES SOBRE HOMOSSEXUALIDADES EM CIDADES DO INTERIOR NO BRASIL .....	77
2.5 TRÊS CIDADES CATARINENSES DO INTERIOR .....	83
<b>3 MENINOS E RAPAZES “DIFERENTES”</b> .....	<b>93</b>
3.1 “LIMPINHOS” E “DELICADOS” .....	97
3.2 “AFETADOS” E “AFEMINADOS” .....	100
3.3 DE “DELICADOS” E “LIMPINHOS” À “AFETADOS” E “AFEMINADOS”: MASCULINIDADES QUE FALHAM, DESEJOS REVELADOS .....	110
<b>4 MENINOS E RAPAZES “RESERVADOS”</b> .....	<b>115</b>
4.1 MENINOS “NORMAIS”, MAS COM UM “CERTO JEITINHO” .....	115
4.2 MANTENDO A “POSTURA”: MASCULINIDADES PRESERVADAS, DESEJOS, PRÁTICAS AFETIVAS-SEXUAIS “ESCONDIDAS” .....	121
<b>5 “ESTÁ NA CARA”, ELES “FECHAM”</b> .....	<b>131</b>
5.1 “TODO MUNDO SE CONHECE” E “ESTÁ NA CARA” .....	135
5.2 CONVERSAS FAMILIARES “DELICADAS”: VISIBILIDADES “ESCANCARADAS” .....	142
5.3 HOMENS, BRANCOS, DE CLASSE MÉDIA, DO INTERIOR E <i>VIADOS</i> .....	158
5.4 HOMENS QUE “FECHAM” .....	163
5.5 NEM “BICHONA”, NEM “ESCANCARADO” E O “FEMININO DISCRETO” .....	167
<b>6 “TODO MUNDO SABE”, ELES “FERVEM”</b> .....	<b>177</b>

6.1	“TODO MUNDO SE CONHECE” E “TODO MUNDO SABE” .....	178
6.2	“RESPEITO” E “SILÊNCIO” EM CASA, MAS SAINDO “PRA FERVER”. VISIBILIDADES “DISCRETAS”? .....	179
6.3	HOMENS BRANCOS, DE CLASSE MÉDIA, “DO INTERIOR” E <i>VIADOS</i> .....	201
6.4	UM HOMEM NEGRO, DE CLASSE MÉDIA, “DO INTERIOR” E <i>VIADO</i> .....	203
6.5	“FERVENDO”, MAS “TENDO UMA CERTA MEDIDA” .....	211
<b>7</b>	<b>COM MEDO, FÉ E LIGADOS NA TV .....</b>	<b>221</b>
7.1	“DE BOCA FECHADA” .....	224
7.2	“SERÁ QUE DEUS ESTÁ CASTIGANDO OS HOMOSSEXUAIS?” .....	229
7.3	“COM BASTANTE FÉ” E ALGUMAS “ESCAPADAS”	233
7.4	COM A TELEVISÃO LIGADA .....	241
<b>8</b>	<b>VISIBILIDADE VIADA E RESISTÊNCIA .....</b>	<b>247</b>
8.1	“MAS É TRANSFORMISTA!?”, “MAS É MULHER!?”: “NÃO, É HOMEM!” .....	248
8.2	“O QUE AJUDOU MUITO NAS FAMÍLIAS QUE TINHAM FILHOS GAYS FOI A TELEVISÃO, FORAM AS NOVELAS” .....	252
8.3	“TU TENS QUE SER VIADINHO MESMO”, “PARECE ASSIM QUE EXISTE UMA ACEITAÇÃO” .....	259
8.4	“PARABÉNS, BEM QUE FIZESSES!”. “EXISTE UMA RECEPTIVIDADE MUITO BOA” .....	263
8.5	ENTRE CHACRETES E “VANUSAS” .....	265
	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>269</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>283</b>



## INTRODUÇÃO

**“Que barbaridade! Só o que me faltava eu ter um irmão viado na família, no meio de nós. Eu prefiro que tu morras embaixo de um Scania esmagado. Eu prefiro ver tu morto, mas isso eu não quero!”<sup>1</sup>. (Ney<sup>2</sup>).**

Eu sou mignon, eu sou pequenininho. **“Que barbaridade! Só o que me faltava eu ter um irmão viado na família, no meio de nós. Eu prefiro que tu morras embaixo de um Scania esmagado. Eu prefiro ver tu morto, mas isso eu não quero!”<sup>3</sup>. (Ney<sup>4</sup>).**

Eu sou mignon, eu sou pequenininho. **Eles me tratam bem. Assim, tu tens de ser viadinho mesmo. Nunca me deparei com uma situação assim: ah, aquele ali é viado. Parece assim que existe uma aceitação.** É impressionante, interessante porque eu não me deparei com uma cena de homofobia, graças a Deus. (Ricardo)

**Quando a casca aqui é dura, pessoal que não gosta de viado, fico na minha, danço na minha, não olho pra ninguém, se vir falar comigo eu respondo, se não vir melhor ainda. Eu paguei, não paguei?** Tô aqui na balada, um baile hétero, eu o único gay, todo mundo de cara feia pra mim, eu nem tô ai! Eu fico aqui quietinho, tal, tal, se vir falar comigo, eu falo, se não vir melhor ainda, eles me notaram, não me notaram? Bobagem! [fechando<sup>5</sup>] (João)

---

<sup>1</sup> Como procedi aqui e vou repetir ao longo da tese, faço uso do negrito em algumas falas dos interlocutores de modo a destacar partes ou ideias que considero importantes.

<sup>2</sup> Os nomes adotados nesta apresentação e no decorrer da tese são fictícios atendendo ao anonimato por mim assegurado. Tal medida foi adotada de modo uniforme, mesmo que alguns dos entrevistados tenham destacado a possibilidade de indicação do nome próprio.

<sup>3</sup> Como procedi aqui e vou repetir ao longo da tese, faço uso do negrito em algumas falas dos interlocutores de modo a destacar partes ou ideias que considero importantes.

<sup>4</sup> Os nomes adotados nesta apresentação e no decorrer da tese são fictícios atendendo ao anonimato por mim assegurado. Tal medida foi adotada de modo uniforme, mesmo que alguns dos entrevistados tenham destacado a possibilidade de indicação do nome próprio.

<sup>5</sup> Nesta e em outras passagens, faço uso de uma expressão comumente utilizada pelos gays, inclusive meus interlocutores, para se referir à prática da *viadagem* caracterizada

Essas falas ilustram a **proposta desta tese** que explora as experiências de vida através das quais homens que vivem em três cidades do interior de Santa Catarina constituíram-se, identificaram-se e foram reconhecidos socialmente como *viados*. Análise, neste trabalho, como eles resistiram a uma ordem sexual heterossexual naturalizada e normalizada e negociaram a visibilidade de suas homossexualidades.

James Green (2000), que foi um dos poucos historiadores a falar especificamente da *viadagem* e dos *viados* no Brasil, afirma que o surgimento e o uso popular do termo é um completo mistério. Ainda assim, na mais divertida das hipóteses a justificar a corruptela, ele narra:

Uma teoria afirma que a expressão se originou no Rio em 1920 quando um comissário de polícia ordenou a prisão de todos os homens homossexuais que fossem encontrados num certo parque (algumas versões apontam a praça Tiradentes, outras a praça da República, nas mesmas proximidades). Seu subordinado tentou executar a tarefa, mas voltou ao superior admitindo o fracasso. Explicou que, quando os policiais tentaram prender os jovens, eles corriam como veados. Diz-se que o incidente foi amplamente divulgado pela imprensa e, assim, tornou-se um mito do folclore gay (GREEN, 2000, p.143).

Richard Parker também especulou sobre a origem do termo, indicando seu uso na gíria popular para se referir aos homens afeminados que assumiam a posição passiva no ato sexual, mencionando, ainda, relatos indicando possíveis ligações ao personagem do desenho animado norte-americano *Bambi*, de 1942<sup>6</sup>, conhecido pelos seus modos delicados e frágeis. Outra hipótese plausível, também indicada por Parker, mas sem comprovação, é o possível reforço e popularização da expressão na

---

pelo exagero, a artificialidade e o humor que se manifesta em ações, gestos e entonação de voz.

<sup>6</sup> As referências que encontrei na internet indicam o lançamento do filme nos Estados Unidos em 1942 e no Brasil no ano seguinte (IMDb – Internet Movie Data Base. Disponível em: <<https://www.imdb.com/title/tt0034492/>>. Acesso em: em 18 out. 2018). Na animação, o pequeno viadinho fica órfão de mãe e aprende a viver sozinho com a ajuda do pai, chorando frequentemente pela falta materna (Gay1. Disponível em <http://www.gay1.com.br/2011/10/personagens-de-desenhos-infantis-supostamente-gays/>. Acesso em: 18 out 2018.)

década de 1950, por influência do filme *Rebel without cause* que foi lançado nos Estados em 1955, e que no Brasil fez muito sucesso com o nome de *Juventude Transviada* (PARKER, 1991). Revi o filme. Apesar de abordar o problema de delinquência juvenil, as indicações diretas e indiretas à possível homossexualidade do personagem vivido por James Dean, justificam o argumento. Encontrei, ainda, referências na internet para a origem e significado da expressão, atribuídas à Luiz Mott<sup>7</sup>, onde são reiteradas as possibilidades antes mencionadas.

André Musskopf em seu livro *Via(da)gens Teológicas* também aprofundou o estudo da origem do termo e recorreu ao trocadilho de palavras, fazendo referência às *viadagens* (as práticas dos *viados*) e o vocábulo *viagem*, como meio produtivo para desenvolver sua proposta de itinerários para uma teologia *queer* no Brasil (MUSSKOPF, 2012). Em obra recentemente, Robson Rodrigo Pereira da Fonseca (2018)<sup>8</sup> indicou que a persistência do uso do termo *viado* dentro da escola pelas novas gerações, em discursos e práticas homofóbicas praticadas tanto por estudantes como por educadores.

Com esses registros, não pretendo esgotar as especulações em torno desta temática particular. De igual modo, ao abrir espaço para explicações divertidas para a origem do termo *viado*, nem de longe quero relativizar ou menosprezar a força da injúria que ele representa. Cabe explicar que o convite à irreverência e ao riso, para algumas(uns)<sup>9</sup>, talvez inapropriado na abertura de uma tese acadêmica, não é despropositado e nem dissociado da temática, tampouco das problematizações e reflexões que, no devido tempo, pretendo encampar. Afinal,

---

<sup>7</sup> Informação constante do site da revista Lado A, também referenciada por Musskopf (2012). Disponível em: <https://revistaladoa.com.br/2006/06/policial/origem-termo-veado/>. Acesso em: 23 abr. 2018.

<sup>8</sup> Publicada a partir do Trabalho de Conclusão do Curso de Especialização em Gênero e Diversidade na Escola, promovido pelo IEG-UFSC, sob orientação da professora Miriam Pillar Grossi, e com minha coorientação conjuntamente com a colega Melissa Barbieri.

<sup>9</sup> Aqui adoto uma prática que vai se repetir ao longo do texto de flexionar a linguagem também no feminino, atento à lição da querida professora Carmen Rosa Caldas-Coulthard sobre a importância de se opor às práticas linguísticas que, sob a regra do masculino genérico, impõem uma exclusão e invisibilização das mulheres (CALDAS-COULTHARD, 2007). Este é um encaminhamento que além de reafirmar o compromisso com uma ciência não androcêntrica e nem patriarcal, dialoga com a realidade de minha formação acadêmica, na qual prevaleceu uma interlocução com professoras feministas. Assim, de algum modo, também minha linguagem indica o local a partir do qual estou pensando e falando.

a anedota e sua consequência, o riso, supõem uma carga psicológica, e, o mais importante, intersubjetiva. O sentido do humor é a mais social de todas as funções psíquicas que produzem prazer. Sempre exige ser compartilhado por pelo menos duas pessoas e estar inserido num marco comum de entendimento. Quando explode o riso, o reprimido retorna como prazenteiro. É o triunfo da vida (*eros*) sobre a pulsão da morte (*tanatos*), deslocando a agressão e a violência e permitindo a crítica e a autocrítica (HERRERA FLORES, 2007, p. 11).

A linguagem não é neutra e muito menos as escolhas que fazemos ao produzir conhecimento. Neste sentido, antes de prosseguir, abro espaço para uma necessária digressão, com o intuito de esclarecer, de modo preambular, que optei pelo uso da palavra **viado** e de seu substantivo, a **viadagem** – grifando-as em itálico – não só porque trata-se de uma categoria nativa, isto é, utilizada pelo grupo estudado, mas motivado também por dois outros objetivos: 1) o de, em determinadas passagens do texto, estabelecer um contraste com o termo gay, tão difundido e normalizado nos dias de hoje<sup>10</sup>; e 2) o de apropriar-me de um termo injurioso e desqualificador para politizá-lo, despertando a atenção e o incômodo, esmiuçando a abjeção e um certo pânico moral nele impregnados, atribuindo novos significados em torno dele, produzindo teoria e dialogando com outros autores que sobre esse termo também refletiram e teorizaram.

Assim proponho levando em conta a lição de Judith Butler:

Uma pessoa não é apenas determinada pelo nome que é chamada. Ao ser chamada por um nome injurioso, uma pessoa é humilhada e menosprezada. Mas o nome oferece outra possibilidade também: ao ser insultada, à pessoa é dada, paradoxalmente, uma certa possibilidade para a existência social, iniciada em uma vida temporal da linguagem que excede o objetivo prévio que anima o insulto. Assim, a injúria pode aparecer para fixar ou paralisar, mas também produz uma inesperada e capacitada resposta. Ser chamado é ser interpelado, logo o insulto corre o

---

<sup>10</sup> Colocação esta que não reivindica um alcance global para não incidir na generalização e no risco de essencialização que pretendo evidenciar e questionar.

risco de inaugurar um sujeito no discurso que usa a língua para reagir à ofensa (BUTLER, 1997, p.2)<sup>11</sup>.

Tal deliberado recurso de linguagem não exclui o uso mais livre que faço da expressão gay. Assim procedo porque esta é a forma corrente no Brasil e, como tal, foi utilizada pelos meus interlocutores para se referir aos homens homossexuais e, em menor medida, às lésbicas. De outra parte, como o avanço na redação da tese evidenciou, a imposição do substantivo *viado* ao longo de todo o texto soaria forçada.

Aqui, fecho o parêntese para explicar que quando ingressei no doutorado, no início de 2014, com meu pré-projeto de tese, eu pretendia pesquisar a representação de personagens LGBTs em telenovelas brasileiras. Com o aprofundamento do “estado da arte” sobre esse tema, todavia, fiquei incomodado com as abordagens adotadas, que, de um modo geral: a) fazem uma análise e uma crítica das representações, desconsiderando a possibilidade de leituras plurais da ficção e b) muitas vezes reduzem essa crítica a uma cobrança de “realismo” ou de um “conteúdo” bem intencionado, que igualmente não eram problematizados<sup>12</sup>. Isso sem falar que a novela, como obra de ficção, propicia não só reflexão, mas, prazer, mobilizando dimensões estéticas e afetivas que permitem sonhar e distanciar-se da realidade (GLEDHILL; BALL, 2013).

No segundo semestre de 2015, a partir de indicação de meu coorientador Richard Miskolci, li a obra de David M. Halperin, *How to be gay* (2012)<sup>13</sup>, a qual contribuiu de modo decisivo para uma inflexão

---

<sup>11</sup> A tradução desta e de outras citações que aparecem no decorrer da tese, cujo texto original estava em inglês, foram por mim realizadas. Textos em espanhol foram mantidos em sua versão original.

<sup>12</sup> Aqui estou me referindo, principalmente, mas não exclusivamente às pesquisas produzidas pelo Grupo de Cultura e Sexualidade (CuS), da Universidade Federal de Bahia, coordenado pelo professor Leandro Colling. Mais especificamente, cabe fazer referência aos trabalhos publicados pelo próprio professor coordenador (COLLING, 2007 e 2010) e, em particular, sua proposta metodológica na qual ele propõe critérios para avaliação das representações, enquadrando-as como: a) aquelas que “contribuem para a reduplicação dos preconceitos e da homofobia”; b) aquelas que constroem “um tratamento humanístico” e contribuem para “o combate aos preconceitos e a homofobia”; além das “dúbias” (COLLING, 2008).

<sup>13</sup> Neste livro, partindo do estudo de dois filmes de Hollywood das décadas de 40 e 80 do século passado, o teórico *queer* estadunidense foge das análises realistas que buscam encontrar ou criticar nas obras uma forma (correta) de representar os gays. E desenvolve o argumento de que os homossexuais passam por um aprendizado do que é ser gay, um processo perpassado pelo convívio com uma cultura heterossexual e que

em meus objetivos iniciais, com o que passei a me interessar mais e mais por processos alternativos de subjetivação, pela criatividade e pelo poder de negociação e de resistência dos *viados*. Paralelamente, nesse mesmo período, durante a realização de seminários de tese promovidos por minha orientadora, com a participação de colegas doutorandas(os) do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas e de Antropologia Social, passei a conhecer, a pensar e conversar sobre propostas de pesquisas mais empíricas, visando ter contato com outros(as) sujeitos(as) e experiências de vida homossexual na contemporaneidade.

E, dessa maneira, sob essas influências e inspirações, decidi mudar a temática de pesquisa mais uma vez, propondo investigar as trajetórias de vida de alguns homens gays com idade próxima da minha (tenho 51 anos), tentando perceber e explicar como, em seus processos de subjetivação, eles se relacionaram com uma cultura heterossexual hegemônica, tendo por referências culturais as novelas brasileiras, especulando sobre possíveis formas de resistência, na forma de apropriações e reusos em práticas da *viadagem*, de alguns elementos ou de certas personagens em particular. Tão logo pensei em possíveis interlocutores, lembrei de um grupo de *viados* que vivem em Tubarão, no Sul de Santa Catarina, e que conheci nos idos de 1995, inclusive frequentando a casa de alguns deles. Na época eu era um jovem advogado, um gay muito discreto de 28 anos e que estava de passagem pela cidade na companhia de seu primeiro namorado, que lá vivia e integrava aquele grupo de amigos. A partir dessas pessoas, mas não exclusivamente, aos poucos compus o *corpus* da pesquisa – o que me permitiu avançar com o trabalho de campo.

Inicialmente, ao formular um roteiro semiestruturado para a realização das entrevistas, busquei investigar a eventual influência nos processos de subjetivação dos sujeitos por mim entrevistados, de alguma novela e algumas de suas personagens em particular. Achava que teria condições para, a partir de possíveis lembranças recorrentes de determinada personagem específica, tentar identificar e refletir sobre razoáveis identificações e apropriações *queer*, nos moldes propostos por Halperin (2012).

Os dados que emergiram do trabalho de campo mais uma vez impuseram, ou melhor, permitiram uma reformulação dos objetivos

---

é marcado pela dissidência. Com este novo enfoque, Halperin volta seu interesse para possíveis formas de resistência e dissidência dos gays, privilegiando não o estudo de personagens homossexuais, mas, sim, de mulheres a partir das quais se revela uma possibilidade de identificações *queer*, não normativas, irônicas.

originalmente pensados. Os entrevistados se referiram a diferentes programas de televisão, que por eles foram destacados como importantes nas décadas de 1970 e 1980, quando, em sua maioria, viveram sua infância e ingressaram na vida adulta. Ao contrário do que eu imaginava, não houve uma constância nesse tipo de lembrança com a atribuição de importância específica a determinadas personagens de telenovelas. De qualquer modo, foram somente algumas referências e eu não consegui reunir mais elementos que me permitissem avançar na proposta de estudar personagens LGBTs em novelas.

O recorrente uso da expressão *viado* pelos interlocutores para referirem-se a si próprios e outros homens de seus círculos de amizade chamou minha atenção e, aos poucos, levou-me a mudar de ideia quanto aos meus objetivos. Durante as conversas realizadas repetiram-se lembranças indicando que todos eles se identificaram como *viados* em suas infâncias e juventudes. Em sua maioria, ainda muito jovens, foram reconhecidos como *viados* nas comunidades em que viviam. A tensão entre a perspectiva de manter segredo ou então revelar suas homossexualidades, muitas vezes resumida com as expressões “manter-se no armário” ou “sair do armário” que marcou minha própria constituição como sujeito<sup>14</sup>, não prevaleceu na maioria das memórias que ouvi.

De outra parte, como todos os interlocutores nasceram e vivem em cidades do interior, o estudo de suas experiências de vida ao mesmo tempo desloca, dialoga e tensiona uma tradição consagrada nas ciências sociais, na qual temáticas relacionadas com a subjetividade gay surgem vinculadas a contextos metropolitanos. John D’Emílio (1983), por exemplo, esmiúça a formação das identidades e culturas gays em relação aos processos capitalistas de produção e a urbanização. Didier Eribon, em suas *Reflexões sobre a Questão Gay* (2008), realça as grandes cidades como espaços de refúgio, um “mundo de estranhos” onde, protegidos pelo

---

<sup>14</sup> Sou branco e nasci em 1967, em uma família de classe média de Blumenau, cidade do interior de Santa Catarina. Em 1995, aos 18 anos migrei para Florianópolis, a capital do Estado, para estudar na UFSC e, então, por dez anos vivi experiências afetivo-sexuais com outros homens em segredo, bem próximas daquelas teorizadas por Sedgwick (2007). Somente com 28 anos, apaixonado pela primeira vez, apresentei à minha mãe um “amigo”, morador da cidade de Tubarão, confirmando para a mesma algumas semanas mais tarde que, na realidade, ele era meu namorado. Pouco tempo depois, Altamiro, na condição de meu namorado, conheceu quase toda a família em um churrasco de domingo na casa de uma irmã. A novidade chegou aos ouvidos de meu pai na mesma época, no mesmo ano de 1995, com a ajuda de um irmão. Passados alguns meses, a cena do churrasco familiar e dominical se repetiu na casa de meu pai.

anonimato, os modos de vida e espaços de sociabilidade gay se desenvolveram (ERIBON, 2008).

No Brasil, o pioneiro *Homossexualismo em São Paulo e outros escritos* (SILVA, 2005), além dos clássicos *Além do Carnaval. A homossexualidade masculina no Brasil do século XX* (GREEN, 2000), *Abaixo do Equador. Culturas do Desejo, homossexualidade masculina e comunidade gay no Brasil* (PARKER, 2002) e *O Homossexual visto por entendidos* (GUIMARÃES, 2004), seguem essa tradição de pensar a cidade e o anonimato como espaço privilegiado da experiência homossexual. Em comum, para além da associação entre os(as) homossexuais e a metrópole, esses trabalhos conferem centralidade e importância ao fenômeno da migração, visto como um fenômeno central para novas possibilidades existenciais gays e lésbicas. Isso parece se dar como uma decorrência natural advinda do contraste entre as metrópoles, associadas que são a uma maior liberdade e oportunidades em comparação com as **idades do interior** e espaços rurais, identificados com uma maior pessoalidade, vigilância e controle, com menos liberdade e oportunidades.

Contudo, diferentemente do que descreve essa literatura, todos os homens que compõem o *corpus* da pesquisa nasceram em famílias da classe trabalhadora em cidades do interior de Santa Catarina e nenhum deles migrou. Eles resistiram, em cidades do interior, em contextos em que o senso comum e também muitos trabalhos acadêmicos – como os citados a título exemplificativo nos parágrafos anteriores – em princípio, consideram como mais atrasados em termos de valores culturais e hostis à homossexualidade.

Assim, à medida que as entrevistas foram realizadas, novas questões pulsaram com maior viço e fecundidade, distanciando-me das abordagens teóricas inicialmente pensadas. Com a pesquisa em andamento, reflexões relacionadas com a não-migração para a metrópole, a resistência e a visibilidade homossexual tomaram protagonismo. Foi dessa maneira que se consolidaram **os objetivos da tese, que aqui apresento: refletir e problematizar as experiências e os processos de subjetivação que levaram os interlocutores de três cidades do interior de Santa Catarina a se constituírem, identificarem-se e serem reconhecidos como viados. Como e com que estratégias eles negociaram e agenciaram a visibilidade de suas existências enquanto viados, resistindo à heteronormatividade**<sup>15</sup>?

---

<sup>15</sup> Categoria teórica que aprofundo logo a seguir.



Na construção de tese recorri a uma extensa revisão bibliográfica e pesquisa histórica e segui a proposta inicial de trabalhar com experiências e modos alternativos de subjetivação a partir da metodologia da história oral<sup>16</sup> e, em particular, através de entrevistas não-diretivas produzidas a partir de histórias de vida, nas quais a ênfase é direcionada para a forma como cada um se coloca como sujeito na história. Para a realização das entrevistas elaborei um roteiro de questões semiestruturado e aberto, de modo a explorar diferentes fases de vida de cada um deles – infância, juventude e vida adulta – aprofundando aspectos tais como: suas origens e relações familiares, amizades, as vivências na escola, o trabalho, a sexualidade, a vida em uma cidade do interior e vetores de normalização, mas, também, estratégias de resistência, dentre outros. Formulei, ainda, algumas questões de modo a pesquisar uma faceta peculiar em seus processos de subjetivação, possíveis identificações com personagens de telenovelas, como inicialmente havia concebido para a pesquisa.

Além da entrevista propriamente dita, adotei no trabalho de campo práticas próprias da pesquisa etnográfica, atividades sincrônicas mediante as quais procurei: a) situar-me, tentando perceber e depois refletir sobre meu próprio “andar”, meu deslocamento e inserção corpórea e subjetiva no campo; b) observar para além do que foi dito, “ver” e refletir sobre o local e as próprias circunstâncias nas quais a realização do trabalho de campo foi possível, minha própria presença, a de meu interlocutor e, eventualmente, de terceira(s) pessoa(s), e como foi nossa interação; e c) descrever, através da prática do “escrever” em um diário, a experiência sensorial vivenciada no campo, levando em conta as circunstâncias e informações que vão além daquelas que foram registradas com a gravação digital da entrevista, produzindo um texto com minha versão do que aconteceu e seus significados (SILVA, 2009a).

Na busca de respostas às questões orientadoras desta tese, algumas **contribuições do pensador Michael Foucault** foram fundamentais, a iniciar pela sua forma de compreender e analisar o poder, com sua concepção de que se trata de algo presente em todos os espaços, horizontal e difusamente e que se manifesta de modo relacional, assumindo diferentes formas por meio de práticas que alcançam os mais diversos

---

<sup>16</sup> Compreendida como um método de pesquisa que é interdisciplinar por se dar no diálogo e na influência recíproca entre disciplinas como, principalmente, a história e a antropologia, mas, também, a literatura, a linguística e a psicologia; e que no caso desta tese privilegia entrevistas com pessoas que, em princípio, vivenciaram experiências comuns, historicamente datadas e localizadas (ALBERTI, 2013).

aspectos humanos, inclusive a sexualidade (FOUCAULT, 2011)<sup>17</sup>. É neste sentido que o próprio Foucault ressalta ser mais apropriado se falar em relações de poder no âmbito da sexualidade, destacando-se seu caráter dinâmico e mutante de acordo com as condições históricas e sociais que possibilitam suas diferentes manifestações que, ademais, sempre ocorrem discursivamente, vale dizer, na forma de diferentes discursos. Discursos esses que não se limitam à fala, mas se exteriorizam também na forma de diferentes práticas sociais e institucionais e que manifestam relações de poder (SPARGO, 2004). Para ele, “a partir do momento em que há uma relação de poder, há uma possibilidade de **resistência**” (FOUCAULT, 2000, p. 241). Um pressuposto insurgente, pois, como Judith Revel aprofunda e sintetiza,

a resistência se dá, necessariamente, onde há poder, porque ela é inseparável das relações de poder, assim, tanto a resistência funda as relações de poder, quanto ela é, às vezes, o resultado dessas relações; na medida em que as relações de poder estão em todo lugar, a resistência é a possibilidade de criar espaços de lutas e agenciar possibilidades de transformação em toda a parte (REVEL, 2005, p.74).

O vigor da influência do pensador prossegue na esfera do estudo da sexualidade, outrossim, em dois outros aspectos. Primeiro, pelo fato de considerá-la um dispositivo de poder<sup>18</sup>. E, em segundo lugar, com sua igualmente revolucionária proposta de revisão da chamada “hipótese

---

<sup>17</sup> Como Roberto Machado (2000) explica na sua introdução ao livro *Microfísica do Poder*: “O interessante da análise é justamente que os poderes não estão localizados em nenhum ponto específico da estrutura social. Funcionam como uma rede de dispositivos ou mecanismos a que nada ou ninguém escapa, a que não existe exterior possível, limites ou fronteiras. Daí a importante concepção de que o poder não é algo que se detém como uma coisa, como uma propriedade, que se possui ou não. Não existe de um lado, os que têm o poder e de outros aqueles que se encontram dele alijados. Rigorosamente falando, o poder não existe, existem sim práticas ou relações de poder. O que significa dizer que o poder é algo que se exerce, que se efetua, funciona” (MACHADO, 2000, p. XIV).

<sup>18</sup> “A sexualidade é o nome que se pode dar a um dispositivo histórico: não à realidade subterrânea que se aprende com dificuldade, mas à grande rede da superfície em que a estimulação dos corpos, a intensificação dos prazeres, a formação dos conhecimentos, o reforço dos controles e das resistências, encadeiam-se uns aos outros, segundo algumas grandes estratégias de saber e de poder” (FOUCAULT, 2011, p. 116-117).

repressiva”<sup>19</sup> que dava a tônica dos estudos realizados sobre a sexualidade até meados da década de 1970.

Foucault detalha os processos históricos através dos quais antigas práticas sociais e comportamentos passaram a ser consideradas um desvio e seus portadores corporificados na forma de identidades sociais. É o caso, por exemplo, das antigas práticas da sodomia, de um sodomita reincidente convertido em uma espécie, a do **sujeito homossexual** (FOUCAULT, 2011). No centro dessa conversão de práticas em desvios e de desvios em identidades, Foucault antevê a atuação produtiva de dois processos contínuos e estreitamente relacionados – disciplinar e normalizador – que são por ele associados à emergência e consolidação do sistema capitalista de produção e da sociedade burguesa<sup>20</sup>.

Em *Vigiar e Punir* (FOUCAULT, 1977), o **poder disciplinar** é explicado como uma técnica que desde o século XVIII passou ser emanada pelo Estado e que, atuando a partir de instituições como as prisões, as fábricas, os quartéis, os hospitais e as escolas, chega aos os corpos<sup>21</sup> das mulheres e dos homens, visando, a partir da sujeição e o aumento de suas habilidades, torná-las(os) mais obedientes e úteis<sup>22</sup>. Na obra, Foucault recorre à figura arquitetônica do *panóptico* de Bentham para evidenciar e refletir como o poder disciplinar prescindiu do uso da força e da violência e, através de uma lógica sofisticada e eficiente, garantiu seu funcionamento automático com a introjeção invisível de um

---

<sup>19</sup> Para Foucault em torno da sexualidade não havia proibição e silenciamento. Pelo contrário, desde fins do século XVI, houve uma crescente incitação social para a produção de discursos em torno do sexo – por médicos, sexólogos, juristas, educadores etc. – em um processo gradativo que resultou no estabelecimento de uma dicotomia entre a heterossexualidade e a homossexualidade no século XIX. A primeira como “natural”, “normal” e desejada e a segunda como “desviante”, “anormal” e perigosa (FOUCAULT, 2011).

<sup>20</sup> Miskolci destaca: “A família burguesa foi essencial como instrumento de controle social e regulação econômica. É no seio dela que se dá a primeira distinção entre o normal e o anormal de forma que toda dissidência com relação a seu modelo economicamente produtivo e biologicamente reprodutivo passou a ser classificada como desvio” (MISKOLCI, 2005, p.13).

<sup>21</sup> “Esses métodos que permitem o controle minucioso das operações do corpo, que realizam a sujeição constante de suas forças e lhes impõem uma relação de docilidade-utilidade, são o que podemos chamar as ‘disciplinas’” (FOUCAULT, 1977, p. 126).

<sup>22</sup> “O momento histórico das disciplinas é o momento em que nasce uma arte do corpo humano, que visa não unicamente o aumento de suas habilidades, nem tampouco aprofundar sua sujeição, mas a formação de uma relação que no mesmo mecanismo o torna tanto mais obediente quanto é mais útil, e inversamente” (FOUCAULT, 1977, p. 127).

sistema de vigilância e controle nos corpos e nas subjetividades. É o que o leva a enfatizar a produtividade da técnica de poder e afirmar: “A disciplina ‘fabrica’ indivíduos; ela é a técnica específica de um poder que toma os indivíduos ao mesmo tempo como objetos e como instrumentos de seu exercício”. (FOUCAULT, 1977, p. 153)

Já nas aulas reunidas em *Os Anormais* (FOUCAULT, 2014)<sup>23</sup>, o autor esboça um estudo da consolidação do **poder normalizador**, que ocorre no século XIX, e que tem estreita relação com a construção do conceito de anormalidade – uma noção que se cristaliza no mesmo século, no embate dos saberes médicos e judiciários e, posteriormente, num processo de crescente psiquiatrização, que se deu através do exame psiquiátrico, acabando por acrescentar ao poder punitivo do Estado, a tarefa de curar ou readaptar a figura do delinquente. Em mais um importante *insight*, o pensador antevê consequências poderosas das quais ninguém está fora do alcance<sup>24</sup>.

Foucault avança no curso conduzindo suas aulas sobre a construção social da anormalidade para o domínio da sexualidade e, assim propondo, estabelece uma associação, uma continuidade entre os processos disciplinares, os quais, através de diferentes formas de classificação e controle, concretizam práticas de normalização – isto é, mecanismos de poder que tem na norma, para além de um princípio de qualificação, um princípio de correção<sup>25</sup>.

---

<sup>23</sup> Dadas no mesmo ano de 1975 em que originalmente foi lançado *Vigiar e Punir* e, portanto, um ano antes da publicação do primeiro volume de *História da Sexualidade*.

<sup>24</sup> “A força, o vigor, o poder de penetração e de subversão do exame médico-legal em relação à regularidade da instituição jurídica, estão precisamente no fato de que ele lhes propõe outros conceitos; ele se dirige a outro objeto, ele traz consigo técnicas que são outras e que formam uma espécie de terceiro termo insidioso e oculto, cuidadosamente encoberto, à direita e à esquerda, de um lado e de outro, pelas noções jurídicas de “delinquência”, de “reincidência”, etc., e os conceitos médicos de “doença”, etc. Ele propõe, na verdade, um terceiro termo, isto é, ele pertence verossimilmente – e é o que eu gostaria de mostrar a vocês – ao funcionamento de um poder que não é nem o poder judiciário, nem o poder médico, um poder de outro tipo, que eu chamarei, provisoriamente e por enquanto, de poder de normalização” (FOUCAULT, 2014, p. 36).

<sup>25</sup> Termo utilizado para se referir ao propósito de qualificar, classificar e intervir de modo a corrigir os dissidentes. Ou seja, “A norma não tem por função excluir, rejeitar. Ao contrário, ela está sempre ligada a uma técnica positiva de intervenção e transformação, uma espécie de poder normativo” (FOUCAULT, 2014, p. 43).

Ao lado de suas formulações sobre poder disciplinar e normalização, Foucault nos legou, também, seu conceito de biopoder<sup>26</sup>, o qual surge para explicar o aprimoramento e a consolidação do poder normalizador, sendo proveitosa e produtiva sua possível articulação com outro importante conceito proposta por teóricas(os) *queers*:

[...] no âmbito da sexualidade, o biopoder é aquele que será responsável pela disciplinarização dos corpos e pela regulação dos prazeres, de modo que todos se voltem para a heterossexualidade e correspondam aos padrões de gênero e de desejo socialmente determinados para seu sexo biológico. Seguir a heteronormatividade é considerado pelas práticas discursivas das ciências, bem como da maioria das religiões e das tradições culturais, como algo natural, normal, correto, santificado, saudável e superior às outras formas de sexualidade. [...] Assim, onde houver dissidência da heteronormatividade, haverá a ação do biopoder na tentativa de interdição, regulação, controle, invisibilização, segregação, exclusão, estigmatização, destruição etc. (PERES e TOLEDO, 2011, p. 264).

Como condensa e avalia Richard Miskolci, na vasta e aparentemente diversa produção teórica de Foucault sobressai um projeto maior de articulação de uma história da loucura e uma história da sexualidade, com uma (comum) teoria do poder. O que une essas duas histórias é um mesmo processo histórico através do qual surgiram e foram consolidados os poderes disciplinares ou normalizadores, que mantêm – ou tentam manter – pelo exame e pela correção contínua das sujeitas e sujeitos, a submissão a normas presumidas ou vigentes. Para além de um manancial teórico, o conhecimento produzido pelo intelectual francês fornece ferramentas metodológicas para desnaturalizar categorias identitárias, corporificadas em indivíduos ou grupos, propiciando um olhar crítico para as práticas sociais de controle e normalização

---

<sup>26</sup> Para se referir a forma através do qual o Estado Moderno, a partir do século XVIII, se volta para a vida de suas(eus) cidadãs(ãos) e de sua população, para através de discursos e práticas controlar e gerir seus corpos, garantir a longevidade, sanidade e produtividade coletivas, essenciais para manutenção do sistema capitalista (FOUCAULT, 2011, p. 151-156).

subjacentes aos processos históricos que as constituíram (MISKOLCI, 2005).

No início dos anos 1980, e sob o impacto da eclosão da AIDS, algumas pensadoras e pensadores, oriundas preponderantemente dos Estudos Culturais<sup>27</sup>, munidos da analítica do poder proposta por Foucault, estudaram a sexualidade de uma nova forma, formulando algumas teorias inovadoras que vão além da sua afirmação como um campo político e de disputas, percebendo na heterossexualidade um dispositivo histórico de poder. Para tanto, se inspiram também no conceito de complementaridade<sup>28</sup> de Jacques Derrida e sua proposta desconstrutiva<sup>29</sup>, destacando que a própria noção de heterossexualidade só fazia sentido no estabelecimento de um contraste com o seu diverso: a homossexualidade.

Eve Kosofsky Sedgwick<sup>30</sup> é apontada como uma das **teóricas *queers*** mais importantes nesse processo teórico com o qual a própria hegemonia heterossexual passa a ser interrogada e as vivências que desafiam esse padrão começam a ser percebidas de outro modo. Com suas obras, ela abre o caminho para a compreensão da heterossexualidade: a) como um dispositivo que a naturaliza e ao mesmo tempo a torna

---

<sup>27</sup> Estudos que surgiram e se irradiaram a partir do Centro de Estudos Culturais Contemporâneos da Universidade de Birmingham, na Inglaterra, na década de 1960 e que, sob influência do marxismo e de autores pós-estruturalistas, difundiu a concepção de “cultura como campo de luta em torno do significado e a teoria como campo de intervenção política” (SILVA, 2000, p.56).

<sup>28</sup> Miskolci esclarece que “A complementaridade mostra que significados são organizados por meio de diferenças em uma dinâmica de presença e ausência, ou seja, o que parece estar fora do sistema já está dentro dele e o que parece natural é histórico. Na perspectiva de Derrida, a heterossexualidade precisa da homossexualidade para a sua própria definição...” (MISKOLCI, 2009, p. 153).

<sup>29</sup> Como Guacira Lopes Louro explica: “A desconstrução das oposições binárias tornaria manifesta a interdependência e a fragmentação de cada um dos polos. Trabalhando para mostrar que cada polo contém o outro, de forma desviada ou negada, a desconstrução indica que cada polo carrega vestígios do outro e depende desse outro para adquirir sentido. A operação sugere também o quanto cada polo é, em si mesmo, fragmentado e plural. Para os teóricos/as *queer*, a oposição heterossexualidade/homossexualidade – onipresente na cultura ocidental moderna – poderia ser efetivamente criticada por meio de procedimentos desconstrutivos” (LOURO, 2004, p.43).

<sup>30</sup> Suas obras mais referenciadas são *Between Men: English Literature and Male Homosocial Desire*, onde desenvolve o argumento de que a homofobia e a misoginia são interdependentes; e *Epistemologia do Armário* (2007), que retomo ao final da presente introdução.

compulsória, termo proposto e desenvolvido por Adriane Rich<sup>31</sup>; b) como uma norma que estrutura a ordem social contemporânea.

É o que faz Michael Warner, em 1991, propondo o conceito de **heteronormatividade**, que é central para o desenvolvimento de minha tese:

Por heteronormatividade entendemos aquellas instituciones, estructuras de comprensión y orientaciones prácticas que hacen no sólo que la heterosexualidad parezca coherente – es decir, organizada como sexualidad – sino también que sea privilegiada. Su coherencia es siempre provisional y su privilegio puede adoptar varias formas (que a veces son contradictorias): pasa desapercibida como lenguaje básico sobre aspectos sociales y personales; se la percibe como un estado natural; también se proyecta como un logro ideal o moral (BERLANT; WARNER, 2002, p. 230).

Um modelo a ser seguido que, como aprofundou Richard Miskolci (2009), passou por dois períodos históricos. Um primeiro, que se estendeu desde o final do século XIX a meados do século passado, em que a homossexualidade foi inventada, patologizada e criminalizada, e a heterossexualidade foi considerada compulsória. E um segundo momento, iniciado com a descriminalização da homossexualidade em diversos países em meados do século XX, e que ainda é vivenciado, em que prevalece uma cobrança social e cultural mais ampla não para que os homossexuais deixem de sê-lo, mas que vivam como os heterossexuais. Na realidade, como o mesmo professor tratou de aprofundar, a heteronormatividade

é um conjunto de prescrições que fundamenta processos sociais de regulação e controle, até mesmo aqueles que não se relacionam com pessoas do sexo oposto. Assim, ela não se refere apenas aos sujeitos legítimos e normalizados, mas é uma denominação contemporânea para o dispositivo

---

<sup>31</sup> Em seu artigo *Heterossexualidade compulsória e existência lésbica* (2010). Nele, Rich, dentre outros aspectos, desenvolve o argumento de que em nossa cultura o homem masculino e heterossexual é a referência mais valorizada em termos sociais, sendo a heterossexualidade uma organização social que contribui para a opressão das mulheres pelos homens e das masculinidades sobre as feminilidades.

histórico da sexualidade que evidencia seu objetivo: formar todos para serem heterossexuais ou organizarem suas vidas a partir do modelo supostamente coerente, superior e ‘natural’ da heterossexualidade (MISKOLCI, 2009, p. 156-157).

Tais elaborações teóricas abriram caminho para que as(os) teóricas(os) *queers*, mais uma vez, desafiassem o conhecimento estabelecido. O foco direcionado à norma faz com que suas atenções, a exemplo do que já faziam alguns sociólogos integrantes da chamada Escola de Chicago<sup>32</sup>, se voltem não mais ao desvio e às(aos) desviantes, mas às estratégias sociais normalizadoras dos comportamentos e instituidoras das(os) sujeitas(as). Sob tal aspecto, mais uma vez, a influência de Michel Foucault revela-se potente e persistente no desenvolvimento, por parte de teóricas *queers*, de uma crítica às noções estabelecidas pelas formas de saber consagradas na era moderna sobre a identidade, a(o) sujeita(o) e os processos de subjetivação a ela e a ele associados.

Cabe situar, ademais, algumas contribuições importantes provenientes da linha dos Estudos Culturais que passam pela ênfase nos aspectos simbólicos que, paralela e conjuntamente ao contexto social e histórico, atuam na construção da identidade. A identidade é relacional, no sentido de que “é estabelecida por uma *marcação simbólica* relativamente a outras identidades” (WOODWARD, 2009, p. 14). O que somos ganha significado no mundo através das representações, sendo que elas se materializam mediante práticas de significação e sistemas simbólicos. Com um exemplo, fica mais claro: os discursos e sistemas de representação veiculados pelas novelas brasileiras no decorrer da história recente acabaram por contribuir para a formação daquilo que se considera a identidade brasileira, com seus diferentes vetores de gênero, raça, classe social, etc. As **representações** em circulação em determinada cultura desempenham um papel central na definição das identidades que se afirmam mediante um processo de identificação pelo qual nos identificamos com outros, seja por não percebermos diferença e separação para com eles, ou porque percebemos supostas similaridades. Este é um

---

<sup>32</sup> Denominação que se consagrou para fazer referência ao campo de estudos, novas abordagens, teorias, categorias de análise e metodologias que foram criados por sociólogos na década de 1920 nos Estados Unidos, tomando a cidade de Chicago como objeto privilegiado de estudo.



processo permeado pela subjetividade de cada um que atua na escolha de uma opção dentre as identidades possíveis (WOODWARD, 2009).

Porém, por outro lado, como destaca Tomaz Tadeu da Silva (2009b) a demarcação de diferenças e a definição de identidades não podem ser pensadas como dissociadas de relações mais amplas de poder, vale dizer, de disputas entre grupos na sociedade. O processo de afirmação de uma identidade comporta o ato de demarcar fronteiras, no sentido de definir o que é incluído e excluído, uma divisão entre “nós” e “eles”, uma classificação e com ela uma hierarquização que, na maioria das vezes, se dá de acordo com uma lógica binária que não comporta somente uma simples divisão, mas, também, uma atribuição de valor com a qual, por exemplo, o masculino é demarcado como superior ao feminino, o branco ao negro, e o heterossexual ao homossexual.

Stuart Hall, em um artigo clássico, contribuiu com o debate propondo que o conceito de identidade deve ser operado “sob rasura”, de modo a ser dissociado de sua conotação essencialista, realçando o plural, instável, estratégico e posicional, o que o leva não a falar em identidades, mas em processos contínuos e nunca acabados de identificação e a retomar a importância da diferença nesse processo: “As identidades podem funcionar, ao longo de toda a sua história, como pontos de identificação e apego apenas *por causa* de sua capacidade para excluir, para deixar de fora, para transformar o diferente em “exterior”, em abjeto” (HALL, 2009, p. 110).

Hall destaca a importância da obra de Foucault, mas pondera que ele com sua ênfase na eficácia do poder disciplinar talvez tenha dado pouca atenção para o poder de agência das sujeitas(os), destacando que este somente apareceu em seus últimos trabalhos ao explorar uma estética da existência “como uma estilização deliberada da vida cotidiana” (HALL, 2009).

Uma abordagem que é explorada e aprofundada por Judith Butler que, com sua obra “*Problemas de gênero. Feminismo e subversão da identidade*” (2008), propõe uma nova forma de se entender o gênero, não mais como algo construído sobre um sexo biológico dado de antemão<sup>33</sup>.

---

<sup>33</sup> “O gênero não deve ser meramente concebido como a inscrição cultural de significado de um sexo previamente dado (uma concepção jurídica); tem de designar também o aparato mesmo de produção mediante o qual os próprios sexos são estabelecidos. Resulta daí que o gênero não está para a cultura como o sexo para a natureza; ele também é meio discursivo/cultural pelo qual “a natureza sexuada” ou “um sexo natural” é produzido e estabelecido como “pré-discursivo”, anterior à cultura, uma superfície politicamente neutra sobre a qual age a cultura” (BUTLER, 2008, p. 25).

Pelo contrário, com sua concepção de gênero como performativo – que adoto na tese – qualquer marca de naturalidade ou estabilidade do gênero é renegada e questionada, com consequências diretas na compreensão que se tem das identidades:

O gênero não deve ser construído como uma identidade estável ou um *locus* de ação do qual decorrem vários atos; em vez disso, o gênero é uma identidade tenuemente constituída no tempo, instituído num espaço externo por meio de uma *repetição estilizada de atos*. O efeito de gênero se produz pela estilização do corpo e deve ser entendido, conseqüentemente, como a forma corriqueira pela qual os gestos, movimentos e estilos corporais de vários tipos constituem a ilusão de um eu permanentemente marcado pelo gênero. Essa formulação tira a concepção do gênero do solo de um modelo substancial de identidade, deslocando-a para um outro que requer concebê-lo como uma *temporalidade social* constituída (BUTLER, 2008, p. 200, grifos da autora).

Dessa maneira, Butler segue a trilha de Foucault em considerar e realçar o caráter discursivo da sexualidade, mas dele se distanciou aperfeiçoando e aprofundando a crítica às identidades fixas baseadas no sexo, não só considerando este também como um dado cultural, como apontando a lógica binária de gênero como uma redução artificial das possibilidades na esfera da sexualidade que vão além do masculino e do feminino, sendo múltiplas entre e em cada um desses polos. Assim, ao mesmo tempo, rompe com aquele binarismo e questiona o caráter heterossexual que marcava de modo naturalizado a concepção de gênero até então preponderante (BUTLER, 2008).

Como resume David Córdoba (2005), com Judith Butler surgem entrelaçadas uma **crítica à heterossexualidade** e uma **crítica à identidade**<sup>34</sup>. São problematizações que em sua radicalidade abalam “a

---

<sup>34</sup> “El giro de Butler respecto a este marco de comprensión de las identidades sexuales consiste en un doble movimiento: un cambio en la direccionalidad causal en la relación entre sexo y género. El género no es ya expresión una esencia natural que sería el sexo, sino que el sexo será un efecto de la división entre los géneros. (...) Pero, en segundo lugar, se efectúa un giro en la relación entre sexualidad y género, puesto que esta naturalización de las identidades de género a través de su anclaje en el sexo será efecto de un dispositivo político de reproducción de la heterossexualidad. El sexo

compreensão da identidade como algo dado, fixo e imutável, ao chamar a atenção para a ideia de “tornar-se”, ou seja, associando a formação das identidades a processos de construção, movimento e transformação” (SILVA, 2009, p. 92).

Incorporei em minha pesquisa o objetivo proposto pela teoria *queer* de criticar a noção de identidades fixas, universais, estáveis e naturalizadas tais como homem, mulher, hétero e homossexual; e encampo a pesquisa sob uma **perspectiva de desconstrução**, o que equivale dizer que investigo, na linha proposta por Joan Scott (1998), as condições históricas que constituíram meus interlocutores como sujeitos. Cabe aqui aprofundar o **conceito de experiência**, tal como proposto no texto clássico da historiadora, como forma de evitar a tendência (e o risco) que percebi em minha forma habitual de pensar os relatos das experiências de meus interlocutores como pontos de explicação originários:

Tornar visível a experiência de um grupo diferente expõe a existência de mecanismos repressivos, mas não sua lógica ou seus funcionamentos internos; sabemos que a diferença existe, mas não entendemos como constituída em relação mútua. Por isso, precisamos nos referir aos processos históricos que, através do discurso, posicionam sujeitos e apresentam as suas experiências. Não são os indivíduos que têm experiência, mas sim os sujeitos que são constituídos pela experiência. Experiência nesta definição torna-se, então, não a origem de nossa explicação, não a evidência legitimadora (porque vista ou sentida) que fundamenta o que é conhecido, mas sim o que procuramos explicar, sobre o que o conhecimento é apresentado. Pensar sobre a experiência desse modo é historicizá-la, bem como historicizar as identidades que ela produz (SCOTT, 1998, p. 304).

Desse modo, as experiências que surgiram nas memórias de meus interlocutores foram compreendidas como aquilo que deveria ser problematizado, historicizado e compreendido contextualmente.

---

como núcleo natural y el género como régimen normativo. En este sentido, el mismo discurso que establece esta causalidad entre sexo, género y orientación sexual, pasa a ser considerado como parte de esta tecnología política de prescripción de la heterosexualidad” (DAVID CÓRDOBA, 2005, p. 52-53).

Esses são pressupostos importantes para se pensar em outra categoria teórica fundamental na construção de meu trabalho: **masculinidades**, tendo por sua principal referência Raewyn Connell. A socióloga australiana<sup>35</sup> propõe o conceito de masculinidade<sup>36</sup>, concebendo-o, ao mesmo tempo como um local nas relações de gênero em que homens e mulheres, a partir de diferentes práticas, ocupam posições de gênero; e, também, os efeitos dessas práticas nas experiências por ele corporificadas, no âmbito da personalidade e da cultura (CONNELL, 2005). Em outros termos: a masculinidade decorre do local tomado pelos homens, mediante práticas, nas relações de gênero. Tais posições são ocupadas pelos homens, na maioria das vezes, correspondendo à expectativa social, segundo a qual para serem considerados “masculinos”, reproduzem condutas e comportamentos percebidos socialmente como opostos às posições assumidas pelas mulheres e os comportamentos associadas à feminilidade.

No manejo de tal categoria em minha tese, no entanto, procurei observar as duas cautelas alertadas pela própria Connell. A primeira delas é a necessidade de sua conjugação no plural, já que o que se entende por masculinidade varia não só de acordo com o tempo e o enquadramento social correspondente, mas também porque diferentes padrões de masculinidade convivem dentro de um mesmo contexto histórico-social<sup>37</sup>.

Do mesmo modo, é igualmente fundamental não perder de vista que se trata de um conceito inerentemente relacional:

Masculinidade e feminilidade são conceitos inerentemente relacionais, que têm significado em relação um ao outro, como uma demarcação social e uma oposição cultural. Isto é válido independentemente da mudança de conteúdo da demarcação em diferentes sociedades e períodos da história. A masculinidade como objeto de

---

<sup>35</sup> Professora da Universidade de Sydney, transexual, sendo que algumas de suas obras foram assinadas com o seu antigo nome, Robert Willian Connell.

<sup>36</sup> O termo surgiu na Austrália no âmbito de pesquisas sobre desigualdade social em escolas do país (no início da década de 1980), nas quais restou evidenciada a estreita relação entre as múltiplas hierarquias (como de classe e de gênero) envolvidas nas construções de gênero encontradas em campo (CONNELL; MESSERSCHMIDT, 2013).

<sup>37</sup> “As masculinidades são configurações de práticas que são realizadas na ação social e, dessa forma, podem se diferenciar de acordo com as relações de gênero em um cenário social particular” (CONNELL; MESSERSCHMIDT, 2013, p.250).

conhecimento é sempre masculinidade em relação (CONNELL, 2005, p. 43-44).

Em outros termos, os padrões de masculinidade são socialmente definidos na relação e no contraste com modelos (igualmente reais ou imaginários) de feminilidade (CONNELL; MESSERSCHMIDT, 2013). Tal pressuposto reforça a necessidade de adoção, pelas pesquisas empíricas, de abordagens que explorem a atuação localizada, datada, dinâmica e recíproca entre feminilidades e masculinidades. Um desafio que passa, conseqüentemente, em considerar as mulheres como parte importante das análises.

Connell, além de falar em masculinidades plurais, indica a necessidade de se explorar as relações possíveis entre diferentes tipos de masculinidade. Relações que, segundo ela, podem ser de aliança-cumplicidade, dominação-marginalização e subordinação. Para tanto, ela confere centralidade ao termo masculinidades hegemônicas que utiliza para se referir àquele padrão que ocupa posição dominante e é mais valorizado (CONNELL, 2005). Um modelo normativo, idealizado ou, no mínimo, muito difícil de ser atingido, que irradia a configuração mais desejável e distinta de ser homem, diante do qual todos os demais homens devem se posicionar, legitimando não só uma subordinação das mulheres, como, também, uma hierarquização entre as masculinidades (CONNELL; MESSERSCHMIDT, 2013).

A proposta de Connell de se apropriar da noção de Gramsci de hegemonia é perspicaz: as masculinidades são relacionais, dinâmicas, instáveis e sujeitas a constantes disputas, negociações e transformações. Isso remete para espaços não só de oposição-resistência, mas de agência, sendo oportuno e útil estabelecer algum contraste – e não distinção de modo estanque – entre essas duas categorias.

Sob tal perspectiva, em minha tese sigo a proposta de Sherry B. Ortner (2006). Para ela, a **agência** comporta duas faces ou campos de significação: uma que “tem a ver com o poder, com o fato de agir no contexto de relações de desigualdade e assimetria de forças sociais” – destarte, em meio a relações de dominação e resistência –, mas, também, outra relacionada com a “intencionalidade e com o fato de perseguir projetos (culturalmente definidos)” (ORTNER, 2006, p. 58). Nesta trilha, a dominação e a resistência também são concebidas como formas de “agência de poder”, ao lado das quais ela pensa e teoriza uma “agência de projetos”, aspecto no qual encontra-se a dimensão mais fundamental da ideia de agência: “Aqui a noção de agência como “intenção” e “desejo” individuais vem para o primeiro plano, embora nunca se deva perder de

vista o fato de que o todo da meta é culturalmente constituído” (ORTNER, 2006, p. 65).

Pensar a agência de meus interlocutores é abrir espaço para análises e reflexões que levem em conta as formas de resistência de *viados* do interior à heteronormatividade, mas, além disso, estratégias com as quais eles buscaram realizar seus desejos e sonhos.

Nesta introdução, entendo relevante situar outra categoria teórica cuja necessidade de acionamento surgiu com o desenvolvimento da tese, em sua parte final, quando imerso nas fontes reunidas no trabalho de campo passei a compreender melhor as experiências, os processos de identificação, as diferentes formas estratégias de gestão e agenciamento da visibilidade homossexual, enfim, manifestações de resistência, como práticas que somente foram possíveis em um contexto histórico datado e localizado e no diálogo com um **regime de visibilidade**, uma noção que segundo Miskolci,

busca sintetizar a maneira como a sociedade confere reconhecimento e torna visível certos arranjos amorosos, enquanto controla outras maneiras de se relacionar por meio da vigilância moral, da coibição de sua expressão pública, em suma, pela manutenção dessas outras formas amorosas e sexuais em relativa discrição, invisibilidade ou mesmo em uma hipervisibilidade obscena. Um regime de visibilidade traduz uma relação de poder sofisticada, pois não se baseia em proibições diretas, antes em formas indiretas, mas altamente eficientes, de gestão do que é aceitável na vida cotidiana. Assim, um regime de visibilidade é também um regime de conhecimento, pois o que é visível e reconhecido tende a estabelecer as fronteiras do pensável (MISKOLCI, 2017, p.149).

Encaminhando esta apresentação para seu arremate, afirmo que com minha tese pretendo contribuir de modo a romper com a ausência dos gays na história recente do Brasil. Um silêncio que, como Joana Maria Pedro e Elias Ferreira Veras (2014) destacam, é político. E, para tanto, também incorporo **marcos teóricos feministas** cruciais, a principiar pelo realce já mencionado do caráter público e político da sexualidade, sua abordagem crítica e autocrítica que problematiza os estereótipos tradicionais relacionados ao gênero, bem como o componente relacional

e de poder envolvido nas relações entre os homens e as mulheres, mas também entre as mulheres e entre os homens (RUBIN, 1992).

De mais a mais, do ponto de vista epistemológico, adotei o compromisso estratégico de produzir um conhecimento de modo a romper com uma longa tradição androcêntrica e patriarcal (SWAIN, 2008), que em sua maioria é também classista, racista, homofóbica e heteronormativa (MAGRINI, 2015). Assumo em minha atividade e produção acadêmicas uma política de localização. Isto é, reconheço e reivindico que o saber que produzo provém de minha existência que é materializada a partir de meu corpo, que ocupa um lugar social e cultural (BRAIDOTI, 2004; HARAWAY, 1995). Tal reivindicação de autoria, em sua radicalidade, constitui uma das principais contribuições teóricas do movimento feminista que, deste modo

insiste que o/a próprio/a investigador/a seja colocado/a no mesmo plano crítico que o tema pesquisado, fazendo assim, com que todo o processo de pesquisa possa ser avaliado através de seus resultados. Isto é, os pressupostos de classe, raça, cultura e gênero, as crenças e os comportamentos do/a próprio/a pesquisador/a devem ser colocados dentro da moldura do quadro que ele/ala pretender descrever (...). Então o/a pesquisador/a nos parece não como uma voz de autoridade invisível ou anônima, mas como um indivíduo real, histórico, com desejos e interesses concretos e específicos (HARDING, 1987, p.9, *apud* LOURO, 2008, p. 153-154).

Comentando esse ensinamento, Guacira Lopes Louro complementa que, desta maneira:

Abandona-se a pretensão de objetividade, que apenas esconderia ou invisibilizaria a parcialidade sempre insinuada nas análises. Ao invés disso, as características da investigadora (ou do investigador) passam a ser tomadas como “parte da evidência empírica”, elas fazem parte da análise, são consideradas relevantes e podem ajudar a ampliar a compreensão do problema. Sandra Harding diz explicitamente que ‘introduzir este elemento ‘subjetivo’ na análise aumenta, de fato, a objetividade da pesquisa e diminui o ‘objetivismo’

que esconde esse tipo de evidência do público (LOURO, 2008, p. 154).

Neste sentido, espero ter potencializado minha pretensão de produzir um saber alternativo, evidenciando, também, seu caráter político (HARAWAY, 1995). Por outro lado, adoto uma **abordagem interdisciplinar** e, ao reivindicar essa condição, percebo uma maior sintonia e pertinência com as autoras e os autores que concebem a interdisciplinaridade mais como algo processual e que acontece na prática (LEIS, 2005; ALVARENGA et al, 2011; PEDRO, SCHEIBE, 2011).

Na construção desta tese, compreendo a interdisciplinaridade como uma abordagem teórica, epistemológica e metodológica que, diante de uma temática complexa, recorre a diferentes disciplinas e coloca-as em diálogo e, a partir deste, busca uma compreensão que vai além da mera somatória desses saberes especializados, visando a “um conhecimento mais abrangente, ao mesmo tempo diversificado e unificado” (COIMBRA, 2000, p. 58). Neste sentido, longe de negar o valor e a necessidade dos estudos disciplinares e das contribuições que o conhecimento especializado pode prestar, adoto a estratégia de colocar as disciplinas em colaboração (MINAYO, 2010).

Incorporei também uma **perspectiva interseccional**, ou seja, fiz uso da noção de interseccionalidade como uma ferramenta analítica para explorar a articulação entre múltiplas diferenças em sentido amplo, mas em contextos específicos. Para tanto, adoto o viés chamado de construcionista, explicado por Adriana Piscitelli, conferindo destaque aos aspectos dinâmicos e relacionais da identidade social e – para além da associação automática entre diferença e desigualdade, e da sujeição dela decorrente – antevejo nos processos criadores das diferenças recursos que possibilitam a ação (PISCITELLI, 2008).

Sigo, portanto, o referencial teórico de que os entrelaçamentos dos marcadores sociais da diferença podem produzir desigualdades sociais, porém, ao mesmo tempo oportunizar formas de resistência, questionamento e a desconstrução daquelas desigualdades, naquilo que Carlos Eduardo Henning denomina “formas de agência interseccional” (HENNING, 2015). Deste modo, ainda que reconhecendo e evidenciando que aquelas interconexões de marcadores da diferença atuam em lógicas produtoras de opressão e de privilégios, o interesse maior em minha tese é direcionado para a identificação e a visibilização de práticas de resistência e agência.

Feito esse percurso de apresentação e discussão das principais vertentes teóricas e das(os) autoras(es) e categorias que guiarão minhas



análises e reflexões ao longo da tese, apresento a **estruturação de seus capítulos** e como cada um deles está articulado com o outro. **No primeiro capítulo**, apresento os interlocutores que integram o *corpus* da pesquisa. Narro como (re) encontrei cada um deles, como se deu a realização do trabalho de campo, aprofundo alguns aspectos metodológicos com ele relacionados e detalho as viagens realizadas para Tubarão, Imbituba e Gaspar. No mesmo segmento, retomo algumas dúvidas e decisões tomadas durante a realização das entrevistas, algumas cautelas éticas que tomei na condução da pesquisa e, ao seu final, apresento um quadro com dados pessoais dos interlocutores, com base no qual elaborei uma análise sociológica preliminar do conjunto de sujeitos reunido.

**No capítulo 2**, reviso o debate acadêmico sobre a tradicional vinculação das pesquisas sobre homossexualidades às metrópoles, associando-me ao campo de estudos que tensiona e questiona essa tendência. Para tanto, preliminarmente, proponho um acordo semântico em torno da expressão “cidades do interior” e situo, em termos históricos, a persistência da influência de pesquisas realizadas em centros metropolitanos, confirmando-a com base em um levantamento de trabalhos de conclusão de cursos de graduação e pós-graduação da UFSC (reunidos no Apêndice A, inserido no final da tese). Em seguida, articulo um breve panorama do debate que se dá na academia estadunidense em torno da metronomatividade e apresento o levantamento que fiz, com base no banco de dados específico da Capes, das teses e dissertações produzidas no Brasil relacionadas com homossexualidades e “cidades do interior”. Por último, apresento as três cidades de Santa Catarina – Gaspar, Tubarão e Imbituba – onde os interlocutores vivem, reunindo alguns dados sociais e demográficos de cada uma delas em quadros que constam dos apêndices F, G e H.

**No terceiro capítulo**, inicio minhas análises com base nas experiências e processos de subjetivação de um primeiro grupo de sujeitos – composto pelos interlocutores Ney, Fernando e Ricardo – meninos “diferentes”, que ainda durante suas infâncias e adolescências se identificaram e foram reconhecidos nas comunidades como *viados*. **Já no capítulo seguinte, o quarto**, dou seguimento àquelas análises, desta feita explorando as experiências dos sujeitos que reuni em um segundo grupo – Ronaldo, José, Francisco, Antônio, Renato e João – que, embora também tenham se identificado como *viados* quando crianças e adolescentes, foram reconhecidos como tais nas comunidades em que viviam mais tarde em suas trajetórias de vida, aparentemente por serem meninos e rapazes “reservados”.

Nos capítulos 5 e 6 prossigo em minhas análises e reflexões a partir das experiências dos meus interlocutores. Para tanto, mantive a divisão do conjunto de sujeitos em dois grupos, sendo que **no capítulo 5** investigo as negociações e estratégias adotadas por Ney, Fernando e Ricardo na gestão da visibilidade de suas homossexualidades (que já eram de conhecimento familiar e público desde suas infâncias e adolescências) e como resistiram à heteronormatividade. Na segunda parte do capítulo exploro e problematizo como aquelas práticas foram associadas a diferentes noções de “discrição” e a diferentes cautelas.

**No capítulo 6**, investigo as negociações e estratégias tomadas pelo segundo grupo de sujeitos – composto pelos interlocutores José, Renato, Antônio, Francisco, Ronaldo e, particularmente, João – considerando que conhecimento familiar e público de suas homossexualidades não se deu durante suas infâncias e adolescências, sendo por eles gerido mais tarde, no início e/ou no decorrer de suas vidas adultas. Na parte final do capítulo investigo como as diferentes formas de gestão da visibilidade homossexual surgiram entrelaçadas com valores e práticas associadas à “discrição” e com diversas precauções.

**No capítulo sétimo**, ainda procurando compreender melhor como os sujeitos resistiram à heteronormatividade, conduzi minha pesquisa articulando algumas memórias com alguns aspectos do contexto histórico no qual estava inserido o regime de visibilidade com o qual os interlocutores dialogaram, gerindo a visibilidade de suas homossexualidades. Neste íterim, destaquei o contexto social, cultural e moral marcado pela ditadura militar, o pânico sexual desencadeado pelo surgimento da AIDS, a ascendência e a ambiguidade na relação com a religiosidade católica, e a influência da televisão.

**No oitavo e derradeiro capítulo**, aprofundo o estudo do regime de visibilidade homossexual com o qual os interlocutores dialogaram, elaboraram seus processos de subjetivação e reconhecimento identitário, bem como geriram a visibilidade de suas homossexualidades, resistindo à heteronormatividade. Mais uma vez, priorizando o potencial das fontes orais, explorei a importância da televisão – dos shows de auditório e das novelas, em particular – na construção e difusão de representações estereotipadas das *bichas* e dos *viados* e modelares dos gays discretos, especulando sobre diferentes possibilidades de identificação e também reusos e ressignificações de representações não diretamente relacionadas com os homossexuais, e que disputavam por expressão e espaço em meio a uma cultura hegemônica heterossexual.

Por fim, apresento minhas **considerações finais**, seguidas da lista das **referências bibliográficas** e dos **apêndices** que foram incorporados na tese.



## 1 RESPEITOSAMENTE: OS VIADOS

Início de uma tarde de sábado em Tubarão. Dia de maio. Céu azul e sol de outono. Ney me esperava com uma amiga. Vestido de um modo um pouco mais formal, com camisa, calça social e um blazer, me recebeu de modo alegre e expansivo, e, a convite dele, fomos dar uma volta na cidade. Um passeio a bordo de seu carro novo e vermelho. Logo chegamos no estacionamento próximo do shopping e Ney se dirigiu ao senhor postado na guarita, caprichando na voz: “Agora sou macho cara, tá me estranhando?” [“fechando”] – para risos soltos de todos que estavam por perto. Ele riu junto, uma risada alta e gostosa, contagiante. E seguiu em frente, distribuindo seu bordão preferido, com uma calculada afetação, para os muitos conhecidos e conhecidas que encontramos pelo caminho: “Olá, como vaaissss...?” – sua “marca registrada”. Em outra ocasião ela havia me explicado que aprendeu a expressão assistindo a programas de um colunista social – a Metralhadora Platinada – que, em seu programa diário na antiga TV Coligadas, de Florianópolis, no início da década de 1980, sempre dizia: “Olá como vaaissss??? A mamãe tá bem?”

Figura 1 – Celsinho Pamplona, conhecido carinhosamente por seu público como “a Metralhadora Platinada”.



Fonte: André Tarnowsky Filho Blog, (2017)<sup>38</sup>

<sup>38</sup> Disponível em: <http://andretarnowskyfilho.blogspot.com/2010/09/coluna-social.html>, acessado em 12 dez.2017.

Logo voltamos para sua casa, uma quitinete simples e aconchegante bem no centro da cidade. Ali, em um mesmo espaço e com a ajuda de um biombo, integrava dois ambientes: um quarto com uma cama de casal e um grande guarda roupa ladeados por uma pequena varanda; e uma sala-cozinha, com um sofá, mesa com cadeiras, aparador, mesa de centro, cristaleira, geladeira, fogão, pia e televisão fixa na parede. Retratos de família e uma foto da época em que era colunista social – ao lado de um outrora conhecido ator gay, “mujerrérrima” no dizer dele, ambos de smoking – complementavam a decoração.

Conversamos uma boa meia hora, cada qual contando e resumindo os rumos de vida que tomamos depois de tantos anos sem um encontro. A tarde já tinha avançado um bocado quando, com o gravador ligado, dei início à entrevista. Começou ali minha pesquisa de campo cuja continuidade e finalização somente foi possível com a decisiva e generosa ajuda de Ney. Com idade próxima da minha e vivendo em uma cidade do interior, ele se encaixava perfeitamente no perfil de possíveis interlocutores cujas trajetórias de vida eu pretendia investigar.

**Ney** nasceu em uma família de agricultores descendentes de espanhóis, sendo o quarto dos cinco filhos homens, e tendo também uma irmã. Tem 57 anos, é solteiro, mora no centro de Tubarão, e, apesar de já estar aposentado, ainda trabalha como funcionário público concursado. Ele é branco, tem altura mediana, com uma leve barriga e é calvo. Frequenta a igreja católica regularmente. Por temer ficar sozinho na velhice, procura por um companheiro. Nas semanas em que as entrevistas foram realizadas, estava em uma relação um pouco conturbada, com um namorado baiano de 35 anos que com ele veio morar e ficou por alguns meses.

Eu lhe havia antecipado por telefone, em termos mais amplos, os propósitos de minha pesquisa e também pedido a sua ajuda para reencontrar alguns gays que eu havia conhecido na sua casa no período de 1995 a 2000 e para ampliar essa rede de contatos. Logo no final de semana seguinte e nos dois meses subsequentes retornei a Tubarão e entrevistei outros três interlocutores, contando com a mediação de Ney. Com o primeiro deles – José – a exemplo do próprio Ney, eu cheguei a estreitar uma relação de amizade e também frequentei sua casa naquela época. Mas, depois do fim de meu relacionamento, nosso contato tornou-se mais raro e nos distanciamos a partir de 2000. Os outros dois interlocutores – Ronaldo e Antônio – eu também havia conhecido, ainda que mais rapidamente, no período em que frequentei a casa de Ney.

O primeiro contato retomado foi com Ronaldo. No início de uma noite muito fria, fui até sua casa na companhia de Ney e ele nos recebeu

na garagem. Depois de explicar o motivo da visita percebi alguma resistência ao convite. Ainda assim, passados alguns minutos de conversa, ele pensou e anuiu. Só então me dei conta que, como ele morava com uma irmã, a própria forma como o abordei havia sido um pouco precipitada e poderia trazer-lhe algum embaraço. Justamente por isso, concordei imediatamente quando ele pediu que a entrevista, no dia seguinte, fosse realizada na casa Ney.

Depois de mais de 15 anos sem vê-lo, **Ronaldo** continuava um homem bonito. Com 56 anos, ele é branco, alto, magro, moreno, agora grisalho, vestia-se com calça jeans, blusa escura e tênis. Nascido em uma família de descendentes italianos, seu pai era mineiro, aposentado precocemente por invalidez, e também fora maquinista. A mãe era trabalhadora no âmbito doméstico-familiar e costureira, cuidou dos dez filhos, seis homens e quatro mulheres. Por 12 anos Ronaldo trabalhou como bancário, depois como empregado de firmas terceirizadas por mais seis anos na empresa pública onde, mais tarde, em 2003, aos 43 anos, veio a ser efetivado, depois de aprovado em um concurso público. Atualmente está solteiro e mora com uma irmã na casa que era de sua falecida mãe, perto do centro de Tubarão. Também é católico.

Certa vez, especulando com Ney sobre outros possíveis interlocutores para a pesquisa, lembrei-me e questionei-o: “Oh, Ney, não tinha um amigo teu que vi na tua casa, não sei, acho que ele criava cabras [...] não era?”. Ao que ele abriu um sorriso e concordou com algum alvoroço “Ah! Sim, o Tonho das Cabras!”, para logo a seguir, pensativo, desanimar um pouco: “Mas, não sei se ele vai concordar [...]”.

Terceira tentativa. Como nas duas anteriores, uma voz feminina aparentando ser de uma senhora idosa, atendeu o telefone e retrucou: “Quem tá falando?”. Afirmei que era o Mauricio, que já tinha ligado antes. Ela então respondeu: “O que queres com ele!?”. Tentei apaziguar: “Sou amigo do Ney”. Contrariada disse: “Eu vou chamar. Ele tá lá nas cabras”. Demorou um pouco, mas ele me atendeu e foi simpático. Depois de explicado o motivo do contato, pediu para marcarmos nosso encontro na casa de Ney. Justificou que era melhor para ficarmos mais à vontade. Apesar de muito curioso, não insisti na ideia inicial de encontrá-lo no sítio, mais uma vez tentando evitar qualquer embaraço.

**Antônio** tem 46 anos, é branco, tem altura mediana e corpo atlético. No dia de nosso encontro estava de jeans e camiseta justos e calçava sapatos. Nascido em uma família de agricultores, ao contrário dos dois irmãos e irmã, não casou e mora com o pai e a mãe na propriedade rural em um bairro afastado de Tubarão. Como eles, é católico praticante

e cria mais de 100 animais naquela localidade, principalmente cabras, das quais vende o leite que lhe garante um padrão de vida de classe média.

Em outra ocasião, fiquei um pouco contrariado quando soube que Ney, com a boa vontade de sempre, havia combinado uma entrevista sem me consultar. Afinal, eu tinha alertado que precisava entrevistar gays de cidades do interior, com idade próxima da minha e José já tinha mais de 60. Logo percebi, no entanto, que seria indelicado de minha parte não o ouvir. Ele também, como os demais colegas da mesma roda de amigos, queria dar uma entrevista para o Mauricio que estava fazendo uma pesquisa de doutorado na Universidade Federal. Então, com Ney em meu carro, seguimos até a casa de José.

Nosso reencontro foi perturbador. Ele estava muito magro e debilitado. Naquele momento não tive mais dúvidas em ouvi-lo e em reconsiderar o recorte geracional mais estrito, que eu havia pensado inicialmente. Como José morava com sua esposa e pouco saía de casa, compreendi quando sugeriram que fôssemos até a casa de Ney, um dos poucos amigos que não havia se afastado, e, diante de sua fragilidade física, não objetei quando o segundo não saiu e acompanhou a entrevista no mesmo ambiente<sup>39</sup>.

**José** nasceu em Tubarão em uma área rural às margens da Lagoa do Imaruí, em uma família de agricultores descendentes de imigrantes portugueses, que também tinham um engenho de farinha. Era o caçula, temporão, ao lado de três irmãos e uma irmã, todos já falecidos. Tem 66 anos, é branco, tem altura mediana e magro. Casado, católico não praticante, tem um filho, e também uma filha que já lhe deu uma neta. Há mais de 20 anos está aposentado por invalidez em virtude da AIDS e da doença de Parkinson que o afastaram da profissão de decorador de interiores e lhe impuseram um precoce aspecto frágil e senil. Na primeira entrevista ele vestia uma calça jeans, um pulôver leve e tênis. Ele vive com sua esposa, que é funcionária pública federal, em uma espaçosa e confortável casa em um bairro nobre da cidade.

De Tubarão, apresento desde logo um quinto interlocutor, ainda que a entrevista com ele tenha sido uma das últimas realizadas. O contato com ele também foi por telefone. Pediu-me para que nos encontrássemos

---

<sup>39</sup> Por causa da dificuldade de fala e da emoção de José em alguns momentos nossa conversa foi menos fluída. Por algumas vezes tive de falar mais, fosse para tranquilizá-lo, fosse para encadear o diálogo. No momento da transcrição algumas partes se revelaram inaudíveis. Por tudo isso, em maio de 2017 combinei uma segunda conversa. Dessa vez, nosso encontro foi em sua casa, em uma manhã de sexta-feira. Ele me recebeu sozinho e de roupão e, apesar de não estar frio, aparentava o contrário.



em um local neutro e também sugeriu a casa de Ney. **João** tem 46 anos, é negro, solteiro, bem alto, magro e forte. Seu pai era eletricitário e a mãe trabalhadora no âmbito doméstico-familiar. João mora com ela e uma das irmãs em um bairro próximo do centro de Tubarão. Formado em educação física, atua como professor de educação especial e de dança. É católico não-praticante. Em nosso encontro, vestia calça jeans, camiseta sem mangas e um vistoso tênis.

Outros dois interlocutores eu encontrei com a ajuda de meu ex-companheiro, Altamiro, que atualmente mora em Imbituba.

**Ricardo** tem 53 anos, é branco, solteiro e como ele próprio resume, pequeno. Ao lado de dois irmãos e duas irmãs, foi o terceiro filho que nasceu em uma família chefiada por seu pai, que era portuário e jogador de futebol. Aproximadamente dos 20 aos 46 anos, ele percorreu seminários para seguir a vida religiosa na igreja católica, no entanto, por causa de suas sucessivas idas e vindas para Imbituba, nunca chegou a concluir sua formação. Preocupado com seu futuro, quando nos encontramos, preparava-se para trabalhar como cabeleireiro no salão que construiu, com a ajuda da mãe, na parte lateral de sua casa simples e parecida com todas as outras construídas na antiga vila operária, hoje integrada ao centro da cidade.

Foi lá que nos encontramos e ele me recebeu disposto e sorridente, vestindo uma calça branca que delineava suas pernas. A camisa, também justa ao corpo, era azul, a cor de seus impressionantes olhos. Bijuterias brilhantes e sapatos brancos com salto baixo, mas largo, arrematavam o elaborado figurino. Logo ali no outro cômodo estava sua mãe, idosa, ao mesmo tempo franzina e forte. Ela acompanhava tudo que se passava dentro e fora da casa, com a cadeira de rodas estrategicamente posicionada diante da janela.

Somente cinco meses depois é que retornei a Imbituba para encontrar mais um de meus interlocutores. Cheguei na cidade um pouco antes do horário previsto. Aproveitei e fiz uma visita a meu ex-companheiro e sua mãe, já que o potencial entrevistado era vizinho deles. A noite já estava feita, caía uma chuva fina, mas ainda assim segui a pé com o Altamiro até a casa de Francisco. Ele nos recebeu na entrada, vestindo bermudas, camiseta e tênis. Agradeceu por eu ter aceito o convite de última hora para a janta. Retribuí o agradecimento. Subimos dois lances de escadas e só então me dei conta que a casa tinha três pisos. Era enorme. Nos instalamos na cobertura, um espaço que conta com uma segunda cozinha, piscina e uma ampla área de estar. De lá, era possível ouvir o mar que, muito próximo, de dia devia oferecer uma generosa vista.

Cumprimentei Felipe, companheiro de Francisco, que encaminhava o cheiroso jantar. Mais tarde, ele me acompanhou em uma parte mais reservada da casa, com poltronas e sofás e lá conversamos com mais privacidade.

**Francisco** tem 54 anos. É branco, magro e de estatura baixa. Foi o nono filho de dez, seis mulheres. Seu pai trabalhava em serviços pesados no porto e a mãe era trabalhadora no âmbito doméstico-familiar. Muito católico, desde 2010 ele vive com seu marido, companheiro de mais de 20 anos, com o qual casou no civil em 2015. É servidor público aposentado, tendo seguido carreira em setores administrativos do porto da cidade. Com o parceiro, administra uma pousada de veraneio anexa à casa onde vivem.

Por fim, apresento os dois últimos interlocutores que consegui reunir para a realização da pesquisa. Ambos são moradores de Gaspar.

Com o primeiro deles eu mantive contato através da indicação de um amigo que soube que eu estava fazendo uma pesquisa sobre gays com a idade próxima da minha e que viviam em cidades do interior. Chamava-se Fernando. Ainda durante os contatos telefônicos, avisaram-me que *ele* era professor, mas se vestia de mulher. E naquele momento, por instantes, fiquei em dúvida se deveria ou não entrevistá-lo. Ainda assim, animado com a perspectiva de conversar com mais um interlocutor, sem conhecer detalhes de sua trajetória, liguei e marcamos nosso encontro para o final de semana em que eu estaria em Blumenau, por ser uma cidade bem próxima e vizinha à Gaspar. Depois da longa conversa que tivemos, minhas dúvidas foram dissipadas<sup>40</sup> e voltei a conversar com ele em uma segunda oportunidade.

---

<sup>40</sup> O primeiro aspecto que me levou a mantê-lo no grupo de sujeitos que integram o *corpus* da pesquisa foi a constatação de que ele, como os demais interlocutores, viveu experiências que o levaram a ser identificado e se reconhecer como *viado*. Como vou explorar de forma mais detalhada mais adiante, isso ocorreu na segunda metade da década de 1980, em um período em que ainda prevalecia uma identificação – no sentido de considerados idênticos – entre os homossexuais e as travestis. Uma associação que, como James N. Green situa, teve início nos anos 1940, nos bailes de carnaval cariocas, e que se manteve nos desfiles das escolas de samba a contar do fim da década de 1960 (GREEN, 2000). Naquela época, ainda não havia a delimitação de categorias identitárias, que somente se tornaram mais nítidas com o processo de politização e segmentação que teve espaço nos movimentos LGBTs na década de 1990 (FACCHINI, 2005). Segundo apontamento: também com relação a Fernando, conclui que eram possíveis de conjugação e reflexão as perguntas norteadoras da pesquisa. E, por último, sua trajetória de vida se revelou produtiva com relação ao objetivo de pensar mais em termos relacionais, menos intransitivos e binários, questões relativas ao gênero, as masculinidades e (homo) sexualidades.

Ele me recebeu em sua casa, em um bairro pouco distante do centro da cidade. É uma meia-água na qual prevalecem cores vibrantes, mas nela não chegamos a entrar. Fomos para a casa de sua irmã, edificada na parte da frente do terreno, pois, explicou-me, lá estava mais organizado e poderíamos conversar à vontade. Também ali a decoração era simples e em tons fortes. Sentamos em uma saleta que fica ao lado da cozinha. Ele estava vestido com uma calça feminina escura e formal, blusa transparente preta, assim como os sapatos. Em nosso primeiro encontro<sup>41</sup> por duas vezes sua irmã e cunhado apareceram e participaram rapidamente da conversa.

**Fernando** tem 42 anos, é solteiro, branco e de estatura baixa. Nasceu em uma família pequena de origem alemã. Seu pai, já falecido, foi borracheiro e mais tarde proprietário de uma pequena mercearia e bar, que, junto com sua mãe, também falecida, mantinham na parte da frente da casa em que moravam em um bairro na área rural de Gaspar. Desde os 19 anos trabalha como professor. Efetivado no município e na rede estadual, dá seguidas aulas de manhã, à tarde e à noite. A contar dos 22 anos decidiu passar a se vestir com mulher, adotando um estilo “feminino discreto”, como gosta de frisar. Mora em casa própria em um bairro próximo ao centro da cidade.

O nono interlocutor que compôs o conjunto de homens entrevistados eu já conhecia há mais de dez anos. Ele já frequentara minha casa alguma vez, mas eu não havia cogitado de convidá-lo para uma entrevista, provavelmente porque sempre o associei a Florianópolis, onde trabalha seu companheiro que é meu amigo. Isso mudou com a entrevista de Fernando, quando soube que eles são primos e dei-me conta de que, na realidade, Renato nasceu, trabalha e mora em Gaspar. Feito o convite por telefone, ele pediu uns dias para pensar.

Uma semana depois veio a resposta positiva. Nosso encontro foi em um sábado à tarde, no apartamento que ele divide aos finais de semana com o companheiro em São José, na “Grande Florianópolis”. No dia combinado, ele me recebeu de bermudas, camiseta e tênis todos esportivos, que valorizavam seu corpo muito forte e atlético. Almoçamos todos juntos em um restaurante próximo: Renato, seu companheiro e um de seus dois filhos, oriundos de um primeiro casamento. Logo depois, já no apartamento deles, confortável e bem decorado, com mais privacidade iniciamos nossa conversa.

---

<sup>41</sup> Quatro meses depois, em março de 2017, tivemos um segundo encontro e o local da conversa foi o mesmo. Em um dia de muito calor, ele me recebeu logo depois de sair do banho, com roupão e toalha envolvendo a cabeça.

**Renato** tem 49 anos, é branco, magro, bem alto, tem um corpo musculoso e é calvo. Foi o mais velho dos seis filhos, com quatro irmãs e um irmão, em uma família católica de agricultores descendentes de alemães e moradores da área rural de Gaspar. É funcionário público concursado e estável. De segunda à sexta-feira, mora com a família de uma irmã em um bairro da cidade e aos finais de semana em São José, com seu companheiro de mais de dez anos, que é cabelereiro. O casal tem registrada em cartório a união estável há alguns anos.

Ao início de cada uma das entrevistas esclareci a minha condição de pesquisador da UFSC, estudante do doutorado do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, bem como os propósitos de minha pesquisa acadêmica sobre homens homossexuais, com idade próxima minha e que viviam em cidades do interior. Neste mesmo momento, ainda antes de iniciar a conversação propriamente dita, expliquei as razões pelas quais eu estava utilizando o gravador – seria impossível tomar notas de toda a conversa realizada – e questionei especificamente se estava autorizado a fazer a gravação e usar a entrevista e do material gravado em meu trabalho acadêmico. Somente depois de feitos esses esclarecimentos e formalidades, colhida e registrada em áudio a expressa e voluntária autorização, dei seguimento às entrevistas.

Assim procedi concordando e com respaldo na posição de Luís Roberto Cardoso de Oliveira (2003), que propõe uma diferenciação entre pesquisas em seres humanos das pesquisas com seres humanos, ponderando:

No caso da pesquisa **em** seres humanos, a relação com os sujeitos, objeto da pesquisa, tem como paradigma uma situação de intervenção, na qual esses seres humanos são colocados na condição de cobaias e, por tratar-se de uma cobaia de tipo diferente, é necessário que esta condição de cobaia seja relativizada. É neste contexto que o consentimento informado se constitui em uma exigência não só legítima, mas da maior importância. Já no caso da pesquisa **com** seres humanos, diferentemente da pesquisa em seres humanos, o sujeito da pesquisa deixa a condição de cobaia (ou de objeto de intervenção) para assumir o papel de ator (ou de sujeito de interlocução). Na antropologia, que tem no trabalho de campo o principal símbolo de suas atividades de pesquisa, o próprio objeto da pesquisa é negociado: tanto no

plano da interação com os atores, como no plano da construção ou da definição do problema pesquisado pelo antropólogo OLIVEIRA, 2003, p. 3, grifos no original).

Sob tal perspectiva, o antropólogo conclui que as regulamentações que orientam pesquisas científicas e acadêmicas do ponto de vista ético, acabam por impor uma compreensão “biocêntrica”, característica de pesquisas em seres humanos, à ética na prática da pesquisa com seres humanos; desconsiderando e cerceando de modo normativo não só o caráter negociado e dialógico da pesquisa, bem como a circunstância de que, muitas vezes, como se deu no meu caso, seus objetivos são reconfigurados e estabilizados e durante a realização do próprio trabalho de campo (OLIVEIRA, 2003).

Minha colega de doutorado Anahi Guedes de Mello ecoa tais críticas, revelando os percalços que enfrentou junto ao Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da UFSC, na condução de sua investigação, realizada durante seu mestrado em Antropologia Social, sobre violências praticadas contra mulheres com deficiência. Trata-se de um referencial importante que evidencia dificuldades reais e práticas advindas da indevida imposição e aplicação de resoluções e abordagens próprias do campo biomédico às pesquisas realizadas no âmbito das ciências humanas e sociais (MELLO, 2016).

Muito além do anonimato e privacidade assegurado aos interlocutores, o compromisso ético por mim assumido como pesquisador e acadêmico, passou pela combinação de mantê-los informados sobre o andamento do trabalho, pelo convite individualizado para sua defesa pública, além de divulgar e disponibilizar seu conteúdo, quando de sua publicação pela Biblioteca Universitária. Trata-se, outrossim, de um comprometimento com a comunidade científica e a defesa das infinitas possibilidades criativas e plurais do devir humano (ZANELLA, 2008).

Em cada uma das entrevistas realizadas deixei aberta a possibilidade para a realização de um segundo encontro. Essa era minha pretensão inicial, dada a proposta de trabalhar com histórias de vida. Eu tinha a convicção de que a partir de uma relação de maior proximidade, a profundidade nos relatos seria potencializada além de contar com mais uma possibilidade para a evocação de memórias relacionadas com processos alternativos de subjetivação. Na realidade houve uma soma de fatores que contribuíram para que uma segunda rodada de conversas não se realizasse, como eu havia cogitado inicialmente. Além da distância como complicador, as próprias circunstâncias em que os primeiros

encontros aconteceram – em finais de semana e em locais diversos das residências em que a maior parte dos interlocutores morava -, sinalizaram que na maioria dos casos aquela seria uma oportunidade única. Paralelamente ao trabalho de campo, com o objeto da pesquisa sendo gradualmente reconfigurado, novas leituras se fizeram necessárias e conforme o ano de 2017 foi se precipitando para seu final, em um dado momento tive de dar o trabalho de campo por encerrado, com o início da fase de escrita.

Com alguns dos entrevistados, eventualmente, esclareci algumas dúvidas e certas lacunas pontuais encontradas no material transcrito foram supridas, usando para tanto as formas de contato que eu já havia estabelecido – *Whatsapp* ou *Facebook*.

No total realizei 14 viagens, sendo sete para Tubarão, cinco para Imbituba e duas para Gaspar, trabalho que, em seu conjunto, permitiu elaborar o seguinte quadro:

Quadro 1 – Entrevistas realizadas durante o trabalho de campo entre maio de 2016 e maio de 2017.

<b>Data</b>	<b>Local</b>	<b>Nome fictício</b>	<b>Duração</b>
21.05.2016	Tubarão	Ney	01:22:54
31.05.2016	Imbituba	Ricardo	01:32:26
04.06.2016	Tubarão	José	35:47
19.06.2016	Tubarão	Ronaldo	01:11:33
03.07.2016	Tubarão	Antônio	49:30
29.10.2016	Gaspar	Fernando	02:20:08
08.11.2016	Imbituba	Francisco	01:22
03.12.2016	Gaspar	Renato	1:33:29
07.12.2016	Tubarão	João	01:30:57
<b>COMPLEMENTO</b>			
09.10.2017	Florianópolis	Ney	32:54
05.03.2017	Gaspar	Fernando	24:12
26.05.2017	Tubarão	Antônio	14:29

Fonte: O autor.

A seguir, no Quadro 2, inserido na próxima página, apresento um perfil de cada um dos interlocutores entrevistados, reunindo os principais dados sociológicos considerados:

Quadro 2 – Perfil dos interlocutores entrevistados.

NOME	LOCAL NASCIMENTO/ ONDE MORAVA	ANO NASC.	IDADE	RAÇA <sup>1</sup>	ATIVIDADE DO PAI E DA MÃE	COMPOSIÇÃO FAMILIAR	ESCOLARIDADE	ATIVIDADE PROFISSIONAL	RELIGIÃO	ESTADO CIVIL	COM QUEM MORAVA
JOSÉ	Tubarão (área rural) Tubarão	1950	66	Branco	Carpinteiro Trabalhadora no âmbito doméstico-familiar	Caçula 3 irmãos 1 irmã	(antigo) 1º grau incompleto. Curso técnico de decorador.	Decorador (aposentado por invalidez)	Católico	Casado	Com a esposa
NEY	Tubarão (área rural) Tubarão	1959	57	Branco	Agricultor Agricultora/trabalhadora no âmbito doméstico-familiar	4º filho 4 irmãos 1 irmã	Curso técnico (2º grau) decorador.	Servidor público aposentado /em atividade	Católico praticante	Solteiro	Com namorado/sozinho
RONALDO	Tubarão Tubarão	1960	56	Branco	Mineiro/ maquinista Costureira/trabalhadora no âmbito doméstico-familiar	7º filho 5 irmãos 4 irmãs	Curso técnico (antigo 2º grau)	Servido público estadual	Católico	solteiro	Com uma irmã
FRANCISCO	Imbituba Imbituba	1962	54	Branco	Portuário Trabalhadora no âmbito doméstico-familiar	9º filho 3 irmãos 6 irmãs	Curso técnico. (antigo 2º grau)	Servidor público federal aposentado	Católico praticante	Casado	Com companheiro
RICARDO	Imbituba Imbituba	1963	53	Branco	Portuário/jogador futebol Trabalhadora no âmbito doméstico-familiar	3º filho 2 irmãos 3 irmãs	Graduado em Serviço Social	Cabeleireiro	Católico praticante	Solteiro	Com a mãe
RENATO	Gaspár Gaspár	1967	49	Branco	Agricultor Agricultora/trabalhadora no âmbito doméstico-familiar	1º filho 1 irmão 4 irmãs	(antigo) 2º grau completo	Servidor público municipal	Católico	União estável	Com irmã e sua família
ANTÔNIO	Tubarão (área rural) Tubarão	1969	46	Branco	Agricultor/ criador animais Agricultora/trabalhadora no âmbito doméstico-familiar	3 º filho 2 irmãos 1 irmã	(antigo) 1º grau incompleto	Criador de cabras	Católico praticante	Solteiro	Com o pai e a mãe
JOÃO	Tubarão Tubarão	1970	45	Negro	Eleticitário Trabalhadora no âmbito doméstico-familiar	3º filho 2 irmãos	Graduado Educação Física	Professor e dançarino	Católico	Solteiro	Com mãe e irmã
FERNANDO	Gaspár Gaspár	1974	42	Branco	Borracheiro/ pequeno comércio Trabalhadora no âmbito doméstico-familiar/pequeno comércio	Caçula 1 irmã	Pós-graduado Magistério	Professor (no município e no estado)	Católico	Solteiro	Sozinho

Fonte: O autor

<sup>1</sup> Expressão aqui utilizada como um modo de classificação baseado não em algo natural ou essencial, mas uma construção social e cultural, “um conceito sociológico, certamente não realista, no sentido ontológico, pois não reflete algo existente no mundo real, mas um conceito analítico nominalista, no sentido de que se refere a algo que orienta e ordena o discurso sobre a vida real” (GUINARDES, 2003, p. 104).

Nove homens que se identificam como homossexuais e são reconhecidos como tal, que vivem em cidades do interior de Santa Catarina, integram o *corpus* da pesquisa. Desse conjunto, oito são brancos e um negro. Em sua maioria, integraram famílias numerosas. Duas delas contavam com dez filhas(os); duas tinham seis filhas(os) cada; outras duas, com cinco filhas(os) cada; uma família era composta por quatro filhos(as) e somente uma, aquela à qual pertencia o interlocutor mais jovem, tinha duas irmãs.

Todos têm em comum o fato de terem nascido em famílias de classe operária ou trabalhadora, e atualmente integrarem diferentes camadas da classe média<sup>42</sup>. Sem exceção, seus pais realizavam serviços pesados e com atividade braçal, com destaque para os agricultores, que eram em número de quatro, seguidos de dois estivadores, um mineiro/maquinista, um carpinteiro e um eletricitário. Com todas as mães a circunstância que se repetiu foi o fato de serem mulheres trabalhadoras, cuja atividade principal se dava no âmbito doméstico, realizado de modo paralelo com o trabalho na roça em três casos, em uma pequena mercearia/bar da família em um caso e como costureira em outro.

Quanto ao estado civil, a maioria dos entrevistados é composta por solteiros, estes em número de seis, havendo dois casados – um em união homossexual e outro heterossexual – e um último que vive parcialmente com companheiro sob união estável formalizada. Dentre os seis solteiros, um mora com o pai e a mãe, um com a mãe e irmã, dois moram sozinhos, um com sua mãe e outro com uma irmã.

A escolaridade preponderante identificada foi a equivalente ao ensino médio completo (antigo segundo grau), concluído por quatro interlocutores, seguido daqueles que completaram o ensino superior em dois casos, sendo que um deles é pós-graduado e, por fim, dois sujeitos que não completaram o ensino fundamental (antigo primeiro grau).

Dos sujeitos analisados, somente com dois deles identifiquei que houve uma continuidade no mesmo tipo de trabalho realizado pelo pai. Foi o caso de José, que deu seguimento aos serviços de carpintaria e produção de sofás, especializando-se depois e estabelecendo-se como decorador. E de Antônio, que até hoje dedica-se à criação de cabras. Foi justamente nesses dois casos que o ensino fundamental não foi concluído.

---

<sup>42</sup> A pesquisa realizada não contemplou o levantamento de dados por faixas de renda, portanto, ao usar esses termos, conferi centralidade ao tipo de ocupação profissional das pessoas envolvidas.



De um modo mais amplo, o quadro elaborado indica claramente que a inserção profissional do conjunto estudado deu-se de modo preponderante na esfera do serviço público, que ocorreu em cinco casos, um deles dedicando-se ao magistério. Nos outros quatro casos vinculados à iniciativa privada, constatei que somente um trabalha na condição de empregado. Os outros três sujeitos foram ou são pequenos empreendedores individuais: como o decorador e o criador de cabras, já mencionados, além de Ricardo que recentemente, depois de um longo período sem atividade remunerada, profissionalizou-se como cabelereiro.

Com relação à faixa etária do grupo, pode-se identificar um núcleo mais coeso de sete indivíduos com idades entre 42 e 57 anos, ou seja, com uma diferença de 15 anos entre o mais jovem e o mais velho. Durante a realização do trabalho de campo, no entanto, tive a oportunidade de conversar com um interlocutor cuja idade se afastava de tal recorte geracional mais estrito: José com 66 anos. Diante da riqueza de suas memórias decidi mantê-lo no *corpus* da pesquisa, levando em conta que ele fazia parte do grupo de *viados* que morava em Tubarão que conheci nos idos de 1995 (vale dizer, integrava a mesma rede de amigos de homens gays).

Apresentados os interlocutores e realizada uma avaliação sociológica mais ampla do conjunto por eles formado, antes de avançar em minhas análises na busca de respostas às questões norteadoras, no próximo capítulo exploro outra peculiaridade que é comum a todos eles: o fato de terem nascido e viverem em cidades do interior de Santa Catarina. Nesta trilha, aprofundo o debate teórico existente em torno da temática das homossexualidades vivenciadas em contextos não metropolitanos e apresento Gaspar, Imbituba e Tubarão.



## 2 CIDADES DO INTERIOR

Lá na capital eles consideram Florianópolis a metrópole de Santa Catarina e a gente como interior ainda. Eu acho que isso mudou bastante. Hoje, se eu digo Gaspar, lá do lado de Blumenau não é do interior. Interior pra gente aqui é o sítio, é a roça. (Fernando)

O que é “interior”? Como o comentário de Fernando evidenciou, trata-se de um termo que, mesmo no campo de significação mais estrito relacionado com posições espaciais ou geográficas<sup>43</sup>, adquire diferentes sentidos de acordo com a posição de fala e o contexto daquelas(es) que fazem uso da expressão. Neste sentido, por certo quando me refiro às cidades nas quais realizei meu campo de pesquisa – Gaspar, Tubarão e Imbituba – como cidades do interior, meu próprio local de fala<sup>44</sup> está implicado na escolha conceitual que fiz, requisitando uma melhor delimitação de seu significado e alcance.

### 2.1 CIDADES DO INTERIOR: ACORDO SEMÂNTICO

Somente à medida que avancei na realização da pesquisa, buscando referenciais teóricos com um recorte geográfico específico, é que me dei conta que a quase totalidade do que eu havia lido sobre estudos de gênero e sexualidade, até então, dizia respeito a realidades vivenciadas em regiões metropolitanas. Por outro lado, ainda que fosse perceptível um aumento gradual de pesquisas interessadas em contextos não metropolitanos, tratava-se de investigação difícil, dado o uso indiscriminado de diferentes termos sem que houvesse consenso em torno do significado de cada um deles.

Algumas incursões na busca de uma definição mais precisa do que são consideradas cidades pequenas, médias e grandes no Brasil foram frustrantes. Não há um critério claramente definido pelo Instituto

---

<sup>43</sup> De acordo com o Dicionário Michaelis “interior” é um substantivo masculino que, entre outros significados, faz referência à posição ocupada por determinada região na relação com as fronteiras ou a costa de um país ou, então, na localização externa tomada diante da capital de um estado (MICHAELIS, 2018).

<sup>44</sup> Realizei minha pesquisa tendo por base a cidade de Florianópolis, onde moro, e está sediada a Universidade Federal de Santa Catarina. Como já mencionei, para cá migrei em 1985, aos 18 anos, vindo de Blumenau, distante 140 km da capital do estado.

Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE para tanto e nem por outras instituições oficiais como o Instituto de Pesquisas Aplicadas - IPEA<sup>45</sup>, além do que não há uma uniformidade conceitual a respeito delas, realidade que ecoa nos estudos acadêmicos dos mais diferentes campos disciplinares.

Nem mesmo com relação ao critério quantitativo, a uma escala de grandeza das cidades, não há consenso. Tanto é assim que Doralice Sátyro Maia (2010) afirma que nos estudos que priorizam os contingentes populacionais, na classe de cidades pequenas inserem-se aquelas que possuem até 20 mil habitantes; acima deste número são classificadas como cidades médias e aquelas com mais de 500 mil habitantes são consideradas grandes. Segundo ela este critério, com algumas variantes, tem sido adotado pelas instituições de estudos estatísticos (MAIA, 2010, p. 18).

Todavia, consultando outros trabalhos encontrei referências ao patamar compreendido entre 50 mil e 250 mil, entre 50 mil ou 100 mil e 500 mil habitantes (SOARES, 2006; SILVA, 2013; PIRES, 2014; HENRIQUE, 2010), para se enquadrar uma cidade como média. Não surpreende, pois, que Beatriz Ribeiro Soares (2006) não só indique uma variação segundo a região, o país e período histórico considerado, como defenda que

pode-se afirmar que a simples noção de cidade média não permite compreender a essência do conjunto de cidades assim denominadas, visto que não constituem um bloco homogêneo em sua funcionalidade, em qualquer periodização e recorte espacial que sejam considerados. Ao contrário, cada cidade apresenta uma singularidade que depende, sobretudo, da realidade regional na qual se encontra inserida. Ela deve ser pensada na sua relação com o seu território e a sua região (SOARES, 2006, s.p.).

Todas as referências consultadas reconhecem e destacam que um critério meramente quantitativo e demográfico não é satisfatório. Neste sentido, Wendel Henrique (2010) acrescenta:

---

<sup>45</sup> Como é aprofundando na coletânea *Cidades Médias Brasileiras* (ANDRADE; SERRA, 2001), editada pela Instituto.

A população de uma cidade, como critério preponderante e isolado, não apresenta, nos novos estudos, consistência na definição do papel de uma cidade e as funções que ela desempenha na rede urbana, na intermediação regional. A leitura e a análise de uma cidade média, bem como de uma pequena, devem estar articuladas em diferentes escalas de análise, a partir de combinações particulares entre o tamanho demográfico, o plano morfológico e as funções e usos urbanos que a colocam em diferentes papéis e posições/situações (não hierarquicamente rígidas) na rede urbana (HENRIQUE, 2010, p.46-47).

De qualquer modo, a abordagem a ser adotada já está delimitada: qualquer pretensão generalizante e totalizante nas categorias “cidade média”, “cidade pequena” e seu referente maior, não pode subsistir diante da diversidade e complexidade brasileira. Em substituição, adoto o termo “cidade do interior”<sup>46</sup>, procurando levar em conta aspectos que além de datados, são únicos e particulares das três cidades estudadas, notadamente aqueles qualitativos que podem guardar relação e contribuir para o desenvolvimento da tese. Mais importante que simplesmente classificar, é necessário entender os processos que aconteceram e acontecem nessas cidades, considerando seus fluxos e conexões, para, deste modo, diferenciar aquelas cidades especificamente estudadas das demais (HENRIQUE, 2010).

## 2.2 OS(AS) HOMOSSEXUAIS E A METRÓPOLE

O interesse em vivências de homossexualidades em algumas cidades do interior ao mesmo tempo desloca, dialoga e tensiona uma oposição, há muito tempo consagrada nas ciências sociais, entre as grandes metrópoles e os contextos não metropolitanos. Uma compreensão que surgiu e foi difundida a partir da chamada Escola de Chicago, e que deixou suas marcas em marcos teóricos importantes produzidos muito

---

<sup>46</sup> Presto aqui o esclarecimento adicional que com tal opção ficam excluídas as pesquisas associando homossexualidades e ruralidade, contextos caboclos, ribeirinhos, indígenas, quilombolas, além de outras comunidades tradicionais. Para uma aproximação inicial com tais temáticas indico para leitura os trabalhos de Fabiano Gontijo e Igor Erick (2015), Estevão R. Fernandes (2017) e Paulo Rogers Ferreira (2008)

tempo depois, sendo que um dos referenciais teóricos mais importante neste sentido, é o artigo clássico de D'Emílio (1983).

John D'Emílio investe contra o que considera uma falta de perspectiva histórica dos movimentos sociais, desencadeados a partir das revoltas de *Stonewall* de 1969<sup>47</sup>, que difundiram a compreensão de que os gays e as lésbicas sempre teriam existido e de que era chegada a hora de romper com a opressão a que estavam secularmente submetidos. Para ele, como historiador, esse seria um mito que precisava ser revisto, pois acabou por conferir um excessivo protagonismo à estratégia do *coming out* dentro dos movimentos homossexuais. Encampanado este objetivo, ele pondera que o surgimento e a consolidação da identidade homossexual é algo muito recente em termos históricos, o que foi possível somente sob o sistema capitalista de produção, cujo sistema de trabalho livre e remunerado resultou no enfraquecimento dos laços de dependência familiar e, assim, em maiores possibilidades à expressão de desejos homossexuais nas grandes cidades (D'EMÍLIO, 1983).

No processo histórico por ele enfatizado, capitalismo e urbanização guardam estreita relação com a migração percebida como elemento-chave para novas possibilidades existenciais. Como comenta Marcelo Augusto de Almeida Teixeira:

A migração trouxe a oportunidade e/ou a necessidade de corpos se libertarem da vigilância do meio rural; o capitalismo forneceu os meios necessários para estes corpos se libertarem da dependência econômica familiar, dando-lhes certa autoridade sobre seus próprios corpos; a urbanização produziu espaços que por sua vez forneceram oportunidades de encontros sexuais e reconhecimento, além de proporcionar o anonimato que não só protegia como tornava legível a preferência sexual. Durante o século XX, a metrópole passaria a ser identificada como o habitat por excelência das sexualidades não normativas (TEIXEIRA, 2015, p. 27).

---

<sup>47</sup> Série de manifestações e confrontos que ocorreram em Nova Iorque, em junho de 1969, quando um grupo de frequentadores do bar gay *Stonewall* rebelou-se contra as frequentes e truculentas batidas policiais. Desde o ano seguinte, os incidentes passaram a ser comemorados na forma de uma Parada do Orgulho Gay, consolidando-se com um marco histórico do então nascente movimento gay americano.

No campo de estudos sobre as homossexualidades no Brasil, Richard Parker segue a perspectiva de John D'Emílio, ressaltando que também aqui os processos de industrialização e urbanização, ainda que sob a forma de um capitalismo dependente e periférico, é que permitiram para o surgimento e o desenvolvimento de comunidades gays e lésbicas nas grandes cidades brasileiras (PARKER, 2002). Na base daqueles processos, por certo, a migração contínua de populações de áreas rurais e de cidades do interior para áreas metropolitanas desempenhou um papel decisivo e, ainda que não seja possível dimensioná-lo, Parker argumenta que a sexualidade, notadamente entre aqueles(as) sujeitos(as) que a vivenciavam desafiando a heteronormatividade, foi um fator importante naquelas equações migratórias. Em seguida o autor arremata:

Em certo nível, isso não nos deve surpreender muito. Na medida em que a vida urbana é construída dentro do imaginário social como um local de relativa liberdade e oportunidade, como uma alternativa à característica opressiva da vida no interior ou nas pequenas cidades, talvez deva-se esperar que essas imagens se traduzam em liberdade sexual. Assim como a mídia, e a televisão em particular, retrata as cidades como centros de oportunidade econômica, elas também destacam sua variedade e liberdade sexuais (PARKER, 2002, p. 242).

Cabe destacar, outrossim, dois trabalhos que são reconhecidos como pioneiros nos estudos gays e lésbicos. Primeiramente me refiro à pesquisa conduzida por José Fábio Barbosa da Silva (2005)<sup>48</sup>, durante os anos de 1958 e 1959, na cidade de São Paulo que então contava com 6 milhões de habitantes. Em sua investigação Silva explorou os processos de socialização de homens de classe média que viviam na região central da cidade de acordo com seus gostos e afinidades comuns.

Para além de seu pioneirismo em considerar que a homossexualidade deveria ser encarada como uma minoria oprimida, revendo deste modo as noções médicas, policiais e religiosas vigentes na

---

<sup>48</sup> A tese foi desenvolvida sob orientação de Florestan Fernandes, que foi docente na Universidade de Chicago antes de seu ingresso na Universidade de São Paulo - SP, sendo que por isso, foi ao mesmo tempo influenciado pela “Escola de Chicago” e, como professor, influenciou gerações de pesquisadoras(es) brasileiras(es) nas décadas seguintes.

época – que a associavam, respectivamente, à doença, ao crime e ao pecado – destaco aqui sua importância como um marco na tradição acadêmica brasileira, ao perceber os espaços metropolitanos como vocacionados não só para o surgimento, como para a consolidação das nascentes identidades homossexuais.

Foi necessário o transcurso de quase vinte anos desde a pesquisa precursora de José Fábio Barbosa da Silva para que, em 1977, surgisse a segunda produção acadêmica que se tem notícia no Brasil abordando a questão da homossexualidade masculina, a dissertação de Carmem Dora Guimarães: *O Homossexual visto por Entendidos* (2004). É interessante perceber que, a exemplo do que ocorreu com a monografia de José Fábio, essa importante pesquisa foi publicada na forma de livro somente muito tempo depois, em 2004. Na ocasião, depois de rememorar o privilégio que havia sido orientar Carmen Dora, nos idos de 1977, o professor Gilberto Velho destacou a importância de sua contribuição na área da Antropologia Urbana que então dava seus primeiros passos, além de frisar a decisiva e persistente influência do legado de Georg Simmel e da Escola de Chicago. Tratava-se de um trabalho que, no seu dizer

tornou-se referência para várias gerações de estudiosos no assunto do desvio, da sexualidade e, especificamente, da homossexualidade. Através de xerox, muitas cópias se espalharam pelo país e, mesmo fora dele. Foi exaustivamente consultado na biblioteca do PPGAS, por alunos e profissionais das mais diferentes instituições (VELHO, 2004, p. 15).

Trabalhando no início da década de 1970 com um grupo de quatorze homossexuais de classe média que vivia no Rio de Janeiro, para aonde haviam migrado de cidades de Minas Gerais, a pesquisadora estava interessada nos seus estilos de vida, como se percebiam homossexuais e como se relacionavam com uma sociedade “majoritariamente heterossexual”. Além da associação presente entre as vivências homossexuais e um contexto metropolitano, sua maior contribuição foi a de retratar e documentar um período histórico de transição onde os jovens “entendidos” passam a se compreender e perceber como homossexuais independentemente da posição ativa ou passiva que assumiam em suas relações sexuais<sup>49</sup>. E acrescento, foi a primeira pesquisa brasileira que

---

<sup>49</sup> O que foi teorizado posteriormente com maior profundidade por Peter Fry no texto clássico *Da hierarquia à igualdade* (FRY, 1982).



constatou a importância nas trajetórias de vida de um grupo de homens homossexuais do processo de migração de cidades do interior para uma metrópole.

Não se deve perder de vista que a pesquisa desenvolvida por José Fábio Barbosa da Silva somente foi “redescoberta” e tornada pública na forma de um livro, em 2005. Por isso, a dissertação de Guimarães (2004) foi, por muitos anos, uma referência singular, associando-se a outros trabalhos que vieram a lume posteriormente, porém, mesmo assim, mantendo sua importância e influência por décadas no meio acadêmico.

Uma investigação que realizei no repositório institucional da UFSC<sup>50</sup>, procurando por pesquisas empíricas<sup>51</sup> encampadas em trabalhos de conclusão de curso tanto na graduação quanto na pós-graduação<sup>52</sup>, em todos os campos de conhecimento da universidade, sem qualquer limitação geográfica e cuja temática estivesse relacionada com as homossexualidades e lesbianidades<sup>53</sup>, veio a confirmar a persistência de estudos centrados em contextos metropolitanos. Tal levantamento permitiu a formação de um conjunto de 25 ocorrências, sendo 16 dissertações (D), seis Teses (T) e três Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC) identificados no Quadro 3 (ver APÊNDICE A).

De um modo mais amplo, no conjunto de 25 ocorrências pinçadas, 20 trabalhos foram realizados tendo por local de campo da pesquisa

---

<sup>50</sup> Disponível no endereço eletrônico <https://repositorio.ufsc.br/>. Acessado entre os dias 18 a 23 de dezembro de 2017.

<sup>51</sup> Aqui me refiro àquelas investigações cujas metodologias requisitaram uma interlocução direta ou indireta com as(os) interlocutoras(es), como etnografias, entrevistas, questionários ou grupos focais, dentre outras, inclusive com o uso de tecnologias digitais *online* como o *Orkut*, o *Facebook* e o correio eletrônico. Tal critério acarretou a exclusão de trabalhos como, por exemplo, um estudo sobre a percepção de professoras(es) sobre suas(seus) alunas(os) por elas(es) identificadas(os) como homossexuais.

<sup>52</sup> De acordo com esclarecimento prestado pela Biblioteca Universitária - BU, o depósito dos trabalhos de conclusão no repositório institucional é obrigatório somente nos cursos de mestrado e doutorado. No âmbito dos cursos de graduação, a divulgação dos TCCs é facultativa e, por isso, o levantamento correspondente é parcial.

<sup>53</sup> Delimitei desta forma, pois uma pesquisa ampla no campo dos estudos de gênero e sexualidade fugiria aos objetivos da tese e porque, neste portal, a busca se dá com base “assuntos” nele cadastrados e disponibilizados. Dessa maneira, selecionei para a filtragem correspondente os seguintes “assuntos”: “homossexualidade”, “homossexualidad”, “homossexual”, “homossexuais”, “homossexuais masculinos”, “homossexualismo”, “lesbianismo”, “lésbicas”, “orientação sexual” e “viadinho”. Pelo mesmo motivo e considerando o recorte temático que adotei, justifico a falta de citação de trabalhos de diversas(os) colegas que exploraram, sob diferentes perspectivas, o universo das travestilidades e transexualidades.

capitais, sendo que 14 deles na cidade de Florianópolis/SC (onde está sediada a universidade, seu principal campus e a grande maioria dos centros de pesquisa e cursos de pós-graduação), um estudo na “Grande Florianópolis”, dois trabalhos em Porto Alegre/RS, duas investigações em São Paulo/SP e um trabalho cujo campo foi realizado em diferentes capitais brasileiras (inclusive Florianópolis/SC e em Lisboa). Somente em cinco casos a pesquisa foi realizada exclusiva<sup>54</sup> ou parcialmente<sup>55</sup> em cidades do interior.

### 2.3 DA CRÍTICA À METRONORMATIVIDADE

Na academia dos Estados Unidos, o debate em torno da centralidade conferida às metrópoles nos estudos sobre as homossexualidades vem sendo travado desde o final dos anos 1990. Neste sentido, o trabalho de John Howard (1999) sobre práticas homossexuais entre homens na segunda metade do século XX em ambientes rurais e pequenas cidades no estado do Mississippi, no sul dos Estados Unidos, é um marco importante, porque desafia as narrativas dominantes na história sobre as homossexualidades, centradas em uma perspectiva urbana, progressiva e identitária.

Em *Men like that* (1999) Howard, com base em uma extensa e documentada pesquisa histórica que cobre o período de 1945 a 1985, afirma que o “sexo queer” no Mississippi – considerado um dos estados mais isolados, conservadores e repressivo dos Estados Unidos – não era raro. “Homens como aqueles” ou, então, “Homens que gostavam

---

<sup>54</sup> É o caso da dissertação de Fernando Luiz Cardoso (1994) que investigou a orientação sexual masculina em uma comunidade pesqueira no município catarinense de Governador Celso Ramos; a dissertação da colega Virgínia de Santana Cordolino Nunes (2016) sobre antropologia, diversidade sexual e educação conduzida no município baiano Lauro de Freitas; e o trabalho de conclusão do curso de Especialização em Gênero e Diversidade na Escola/UFSC, publicado no formato de livro, de Robson Rodrigo Pereira da Fonseca (2018), sobre discursos preconceituosos sobre a homossexualidade praticados por educadoras(es) dentro de escolas do ensino fundamental públicas e privadas dos municípios de Itajaí e Camboriú, em Santa Catarina.

<sup>55</sup> Para o desenvolvimento da tese *Corpo vivido e gênero: a menopausa no homoerotismo feminino*, Nádia Terezinha Covolan realizou campo com mulheres que moram em concentrações urbanas de pequeno, médio e grande porte em diferentes estados do Brasil (COVOLAN, 2005); e em sua dissertação em Antropologia Social/UFSC, a colega Anna Carolina Horstmann Amorim (2013), associou investigações de campo feitas em capitais como Belo Horizonte e São Paulo, dentre outras, e Balneário Camboriú/SC.

daquilo”, o trocadilho que o título do livro permite, revela que indivíduos que se relacionavam sexual e afetivamente com outros homens não eram inteiramente isolados e nem invisíveis. Igualmente importante, como Howard frisa, tais homens não necessariamente se enquadravam na lógica binária e excludente que opõe os homossexuais aos heterossexuais, ou seja, não se identificavam como gays. Assim propôs insistindo na condição histórica e social da (homo) sexualidade:

Meu projeto, no entanto, revela evidências que sustentam minha tentativa de afirmação de que, ao longo do século XX, a sexualidade *queer* continuou a ser entendida como atos e identidades, comportamentos e seres. Foi variavelmente compreendida – dependendo, em parte, da raça e do lugar – ao longo de múltiplos eixos e continuidades ainda não examinados pelos historiadores (HOWARD, 1999, p. XVIII).

Ainda que sem lançar mão de um conceito, Howard critica diretamente o modelo predominante na historiografia gay e lésbica norte-americana centrada nas cidades. Para tanto, reconheceu a relevância do trabalho de John D’Emílio, que de modo convincente associou a formação das identidades e culturas gays aos processos capitalistas de industrialização e urbanização. Porém, ataca a presunção segundo a qual homens e mulheres com uma sexualidade ambígua ou reprimida devem migrar de áreas rurais ou pequenas cidades para então, em um centro maior, se descobrirem e identificarem como gays, integrando-se a uma comunidade e uma cultura correspondente e participando de um movimento de resistência. Para ele, essa é uma perspectiva linear e evolucionista que, se de uma parte, pode dar conta de uma quantidade considerável de histórias de vida de nosso tempo, por outro lado, também pode levar a uma série de exclusões (HOWARD, 1999).

A teórica *queer* Judith Halberstam<sup>56</sup> (2005) explica que esse menosprezo e menor atenção para contextos não metropolitanos nos Estados Unidos guarda relação com a publicação do influente texto de Gayle Rubin, *Pensando o sexo: notas para uma teoria radical das políticas da sexualidade* (RUBIN, 2012), que se deu originalmente em 1984. Em pleno período de recrudescimento da homofobia e crescente número de mortos em decorrência da AIDS, o ensaio é considerado

---

<sup>56</sup> Também conhecido como Jack Halberstam, como se apresenta em suas obras mais recentes.

fundamental para a teorização em torno da importância das comunidades gays organizadas que davam demonstrações de força e mobilização em metrópoles como São Francisco e Nova Iorque. Naquele momento histórico a oposição entre contextos interioranos e metropolitanos fazia todo o sentido, se considerarmos que a formação daqueles e outras comunidades somente foi possível em virtude da onda migratória que se deu desde anos 1970, a partir das mais diferentes localidades dos Estados Unidos (HALBERTSAM), 2005).

Também interessado na fecundidade e complexidade de contextos não metropolitanos, Halberstam propõe para tanto a categoria teórica metronormatividade, referindo-se à associação automática, naturalizada e normativa entre urbanidade e visibilidade presente em muitos estudos sobre subjetividades gays e lésbicas. Narrativas que, para ele, reproduzem a noção de que somente em contextos urbanos, sujeitas e sujeitos antes fechados e tolhidos teriam condições de revelar a plena expressão de sua (homo) sexualidade, no relacionamento com uma comunidade de dissidentes como elas(es) (HALBERSTAM, 2005). Uma perspectiva sob a qual o desejável e incontornável caminho para a realização pessoal é traçado:

A história metronormativa de migração do “interior” para a “cidade” é uma narrativa espacial dentro da qual o sujeito se desloca para um lugar de tolerância após uma vida sofrida em um lugar de suspeita, perseguição e segredo. Uma vez que cada narrativa tem a mesma estrutura, é fácil equiparar a jornada física de uma pequena cidade para uma grande cidade com uma jornada psicológica do armário para a revelação orgulhosa (HALBERSTAM, 2005, p. 37).

Em *Out in the Country. Youth, Media, and Queer Visibility in Rural America*<sup>57</sup> (2009), a pesquisadora Mary L. Gray aprofunda tais críticas, ponderando que a retórica do isolamento associada ao “interior” é necessária para a própria manutenção das narrativas que sustentam a visibilidade gay como um avanço político, uma conquista que é

---

<sup>57</sup> Obra resultante de aprofundada etnografia na qual explora as condições nas quais jovens LGBT de áreas rurais dos Estados Unidos usam suas redes de contato e a internet – como local e tecnologia para a manifestação de suas expressões de gênero – de modo a negociar suas próprias identidades e visibilidades em contextos interioranos.

estritamente associada ao processo de migração para as metrópoles. A visibilidade pode ser compreendida, deste modo, como uma formulação teórica que comporta ao mesmo tempo uma localização espacial e também um valor social (GRAY, 2009).

Estudos mais recentes como os reunidos na coletânea *Queering the Countryside. New Frontiers in Rural Queer Studies* (2016), propõem novas problematizações e perspectivas para tal debate. A mesma Mary L. Gray, ao lado dos outros editores, tais como Colin R. Johnson e Brian J. Gilley, depois de fazerem um balanço das potencialidades de pesquisas centradas em realidades não metropolitanas e de destacarem a importância desses espaços no contexto social, histórico e cultural dos Estados Unidos; sinalizam a necessidade de novas abordagens que não reproduzam de modo polarizado um imaginário que – opondo intolerância *versus* liberdade, rural-cidade pequena *versus* cidade grande – naturalizam e sedimentam o urbano, *a priori*, como o espaço por excelência para a afirmação e emancipação LGBTs. Para tanto, logo a seguir, indicam que um bom começo para enfrentar tal desafio passa pela consideração daquelas espacialidades em termos mais dinâmicos do que estáticos (GRAY; JOHNSON; GILLEY, 2016).

## 2.4 TESES E DISSERTAÇÕES SOBRE HOMOSSEXUALIDADES EM CIDADES DO INTERIOR NO BRASIL

Não existe no Brasil um levantamento bibliográfico aprofundado e sistemático sobre os trabalhos acadêmicos que exploram histórias e experiências de homens e mulheres que se identificam como homossexuais, ou se relacionam com pessoas do mesmo sexo (sem aquele reconhecimento identitário), e que viveram ou vivem em cidades do interior. Este é um desafio que extrapola as possibilidades de realização de minha tese. Ainda assim, procedi a algumas pesquisas no portal eletrônico da Capes de Teses e Dissertações<sup>58</sup>. Com tal investigação não tive a pretensão de ser exaustivo e, inicialmente, privilegiei o componente geográfico, pinçando somente estudos empíricos realizados em cidades do interior do Brasil em que houve interlocução direta ou mediada<sup>59</sup> com

---

<sup>58</sup> No endereço eletrônico <<http://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#/>>, que ao longo de todo o mês de outubro de 2017 foi acessado e consultado, apresentando os mesmos quantitativos.

<sup>59</sup> Com o uso de tecnologias digitais *online* como as redes sociais *Orkut* ou *Facebook*, o correio eletrônico e, também, em trabalhos mais recentes, de aplicativos de relacionamento como o *Tinder* e o *Grindr*.

as(os) sujeitas(os) que participaram da pesquisa. Ao optar por tal recorte espacial desconsiderei todas as pesquisas realizadas totalmente fora do Brasil<sup>60</sup>, nas suas capitais e correspondentes regiões metropolitanas<sup>61</sup>.

Encontrei algumas dificuldades nessa pesquisa pelo fato de que a plataforma digital da Capes permite buscas com a associação de duas ou mais palavras-chaves, como, por exemplo “homossexuais” e “interior” ou, então, “gay” e “cidade” e “pequena”, mas a pesquisas assim direcionadas são impraticáveis, eis que resultam em dezenas de milhares de ocorrências, aparentemente sem a filtragem por concomitâncias, mas, sim, em progressão aritmética. Por isso realizei buscas acionando o filtro “Grande Área de Conhecimento”: “Ciências Humanas”, com uma única palavra chave com os seguintes resultados: homossexuais (335 ocorrências), homossexual (257), homossexualidade (366), homossexualidades (57), gay (211), gays (387), lésbicas (167), lésbica (41), homoerótico (50), homoerotismo (17), além das expressões viado (05), viados (04), bicha (10) e bichas (03)<sup>62</sup>.

O cruzamento dos parâmetros temáticos e geográficos acima definidos possibilitou a confecção dos quadros que incorporo na tese na forma de apêndices, em seu final. Trabalhos que aparecem mais de uma vez, mediante buscas com diferentes palavras-chave, para fins práticos, não foram repetidos nos quadros. Isso explica, em parte, a quantidade maior de casos incluídas no primeiro apêndice e a redução nos subsequentes.

No Quadro 4 (ver APÊNDICE B) agrupo 19 dissertações e seis teses a partir da busca com as palavras-chaves “homossexual”, “homossexuais”, “homossexualidade” e “homossexualidades”. No Quadro 5 (ver APÊNDICE C) reúno três dissertações e duas teses selecionadas a partir da filtragem com as palavras-chave “gay” e “gays”. No Quadro 6 (ver APÊNDICE D) foram destacadas seis dissertações e duas teses sob as categorias “lésbicas” e “lésbica”. E no Quadro 7 (ver APÊNDICE E) o resultado do rastreamento com as categorias “homoerótico” e “homoerotismo: três dissertações e uma tese.

---

<sup>60</sup> Como se deu nos casos de Moçambique e Cabo Verde.

<sup>61</sup> Indico como exemplos as cidades de Camaragibe e Jaboatão dos Guararapes, que integram a “Grande Recife”, no estado do Pernambuco.

<sup>62</sup> Com relação a essas quatro palavras-chaves, deixo de apresentar um quadro já que uma única ocorrência identificada que foi desenvolvida – a Tese *O Diabo em Forma de Gente: (R)Existências de Gays Afeminados, Viados e Bichas Pretas na Educação* – já foi considerada no levantamento e quadro correspondente a partir da palavra-chave “gays”.

A soma dos trabalhos reunidos naqueles levantamentos resultou em 42 ocorrências. Tal conjunto ampliado contempla sete dissertações que, não obstante tenham envolvido a interlocução com sujeitas e sujeitos que se reconhecem como homossexuais ou se relacionam com pessoas do mesmo sexo (sem aquele reconhecimento identitário), tem temáticas não relacionadas propriamente com processos de subjetivação, gestão da visibilidade homossexual e resistência<sup>63</sup>. Com outras três dissertações não foi possível acessar sua versão impressa e nem na internet o seu inteiro teor<sup>64</sup>.

Deduzidas as ocorrências e lacunas identificadas no parágrafo anterior, remanesceu um conjunto de 21 dissertações e 11 teses, cuja leitura foi mais aprofundada e com os quais possíveis diálogos foram incorporados na tese. Nesse universo de 32 pesquisas identifiquei uma prevalência de trabalhos de campo realizados com pessoas identificadas como brancas e de camadas da classe média (13 estudos<sup>65</sup>), brancas de classe baixa/trabalhadora (dois trabalhos<sup>66</sup>), brancas de diferentes classes (três ocorrências<sup>67</sup>), negras de classe média (um trabalho<sup>68</sup>), diferentes raças de classe média (seis trabalhos<sup>69</sup>), diferentes raças e de classe trabalhadora/baixa (um estudo<sup>70</sup>), de diferentes raças e classes (um caso<sup>71</sup>), sem indicação de raça e de classe média (dois casos<sup>72</sup>), sem indicação de raça e de classe trabalhadora (um estudo<sup>73</sup>) e, por fim, sem indicação de raças e nem de classe apuradas (dois trabalhos<sup>74</sup>).

---

<sup>63</sup> É o caso do trabalho número 01 resultante de pesquisa sobre práticas sexuais entre homens de Governador Celso Ramos/SC; o número 05 sobre risco e prevenção de AIDS em Senhor do Bonfim/BA; o número 24 voltado para espaços de sociabilidade gay em Campos de Goytacazes (RJ); o número 35 relativo à Festa da Diversidade em Cruz Alta/RS; o número 37 sobre disputas do movimento LGBT em Campinas/SP; o número 38 sobre Territorialidades LGBT em Uberlândia/MG e o número 40 sobre locais de encontros homoeróticos masculinos em Juiz de Fora/MG.

<sup>64</sup> São os trabalhos identificados sob os números 04, 07 e 09.

<sup>65</sup> Trabalhos identificados sob os números 02, 03, 06, 10, 17, 19, 20, 21, 25, 28, 31, 32 e 41.

<sup>66</sup> Números 16 e 27.

<sup>67</sup> Números 23, 33 e 36.

<sup>68</sup> Número 30.

<sup>69</sup> Números 12, 14, 15, 29, 34 e 45.

<sup>70</sup> Ocorrência nº 18.

<sup>71</sup> Número 22.

<sup>72</sup> Números 08 e 11.

<sup>73</sup> Número 26.

<sup>74</sup> Números 13 e 39.

Em termos das temáticas exploradas identifiquei um prevalência de estudos relacionados com a educação e a escola (oito pesquisas), com narrativas e vivências homossexuais (outras oito pesquisas), seguidos de outros que exploram relações amorosas, homoparentalidades e conjugalidades (seis trabalhos), envelhecimento (três ocorrências), grupos e espaços LGBT (três casos), uso de mídias digitais (dois casos), religião e psicoterapia (uma pesquisa) e psicoterapia (um estudo).

Um aprofundamento dessa amostra mais restrita de 31 dissertações e 11 teses permite afirmar que pesquisas recentes confirmam a persistência em contextos interioranos de uma demanda social pela manutenção do segredo e uma invisibilização das práticas e/ou sujeitos(as) homossexuais. Cito dois exemplos. Primeiramente a dissertação de Felipe André Padilha (2015) *O segredo é a alma do negócio: mídias digitais móveis e a gestão da visibilidade do desejo homoerótico entre homens na região de São Carlos*<sup>75</sup>. Nela, mediante uma extenso trabalho etnográfico *online* associado a entrevistas com alguns usuários das ferramentas digitais, em sua maioria universitários, brancos e de classe média, dentre outras conclusões, o pesquisador indicou que a invisibilidade e o segredo funcionam como estratégias de sobrevivência social “em um contexto que não oferece condições culturais e políticas de reconhecimento recíproco para pessoas que se afirmam publicamente como homossexuais” (PADILHA, 2015, p. 118).

O outro exemplo é a pesquisa realizada por André Luiz Lorenzoni (2014) sobre as trajetórias de vida e experiências vivenciadas por homens brancos, de classe média, com idades entre 24 e 54 anos, que se identificam como homossexuais e viveram na cidade de Chapecó, no oeste catarinense, entre as décadas de 1980 e 2010. Para o historiador as experiências vivenciadas pelos entrevistados naquele contexto interiorano indicam uma inviabilização e clandestinização das práticas e identidades homossexuais que, por isso, são marcadas pela necessidade de manutenção do segredo, gravitando em torno de uma noção de ilícito. Lorenzoni destaca, do mesmo modo, a importância acalentada por seus interlocutores em manter uma aparência comportamental social condizente – vale dizer, heterossexual – com as ideias de trabalho, lucro e desenvolvimento, características da região (LORENZONI, 2014).

Por outro lado, o mesmo levantamento de teses e dissertações indica um expressivo número de pesquisas confirmando a crescente visibilidade das homossexualidades e práticas com elas relacionadas, que vem ocorrendo também em cidades do interior de diferentes regiões do

---

<sup>75</sup> No interior do Estado de São Paulo.



país. Um esforço no sentido de delimitar em termos quantitativos e estanques essas pesquisas revela-se impraticável, mesmo porque na maioria dos trabalhos que consultei os binômios visibilidade-invisibilidade, segredo-revelação, evidenciaram-se em termos instáveis, inter-relacionados, não autoexcludentes e dinâmicos.

No nicho das pesquisas que relacionam as homossexualidades com escola e educação destaco dois trabalhos de conclusão. O primeiro é a dissertação de Neil Franco Pereira Almeida (2009), na qual explorou histórias de professores e professoras que transitam pelas fronteiras da sexualidade e do gênero, em escolas públicas e privadas da cidade de Uberlândia. Trata-se de um bom exemplo por evidenciar vivências distantes do segredo e da invisibilidade de sujeitos(as) que se identificam como gays (três interlocutores, um deles negro), lésbicas e travestis (duas professoras), e cuja presença em salas de aula “coloca em vários momentos a discussão da diversidade como tema real e imediato” (ALMEIDA, 2009, p. 216) também naqueles ambientes.

O outro exemplo vem do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Pelotas. Na dissertação *Pelo sentido da vista: um olhar gay na Escola* (2008), Aline Ferraz da Silva conduziu uma pesquisa com três estudantes de ensino médio que frequentavam a escola em que ela atuava como professora, no período noturno, em Pelotas/RS. Ostensivamente gays, usando maquiagens e roupas consideradas femininas, com idades entre 20 e 22 anos, aqueles sujeitos se destacavam e desestabilizavam o ambiente escolar, não se enquadrando em um perfil de ocultamento e silenciamento. Na visão da educadora suas presenças constituíam uma oportunidade para se discutir a sexualidade e a heteronormatividade, bem como para se pensar os currículos como locais possíveis para a desconstrução das identidades e uma educação não heteronormativa (SILVA, 2008).

Indico um terceiro exemplo a partir de um artigo científico que foi publicado a partir dos resultados da pesquisa realizada por Fabiana de Souza Castelo Branco de Melo Silva (2012), em seu mestrado em sociologia e intitulado *Um corpo estranho no santuário: discursos institucionais e experiências de indivíduos homossexuais entre pentecostais, neopentecostais e carismáticos católicos*. O trabalho de campo foi realizado em Campina Grande, cidade do interior do estado da Paraíba.

Para além das interessantes reflexões que a pesquisadora articula pensando a intersecção entre religião e sexualidade, chamou minha atenção o fato de que parte de seu trabalho envolveu a aplicação de um

questionário com 200 membros da Associação de Homossexuais de Campina Grande, a partir do qual a pesquisadora identificou possíveis interlocutores, homens que se reconheciam como homossexuais e eram frequentadores de diferentes igrejas pentecostais, neopentecostais e católicas. O trabalho de campo contemplou, também, entrevistas com 14 homens de cada um daqueles grupos religiosos. Como resultado, a pesquisadora, entre outras conclusões, indicou que “apesar dos indivíduos se autodeclararem como homossexuais no espaço externo ao campo religioso, uma grande parte não o faz dentro das instituições religiosas” (SILVA, 2012, p. 117), bem como que, na comparação com as outras igrejas, uma maior receptividade a gays se dá nos grupos carismáticos católicos.

De modo geral, foi possível constatar que há pouca reflexão teórica e uma escassa problematização da particularidade interiorana. E em boa parte dos trabalhos, quando isso ocorre, é incorporada e não questionada uma dicotomia mediante a qual, em um polo se percebe e destaca as potencialidades e oportunidades oferecidas por um centro urbano que é associado ao anonimato, a uma maior liberdade, sociabilidade, perspectiva de crescimento profissional e inovação. E na outra ponta, estão as cidades do interior que, relacionados a uma maior pessoalidade, menos liberdade, poucas alternativas de mobilidade e emprego, enfim, apego às tradições e tendência ao atraso.

Concordo com Guilherme Rodrigues Passamani (2015) que, para além do mero realce da condição diferenciada das cidades do interior,

o fato a ser destacado é justamente tentar olhar as condutas homossexuais de sujeitos que, talvez, contrariando as expectativas (minhas e de parcela significativa de uma literatura específica), não migraram e construíram vivências possíveis para as suas condutas e desenvolveram estratégias de gestão de visibilidade e realização em espaços, aparentemente e, a priori, adversos (PASSAMANI, 2015, p. 29).

Minha pesquisa associa-se àqueles trabalhos acadêmicos contemplados nos levantamentos de dissertações e teses que realizei, que evidenciam vivências e práticas em cidades do interior nas quais as homossexualidades não são cobertas pelo segredo, mas, sim, pela visibilidade social, algumas delas constituindo referências bibliográficas com as quais estabeleço possíveis diálogos ao longo da tese.

Antes de avançar na exploração das narrativas construídas em meu trabalho de campo, no entanto, desenvolvo um breve estudo sobre as três cidades em que viveram e vivem meus interlocutores, reunindo dessa maneira elementos para refletir sobre elas de modo particular, dinâmico e conectado com seus entornos.

## 2.5 TRÊS CIDADES CATARINENSES DO INTERIOR

Santa Catarina<sup>76</sup>, onde estão situadas as três cidades do interior em que vivem os interlocutores que integraram o *corpus* da pesquisa, é um estado brasileiro cuja história e formação social<sup>77</sup> foram estreitamente ligadas ao processo de ocupação inicial por vicentistas e açorianos<sup>78</sup>, a colonização europeia<sup>79</sup>, paralelamente à expulsão e dizimação das

---

<sup>76</sup> Para consulta e aprofundamento dos aspectos gerais, populacionais, sociais, econômicos e de infraestrutura do estado indico os levantamentos efetuados pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE e disponibilizados na plataforma SANTA CATARINA EM NÚMEROS. Disponível em <<http://www.sebrae-sc.com.br/scemnumero/>>. Acesso em: 20 fev. 2018.

<sup>77</sup> Para uma introdução à temática indico a obra de Sílvio Coelho de Santos (2004).

<sup>78</sup> Segundo Walter F. Piazza (1988) o povoamento alóctone de Santa Catarina teve início no século XVII com a vinda de vicentistas, também conhecidos como “paulistas” – grupo heterogêneo formado por portugueses(as) do ultramar, portugueses(as) nascidos(as) no Brasil e seus descendentes mamelucos(as) e de escravos(as) de origem indígena e africana (VETTORETTI, 2004) – que estabeleceram os povoados que mais tarde formaram as cidades mais antigas do Estado: São Francisco do Sul (1646), Desterro (1672) e Laguna (1684). Esse primeiro impulso foi reforçado no século XVIII, principalmente no período de 1747 a 1756, quando a coroa portuguesa patrocinou a vinda de aproximadamente 6.000 pessoas das ilhas de Açores e Madeira que, a partir de Desterro (futura Florianópolis), juntaram-se aos que aqui já habitavam, fixando-se ao longo da costa catarinense, em áreas próximas a lagoas e rios navegáveis (PIAZZA, 1988).

<sup>79</sup> Na primeira metade do século XIX, apesar da suspensão do patrocínio de imigrações pelo governo imperial, Santa Catarina é a única província que manteve um programa próprio de imigração, sob o qual foram realizadas as primeiras experiências de vinda de imigrantes europeus não portugueses, como se deu com a colônia alemã de São Pedro de Alcântara, fundada em 1829, a meio caminho entre São José (ao lado de Desterro, na área continental) e Lages (no planalto). No mesmo período, foi estabelecida a colônia Itajaí, com excedentes populacionais luso-açorianos que se instalaram na foz do rio Itajaí-Açu (PIAZZA, 1988). A contar de 1840 deu-se início a um novo ciclo no processo colonizador brasileiro, que é retomado com o estabelecimento de parcerias entre o governo imperial e iniciativas privadas de colonização – como se deu na fundação da colônia alemã de Blumenau em 1850, na região intermediária do vale do rio Itajaí-Açu. Tal processo foi alavancado na década seguinte com a aprovação da “lei de terras” que, ao destinar terras devolutas à

populações indígenas<sup>80</sup> e a escravização do(as) negros(as)<sup>81</sup>. No mapa a seguir indico a localização de Gaspar, Imbituba e Tubarão no Estado de Santa Catarina.

---

colonização, permitiu um novo surto colonizador em Santa Catarina, com ondas migratórias de dezenas de milhares de pessoas vindas de países europeus, em sua maioria do Império Austro-Húngaro e Alemão. Neste período foram criadas, por exemplo, as colônias Dona Francisca (futura Joinville), em 1851, e Itajaí-Brusque (futura Brusque), em 1860 (PIAZZA, 1988). A contar dos anos 1870, somam-se àqueles contingentes imigrantes italianos(as) que impulsionam maciçamente a colonização do Brasil meridional, chegando às centenas de milhares, em um fluxo que atingiu seu ponto máximo no período de 1877 a 1893 e que se manteve, com menor ímpeto, antes e após a proclamação da República e mesmo em boa parte do século XX (PIAZZA, 1988; VETTORETTI, 2004). Novas colônias foram por eles(as) fundadas em diferentes regiões do estado como nos vales dos rios Itajaí-Açú, Itajaí-Mirim, Tijucas e no Sul catarinense.

<sup>80</sup> Segundo Sílvio Coelho dos Santos, os(as) índios(as) Carijós que viviam no litoral e os(as) Guaranis no interior do continente, depois de aldeados(as) pelos jesuítas, foram escravizados(as) aos milhares e comercializados(as) no mercado que se estabeleceu em São Paulo. Ao mesmo tempo, fizeram parte, ao lado dos(as) negros(as), da mão de obra explorada na fundação das primeiras povoações litorâneas da província de Santa Catarina. O avanço do processo de colonização desencadeou lutas de disputas pelo território, cuja força e agressividade resultou na dizimação de grande parte da população indígena pelas mãos dos chamados “bugreiros”, em um quadro de extermínio que só foi superado no início do século XX (SANTOS, 2004).

<sup>81</sup> Ilka Boaventura de Souza aponta que a maior parte da historiografia especializada promoveu uma invisibilização da presença e uma suavização da exploração a qual foram submetidos(as) os(as) negros(as) na região Sul do Brasil. Particularmente em relação a Santa Catarina, a autora denuncia um superdimensionamento da figura do(a) imigrante, citando como exemplo a obra de Piazza (1988) que, não obstante, tomei por base em outros aspectos históricos, principalmente o processo colonizador (LEITE, 1996).

Figura 2 - Mapa de Santa Catarina com destaque para as cidades de Gaspar, Imbituba e Tubarão



Fonte: Elaborada pelo autor com base no mapa interativo do Centro de Informática e Automação do Estado de Santa Catarina – CIASC (2018).<sup>82</sup>

Como já destaquei anteriormente, para além dos aspectos regionais, Miskolci (2012) chama a atenção para o fato de que a ocupação e colonização do extenso território do país – com seus evidentes componentes econômicos, geográficos e militares – deu-se de forma integrada com um projeto político de nação que se delineou no Brasil desde a época do Império (nos anos 1870). Sob influência do positivismo e do darwinismo social difundidos a partir da Europa, começam a surgir novos debates e novas formas de se pensar e projetar o futuro do país, com a difusão de teorias raciais e evolucionistas. Neste processo, o imaginário nacional centrado na figura do indígena que havia sido difundido até então, passou a ser contestado perdendo espaço para crenças que, a partir de uma concepção da sociedade como um organismo biológico, por um lado associavam a miscigenação como uma forma de atraso e degeneração e, de outra parte, anteviam no homem branco e europeu, a pureza, uma evolução superior associada com o progresso (MISKOLCI, 2012).

É dentro desse contexto maior, considerando a realidade brasileira da época, de um imenso território tropical ocupado principalmente por

<sup>82</sup> Disponível em: <http://www.mapainterativo.ciasc.gov.br/>. Acesso em: 20.02.18.

negras(os) e mestiças(os), que deve ser compreendida a determinação do governo imperial, já em decadência, em encampar e impulsionar a migração de grande quantidade de pessoas que foram reconhecidas como vocacionadas para a consecução de um projeto maior e superior: a construção de uma grande nação.

Cabe realçar que os imigrantes europeus e as imigrantes europeias, inicialmente os(as) açorianos(as), e notadamente os(as) alemães(ãs) e italianos(as), dentre outros(as), não só foram desigualmente integrados àquele projeto de nação, como tiveram papel decisivo na criação e desenvolvimento das três cidades onde nasceram e vivem os interlocutores, bem como na construção e difusão de um modelo de masculinidade branco, produtivo, reprodutivo e viril que, com transformações, ainda prevalece em nossa cultura.

**Gaspar**, cujo nome foi uma homenagem a um dos três reis magos, surgiu às margens do rio Itajaí-Açu, no chamado médio Vale do Itajaí, em áreas até então habitadas por índias(os) botocudas(os), sendo fundada em 1835<sup>83</sup> na forma de colônia, com a reunião de imigrantes alemães(ãs), açorianos(as) e seus descendentes, e belgas (CARDOSO 1991). A essas(es) somaram-se nos anos 1870 imigrantes de origem italiana e nas décadas seguintes, austríacas(os), polonesas(es) e russas(os) (BAPTISTA, 1998).

Localizada a 116 Km da capital Florianópolis, Gaspar encontra-se praticamente no meio do quadrilátero formado pelas maiores 4 cidades da mesorregião<sup>84</sup>: a litorânea e turística Balneário Camboriú (distante 54km), a portuária Itajaí (36 Km), ambas acessíveis pela Rodovia Jorge Lacerda (SC 412) e BR 101, e as próximas e fronteiriças Brusque (a 26 Km) e Blumenau (15 Km), conectadas pelas rodovias Ivo Silveira (SC 108), e BR 470 e Jorge Lacerda (SC 412), respectivamente.

---

<sup>83</sup> Para um aprofundamento de sua história indico a dissertação de Maria Zilene Cardoso (1991). Nela a historiadora evidencia a origem anterior e independente da cidade em relação à vizinha Blumenau (maior e mais conhecida), embora nesta tenha sido posterior incorporada e dela tardiamente tenha se emancipado.

<sup>84</sup> “Área individualizada, em uma Unidade da Federação, que apresenta formas de organização do espaço geográfico definidas pelas seguintes dimensões: o processo social, como determinante, o quadro natural, como condicionante, e a rede de comunicação e de lugares, como elemento de articulação espacial. Estas três dimensões possibilitam que o espaço delimitado como mesorregião tenha uma identidade regional, que é uma realidade construída ao longo do tempo pela sociedade que aí se formou” (IBGE, CENSO DEMOGRÁFICO 2010. Glossário, p. 211). Disponível em:

[https://censo2010.ibge.gov.br/apps/atlas/pdf/209\\_213\\_Glossario\\_ATLASDEMO%202010.pdf](https://censo2010.ibge.gov.br/apps/atlas/pdf/209_213_Glossario_ATLASDEMO%202010.pdf). Acesso em: 22 jan. 2018.

Na Tabela 1 (que consta no APÊNDICE F), com base nos dados do Censo IBGE 2010, reuni algumas informações de Gaspar que contribuem para ter uma noção de seu contexto social e econômico<sup>85</sup>. Suas conexões comerciais e sociais mais estreitas são mantidas com Brusque e, notadamente, Blumenau, ambas com tradição na indústria têxtil e do vestuário, sendo que a segunda, por ser o maior centro populacional da mesorregião, concentra muitas alternativas de serviços.

**Tubarão** surgiu às margens do rio de mesmo nome em 1773, na forma de um improvisado entreposto comercial instalado no meio do caminho da trilha então desbravada – em terras ocupadas por índios guaranis – que passou a conectar a distante e serrana (e, então, paulista) Lages à (catarinense) Laguna, no litoral. Sua formação populacional foi inicialmente constituída por descendentes de portuguesas(es) e açorianas(os), negras(os) cativas(os), além de mestiças(os) de sucessivas gerações (BITTENCOURT, 2008).

A contar do último quarto do século XIX, milhares de imigrantes europeias e europeus<sup>86</sup> se fixaram por todo o sul do estado<sup>87</sup>, fundando novas localidades ou se estabelecendo nas já existentes, como no caso de Tubarão. Paralelamente, houve o surgimento da indústria da exploração do carvão na região e, desde então, a cidade e sua vizinha Imbituba, tornaram-se cada vez mais dependentes dessa atividade, sendo diretamente afetadas pelo desenvolvimento, mas, também pelas sucessivas crises que atingiram todo o setor<sup>88</sup>. A última grande crise se

---

<sup>85</sup> Segundo Caroline Burghardt (2006), sua base econômica foi centrada na agricultura desde meados do século XIX a meados do século XX, com destaque para a produção do arroz, e diversificou-se durante as décadas de 1960 – 1980, com o surgimento das primeiras indústrias. Ainda assim, em virtude da grande oferta de trabalho na área têxtil na vizinha Blumenau, Gaspar manteve características de uma cidade dormitório, tendência que foi revertida com a crise no setor na década de 1990. Então o setor secundário se desenvolveu e consolidou, com pequenas e médias indústrias, ao lado de grandes empresas já estabelecidas (BURGHART, 2006). Atualmente os dois setores de maior expressão econômica são a indústria e os serviços, sendo que em 2015 38,3% de sua população encontrava-se ocupada e o salário médio mensal das(os) trabalhadoras(es) era de 2,5 salários mínimos (Fonte: PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS – PNAD, 2015).

<sup>86</sup> Amadio Vettoretti estima que 90% deles eram italianos(as), seguidos(as) de alemães(ãs) e, em escala diminuta, poloneses(as) (VETTORETTI, 2004).

<sup>87</sup> Realço o caso de São José de Cresciúma, distante 42 Km de Tubarão, que foi fundada por italianos(as) em janeiro de 1880 (BITTENCOURT, 2008).

<sup>88</sup> Para o aprofundamento da história da indústria carbonífera catarinense e sua estreita (sinônimo) associação com a história econômica e social de Tubarão e Imbituba, indico as obras de Alcides Goularti Filho (2016), Rodrigo Althoff Medeiros (2007),

deu no início da década de 1990, quando teve início o processo de desmantelamento da indústria carbonífera como um todo, deixando um legado de degradação ambiental<sup>89</sup> e lançando grande parte da região – e Tubarão em particular – em uma estagnação econômica da qual ainda não se recuperou totalmente.

Tubarão está localizada no meio caminho entre a capital Florianópolis (distante 138 Km) e o polo regional de Criciúma, no extremo sul (a 65 Km), ambas com acesso através da costeira BR 101. Na Tabela 2 (que inseri no APÊNDICE G da tese), tendo por referência o Censo IBGE 2010, reuni algumas de suas características demográficas<sup>90</sup>,

---

além do já citado Amadio Vettoretti (2004). Especialistas no assunto como Alcides Goularti Filho e Fábio Farias de Moraes (2009) propõem a seguinte periodização à história do complexo carbonífero catarinense: a) uma fase de formação e expansão que teve início com a I Guerra Mundial e foi impulsionada por políticas públicas de incentivo e proteção do setor e também pela II Guerra, encerrando-se ao final desta; b) um período de crise que se estendeu de 1945 a 1954, motivado pela superprodução e o abandono da política do governo federal de compra assegurada do minério; c) um segundo boom econômico que teve início em meados dos anos 1950 e se estendeu até 1986, impulsionado pelo crescimento acelerado da indústria pesada no Brasil e pela construção de grandes siderúrgicas estatais; e d) um segundo período de crise que iniciou em 1986, ano a partir do qual são tomadas as primeiras medidas para o desmonte do setor, processo que culmina no início da década de 1990, durante o governo de Fernando Collor e suas políticas neoliberais. Em pouco mais de três anos mais de 10 mil trabalhadores(as) perderam seus empregos. Sem sua destinação siderúrgica e carboquímica de outrora, a diminuta produção remanescente do minério passou a ser destinada quase que exclusivamente à indústria termoeletrica e, em pequena proporção, à indústria cerâmica.

<sup>89</sup> Sobre o assunto consultar Nadja Zim Alexandre (1999).

<sup>90</sup> Valendo ressaltar que sua população é, em sua maioria, branca, católica e urbana, além de não ter completado o ensino médio. A renda domiciliar prevalecente se concentrou nas faixas de mais de dois salários a cinco salários mínimos, e de mais de cinco a dez salários mínimos, totalizando 67,03% das unidades consideradas. O acompanhamento da evolução de seu contingente populacional desde os anos 1960 – 62.588 habitantes em 1960, 66.876 em 1970, 75.242 em 1980, 95.062 em 1990, 88.470 em 2000 e 97.235 em 2010 – revela um dado peculiar: um decréscimo de habitantes entre os anos 1990 e 2000, certamente relacionado com o desmantelamento do setor carbonífero ocorrido em toda a região sul no período, aspecto que associado a pouca diversificação econômica, provavelmente explica, também, a baixa taxa de crescimento populacional – 55,35%, apurada no transcurso de 60 anos (Fonte: Biblioteca do IBGE (Censo Demográfico de 1960) e Portal do IBGE de Séries Históricas e Estatísticas. Disponíveis, respectivamente, nos endereços eletrônicos: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?id=768&view=detalhes> e <https://seriesestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?no=6&op=1&vcodigo=CD77&t=populacao-presente-residente-sexo-dados-universo>, acessados em 27 fev. 2018.



sociais e econômicas<sup>91</sup>. Ocupando o centro da microrregião de Tubarão, a cidade atrai moradores de seu entorno, pela opções de serviços e seu comércio, mas, por outro lado, tem em Criciúma o polo regional mais dinâmico, como alternativa para serviços mais especializados como, por exemplo, no setor médico e hospitalar, além da oferta de empregos<sup>92</sup>.

**Imbituba**<sup>93</sup> surgiu em 1715 como um pequeno povoado em uma bonita e calma enseada no sul do litoral catarinense. Os primeiros moradores que ocuparam áreas ocupadas por índios guaranis, eram imigrantes vicentistas, provenientes da vizinha e antiga Laguna, distante 37 km. A estes(as) desbravadores(as), em 1748, se somaram parte dos(as) 461 imigrantes açorianos(as) que haviam desembarcado em Desterro (SANTANNA, 2016)<sup>94</sup>.

Ocupando uma faixa litorânea no sul catarinense, a cidade está distante 90 quilômetros da capital Florianópolis, 120 quilômetros do polo

---

<sup>91</sup> É uma cidade em que o setor terciário – serviços e comércio de produtos – prevalece (contribuindo com 50,8% do PIB municipal), com limitado ramo industrial (23,41% do PIB), no qual se sobressaem empresas cerâmicas e do vestuário (Fonte: Dados do IBGE coletados na plataforma Deepask, Portal da Transparência nas cidades, disponível no endereço eletrônico <http://www.deepask.com/goes?page=Confira-o-PIB---Produto-Interno-Bruto---no-seu-município>. Acesso em: 25 jan. 2018. Em 2015 42,7% da população estava ocupada, sendo que o salário médio de seus trabalhadores assalariados foi de 2,4 salários mínimos (Fonte: PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS, 2015, também consultado no dia 25 jan. 2018).

<sup>92</sup> Prosperidade que contrasta com Tubarão e teve origem nos anos 1940 quando Criciúma, então conhecida como a capital nacional do carvão, começou a diversificar e potencializar o uso do minério, com a criação da indústria cerâmica (GOULARTI FILHO, 2016).

<sup>93</sup> Segundo especialistas na história da região, relatos de navegadores portugueses e espanhóis do século XVI indicam que a origem indígena do termo faz referência ao cipó roxo que crescia nas praias e dunas da região, ou, ainda, praias com muito vento ou marés altas (SANTANNA, 2016).

<sup>94</sup> Para o estudo da história de Imbituba indico as pesquisas de Maria Aparecida Pamato Santana (2016) e de Márcia Fernandes Rosa Neu (2003). Em sua origem a localidade, como outros pontos do litoral catarinense, era isolada e marcada por uma economia de subsistência, passando por uma fase de desenvolvimento no século XVIII impulsionada pela indústria pesqueira e a exploração da mão de obra escrava. A pesca atingiu seu auge nas últimas décadas do século XVIII, perdendo sua importância ao longo do século XIX, ao mesmo tempo que a cidade foi favorecida e integrada – com seu porto e a ferrovia Dona Teresa Cristina – à indústria carbonífera instalada na região Sul. Nessa condição, beneficiou-se, mas também sofreu as consequências das sucessivas crises que atingem o setor. Especificamente durante a primeira metade dos anos 1980, Imbituba viveu um breve, mas intenso, período de prosperidade, com a instalação em seu território da estatal Indústria Carbonífera Catarinense – ICC e da Cerâmica Imbituba (SANTANA, 2016).

regional de Criciúma e bem mais próxima de Tubarão (56 Km), com a qual manteve uma relação histórica e econômica próxima durante o período de exploração do carvão. A conexão entre todas essas localidades se dá pela BR 101 que corta o território de Imbituba de norte a sul.

Na Tabela 3 (ver APÊNDICE H) com dados do Censo IBGE 2010, agrupei algumas de suas principais condições demográficas<sup>95</sup>, sociais e econômicas. Dependente do vigor da desmantelada indústria carbonífera e de investimentos de um grande grupo empresarial que ficaram no passado, desde a segunda metade dos anos 1990, Imbituba foi lançada em um quadro de estagnação e ingressou no século XXI com suas terras e águas contaminadas<sup>96</sup> e inserida em uma grave crise econômica e social. Dados do IBGE, relativos a 2015, indicam que somente 25,4% de sua população encontrava-se ocupada), com um salário médio mensal dos trabalhadores formais de 2,2 salários mínimos<sup>97</sup>. Ressentida pela falta de diversificação de suas atividades produtivas, nos últimos anos tem apostado na reversão da grande capacidade ociosa de seu porto, recebendo investimentos privados e realizando iniciativas<sup>98</sup> com o objetivo de concorrer com seus congêneres, de São Francisco do Sul e Itajaí.

Como esclareci anteriormente, as considerações teóricas que articulei bem como a reunião de dados que empreendi ao longo do presente capítulo, não visaram um esgotamento dos referenciais e dos dados disponíveis sobre estudos acadêmicos que entrelaçam as temáticas relativas a sexualidades e contextos interioranos. Foi o trabalho que consegui articular dentro de minhas possibilidades e no prazo estabelecido para sua finalização. De todo modo, dou seguimento à tese explorando nos próximos capítulos as narrativas dos *viados*.

---

<sup>95</sup> O perfil dominante branco, católico, urbano, com nível educacional mediano incompleto se mantém. No enquadramento rendimento domiciliar sobressaiu a percentagem de unidades com renda de mais de um a dois salários mínimos (19,78%), seguida das faixas de mais de dois a cinco salários mínimos com 41,82% e mais de cinco a dez salários mínimos (20,66%).

<sup>96</sup> Conforme reportagem de Emerson Gasperin (2016).

<sup>97</sup> Fonte: PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS (2015).

<sup>98</sup> Recentemente o porto de Imbituba tem se destacado como mais uma opção de escoamento graneleiro, com o transporte de soja e milho. Desde o mês de setembro de 2017 o porto passou a se integrar em uma rota de longo curso de navios contêineres da Ásia, conforme reportagem do jornal Diário Catarinense do dia 05.09.2017 (CAGNINI, 2017), disponível no endereço eletrônico <http://dc.clicrbs.com.br/sc/noticias/noticia/2017/09/navio-de-331m-atraca-em-imituba-e-inaugura-rota-asiatica-no-sul-de-sc-9888709.html>, acessado em 30.01.18.

Em outras palavras, que experiências levaram esses sujeitos se constituírem como *viados*, reconhecendo-se e sendo reconhecidos socialmente como tais? Essa foi uma das principais questões que surgiram ao pensar e problematizar minha temática de pesquisa. Como delimitar na introdução, a busca de respostas deve ser direcionada para o aprofundamento das condições históricas que os criaram como sujeitos e os levaram a assumir uma identidade e uma visibilidade homossexual.

Tal abordagem volta-se para a investigação de como eles foram marcados pela diferença, ou seja, como e mediante que práticas a diferenciação entre “eles” e “os outros” foi estabelecida, como eles se perceberam e foram percebidos diferentes, como foram classificados, rotulados e hierarquizados. Todas essas dinâmicas, por serem simultâneas e inter-relacionadas, precisam ser analisadas de modo conjunto – objetivo que desenvolvo nos dois próximos capítulos ao reunir e explorar, em um primeiro momento, no capítulo 3, as experiências relacionadas com as trajetórias de vida de três interlocutores e, em seguida, no capítulo 4, dos seis sujeitos remanescentes.



### 3 MENINOS E RAPAZES “DIFERENTES”

“Os olhos dos outros nossas prisões, seus pensamentos nossas celas”.

Virgínia Wolff.

**Eu sempre digo, a gente não chega em um certo momento e diz: eu sou homossexual. A gente vê diferenças. Eu sempre via diferenças.** A gente, quando brincava de pega-pega na escola, eu não era o super-homem, eu era a mulher-maravilha [risos]. (Fernando).

**Meu problema era que eu tinha muito medo do meu pai.** Vou contar um fato: uma vez nós estávamos almoçando, eu e meu irmão fomos comprar bala e a gente escondeu. Sentamos na mesa, meu pai sentou e meu irmão começou a rir. Ele olhava pra mim e eu pra ele. E eu, mais espontâneo, desabei. Meu pai saiu e eu nem percebi. Até hoje não sei como. Veio por trás assim e pegou pelas duas palmas nas orelhas: – “Pra tu ter educação na mesa!”. **Por que meu irmão podia rir e eu não? Eu não podia porque me soltava de uma maneira diferente.** Era o Ricardo. (Ricardo).

“– Ney, vem ao quadro!”. Um terror, um terror, perdia a média porque eu não levantava. Eu sei que eu tinha uma dificuldade de caminhar. Porque que **eu tinha alguma coisa errada em mim.** (Ney).

Que experiências de vida levaram esses três homens a serem identificados socialmente como *viados*? E através de que processos de subjetivação eles próprios se reconheceram como tal? Essas foram as questões iniciais que defini como condutoras desta tese e que começo a desenvolver neste capítulo, explorando as formas como esses sujeitos em sua infância e juventude foram percebidos como diferentes e foram marcados pela diferença.

Nas narrativas de Ney, Fernando e Ricardo, um dos aspectos relacionados com esses processos de diferenciação e subjetivação que se destacou logo no início de nossas conversas, surgiu quando lhes pedi para se apresentarem e para que contassem onde e quando nasceram e como eram suas famílias. Ney, após explicar que era filho de agricultores, que

tinha quatro irmãos e uma irmã, e que moravam todos em um sítio na área rural de Tubarão, relatou:

Minha mãe tinha seis filhos e trabalhava na agricultura com meus irmãos. Eu ficava mais em casa com os mais novos e, **como minha mãe era uma pessoa muito doente, eu comecei a aprender e a me dedicar ao serviço de casa.** Gostava de passar cera, enceradeira [...] A casa do sítio era muito bonita, toda de tábuas, os móveis muito antigos de minha vó. Eu gostava de arrumar, de plantar e colher flores pra colocar no vaso. **Tudo começou aí, a aflorar mais o lado da minha homossexualidade.**

Já Ricardo, nascido em Imbituba, em uma família com três filhos e três filhas, cujo pai era portuário e a mãe dona de casa, falou algo parecido:

Minha mãe me protegia e meu pai cobrava muito dela. Quem eu ia ser? **“Esse menino já veio diferente. Ele é alguma coisa que a gente não quer”.** Até porque meu pai foi jogador do Atlético. Então ele sempre jogou futebol desde novo. **E a minha mãe é de uma família de 14 filhos. Nenhum teve, não é chamado desvio, mas nenhum encaminhou-se pra ser homossexual.** (Ricardo).

Sublinho, de início, essas duas falas com o objetivo de chamar a atenção para o fato de que o ato de rememorar, praticado por cada um deles, guardou relação com o contexto em que ele ocorreu. Com isso, quero realçar que, como estão a evidenciar essas falas, as quais surgiram espontaneamente no início de nossas conversas, as memórias articuladas pelos meus interlocutores devem ser consideradas como resultantes de um processo que, dentre outros aspectos, foi duplamente influenciado:

- a) Pela convocação-provocação-evocação emanada da proposta inicial do meu projeto de pesquisa, tal como esclarecido em cada um dos encontros dos quais tive o privilégio de participar.

- b) Pela minha presença corpórea e minha participação ativa e interessada, no sentido de motivada por um objetivo científico, durante a realização das entrevistas.

Foi a partir de minha proposta de pesquisa, a qual relaciona experiências, histórias de vida e (homo)sexualidade, que os entrevistados e, devo acrescentar, também eu – na condição de pesquisador e na relação de poder que ela comporta – nos empenhamos em construir narrativas coerentes, como propõe Pierre Bourdieu (2006):

O sujeito e o objeto da biografia (o investigador e o investigado) têm de certa forma o mesmo interesse em aceitar o postulado de sentido da existência narrada (e, implicitamente, de qualquer existência). Sem dúvida, cabe supor que o relato autobiográfico se baseia sempre, ou pelo menos em parte na preocupação de dar sentido, de tornar razoável, de extrair uma lógica ao mesmo tempo retrospectiva e prospectiva, uma consistência e uma constância estabelecendo relações inteligíveis, como a do efeito à causa eficiente ou final, entre os estados sucessivos, assim constituídos em etapas de um desenvolvimento necessário (BOURDIEU, 2006, p. 184).

Essa é uma tendência que está presente em todas as narrativas construídas e que, se por um lado, evidenciam seu caráter contextual e condicionado, de outra parte, confirmam a importância do alerta de Bourdieu contra o que ele chama o risco de “ilusão biográfica”: uma crença nas constâncias, coerências e sequências cadenciadas, como se houvesse uma direção e significados a orientar as experiências vivenciadas pelos sujeitos. Tal crença desafia a compreensão que suas constituições como sujeitos e as posições por eles ocupadas na sociedade se deram e dão mediante processos permanentes, contingentes e nunca acabados, em espaços e contextos socialmente e historicamente datados, mas que estão, igualmente, em constante transformação (BOURDIEU, 2006).

Como Anamaria Marcon Venson e Joana Maria Pedro (2012) indicam, o ato de lembrar não só decorre de um processo desencadeado pela proposta da pesquisa, como também constitui em si uma forma de subjetivação construída pelo entrevistado no momento da

entrevista. Neste sentido, e com elas concordando, compreendo as memórias como uma positividade, um acontecimento, afastando, desse modo, qualquer empenho direcionado para uma descoberta ou revelação. A entrevista, assim concebida, revela-se como uma “técnica de chamada para a produção e a significação da memória” (VENSON; PEDRO, 2012, p. 129).

Com tal abordagem, tomo a experiência narrada como contingente, não autoevidente e política; ela própria uma interpretação que precisa ser interpretada. Desse modo, o que tem que ser priorizado não é o que foi dito em si, mas a forma como a experiência foi narrada. Assim posicionado, volto meu interesse para os caminhos seguidos na rememoração da experiência e como se deu a constituição dos sujeitos:

Se rememorar é um processo, nosso trabalho é procurar nas memórias da experiência como a pessoa que me fala joga com a cultura e produz a si própria na relação com a Outra, tornando dizíveis processos de constituição de si. Não se trata de uma retirada de informações, mas de interpretar como a pessoa que nos fala reconstrói a própria subjetividade, como percebe a si própria e como percebe o olhar da Outra, como se formula a partir de identificações, como ela entende o modo como se tornou o que é (VENSON, PEDRO, 2012, p.136).

Michael Pollak (1989) sugere buscar nas histórias de vida um núcleo resistente, um fio condutor das narrativas, procurando antever como o indivíduo, ao reconstituir sua trajetória, percebe o lugar social que ocupa e a forma como estabelece relações com os(as) outros(as). E, como Verena Alberti acrescenta, tal busca pode ir além da trajetória individual, dando pistas da forma de elaborar o mundo próprias de determinados grupos ou mesmo gerações (ALBERTI, 2004).

Enfim, a tarefa colocada para o(a) pesquisador(a) é a de uma interpretação das interpretações, trabalhando com a subjetividade da(o) outra(o), com o que foi dito e racionalizado conjuntamente com o não-dito e com o sentido e imaginado no processo dialógico, pois:

*Interpretar* é: atribuir sentidos aos fatos narrados; é relacioná-los a uma teoria; é estabelecer uma relação dialógica entre o *corpus* e o pesquisador – relação sempre mediada pela cultura. Por



intermédio da cultura, o pesquisador atribui sentidos aos fatos narrados por outrem, decodifica símbolos, imagens e mitos corporificados nas lembranças do narrador, presentes no *corpus* oral, no *corpus* escrito ou naqueles que constituem sob a forma de imagens. Por essa senda, interpretar é fazer uma viagem pelo imaginário do outro, na busca de decifrar o indizível, o sentido oculto do que é dito; é possibilitar que a pluralidade de sentido se manifeste na construção do conhecimento histórico; é também permitir que na construção desse conhecimento aflore a polifonia de vozes que se esconde no *corpus* pesquisado; é, antes de tudo, dar visibilidade ao outro, deixar que a voz do outro aflore no texto interpretativo (COSTA, 2014, p. 51).

Imbuído desse espírito dialógico e interpretativo, avanço em minhas análises.

### 3.1 “LIMPINHOS” E “DELICADOS”

Ao analisar a forma como Ney, Fernando e Ricardo reconstruíram suas próprias trajetórias de vida e suas subjetividades, o modo como compreenderam a si mesmos, percebi outro traço comum que ficou manifesto quando conversamos sobre as relações mantidas por eles com seus pais e mães quando eram crianças, e eles narraram:

Todos nós fomos criados assim muito regime militar, **meu pai tinha esse perfil de militar**. Nunca foi militar, mas foi assim, sabe [...] Minha grande paixão, **meu grande amor da minha vida, a mulher de minha vida, foi ela [a mãe]**. (Ney).

Eu fico pensando que a minha vida podia ter sido totalmente diferente se eu tivesse revelado aos 15 anos, mas **tinha a questão do meu pai, porque o meu pai além de ser de uma educação muito rígida, que era trancado, o portão era com cadeado, pra gente não sair de casa**. Tinha a questão do alcoolismo... Isso tudo gerou pra mim um conflito muito grande. Só no seminário eu vou poder ser o que eu sou. É Deus me encaminhando pra mim ter uma formação sobre a minha

sexualidade, porque eu não ia ter aqui dentro de casa. [...] Meu pai era uma pessoa muito boa. Uma pessoa que tu conversava, tinha assunto. Mas assim, ele botou um pouquinho de cachaça, transformava, ficava violento. **Minha mãe sofreu muito na mão dele. E hoje eu me dou conta que muitas vezes era por minha causa e eu não sabia. Daí ele descarregava nela.** (Ricardo).

**A mãe sempre me controlava por causa do pai e da família.** Então ela sempre pegava o pé em mim. Então eu pensava assim, se o pai morresse antes, a mãe ia ser mais liberal comigo. Quem tinha o papel de pegar no meu pé era ela. O pai nunca chegou e disse: tu anda direito, tu se comporta. Talvez ele cobrava dela e aí ela fazia o papel [...] Eu estudava de manhã, chegava em casa, ajudava a fazer o almoço, logo depois limpava a cozinha, fazias os deveres, sempre mais os afazeres domésticos. O pai e a mãe eram mais de cuidar da horta, porque a gente tinha uma horta em uma área enorme e serviços fora assim não era comigo. (Fernando).

Como Daniel Welzer-Lang (2001) ressalta, a construção do masculino está associada a uma mensagem dominante no sentido de que ser um homem é ser diferente de uma mulher. E tal aprendizado se dá com o abandono pelos meninos dos espaços ocupados pelas mulheres, iniciando uma homosociabilidade com seus pares de idade próxima. Uma socialização marcada pela violência e pelo sofrimento, com a qual há, ao mesmo tempo, uma submissão a um modelo heterossexual de masculinidade bem como a aquisição dos privilégios dele decorrentes.

Ao conversarmos sobre as relações familiares, os interlocutores mencionaram que sempre mantiveram vínculos mais estreitos e afetivos com suas mães, bem como não só ficavam mais recolhidos em suas casas, como se engajavam em atividades domésticas, de modo que assim, aos poucos, não só foram associados aos espaços femininos como, também, de forma simbólica, às próprias mulheres, personificadas por suas mães e irmãs.

Pelo visto, eles próprios em suas narrativas, procurando conferir coerência a seus relatos, estabelecem essa associação como uma forma de explicação do fato de serem homossexuais e de se compreenderem como tal. Isso ficou evidente na passagem em que Ney, após lembrar sua dedicação aos serviços de casa, acrescentou: “Tudo começou aí, a aflorar

mais o lado da minha homossexualidade”; assim também Ricardo, na forma como construiu sua narrativa a partir da experiência de permanecer preso em sua casa e não jogando futebol na rua como seu pai e irmãos, “encaminhou-se pra ser homossexual”.

Em diferentes momentos das narrativas é perceptível como as diferenciações entre Ney, Fernando e Ricardo e os(as) Outros(as) se deram – e por eles também foram percebidas – de modo relacional, tendo por um lado a valorizada presença e o recolhimento privado das mães, lembradas como controladoras, mas sempre presentes, frágeis, mais sensíveis, compreensivas, afetivas e emotivas quando comparadas aos pais, estes percebidos e lembrados como mais rígidos, ausentes e distantes. Diferentemente das mães, eles eram ocupantes de espaços públicos, trabalhadores em serviços pesados (na roça, no caso do pai de Ney; em uma borracharia e depois numa mercearia e bar durante a infância de Fernando, e no cais do porto, como se deu com o pai de Ricardo), fortes e viris, insensíveis e pouco emotivos.

Com os irmãos e irmãs, aquele contraponto se repetia e adquiria significado, como no episódio em que Ricardo riu e “soltou-se” de um modo diferente do irmão à mesa, durante um almoço. As seguintes falas parecem também significativas:

Claro! **Eu ia pra escola todo bonitinho**... Branco com azul marinho, tenizinho [...] Era um kichute na época. **Meus irmãos vinham todos sujos**. Poeira [...] Brincavam, brigavam, tudo, né? **Eu vinha limpinho**. Não, não fazia educação física. **Foram raras as vezes que eu fiz educação física**. Eu reprovei um ano por causa da educação física, por conta das faltas. Aí, eu tive problemas com meus irmãos, que me cobravam: – “Por que que tu não fazes?”. (Ney).

Minha irmã era mais o menino da família [risos]. Enquanto eu brincava de boneca, ela já não gostava mais; gostava de jogar bola. Ela também era mais de estar junto com os rapazes... A gente brinca que a gente nasceu no corpo errado. **Eu era uma criança mais delicada**. (Fernando).

Ney lembrou que era considerado “limpinho”, o oposto de irmãos acostumados a brincar muito, a brigar no colégio. Fernando descreveu-se como uma criança “delicada”, ao lado da irmã, mais ativa e

afoita. E Ricardo, como “fechado” e “medroso”, em comparação aos irmãos, falantes e habilidosos no futebol como o pai. Foi, portanto, a partir da casa e no entorno dela que as diferenciações se estabeleceram e passaram a ser cada vez mais percebidas, como ficou evidente, por exemplo, quando Fernando lembrou: “Eu tinha seis, sete anos e minha irmã ganhava loucinhas. Eu catava! Em seguida, e no fim, a mãe já dava direto pra mim. Aí, as vizinhas começaram a perceber. A Dona Teresa comprou um fogãozinho e deu pra mim. Daí dizia: ‘deixa ele brincar!’”.

### 3.2 “AFETADOS” E “AFEMINADOS”

Senti nessas lembranças associadas ao universo familiar uma certa candura, ao mesmo tempo em que as diferenciações começaram a ser narradas. Quando as memórias avançaram, ainda no período da infância, mas relacionadas ao espaço escolar, um tom mais sombrio passou a prevalecer:

Minha mãe era muito amiga da diretora do colégio que ficava ao lado de minha casa, isso tudo facilitou até com o desenvolvimento intelectual da minha mãe.

Ela não tinha muito estudo, mas ela conversava com as pessoas. E **nesse colégio do primário, os meninos já me chamavam de mulherzinha, chamavam eu de viadinho**. Eu não sabia o que era isso, viadinho. Ai um dia eu perguntei pra minha mãe: Oh mãe o que é que é viadinho? Eles tão chamando isso pra mim. Daí a minha mãe foi até a escola conversar com a diretora. Aí é quando desenrolou, a minha mãe começou ficar mais atenta em mim. Aí começou a pegar muito no meu pé, né? (Ney).

Ricardo: Eu sempre fui loiro, esse olho azul, clarinho, magrinho, e tinha... assim, **já era afetado. Me lembro que eu era pequeno assim e me chamavam de Vanusa**<sup>99</sup>.

---

<sup>99</sup> Referência à cantora e compositora brasileira que fez muito sucesso nos anos 1970 e 1980, sendo assídua frequentadora dos programas de auditório de maior audiência da época.

Eu: Quem te chamava de Vanusa? Mas quem começou isso?

Ricardo: Ah, os coleguinhas tudo. Lá no terceiro, quarto ano [...]

Fernando: No ensino médio era mais complicado, daí os rapazes eram mais diabólicos, então era assim. Era, que é bem diferente de hoje né? Até por eu ser mais feminina assim, aí mesmo que já eram aquelas provocações, os nomes pejorativos [...]

Eu: **De que que te chamavam?**

Fernando: **De gay, viadinho, bicha, essas coisas todas.** Não era direto, não, porque eu sempre fui um aluno mais aplicado, então eu sempre tinha muito contato com os professores; dentro de sala, eles cuidavam mais, né? Era mais no recreio, no intervalo entre uma aula e outra.

As primeiras experiências de Ney, Fernando e Ricardo relacionadas com a injúria surgiram, assim, atreladas à escola, um lugar que diferentes educadores destacam como importante na construção das diferenças, mediante práticas que separam, instituem, delimitam fronteiras, produzem e reproduzem diferenças entre os(as) sujeitos(as), em um aprendizado contínuo “que coloca cada qual em seu lugar” (LOURO, 2008). É um dos locais privilegiados, no qual os meninos aprendem a ser masculinos e as meninas femininas, ao mesmo tempo que estabelece hierarquias, identifica e estigmatiza aqueles e aquelas que rompem ou se afastam dos padrões hegemônicos de feminilidade e masculinidade (MISKOLCI, 2010).

Todas aquelas lembranças foram revolvidas de forma dolorida e os insultos foram descritos como experiências que abalaram suas subjetividades e marcaram o início de suas trajetórias de vida. Como indica a fala de Ney e sugere a narrativa de Ricardo, a escolarização foi um período da perda da inocência, na qual cada um deles, ainda que inicialmente não entendessem o significado daqueles insultos, perceberam que eram portadores de algo mal, errado e mesmo repulsivo. Como afirma Didier Eribon:

Um gay aprende a sua diferença sob o choque da injúria e seus efeitos, dos quais o principal é

seguramente a conscientização dessa dissimetria fundamental instaurada pelo ato da linguagem: descubro que sou alguém de quem se pode dizer isto ou aquilo, alguém que é objeto de olhares, dos discursos e que é estigmatizado por esses olhares e discursos. A “nomeação” produz uma conscientização de si mesmo como um “outro” que os outros transformam em “objeto” (ERIBON, 2007, p. 28).

Eles eram portadores de diferenças que passaram a ganhar significado à medida que começaram a vivenciar novas e perturbadoras experiências:

[...] com o tempo fui descobrindo que tinha algo errado em minha sexualidade. **Com 9, 10 anos, eu sentia uma coisa estranha, sentia atração pelos outros meninos no futebol.** (Ney).

Na 3ª, 4ª série, ali eu já comecei a perceber, com aquelas cartinhas para as meninas, que eu, **ao contrário dos outros meninos, não tinha interesse por elas, eu me sentia atraído pelos meninos.** (Fernando).

Com 12 anos, **eu comecei a me sentir interessado pelos meninos.** A gente brincava de brigar e eu já me debruçava sobre eles pra ver e sentir. A sentir tesão, que, mais tarde, ia ser alguma coisa. (Ricardo).

Ao mesmo tempo, outras transformações experimentadas no e a partir do corpo, começaram a ocupar posição de destaque em suas narrativas:

**Eu olhava assim pro meu corpo e via que era meio afeminado,** na hora do banho eu olhava no espelho e via que era diferente. Minhas pernas, meu bumbum. Eu achava aquilo estranho e então eu não fazia educação física. [...] Porque que eu tinha alguma coisa errada em mim. (Ney).

Elas [as professoras] me viam e eu achava que elas comentavam entre si já. **Eu tinha um medo de**

**virar e elas perceberem meu jeito.** Aí mesmo que tu te fechas, né? (Ricardo).

Com Fernando, as percepções elaboradas a partir das experiências relacionadas com o corpo, surgiram mais claramente em um ponto um pouco mais avançado de nossa conversa, quando perguntei-lhe sobre o início da prática de vestir-se como mulher. Sua resposta foi:

Com 15 anos, mais ou menos, eu comecei a ficar mais feminina, meu rosto, o cabelo, a voz... Hoje, até tá um pouco rouca, mas era bem mais fina. **Então eu sentia que eu estava desfalcada de alguma forma.** Então, com 16 anos, mais ou menos, eu comecei a comprar uma calça mais de elanca, mais boca de sino.

Se para Ney e Ricardo os significados atribuídos àquelas experiências foram de que seus corpos e suas próprias existências tinham algo de errado e falho, causando sentimentos de estranhamento, vergonha e medo; no caso de Fernando, ao que parece, as sensações e a subjetivações elaboradas a partir de seu corpo foram reconhecidas como de desfalque – como falta de parte de um conjunto (MICHAELIS, 2018) – sintonizada com sua compreensão subjetiva e em elaboração-construção, não sem tensões, de uma possível sujeita mulher.

Essas lembranças vêm a confirmar o entendimento dos corpos, não só como espaços privilegiados de produção e delimitação de diferenças (LOURO, 2008), como, ademais, algo intimamente imbricado com os processos de subjetivação e reconhecimento identitário (MISKOLCI, 2012) de meus interlocutores.

Enquanto nas memórias relacionadas com os espaços familiar e doméstico eles referiram-se a si próprios como meninos “limpinhos”, “delicados”, “calados” e “recolhidos”, aos fazerem referência às experiências vividas no ambiente escolar, as expressões “afeminado” (Ney), “feminino” (Fernando) e “afetado” (Ricardo) tornaram-se frequentes em suas falas.

À diferenciação associada a percepção de um desejo errado, já que diferente daquele esperado e sentido por outros meninos e meninas (que era voltado pra o sexo oposto), somou-se a percepção de um corpo igualmente estranho e de um reprovado “jeito”. As sucessivas experiências de serem injuriados e estigmatizados, aos poucos ganharam um significado maior, dado a partir da consciência da condição de

diferentes e desafiadores de uma norma heterossexual, em um processo de subjetivação elaborado no recolhimento e no silêncio:

Assim, a gente começa a se apaixonar pelos meninos. Só que tu fica a sete chaves. Se fecha, acontecendo. Era novidade na minha cabeça. [...] **Era uma história muito difícil pra minha cabeça, aí eu ficava trancado no quarto, eu ouvia música e chorava muito e não podia contar pra minha família.** (Ney).

Algo fora do esperado e percebido como errado parecia estar ocorrendo. Assim, nos casos de Ney e Fernando, suas famílias tomaram algumas providências. Com o primeiro, esse assunto surgiu do seguinte modo:

Ney: Mas há um outro fato que eu esqueci da minha infância. **Eu lembro que meu pai e minha mãe me levaram até Florianópolis em um psicólogo.** Não sei como é que eu cheguei lá. Quando eu vi, eu já tava dentro do consultório médico. Fui de ônibus. Pensei que eu ia passear na casa dos meus parentes. Esse psicólogo era ruivo, a barba vinha aqui (mostrando no próprio corpo). Eu falava sobre a minha vida, sobre a maneira de me sentar, porque, às vezes, naquela época, eu tinha uns gestos meio afeminados. Naquele tempo, ia se corrigir isso. Porque, hoje em dia, ser um gay é ser um homem, né?

Eu: E daí, como é que foi com esse psicólogo?

Ney: Foi muito bem. Ele fez uma terapia só comigo, só foi uma vez. Ele perguntou várias coisas sobre meu comportamento no colégio, o relacionamento com os colegas de aula, meus amigos. Eu fui falando, né? Normal, tudo. Ele me elogiou: “Você é um rapaz muito bonito”. [...] Quando eu fui, eu tinha 12 anos. Eu já sabia por que que estavam conversando comigo. Eu amadureci muito cedo. Essa questão da sexualidade, eu sabia já porque, com 9 anos, 10, 11 anos, eu descobri que eu era, que um rapaz me atraía, não uma mulher. [...] Mas não abri pra ele.



Eu não tinha como me abrir. Eles lá, aham [...] Eu sabia o que eu tinha. Eu vou dizer? Eu nem lembro direito as perguntas que ele fez, mas eu só fiquei quieto: aham, aham, sim, sim, não, não.

E com Fernando quando ele relembrou de uma experiência marcante ocorrida no início de sua adolescência:

**Com 13, 14 anos ela [referindo-se à mãe] me levou pro médico,** Dr. Jorge, em Blumenau. Ele fez um exame no Hospital Santo Antônio em Blumenau. [...] Na verdade, o exame comprova que a minha taxa de hormônio feminino, eu não lembro agora o percentual, é alterada. Tanto que minha fisionomia ficou menina, o que não acontece com outros gays que têm aparência masculina.

Como Ney explicou em outro momento da entrevista, ao se referir a um episódio familiar (que retomarei mais adiante), naquela consulta, seu pai e sua mãe ouviram do psicólogo a confirmação de que era homossexual. No caso de Fernando, ainda que uma conversa posterior sobre o parecer médico não tenha ocorrido com sua mãe e seu pai, certo é que, após a consulta, algumas mudanças foram por ele percebidas, como ficou evidente na seguinte passagem:

Aí, depois dos 15 anos, a mudança foi aflorando mais [...] a fisionomia foi acontecendo normalmente. Eu lembro que um dia a mãe disse: – “Vamos cortar esse cabelo”. Aí a gente chegou no barbeiro. Ela puxou o cabelo assim e disse: – “Ah, não adianta, mesmo se raspar vai ficar com o rosto feminino”. Aí ela disse: – “Corta como ele quer”. Ela sempre mandava cortar bem cortinho. Aí, ela desistiu e já começou a liberar mais.

Nas duas situações, os sujeitos, mediante a intervenção do que Foucault (2011) conceituou como biopoder, tiveram suas sexualidades tornadas patológicas. Paralelamente, a partir da aparência de seus corpos, foram indiciados, classificados, hierarquizados e, ao que tudo indica, definidos, tendo por referência maior, superior e “natural”, a heterossexualidade (LOURO, 2008).

Como visto, as experiências das injúrias foram lembradas como algo que ocorreu muito cedo e de modo permanente na escola. Foram recordações ressentidas, mas fiquei com a impressão de que os insultos foram tantos e por muito tempo repetidos, que, afinal, aprenderam a lidar com eles. Ainda assim, Ricardo foi o que se estendeu mais ao responder minha pergunta: “O que sentias quando te xingavam?”:

Interessante, porque parece assim [...] **sabe quando as pessoas dão um socão, um soco? Tu levavas uma pancada. Eu, não! Porque as pessoas viam em mim a afetação e eu não me via afetado. Daí, levava um choque. Devolvia: não! Que ideia! Mas assim [...] porque eu não me via. Achava natural o jeito que eu sou. A gente engolia a seco! Cada vez mais fechado, calado e recolhido no quarto, lendo muito a bíblia.** Meu problema, nessa trajetória de vida, era ler muito bíblia. Com 15 para 16 anos, eu vivia no quarto e achava que as coisas não deveriam ser do jeito que são. Eu comecei a me programar de maneira totalmente diferente do mundo. Eu quero ir pro seminário, eu quero ser padre, eu não quero nada disso aí.

Diante da mesma pergunta, Ney disse que “ficava na minha, não dava bola [...] me doía o preconceito” e Fernando “levava na esportiva”, ou, então, disse que “fazia que não era comigo e aí eles paravam. A terceira vez, eles iam parar”.

Talvez o fato dessas experiências na escola terem se tornado tão frequentes explique porque elas surgiram nas memórias de uma forma menos vivaz, se comparadas com aquelas vivenciadas em contextos diferentes:

Eu trabalhava na farmácia e fiz amizade com um cliente. Um jovem senhor. A esposa dele tinha um problema de saúde e eu acho que eu fui umas dez vezes na casa dele aplicar injeção. Eu achava ele muito bonito. Aí, ele começou a puxar assunto comigo: - “Você me parece tão triste”. Acabei gostando desse senhor. Me apaixonei por esse cara. Ele me ouvia. Ele tinha um táxi, então quando eu saía da farmácia, eu passava lá pra conversar com ele. Então a amizade fluiu, fluiu, mas nunca

tivemos nada, não trocamos nenhum tipo de carícia, nada. E até depois de um tempo eu falei pra ele que eu era homossexual. Ele entendeu. E nas vezes que eu ia, ele me levava até próximo a minha casa. Me deu umas três ou quatro caronas. E nesse ponto de táxi trabalhava um outro taxista que era um primo-irmão meu. O que que aconteceu? Alguém comentou pra esse meu primo taxista: – “Aquele cara, assim, assim [...] um garotão vinha aí, um rapaz[...] tão falando que os dois talvez são engate [...]”. O que é que aconteceu? O meu primo foi na minha casa e chamou meu irmão Osmar. Eu lembro muito bem que eu estava me enxugando no banheiro. O Osmar bateu e eu do basculante do banheiro vi o carro do meu primo taxista. Na hora eu me liguei. Confusão pro meu lado. Incrível. Intuição minha. Eu tinha 18 anos. Ele abriu a porta e falou assim: – **“Que barbaridade! Só o que me faltava eu ter um irmão viado na família! No meio de nós! Eu prefiro que tu morras embaixo de uma scania, esmagado! Eu prefiro ver tu morto, mas isso eu não quero!”**. Eu simplesmente, meu amigo, naquele momento subiu um mal-estar do meu pé ao meu cérebro. **Foi ali que eu tive uma depressão E comecei a chorar, não melhorei mais. Me levaram pro psiquiatra. Fiquei ruim, ruim, ruim, ruim. Me afastei do trabalho, de licença do trabalho. Foi horrível pra mim.** (Ney).

Tinha uma danceteria aqui em Gaspar, a Paradise, e na frente tinha uma sacada. Aí, quando eu chegava tinha um vizinho nosso lá de Itajaí e ele gritava lá de cima: – **“Eihhh!! Chegou o viado!!”**. E aquilo parava, né, porque era um dos poucos na época, assim, mais feminino. E aquilo foi me incomodando, me incomodando [...] Eu parei de sair. Eu tava com 19 anos, ainda faltava eu terminar o magistério. **Teve um ano que eu parei, não sei se era depressão ou algo assim.** Na época, eu já morava sozinho e era só casa, trabalho, mais nada. Eu não saía pra mais nada. (Fernando).

Não surpreende que essas lembranças ocuparam um espaço de destaque nas narrativas de Ney e Fernando. Tais experiências por eles vividas na família e em situações de exposição pública parecem ter potencializado o efeito devastador da violência simbólica a que eles foram submetidos, bem como as profundas consequências sobre suas subjetividades e personalidades.

Como destaca Didier Eribon, a injúria é um ato de linguagem que atribui ao(à) injuriado(a) não só um lugar no mundo, mas o surgimento de uma percepção particular de mundo a partir de tal lugar atribuído pelo outro (ERIBON, 2007). Um lugar de separação, exclusão e inferiorização diante daqueles(as) considerados “normais”, que traz consigo a consciência da condição de estigmatizado, como teorizado por Erving Goffman<sup>100</sup>. A injúria ocupa, assim, papel decisivo na constituição da subjetividade “inferiorizada” que surge na estreita relação com uma heteronormatividade:

A ordem social e sexual de que a linguagem é o veículo, e de que a injúria é um dos sintomas mais agudos, produz ao mesmo tempo o sujeito como subjetividade e como sujeição, isto é, como uma pessoa adaptada às regras e hierarquias socialmente instituídas. Logo, subjetividade gay é uma subjetividade “inferiorizada”, não só por encontrar a situação inferior dada aos homossexuais pela sociedade, mas, sobretudo, por ser produzida por ela: não há de um lado, uma subjetividade que preexistia e, de outro, uma impressão social que viria em seguida deformá-la. A subjetividade e essa marca social são apenas um: o “sujeito” individual é produzido pela interpelação, isto é, pelas estruturas cognitivas e, portanto, sociais de que ela é vetor (ERIBON, 2007, p. 78).

Tal citação é oportuna por evidenciar que aquelas práticas, apesar de vividas como experiências individuais, aconteceram dentro de um contexto social e histórico que as determinaram. Nesse sentido, revela-se mais apropriado pensar-se em termos de abjeção – expressão utilizada por teóricas(os) *queers* para se referirem ao espaço relegado em nossa

---

<sup>100</sup> Aquele(a) portador(a) de um atributo profundamente depreciativo, um estigma, característica diferente da prevista ou presumida que é associada a uma “normalidade” (GOFFMAN, 2013).

sociedade àquelas pessoas cujas sexualidades, por desafiam uma ordem social ditada pela heterossexualidade, são vistas como ameaçadoras e poluidoras e, por isso, perigosas. Miskolci resume:

O abjeto é algo pelo que alguém sente horror ou repulsa como se fosse poluidor ou impuro, a ponto de ser o contato com isso ser temido como contaminador ou nauseante. Acho que isso ajuda a entender de onde brota a violência de um xingamento, de uma injúria. Quando alguém xinga alguém de algo, por exemplo, quando chama de “sapatão” ou “bicha”, não está apenas dando um “nome” para esse outro, está julgando essa pessoa e a classificando como objeto de nojo (MISKOLCI, 2012, p. 40).

A abjeção manifesta-se socialmente através de práticas de temor, recusa e repugnância direcionadas para aqueles e aquelas cuja própria existência é vista como uma ameaça à estabilidade e homogeneidade da comunidade. Desse modo, a própria injúria deve ser compreendida como uma manifestação da abjeção: “A partir da ideia de abjeção, compreendemos a dinâmica coletiva que gera a injúria e a violência contra aqueles e aquelas que explicitam a instabilidade dos gêneros e, das formas as mais diversas, encarnam a diferença...” (MISKOLCI, 2012, p. 41).

*Viado, viadinho, bicha, bichinha, maricão e mulherzinha*<sup>101</sup> foram as injúrias ouvidas de maneira repetida e ressentida por anos e anos nas trajetórias de vida de Ney, Fernando e Ricardo, constituindo, como destaca Eribon, “só a ponta, o traço verbal da violência simbólica que organiza a sexualidade conforme hierarquizações e exclusões bem precisas e que conferem à homossexualidade um estatuto de inferioridade” (ERIBON, 2007, p. 101). Práticas sociais que, ao lado de outras (algumas das quais exploro a seguir), levam os sujeitos a reconhecer o caráter abjeto de seus desejos por pessoas do mesmo sexo e de suas próprias existências.

---

<sup>101</sup> Um xingamento que, como Iara Beleli reitera, tem um alcance que vai além da referência ao “menino que brinca com meninas, que se encanta por objetos, situações ou atividades consideradas femininas. Aqui não há somente uma referência ao sexo, antes, explicita a desvalorização do “feminino” em relação ao “masculino”, evidenciando as relações de poder que começam a ser construídas desde a infância” (BELELI, 2010, p.51).

### 3.3 DE “DELICADOS” E “LIMPINHOS” À “AFETADOS” E “AFEMINADOS”: MASCULINIDADES QUE FALHAM, DESEJOS REVELADOS

Marcados pela diferença, inicialmente por serem considerados delicados, limpinhos, calados e recolhidos demais para serem meninos, eles logo depois foram classificados, rotulados e hierarquizados como afetados e afeminados e passaram a ser injuriados, não só sendo percebidos, como reconhecendo-se e compreendendo a si próprios e aos outros(as) a partir daquilo que eram chamados: *viados!* Como afirmou Ney, no fragmento antes transcrito, ao mencionar a consulta a um psicólogo realizada em Florianópolis:

Quando eu fui eu tinha 12 anos. Eu já sabia porque estavam conversando comigo. **Eu amadureci muito cedo. Essa questão da sexualidade eu já sabia, porque com 12 anos, 10, 11 anos, eu descobri que eu era, que um rapaz me atraía, não uma mulher.**

O mesmo se deu com Fernando quando comentou a relação problemática com seu pai alcoólatra e concluiu: “Aí, isso refletiu em mim com uma gravidade maior, porque, eu sendo homossexual, eu fiquei com mais medo de me expor”. Afinal, seus corpos tinham algo de “errado”, seus desejos eram “estranhos”, seus modos de andar e se expressar inapropriados para um menino e um homem.

Nessas três trajetórias de vida, é possível perceber o traço comum de experiências vividas no passado em que foi contrariada a expectativa social de aproximação, construção e manutenção da masculinidade (WELZER-LANG, 2001). Um aprendizado que remete, mais uma vez, para a escola, como um espaço privilegiado, em que se pratica uma pedagogia da sexualidade e um disciplinamento dos corpos, de modo que, mediante o treino e o contínuo controle, produza-se uma sexualidade “normal” e aprenda-se como é ser um “homem de verdade” e uma “mulher de verdade”, ou seja, como ser masculino e feminino (LOURO, 2001).

Foi no esporte que percebi outros evidentes indicativos da falha participação daqueles meninos naquele projeto de construção da masculinidade. Ney e Ricardo chegaram a ser reprovados em um ano escolar pelas faltas na “educação física”. Vale repetir, ainda que

recorrendo ao trocadilho fácil, na “disciplina” da “educação” que é “física”, corporal, mas, também, de autocontrole emocional e, como já destaquei, subjetiva.

Era durante as atividades esportivas, notadamente as realizadas em grupos ou times, que as diferenças e a estigmatização eram reforçadas e mesmo incentivadas. Ney lembrou que “daí, vinham as chacotas: “olha o shortinho dela”, “olha o corpinho de menina!””, algo bem parecido com o que se passava com Ricardo, que era recebido com o comentário: “Ih, lá vem aquela mariquinha!”. Para além das experiências da abjeção, aqueles eram espaços e momentos em que uma hierarquia já conhecida, era ainda mais evidenciada e colocada em prática. Nesse sentido, convém destacar uma lembrança de Fernando: na formação dos times adversários, ele era preterido ao máximo, sempre era escolhido ao final, como última opção, depois mesmo dos “pamonhas” de sua sala. De forma nada sutil, tendo por referência primeira os corpos, eram estabelecidos e naturalizados os lugares sociais ou posições de sujeitos que aqueles meninos deviam ocupar no seu grupo (LOURO, 2008).

Por isso não surpreendem as palavras e adjetivos que preponderaram em algumas dessas memórias relacionadas com as práticas esportivas, conforme destaco:

**Eu detestava. Eu detestava que era uma tristeza.** Tinha que correr, tinha que jogar. Aí, a gente dava uma desculpa. Tô com dor ali, tô com dor aqui. Mas **era terrível.** Quando era futebol, handebol, **era um carma!** (Fernando)

**Eu tinha pavor** de fazer educação física. **Eu odiava** jogar futebol. **Eu odiava.** (Ricardo)

Carentes de características socialmente reconhecidas como masculinas como a atividade, a força e a agressividade (GROSSI, 1995), tais sujeitos, dentro da lógica binária e intransitiva de compreensão da sexualidade, foram associados às mulheres e reconhecidos por sua feminilidade. E, por serem afeminados, foram classificados, hierarquizados e reconhecidos em termos identitários (SILVA, 2000) como homossexuais. E, dessa maneira, ainda que tenham vivido suas primeiras experiências sexuais homoeróticas com rapazes da vizinhança entre os 12 e 16 anos, “tudo escondido” (no caso de Ney) e “procurando não despertar suspeita” (na fala de Ricardo), falharam também na manutenção de seus desejos sexuais em segredo.

Como Connell evidencia, aquela é uma compreensão social arraigada que guarda estreita relação com a assunção prevalente em nossa cultura segundo a qual “se alguém é atraído pelo masculino, então essa pessoa deve ser feminina, se não no corpo, então de alguma forma na mente” (CONNELL, 2005, p. 143). Uma associação simbólica que os próprios sujeitos tentaram evitar, como ocorreu com Ricardo, quando estava com 16 anos:

Já indo pro ginásio, né, eu comecei a me interessar por namorar. **Eu já sabia que gostava de menino, mas queria namorar, pra ser igual aos outros meninos. Comecei a namorar,** mas aí pensei comigo: eu não vou fazer isso com ela. Aí, chamei ela, terminei. Depois, não é justo, não é justo. (Ricardo).

E com Ney, aos 18 anos, depois daquela experiência traumática de homofobia familiar:

Nesse espaço de tempo, melhorei. Tudo. Continuei fazendo terapias com o psiquiatra, daí, ele tirou as dosagens de remédios e eu inventei: eu quero namorar. **Mas era uma mulher. Não quero saber mais dessa vida. Não quero, não quero, não quero, não quero [...]** Eu sei que eu sou **homossexual, mas eu vou me corrigir.** Meus irmãos tão namorando, uns já casaram, não quero mais. E aí, eu cisme de namorar a Marta. Não, eu vou namorar, vou namorar...Mas a minha mãe era amicíssima dela. Minha mãe era catequista da igreja e as duas sempre faziam curso, treinamento juntas. Eu acho que porque eu tava forçando uma coisa que não era pra mim. Aí eu nunca beijava ela no rosto, não tinha nem como eu caminhar e pegar na mão dela. Eu tinha vergonha, eu não tinha jeito. (Ney).

Em comum, esses três sujeitos falharam diante de uma expectativa familiar, social e cultural de reprodução e manutenção de um modelo de masculinidade hegemônico. O antecipado comentário do pai de Ricardo de que “Esse menino já veio diferente. Ele é alguma coisa que a gente não quer”, assim como as consultas a um psicólogo e um médico, realizadas nos casos de Ney e Fernando, respectivamente aos 12 e 13 anos, estão a indicar que, na realidade, desde muito cedo em suas trajetórias de vida,



seus desejos voltados para pessoas do mesmo sexo não constituíam propriamente um segredo a ser revelado. Como Connell aprofunda, a orientação de seus desejos para pessoas do mesmo sexo, subvertia o caráter e a presença social de suas masculinidades, já que nas sociedades patriarcais a masculinidade hegemônica é singular, por definição exclusivamente heterossexual. Ney, Fernando e Ricardo desafiando esse modelo nas relações de gênero estabelecidas dentro de suas famílias e nas mais diferentes interações sociais, viveram práticas e experiências através das quais foram associados às mulheres e por isso inferiorizados e subordinados por suas masculinidades não hegemônicas (CONNELL, 2005).

Marcados pela diferença como “afetados” e “afeminados” e pelas experiências da abjeção, por insuficientemente viris e tendo seus desejos sexuais revelados e mesmo patologizados com as consultas realizadas a um médico e a um psicólogo, eles foram reconhecidos e se reconheceram como *viados*, mediante práticas e discursos e relações de poder que me pareceram bastante parecidos, pelo que decidi reuni-los neste segmento de análise. Com relação aos seis interlocutores remanescentes, partindo da mesma pergunta norteadora, desenvolvo no próximo capítulo a análise conjunta de suas experiências e processos de subjetivação, por perceber entre eles muitas similitudes, mas, também, na comparação com esse primeiro grupo estudado, ao lado de algumas constâncias, importantes diferenças.



#### 4 MENINOS E RAPAZES “RESERVADOS”

Eu sempre tinha uma luta interna, porque eu ficava assim: por que eu? Por que eu? Somos em dez e nunca tive problema com ninguém. **Eu sempre fui muito quieto.** Tive dificuldade de me integrar, de interagir, com um certo bloqueio. Por isso, como eu sempre fui mais na minha, **uma pessoa mais reservada, não sofri preconceito.** Sempre mais calado. (Ronaldo).

Eu nunca me vi diferente. **Sempre com esse jeito.** Com certeza, na época até mais, porque tu és mais inocente. Tu não achas o que as pessoas estão pensando. E na época as pessoas não falavam muito, né? Eram mais contidas. (Francisco).

Eu acho assim, Mauricio, que **talvez a gente não tenha ganho o rótulo de viadinho, porque a gente não se comportava como tal. Embora eu soubesse, por exemplo eu, a gente nunca comentou.** (Renato).

**No colégio, nunca me chamaram de viado.** A não ser lá de pequeno, aquelas brincadeiras: ô, viadinho! Normal um chamar pro outro. **Mas tipo viadinho, sabendo que eu era mesmo, não tinha isso.** (João).

Através de que experiências Ronaldo, José, Antônio, Renato, João e Francisco, ainda durante suas infâncias e juventudes, foram percebidos como diferentes? Como e por quê foram marcados pela diferença? E mediante que processos de subjetivação se identificaram como *viados*? Aqui, mais uma vez, na busca de respostas, oriento a pesquisa para possíveis processos de diferenciação, principiando com experiências vivenciadas no contorno familiar de meus interlocutores.

##### 4.1 MENINOS “NORMAIS”, MAS COM UM “CERTO JEITINHO”

“Eu sou mais próximo da mãe, porque o pai é meio fechadão com os filhos. Naquela época, como é que eu vou dizer [...] meio grosso, assim. Até hoje, ele nunca abraçou um filho. Assim, ele era muito assim [...] Pessoa antiga. Já a mãe era mais...”. Com essas palavras, Antônio explicou como era e é a sua relação com seu pai e com sua mãe, agricultores que com ele vivem em um sítio na área rural de Tubarão.

Uma resposta parecida com as demais que ouvi, como, por exemplo, nos casos de Renato, Francisco e Ronaldo:

**Quando eu era pequeno, sempre contam a história que eu era muito grudado com o pai. Só que aí, sei lá, com o tempo, a gente foi se apegando mais com a mãe.** Ela sempre aguentava mais a família. Meu pai era meio alcoólatra. (Renato).

**O meu pai, quanto à minha homossexualidade [gaguejando], eu não tenho nada de ruim pra falar do meu pai.** O meu pai nunca me chamou assim [...] seu marica, seu afeminado, nunca. Era normal com um filho. Nós éramos de signos parecidos, iguais, então nós tínhamos umas divergências na teimosia, entendeu? Eu defendia muito a mãe e era coisa de teimosia mesmo. Eu batia de frente com ele. Se ele dissesse: – “Vai dar um temporal”. Para pai, não vai dar nada! De vez em quando dava uma [...] (Francisco).

**A relação lá em casa sempre foi bem próxima. Quer dizer, com a mãe, porque o pai saía de manhã, trabalhava...** Ele trabalhava na patrôla. Já a mãe ficava em casa, costurava pra fora [...] (Ronaldo).

Especificamente com João<sup>102</sup>, quando perguntei como era o relacionamento dele com seu pai e sua mãe na época da infância, a resposta foi direta, mas logo percebi que para explorar tal assunto, bem como sobre o período relativo a sua infância, deveria adotar uma redobrada cautela, por revolver memórias que me pareceram muito doloridas:

---

<sup>102</sup> No caso desse interlocutor, encontrei um pouco de dificuldade para reunir dados relativos a sua infância, uma vez que, em alguns momentos da entrevista, ele reiterou que tinha poucas lembranças relacionadas com esse período ou respondeu de modo lacônico. Para além da impressão de que ele era tímido, ou talvez não se sentisse à vontade, principalmente no início da entrevista, a continuidade de nosso diálogo levou-me a considerar que tal reserva guardava relação com o próprio assunto tratado. Com João, e também com outros entrevistados, procurei observar a advertência de Alessandro Portelli: a prática de história oral requisita a disposição para ouvir, mas, também, para perceber os limites colocados pelas(os) entrevistadas(os) e respeitar eventuais silêncios, procurando aprender com eles (PORTELLI, 1997).

João: **Eu sempre tive mais afinidades com a mãe. Até na época, o pai bebia e eu não gosto de bêbado.** Ele bebia, dava aquele alvoroço todo [...] **Eu sempre fui do lado da mãe e os meus irmãos do lado do pai, mas assim, ô, a gente não tinha diálogo, não tinha diálogo.** Eu podia chegar do serviço. Se a mãe não tava em casa, podia sentar do lado dele no sofá. Se eu perguntasse [...] [ele respondia] – “A tua mãe foi lá”. Pronto, acabou ali [...] Eu nunca tive [...]

Eu: Desde criança?

João: Era só o mínimo... E já com a mãe, não. Era conversa fiada, jogava conversa fora, tudo [...]

Mais tarde, em outro momento da entrevista, retomei o assunto:

Eu: E o teu pai faleceu quando?

João: Já faz três anos.

Eu: Ele morava contigo e com a tua mãe?

João: Sim, até essa época.

Eu: E essa relação distante com ele foi até essa época? Tu acha que isso tem a ver com o fato de que tu era gay?

João: **Era comigo** [...] Olha nunca passou isso por minha cabeça. De repente, poderia, mas nunca [...] Com os meus irmãos, ele falava, porque os meus irmãos sempre gostaram de bola, de futebol, televisão [...] Eles comentavam e isso não me interessa, né? Não me interessava, então, eu não tinha argumento pra conversar [...] Ah, vamos sentar e falar de futebol! Talvez seja isso, não sei, ou pelo fato de ele notar que eu era. **Mas meu relacionamento com meu pai era assim, era frio, bem frio. E com minha mãe era unha e cutícula.**

Para além de uma relação “fria”, a forma de convívio de João com seu pai sugere, ao menos naquele período de sua trajetória de vida, a prática que Sarah Schulman (2010) denomina de “evitação”, uma forma de manifestação da homofobia familiar que se dá:

[...] quando as pessoas são cortadas, excluídas de participarem de conversações, comunidades, estruturas sociais: a elas não é permitida qualquer voz sobre como elas mesmas são tratadas, não podendo falar ou retrucar. A evitação é uma forma de crueldade mental que é desenhada para que finja que a vítima não existe ou nunca existiu (SCHULMAN, 2010, p. 74).

Foi interessante perceber – e isso só ocorreu no momento em que eu estava pinçando parte do material transcrito para este texto – que, em quase todas as memórias, a maior proximidade com as mães, não só física, mas também afetiva, foi explicada no contraste com relações mais distantes, senão opressivas, mantidas com os pais, em uma espécie de economia de vocabulário e também na expressão de emoções. Contudo, se essa foi uma característica que aproximou os relatos aqui reunidos com aqueles que ouvi no primeiro grupo, formado por Ney, Fernando e Ricardo, um aprofundamento das experiências vividas nas infâncias de Francisco, José, Renato, Ronaldo, Antônio e João indica algumas diferenças importantes.

Início a exploração dessas diferenças com as memórias de Antônio, o qual contou que, como acontecia com todas as crianças em sua família, a partir dos 13, 14 anos, começou a ajudar no cultivo de cebolas e batatas e na criação de animais. Além disso, em nossa conversa, mencionou que, na infância, não havia energia na rua onde moravam e que, mesmo no escuro, brincavam até o início da noite “brincadeiras de gurizão”.

Já Ronaldo, ainda que tenha afirmado que era mais caseiro e que havia começado a trabalhar mais tarde, com 17 anos, relembrou com saudade: “Eu jogava bola com a menina, na estradinha ali, na época, quase deserta. A gente jogava futebol o dia inteiro ali. Brincava de taco, bolinha de gude... tudo que hoje uma criança não faz”. Algo semelhante ao narrado por Francisco, que mencionou: “tinha muitos amigos, porque os nossos vizinhos eram tudo na mesma faixa de idade”.

Renato saiu de casa aos 11 anos, com sua ida para o seminário de Ituporanga, cuja rotina foi descrita por ele nesses termos:

Renato: A gente acordava de manhã, tinha missa, tinha o café, aí, as aulas. Normalmente, antes do café já tínhamos uma aula. Aí, tinha mais quatro aulas, almoçava à tarde tinha estudo e depois, durante a semana, intercalava: um dia era trabalho, um dia era esporte. Geralmente era futebol, que eu odiava. Eu preferia ir trabalhar, mas tudo bem.

Maurício: E o trabalho era na horta?

Renato: É [...] Em Ituporanga, na plantação de cebola. A gente cuidava da fazenda. Tinha umas vacas, porcos [...] Tinha de matar galinha. Trabalhava muito também com a nossa alimentação.

Eu: E era muita gente do seminário?

Renato: Lá em Ituporanga, era de quinta à oitava série. E isso dava umas 150 pessoas. Tinhas os freis e alguns professores de fora.

José contou que, desde muito novo, também começou a ajudar o pai na pequena fábrica de sofás mantida em casa, com ele aprendendo o ofício. Já com João, deu-se o contrário, tendo começado a trabalhar somente aos 19 anos, quando conseguiu um emprego em uma fábrica de compensados, não tendo sido feita nenhuma referência a trabalho antes disso. Ainda assim, recordou que jogava “peladinha” na estrada e brincava de “pega-pega” com os irmãos e vizinhos.

Todas aquelas as experiências estão a indicar um maior envolvimento, às vezes precoce, em trabalhos não domésticos, ou, mesmo quando realizados no domínio doméstico – como no caso das atividades na lavoura ou com animais, ou em uma pequena e contígua fábrica de sofás – em espaços abertos e públicos, em territórios e trabalhos reconhecidos socialmente como masculinos. De igual modo, a sociabilidade com crianças de idade próxima, ainda que perto de casa ou no interior de um seminário, indicam a vivência e mesmo a intensificação de experiências de sociabilidade com meninos, no aprendizado do que é ser homem, de que fala Welzer-Lang (2001).

Apesar disso (ou, talvez, por causa disso), não houve narrativas que evidenciassem maiores diferenças no relacionamento com irmãos e

irmãs. Nos casos de José, que aos 11 anos foi para o seminário e de lá voltou somente aos 20, e de Renato, que era o caçula e tinha grande diferença de idade com os irmãos, foram poucas as lembranças, assim como com Antônio. João mencionou ser mais próximo da irmã, referindo-se da seguinte forma aos irmãos, quando lhe perguntei se quando era mais novo e estava no primário, lembrava de perceber algo diferente: “Olha, eu, nessa época do ginásio, eu jogava futebol com meus irmãos, eu ia ao campo. E eu dava muito palpite em roupa de mulher. Gostava de desenhar roupa de mulher e de dançar [...]”, em uma possível sinalização do motivo da rejeição paterna, silenciosa, mas explícita.

De qualquer modo, o que quero destacar é que as práticas sociais, as diferenças que marcaram os interlocutores aqui investigados, com relação a suas sexualidades, parecem ter atuado de maneira mais sutil e talvez silenciosa, mas, nem por isso, menos efetiva. Foi a partir de experiências relacionadas com a escola que esses processos apareceram nas memórias de um modo um pouco mais evidente.

É o que transpareceu na narrativa de Ronaldo quando ele relembrou que na rua em que morava brincava com as crianças da vizinhança, fazendo “tudo que hoje uma criança não faz”. Aqui, ele deu indicações de como se percebia diferente ao mencionar: “eu sempre tive muita dificuldade de me integrar, de interagir. Eu sempre fui mais na minha. Eu nunca fui assim de amizade de colega. Sempre fui mais calado”.

Quando perguntei a Francisco se ele tinha algo de diferente dos outros meninos na época em que estava no “primário”, ele respondeu com um lacônico “sim”, ao que acrescentei, especulando, “de que maneira?” Mais uma vez, ele foi breve: “No jeito, Mauricio. Tem gente com mais jeito”. Então insisti: “Alguma coisa afeminada, algo assim?” Ele, no fragmento que já destaquei, finalmente, foi mais claro: “Sim. Mas eu nunca me vi diferente. Sempre com esse jeito”.

Nas bem mais breves conversas que tive com José, ele mencionou que achava que tinha um “certo jeitinho” na época da escola. Antônio, por sua vez, lembrou-se de uma experiência que viveu no “ginásio”, pouco antes de abandonar os estudos:

A diretora do colégio uma vez me chamou pra gente conversar e tudo [...]

**“Tu és diferente dos outros rapazi, né? A gente nota que tu és mais delicado, a gente nota que tu gostas de rapazi”.** Aí, eu disse [...] é, cada um tem



o seu gosto diferente, eu não sou igual a todo mundo. Olha, deve ser 1986, com 14 anos!

Por fim, quando perguntei a João sobre suas lembranças da época do colégio, ele preferiu resumir: “eu era um menino normal, não tenho muita lembrança”. Insisti, perguntando se nunca viveu experiências relacionadas com alguma forma de preconceito na escola. Diante da resposta breve “não”, emendei: “E, nessa época, lembra de alguma experiência relacionada com o racismo no colégio?”, ao que ele respondeu:

João: A gente brincava muito no final de semana, aí era jogar futebol na estrada, peladinha. Aí a gente fazia assim ô, negro contra branco, quatro pra um lado, quatro pra outro. Eu, meu irmão, mais dois vizinhos. A gente fazia isso, né? Na brincadeira, nada com maldade.

Eu: E no colégio tinha bastantes negros?

João: Tinha, tinha [...]

A exemplo do que fiz quando o assunto foi a relação mantida com o pai, deixei para retomar perguntas relacionadas com o racismo para um segundo momento.

#### 4.2 MANTENDO A “POSTURA”: MASCULINIDADES PRESERVADAS, DESEJOS, PRÁTICAS AFETIVAS-SEXUAIS “ESCONDIDAS”

Outra diferença que identifiquei, ainda no contorno escolar, diz respeito às experiências da abjeção e o modo como elas foram rememoradas por esse segundo grupo de sujeitos.

Quando conversei com Antônio, como ele não fez nenhuma referência à experiência de ser insultado pelos colegas, perguntei-lhe de modo mais direto se nunca tinha sido chamado de *viado* ou algo parecido naquela época, ao que ele retrucou: “não, nunca me chamaram assim, pra ofender, não. A gente, na época, jogava bola e a gurizada chamava. Aí a gente chamava pra eles também, mas assim de chamar, de ofender, não”. O mesmo aconteceu com Ronaldo, que declarou: “eu nunca senti essa coisa de preconceito no colégio. Eu não sei se era meu jeito mais discreto, fechado, não tem?” Francisco, de igual modo, reiterou: “Eu não tive

nenhum problema na escola. Talvez eu já me aguentava. Talvez alguma coisa me retraía pra eu manter um pouquinho a classe [...] Não a classe, mas a postura, com medo talvez”. No que foi seguido por João: “eu era um menino normal; não tenho nenhuma lembrança”.

José relembrou que na época do “ginásio”, antes de abandonar os estudos, por volta dos 13 anos, chegou a ser chamado de “bichinha” por um colega. Quando perguntei como ele se sentiu quando isso aconteceu, ele acrescentou; “Eu reagi, com um coleguinha meu. Aí, na saída, eu peguei o bicho e enchi de pau. Daí, ficaram com medo de mim”.

A experiência de ser injuriado também não está presente na narrativa de Renato de modo direto, mas de forma subliminar, em uma lembrança relacionada ao tempo como seminarista:

Renato: **Nós tínhamos um grupinho assim**, porque, assim, criavam-se muitas panelinhas. Então, cada panelinha ganhava um apelido. Eu nós tínhamos três pessoas, que eram dois de Gaspar e um aqui de Santo Amaro da Imperatriz. **A gente era bastante chegado, mas nunca [...] E chamavam a gente de Três Marias.** Tinha na época a novela Três Marias (risos). – **“Lá vêm as Três Marias!”**. **Porque a gente não se largava** (risos).

Eu: Mas vocês já tinham um jeitinho afeminado ou alguma coisa assim, pra chamarem vocês de viadinhos?

Renato: Ah, não, não... com isso não.

Eu: Pegavam no pé por estarem juntos, mas sem essa conotação?

Renato: Ah, pode ser que seja. Pode ser que chamava com isso, mas a gente não se sentia assim. Embora a gente começa a despertar, mas, assim [...] Porque eu acho assim, Mauricio, que talvez a gente não tenha ganhado o rótulo de viadinho ou alguma coisa assim, porque nós não nos comportávamos como tal, embora eu soubesse – por exemplo, eu – a gente nunca comentou.

Eu: Mas algum de vocês tinha algum trejeito afeminado? Alguma coisa que pudesse dar uma pista? Será?

Renato: É, eu acredito que sim, que, de repente, alguma atitude que a gente fazia, que a gente não se tocava. Porque, como a gente tava lá e a gente tinha que esconder isso. **Viado, tal, nunca. Então, eu acho que a gente escondia, ou não queria ver.**

Eu: É interessante, né? Rever esse passado e fazer essa reflexão [...]

Renato: **Talvez pudesse ser que a gente fosse um pouco desmunhecado.**

Em outro momento de nossa conversa, retomando a questão das injúrias, perguntei a Renato se havia meninos identificados e chamados de *viados* dentro do seminário e ele complementou:

Se os freis percebiam, eram mandados embora, porque eram muito desmunhecados. Mas assim, **aquele rótulo, tu era viadinho, tu era gayzinho, só acontecia quando eram pegos. [...] Eu nunca tive esse problema. Assim, que alguém tenha dito, tu és viado, tu és gay, nunca foi dito.**

Essas são interessantes memórias que permitem diferentes reflexões. A primeira delas é: como a abjeção, enquanto violência simbólica e forma de sujeição, pode se manifestar em situações em que uma injúria não é explicitamente pronunciada, mas se coloca como uma ameaça passível de realização a qualquer momento, como se dava no seminário com aqueles que eram “pegos”. Como Eribon ressalta:

Deve-se notar que a injúria é apenas a forma derradeira de um continuum linguístico que engloba tanto a fofoca, a alusão, a insinuação, as palavras maldosas ou o boato, quanto a brincadeira mais ou menos explícita, mais ou menos venenosa. Pode ser lida ou ouvida simplesmente na inflexão de voz, num olhar divertido ou odioso. É evidente que todas essas formas atenuadas ou desviadas de injúria constituem o horizonte linguístico da hostilidade na qual devem viver os homossexuais.

Por outro lado, os mais reticentes da ideia de que a injúria poderia ser elemento importante da relação que têm com o mundo concordarão com o fato de que, ainda que não tenham tido a experiência concreta disso, têm, ao menos, clara consciência de que tal agressão verbal é sempre possível e paira como uma ameaça instalada a cada instante da vida social, arriscando para alguns fazê-la bascular num futuro que eles consideram inimaginável e insuportável (ERIBON, 2001, p. 64).

Um segundo aspecto que merece ser destacado é que o insulto, pronunciado ou não, “funciona sempre e fundamentalmente como uma lembrança da ordem sexual, já que, ainda que a pessoa designada possa não ser homossexual, está dito, explicitamente, que ser homossexual não só é condenável, mas que todos devem considerar infamante ser acusado de sê-lo” (ERIBON, 2007, p. 84). Um alerta permanente que, como as memórias de Renato evidenciaram, pairava sobre todos no interior do seminário desde muito cedo.

E por terceiro e último, em alguns aspectos, as memórias que Renato tem de sua época de seminarista ajustam-se perfeitamente à compreensão de Judith Butler, articulada em seu ensaio sobre a política do *don't ask, don't tell* adotada pelo governo dos Estados Unidos em 1994. Segundo Butler, a homossexualidade, além de uma categoria descritiva, em determinados contextos, quando pronunciada ou declarada, aciona fantasias paranoicas, evocando não só formas de conduta, mas o risco de contágio e envolvimento nas próprias práticas homossexuais (BUTLER, 1997).

Para além daquelas memórias relacionadas com o contexto escolar, foram poucas as referências de outras experiências da abjeção que surgiram nas seis entrevistas. Isso ocorreu, por exemplo, com Antônio, ao lembrar que, em sua infância e juventude, eram frequentes as fofocas em sua comunidade sobre um certo senhor “de mais idade”, “que daí as pessoas diziam: ah, aquele lá é viado, um cara casado e ainda fica saindo com homem”. E com Francisco, que contou: “eu só tenho um fato que me marcou muito, foi uma irmã que me chamou de marica. Isso me marcou bastante”. Foi um único episódio e, como ele explicou, isso ocorreu quando ele estava no primário, quando, sem intenção, interrompeu a irmã dentro de casa durante uma faxina.

Menos estigmatizadoras ou menos marcadas pela abjeção, as experiências de se sentirem atraídos por outros meninos também foram destacadas por eles como decisivas no processo de subjetivação de cada

um deles e no seu autorreconhecimento como diferentes. De modo geral, foram vivências situadas entre os 11 e 13 anos, descritas com palavras como, por exemplo, “Sei lá, a gente achava os rapazi bonitos, não olhava pras gurias, achava mais era os rapazi bonitos. Tinha mais [...] assim, sei lá, afeto por homem” (no caso de Antônio), ou como se deu com Ronaldo, que resumiu: “[...] na passagem da puberdade, como eles dizem, né, eu sentia mais atração por homem, né?”.

E quando perguntei a cada um deles como se sentiram ao perceber que tinham atração pelos outros meninos, novamente, de modo geral, ouvi relatos parecidos:

**Eu me digladiava [...] Eu chorava sozinho**, por que? Por que? Eu tinha uma **luta interna** (Ronaldo).

Foi um período bem complicado, porque eu não aceitava [...] **Eu vivia nesse conflito. Não aceitava de jeito nenhum**. Eu sempre me neguei. (Renato).

“Lutas internas” e “conflito” que, nos casos de Ronaldo e Renato, os levaram a, na mesma época, tentar relacionar-se com garotas da mesma idade:

No Seminário, em Agudos, nós tínhamos passeios uma vez por ano, na cidade que era próxima. E lá eu conheci uma menina, eu me envolvi com uma moça [...] **Então, eu preciso me apaixonar. [...] Eu gostava, mas no fundo, no fundo, eu sabia que não era verdade**. Como eu já tava acostumado a gostar de alguém sem acontecer nada [em referência às paixões que teve por alguns meninos], a menina também seria. (Renato).

**Eu namorei com as meninas, mas sempre aquela coisa [...]** (Ronaldo).

Tais relatos, marcados por dúvidas e ansiedade, não foram uníssonos. Quando conversamos sobre suas primeiras relações sexuais, situadas no tempo por eles quando tinham entre 13 e 16 anos, embora todos tenham se referido a iniciações homossexuais envolvidas em estrito sigilo, nas narrativas de Renato, José, Francisco e Ronaldo, os conflitos subjetivos parecem ter aumentado. Já com Antônio e João ouvi palavras

em sentido contrário. Quando lhes perguntei como se sentiram após terem tido aquelas experiências eles disseram:

**Eu achei maravilhoso**, eu já gostava né. Até hoje gosto. Me sinto bem até hoje. Eu não contava pras outras pessoas. Ficava pra gente. Ninguém desconfiava, porque a gente saia normal, conversava normal. (Antônio).

**Eu acho que pra mim foi na maior tranquilidade**, tipo assim eu levei na maior naturalidade, às escondidas, bem escondido. (João).

Experiências relacionadas com sensações de desconforto com o próprio corpo e também de medo foram ressaltadas nas narrativas de Ney, Fernando e Ricardo. Já neste segundo grupo de sujeitos, essas sensações somente foram mencionadas por Francisco. O assunto surgiu quando lhe perguntei como eram suas relações com as(os) professoras(es) na escola. Depois de retrucar que nunca teve nenhum problema, ele acrescentou: “Eu acho que por ter muito medo de mostrar esse lado [...] me trazia muita insegurança se eu fosse chamado ao quadro [...] pra depor alguma coisa.”, em mais uma referência ao pavor de ser reconhecido e identificado como afeminado.

Se nas trajetórias de vida de Ney, Fernando e Ricardo foi desafiada a expectativa social de aproximação e manutenção de uma masculinidade hegemônica – como apontei anteriormente no capítulo 3, explorando experiências relacionadas com o esporte – aqui, lançando mão do mesmo recurso, a maioria das experiências reunidas indica melhores desempenhos diante dessas expectativas sociais:

**Eu gostava de tudo, menos de futebol**. Às vezes, tinha de jogar, aí era o meu sacrifício. Eu ficava no meio do campo, sem fazer nada, porque eu odiava. A bola vinha pra esse lado, eu corria pro outro. Futebol de salão, não gostava por causa da bola pesada. Eu era muito magro, mas eu jogava bastante vôlei. **Eu gostava, fiz parte da seleção de vôlei e basquete também. Fomos campeões**. (Renato).

**Eu joguei bola até quando eu trabalhei fora**, depois que eu fiz meus 16, 17 anos. Porque eu fui trabalhar fora. Eu vim pra Tubarão e aqui **eu jogava pela empresa**. (Antônio).

**Eu ia [no futebol]**, ia mais quando chovia, só porque caía água. Tomava banho de chuva, **só para fazer zoeira mesmo**, mas nunca fui bom jogador. (João)

Francisco destoa mais uma vez do grupo, pois frisou que não gostava de esportes. Segundo ele, porque “tinha de mostrar mais o teu físico, mais esse lado másculo que eu não tinha. Sempre na educação física tinha o futebol. Era uma tortura para mim, porque lá eu ia mostrar algum gesto”.

Por meio daquelas experiências e dos processos de subjetivação a elas relacionados, sob o constante risco de serem percebidos como afeminados e insultados por isso, os seis sujeitos reunidos neste capítulo aos poucos chegaram a um mesmo autorreconhecimento identitário, como indicam os seguintes fragmentos de suas falas, aqui retomadas:

[...] **talvez a gente não tenha ganhado o rótulo de viadinho ou alguma coisa assim, porque nós não nos comportávamos como tal**. Embora eu soubesse, por exemplo eu, a gente nunca comentou. (Renato).

[...] **viadinho, sabendo que eu era mesmo, não tinha isso**. (João)

Eu achava que era errado. **Era vergonha de ser gay**. Vergonha de meus pais. (José).

**O meu pai, quanto à minha homossexualidade** [...] [gaguejando] (Francisco).

Evidentemente, como identifiquei muitas similaridades nas experiências constitutivas dos sujeitos, muitas diferenças também surgiram em suas narrativas, como destaquei algumas vezes, por exemplo, nas falas de Francisco. A proposta de análise de forma agrupada que encaminhei não implica desconsiderar a possibilidade de deslizamentos e comunicações entre circunstâncias e características salientadas aqui e acolá como as mais constantes em cada um dos dois grupos, ou seja, destaco que os sujeitos, cujas experiências e processos de subjetivação foram analisados, não se encaixam em um único registro (LOURO, 2007).

Não obstante tal afirmação, se com relação ao grupo cuja análise das experiências desenvolvi no capítulo anterior eu destaquei que em suas infâncias e no início de suas juventudes eles foram associados às mulheres, reconhecidos em sua feminilidade e por isso inferiorizados e

subordinados, sendo identificados como homossexuais; com relação aos sujeitos que reuni neste capítulo, cheguei a uma conclusão diversa.

Enquanto nas memórias de Ney, Fernando e Ricardo as palavras “afeminado” e “feminino” foram recorrentes e as experiências que se repetiram foram as de serem identificados como “limpinhos” e “delicados” e, um pouco mais tarde, rotulados de “afetados” e “afeminados”; nos casos de Renato, João, José, Ronaldo, Francisco e José, ouvi relatos de experiências de meninos “normais”, porém com um “certo jeitinho”.

Apesar dessas memórias remeterem para um inicial recolhimento em suas casas, surgiram lembranças indicando: a) o gradual abandono desses ambientes, b) o envolvimento em atividades não domésticas, em espaços abertos e públicos, em territórios e trabalhos reconhecidos socialmente como masculinos, c) a intensificação da sociabilidade com outros meninos.

Por tudo isso, inferi que por terem vivenciado experiências da abjeção de modo mais sutil e velado, principalmente mediante o permanente temor de serem identificados como afeminados e sob o risco de serem injuriados, apresentando performances mais viris e próximas da masculinidade hegemônica, eles não foram ou foram menos estigmatizados, e tiveram mais sucesso em manter seus desejos, práticas amorosas e sexuais em segredo<sup>103</sup>. Ainda assim, embora não tenham sido identificados como viados em suas infâncias e juventudes, seus processos de subjetivação desaguaram nesse autoreconhecimento identitário.

---

<sup>103</sup> Aqui e em outras partes da tese recorro às expressões “desejos” e “práticas” “afetivas-sexuais”, “afetivo-sexuais” ou “amorosas e sexuais” em substituição à noção de “orientação sexual” – a forma como as pessoas se sentem atraídas física e psicologicamente por outras. Assim proponho concordando com a crítica de Alípio de Sousa Filho de que nos últimos anos houve uma domesticação e esvaziamento do conceito, como “algo” inato e natural ou, então, uma “verdade” interior dos indivíduos, e não como uma expressão plural que emerge de “práticas construídas na diversidade do desejo, situando-a na cultura e na histórica” (SOUSA FILHO, 2009, p. 66). Além dessa essencialização e substancialização do desejo, o termo “orientação sexual”, como geralmente tem sido conjugado, acaba por reificar as fronteiras entre uma heterossexualidade normativa a partir da qual se definem diferentes “orientações”, em uma demarcação de fronteiras que procuro problematizar. Observo, por último, que o uso das expressões desejos e práticas afetivo-sexuais, afetivas-sexuais, ou amorosas e sexuais, também surgiu como alternativa à reprodução da expressão “sexualidade (s)”, como o mesmo significado, que se revelaria genérica e pouco precisa. Essa providência não impede o uso que faço deste último termo no sentido de vivências e práticas sexuais mais amplas, em outros momentos e contextos da tese.



Dando seguimento à tese, no próximo capítulo, oriento minhas análises investigando as práticas, negociações e estratégias adotadas pelos interlocutores Ney, Ricardo e Fernando na gestão da visibilidade de suas homossexualidades e como eles resistiram à heteronormatividade. Na segunda parte do capítulo, exploro e problematizo como aquelas diferentes práticas foram associadas a diferentes noções de “discrição” e diferentes cautelas.



## 5 “ESTÁ NA CARA”, ELES “FECHAM”

Final da década de 1990. Gaspar. Santa Catarina. Uma escola estadual. É o primeiro dia de aula, faz muito calor e o sol bate forte nas cortinas, janelas escancaradas. Turmas novas, de alunas e alunos que vieram de escolas municipais menores e mais afastadas, vão iniciar o ensino médio. A maioria ainda não se conhece, tem em torno de 16 anos. Todos estão agitados e falam ao mesmo tempo. Paira uma certa tensão no ar.

Vindo de uma outra turma, chega apressado. Carrega muitos diários de classe e livros, muitos livros, junto com uma bolsa preta, pesada. Joga tudo em cima mesa e tira os óculos. Tem pele clara, nenhuma maquiagem, somente a sobrancelha delineada. Cabelos loiros compridos, bem tratados e contidos por uma tiara dourada. Sob o avental branco veste calça pantalona e uma blusa com alguma transparência, tudo preto, como os sapatos com pequenos saltos. Então, toma fôlego e com um sorriso diz:

– Bom dia Turma! Meu nome é Fernando, o professor de matemática!

Professor Fernando tem 42 anos e desde os 19 trabalha no magistério. Aos 22 anos decidiu passar a se vestir com um estilo “feminino discreto”. Efetivado no município e na rede estadual, dá seguidas aulas de manhã, à tarde e à noite. A cada início de uma nova turma enfrenta piadinhas, risadinhas, desassossego que se acalma com o passar das semanas.

– Ah, Mauricio...a cada dia a gente mata um leão!

Nando, como também é conhecido, faz questão de frisar que é homossexual e se diverte com pequenas confusões que surgem quando as pessoas não sabem se ele é homem, mulher ou travesti. Elas vacilam, ora lhe dispensando tratamento feminino, ora masculino. Fê, somente para os íntimos, já teve muitos namorados e companheiros, atualmente

está sozinha, mas sempre próxima da irmã e do cunhado, vizinhos de porta no terreno que dividem, na hoje bem mais movimentada Gaspar.

Início este capítulo com essa pequena crônica inspirada nas memórias de Fernando e com uma pitada ficcional, como um convite à continuidade de minhas análises dos processos de subjetivação, buscando respostas à pergunta norteadora deste trabalho relativa a como e com que estratégias meus interlocutores negociaram e agenciaram a visibilidade de suas homossexualidades, resistindo à heteronormatividade. A escolha não é aleatória, pois fornece um bom exemplo. Afinal, o professor Fernando começou a dar aulas incorporando uma performance feminina em 1996, aos 22 anos, aproximadamente um ano depois de viver a traumática experiência de ser recebido aos gritos de “Chegou o Viado!”, em uma danceteria no centro de Gaspar. Relembro aqui a citação que fiz de Judith Butler na introdução: quando uma pessoa é insultada e reduzida à condição de *viado*, de homossexual, ao mesmo tempo é dada a esse(a) sujeito(a) a possibilidade de existência social, como também formas de reagir à ofensa (BUTLER, 1997).

Como Fernando, todos os interlocutores que integram o *corpus* da pesquisa vivem em cidades do interior de Santa Catarina e comungam uma segunda característica vinculada com seus desejos e práticas afetivo-sexuais, que posso aqui resumir apropriando-me da fala de Antônio:

Como a gente mora em Tubarão, mas **mora bem no interiorzão, aí a comunidade é pequena, daí todo mundo já te conhece**. Aí, tu hoje já tens um estilo de roupa diferente, **na forma de se vestir a pessoa já nota que tu és homossexual, um gay. Oh...aquele lá é diferente. Não é aquele homem comportado**.

Uma realidade bastante diferente daquela encontrada em contextos urbanos maiores, como ficou claro, também, quando explorei com Ricardo por que ele é conhecido em Imbituba como *Ana Maria Braga*<sup>104</sup>:

Ricardo: Ana Maria Braga? Eu não sei... por causa do cabelo, eu faço assim [oscilando a cabeça para

---

<sup>104</sup> Conhecida apresentadora de um programa matinal de televisão na Rede Globo. Esta informação foi-me antecipada rapidamente por Altamiro, que me ajudou a fazer contato com Fernando.

o lado e alisando os fios loiros entre os dedos, com gosto].

Mas isso é de longe... Olha eu passei por Imaruí<sup>105</sup>... Olha que Imaruí é longe. Nós íamos pra uma festinha, o salão era pau a pique, sabe assim? Mas lotava. Aqueles colonos, a gente adorava. De dia tinha futebol, à noite essa festa. A gente participava então da discoteca, da balada toda. E lá eles já diziam: – “**Olha! Chegou a Ana Maria Braga!**”. [risos, com simulada modéstia].

Eu: Mas como isso começou?

Ricardo: Não sei, do nada! [“fechando” e rindo]. É Xuxa<sup>106</sup>, meu Deus: – A Xuxa! [risos]. Xuxa, por incrível que pareça, porque a Xuxa tem cabelo loirinho e curtinho, esse olhinho assim... Não sei, tem dia que meu cabelo fica assim... fica parecido com o da Xuxa e da Ana Maria Braga... Meu Deus! [“fechando” com risadas soltas].

Eu: **És popular...** [“fechando” e rindo junto].

Ricardo: **Sim!** [rindo].

Eu: Mas, tu percebes que é carinhoso?

Ricardo: Sim.

Além de se compreenderem como homossexuais e morarem em cidades do interior, todos são, em maior ou menor medida, conhecidos nas comunidades em que vivem como homens que são gays. Neste sentido, apropriando-me da categorização proposta por Erving Goffman (2013), considero que estes sujeitos por serem portadores de um estigma, isto é, de uma marca relacionada com suas sexualidades que os distingue das demais pessoas consideradas “normais” e por tal característica não só dar-se à evidência, mas também por ser conhecida por aquelas(es) que com eles convivem, todos podem ser considerados sujeitos desacreditados.

---

<sup>105</sup> Cidade vizinha e distante 27 Km de Imbituba.

<sup>106</sup> Atriz e cantora que ficou famosa a contar dos anos 1980, quando passou a apresentar programas voltados principalmente para o público infantil.

Todavia, como visto no Capítulo 3, a análise das experiências vividas no início de suas trajetórias de vida levou-me a separá-los em dois grupos: um primeiro, integrado por Ney, Fernando e Ricardo, cujas memórias indicaram que eles, ainda durante suas infâncias e juventude, por serem vistos como insuficientemente viris foram reconhecidos em sua feminilidade e identificados como *viados* (o que equivale a dizer, sob a perspectiva teórica aqui adotada, que já tinham em comum a condição de desacreditados, desde então).

Já o segundo grupo integrado por Renato, Roberto, Francisco, João, Antônio e José, foi formado sob a característica comum de que eles, por apresentaram melhores desempenhos na construção e manutenção de uma esperada masculinidade, mantiveram por mais tempo seus desejos e práticas afetivas-sexuais em segredo. Por isso, ainda seguindo a categorização proposta por Goffman, durante suas infâncias e juventude eram sujeitos desacreditáveis. Ou seja, eram meninos e rapazes cujo estigma não era imediatamente evidente e nem conhecido, ao menos de modo amplo e inequívoco, pelas pessoas de seu convívio social (GOFFMAN, 2013).

Tal diferenciação, como já afirmado, não postulou um caráter definitivo e nem estanque, e revela-se produtiva para a análise também neste e no próximo capítulo, sendo que para tanto tenho em mente duas lições de Connell (2005): a) a categoria teórica e de análise masculinidade precisa ser conjugada no plural, b) falar de em termos de masculinidades hegemônicas, não hegemônicas e subordinadas, importa em reconhecer e explorar a capacidade de possíveis resistências e agências nas diferentes relações de poder e práticas sociais adotadas em torno delas. Nesta trilha, considerando que para Ney, Fernando e Ricardo suas homossexualidades já eram conhecidas nas comunidades em que viviam, a investigação volta-se para compreender como esses sujeitos lidaram subjetivamente e como agenciaram tais visibilidades que, de certa maneira, lhes foram precocemente impostas e requisitadas. É a esta tarefa que me dedico neste capítulo.

Com relação ao segundo grupo de interlocutores, partindo de contextos e experiências diferentes, a investigação dar-se-á sob outra perspectiva:

A questão que se coloca não é a da manipulação de tensão gerada durante os contatos sociais e, sim, da manipulação de informação sobre o seu defeito. Exibi-lo ou ocultá-lo; contá-lo ou não contá-lo; revelá-lo ou escondê-lo; mentir ou não mentir; e,

em cada caso, para quem, como, quando e onde (GOFFMAN, 2013, p. 51).

Em outras palavras, com relação a Renato, José, Francisco, Ronaldo, Antônio e João, explorarei as experiências por eles vivenciadas e destacadas como implicadas em seus contínuos processos de subjetivação e identificação como sujeitos gays, bem como as formas através das quais eles geriram e agenciaram as visibilidades de suas homossexualidades junto de suas famílias e nas comunidades em que viviam e vivem. Mister que desenvolvo no próximo capítulo.

### 5.1 “TODO MUNDO SE CONHECE” E “ESTÁ NA CARA”

Como a curta caminhada que tivemos juntos no centro de Tubarão permitiu confirmar, Ney é popular em Tubarão. Ricardo é chamado de “Xuxa” ou “Ana Maria Braga” por onde circula no centro de Imbituba, brincando com quem encontra. Os dois são reconhecidos como homens gays nas cidades em que moram. Não há segredo em torno dessa circunstância, pelo contrário. Ney, ao falar de sua relação com o namorado, defendeu: “[...] Não precisa segurar na mão, porque as pessoas sabem que eu sou gay. Na minha empresa também”. Uma notoriedade que Ricardo também reconheceu quando, demonstrando bom humor, disse: “até hoje, com meu jeito de ser, ainda causo<sup>107</sup> nas pessoas. Eu causo”.

As experiências vividas por Fernando revelam um quadro mais complexo, pois ao mesmo tempo em que ele assume uma expressão de gênero – pela forma como se veste, se expressa e interage (WOLFF; SALDANHA, 2015) – feminina, adota uma identidade de gênero

---

<sup>107</sup> Expressão usada principalmente no meio gay, mas não exclusivamente, para se referir a práticas tomadas em público fora dos padrões esperados, chamando a atenção ou despertando surpresa.

transitiva, ora se reconhece como um homem<sup>108</sup>, ora como mulher<sup>109</sup> e com relação as expressões de seus desejos e práticas amorosas-sexuais, identifica-se como homossexual<sup>110</sup>. Apesar de confirmar o embaraço que a fluidez de sua identidade de gênero causa nas pessoas com as quais convive em seu cotidiano, Fernando ao relembrar que nunca contou para o pai e a mãe que era homossexual foi mais terminativo ao resumir “mas está na cara né?”.

Aqui cabe considerar, também que se tratam de visibilidades que foram e são dadas à evidência a partir de seus corpos, sendo que eles próprios devem ser considerados como elementos discursivos:

A instauração dessas diferentes características corpóreas que identificam (ou supostamente camuflam) o indivíduo homossexual (e, conseqüentemente, o indivíduo heterossexual) corresponde, de certa forma, à apropriação de um discurso que se propaga em um corpo que é, ao mesmo tempo, constituído e constituinte do discurso da (homos)sexualidade (KRONKA, 2003, p.157).

São corpos de homens brancos, com mais de 40 anos, urbanos, integrantes da classe média e que são reconhecidos como “afeminados” – expressão que, ao lado de outras semelhantes, foi utilizada pelos próprios interlocutores, mas que enquanto categoria teórica precisa ser considerada de uma forma mais detalhada. Para tanto, associo referenciais teóricos que encontrei em dois estudos estrangeiros, baseados em duas realidades sociais e históricas bem diferenciadas, mas que refletem sobre a mesma

---

<sup>108</sup> “A maioria me conhece em Gaspar como professor Fernando. Eu já fui candidato [a vereador] duas vezes também, então é professor Fernando. Se falar Nando poucos conhecem. É como uma marca que eu criei pra diminuir o preconceito”. “Quando a gente tá conversando, por exemplo aqui, tanto faz ele, ela. Na escola depende do local. Por exemplo, no primeiro evento [mais amplo] da educação no começo do ano, [...] se eu me pronunciar vai ser ela, mas a maioria sabe que não é ne, então eles vão se acabar de rir. Mas se é um evento mais fechado, lá eles dizem o Nando, na escola é o professor”.

<sup>109</sup> “Eu me sinto mulher, me sinto mais feminina”. “[...] quando a gente sai pra uma danceteria uma coisa assim, o pessoal me chama de Fe, no meu Face tá Fe, isso eu já mudei”.

<sup>110</sup> “Eu quando eu vou preencher um documento que pede a minha sexualidade eu coloco lá homossexual. Mesmo que tenha travesti, outras, eu sou homossexual. Porque a partir do momento que eu me rotulo, aí que vem mais o preconceito”.



temática e revelam-se pertinentes também diante da realidade que encontrei em campo.

O primeiro deles foi elaborada a partir de uma pesquisa realizada por Rafael Cáceres Feria e José Maria Valcuende de Rio (2014) com as “mariquitas do Sul”, como são comumente conhecidos homens afeminados cujo reconhecimento identitário se deu no sul da Espanha ao longo do século XX. Para os dois antropólogos sociais,

A maioria das vezes, o que se denomina efeminamento não é exclusivamente a reprodução por homens de comportamentos atribuídos às mulheres, mas, sim, o fato de homens não se ajustarem às condutas masculinas dominantes. Por isso, não existe uma única forma de efeminamento, não só porque o que se espera dos homens e das mulheres varia de uma cultura para outra, como também porque em numerosas sociedades os afeminados adotam papéis próprios que não são masculinos nem femininos (CÁCERES FERIA, VALCUENDE DEL RIO, 2014, p.6).

O segundo aporte teórico é de David Halperin, desenvolvido no seu já citado livro *How to be gay* (2013), em que ele explorou o que denominou uma cultura gay que se desenvolveu na segunda metade do século XX, nos Estados Unidos. Ao abordar o que chamou de uma feminilidade gay, Halperin chamou a atenção para aspectos semelhantes, mas foi um pouco além:

"Feminilidade" é um meio pelo qual homens gays podem afirmar uma forma particular e distinta de ser, sentir e se comportar. [...] Como uma identidade sub-rogada, "feminilidade" é uma expressão clara da dissidência gay do gênero masculino, uma rejeição do padrão, formas canônicas, estabelecidas de masculinidade heterossexual. Mas, isso não significa que a "feminilidade" gay exprima necessariamente uma identificação real com as mulheres. Por mais que se refira às mulheres, o que obviamente faz, nem sempre, ou essencialmente é sobre as mulheres. Sua própria atipicidade de gênero, tem a ver especificamente com os próprios homens gays (HALPERIN, 2012, p. 318).

No entanto, o uso de tais categorias – efeminamento ou feminilidade – como Cáceres Feria e Valcuende de Rio alertam, não deve funcionar como uma etiqueta de modo a unificar, sob um mesmo significado, práticas que são diversas e apresentam gradações, trânsitos e nuances (CÁCERES FERIA, VALCUENDE DEL RIO, 2014). Mais do que isso, antevejo aqui a necessidade de conjuga-las afastando a possibilidade de reforço de uma lógica binária e intransitiva de gênero, em sintonia com a compreensão de Connel (2005) de que as masculinidades se manifestam de forma plural e dinâmica. Uma abordagem teórica e analítica que se volta para práticas que estabelecem hierarquias, mas, também, espaços para disputas entre diferentes masculinidades, inclusive entre masculinidades homossexuais, subordinadas.

Assim, aquilo que “está na cara” no caso de Ney está relacionado com a visibilidade do corpo de um homem com modos afeminados que vêm associados com a forma jocosa e irreverente com a qual ele se relaciona com as pessoas. Um tom brincalhão e caricato que pode por ele ser performatizado com alegria, mas que, imagino, muitas vezes é dele requisitado. Já com Fernando, o que “está na cara” remete também para a visibilidade de seu corpo, mas aqui é o corpo de um homem afeminado ou feminino, ou mesmo o corpo de uma mulher, que veste roupas de mulher, que produz gestos, voz e comportamentos igualmente reconhecidos socialmente como femininos, os quais ele pareceu procurar externar de um modo comedido. E, por último, com Ricardo a visibilidade homossexual é o seu jeito de ser, “isso aqui”, a forma como referiu-se à própria efeminação, também associada a uma certa irreverência, externada por ele de modo franco, mas aparentemente mais silencioso e contido.

Contudo, para além da visibilidade do estigma, Goffman (2013) chama a atenção para a necessidade da concorrência de um segundo ingrediente que leva o sujeito a ser desacreditado: o contato pessoal durante o qual o estigma mostrou-se visível, ou o conhecimento prévio por comentários ou fofocas de terceiros. Neste sentido, foi no início da década de 1970 que Ney começou a ser reconhecido como *viadinho* na comunidade em que vivia com sua família em um bairro da área rural de Tubarão, que na época contava com pouco mais de 66 mil habitantes. Algo muito parecido ao que se passou, na mesma época, com Ricardo, cuja família morava em uma vila operária perto do centro de Imbituba, então com 20 e poucos mil habitantes. Já Fernando, em suas memórias lembrou que somente por volta dos 13 anos, em 1987, começou a ser

xingado constantemente na escola como *viado*, *gay* e *bicha*. Também no seu caso, isso se deu em uma área rural em Gaspar, sendo que no início daquela década a população apurada da cidade foi de pouco mais de 25.000 pessoas.

Nestes três contextos sociais e geográficos, por certo, o conhecimento do estigma, da efeminação identificada naqueles três meninos, foi intensificado. Ney, por exemplo, quando se lembrou do dia em que foi xingado de *viado* pelo irmão, narrou que todo o incidente teve início em uma fofoca que chegou aos ouvidos de um primo e, a partir deste, até seu irmão. Com Fernando algo parecido surgiu em dois momentos de nossas conversas:

Quando eu estava na 8ª série a coordenadora chamou minha irmã [sete anos mais velha]. Ela chamou – e isso eu fiquei sabendo muitos anos depois, porque uma amiga contou pra mim – porque **disseram que eu estava dando atrás da escola!** Eu nunca fiz isso! Eles fantasiavam, sabe? Depois, quando eu fiz o magistério, a minha irmã foi chamada de novo. [...] O professor contou pra coordenação que **saiu um boato** que eu estava indo pra Blumenau pra fazer programa [risos]. Ele não me contava as coisas. [...] Então eles imaginam muitas coisas, né.

Nas memórias de Ricardo houve uma passagem em que ele lembrou que quando tinha 14 anos, o simples fato de ter sido visto na companhia de um rapaz que morava na mesma rua gerou desassossego na vizinhança: “No outro dia foi um auê! A mãe dele pensou que eu tinha dado. Então, a família dele tirou ele de campo, porque se andasse comigo...”; deixando claro em seu silêncio a importância que os comentários e fofocas tinham na comunidade. Ao que tudo indica, tratava-se de uma prática corriqueira. O assunto ressurgiu quando ele me contou que na oitava série conheceu outro rapaz que também era gay. Eu lhe questionei se tinha sido o primeiro gay que tinha conhecido e ele retrucou: “Na escola sim. Mas antes disso o meu pai falava... Tinha uns amigos que conhecíamos e eles conversavam sobre um gay. Um senhor casado, já era avô até. Hoje eu entendo... Não é que ele virou gay, ele já era gay, só que a família nunca soube”.

A máxima de que “todo mundo se conhece” parecia prevalecer nas comunidades em que viviam Ney, Ricardo e Fernando. Aliás, com os dois primeiros, parece ainda fazer sentido, pois quando saem na rua os acenos

e cumprimentos são uma constante. Por isso, posso afirmar que na época em que viveram suas infâncias e juventudes e foram identificados como *viados*, eram eles eram “pessoas”, tal como proposto por Rosane M. Prado, em seu clássico artigo *Cidade Pequena, paraíso e inferno da personalidade* (1995):

Na cidade grande seremos “indivíduos” – quando na rua, quando anônimos na massa, quando cidadãos, em condições de igualdade no exercício de direitos e obrigações; ou seremos “pessoas” - quando em casa, quando identificados e reconhecidos por nossas relações em determinados contextos, podendo por isso ter precedência ou ser discriminados. Já na cidade pequena, a tendência é sermos sempre “pessoas”, identificadas com particularidade, reconhecidas, localizadas. Assim, não se é simplesmente Maria, mas, sim, Maria-filha de, da família tal (prestigiosa ou não), do bairro tal, pobre ou rica, professora, casada com (da família tal que trabalha com...), amiga de, vizinha de...- a pessoa Maria (PRADO, 1995, p. 33).

Ney não era um menino ou jovem qualquer, era Ney o filho do “seu” Josué e da “dona” Carmem, catequista da igreja católica do bairro que, aliás, ficava ao lado da casa onde moravam no sítio da família. Era também irmão de Egídio e de seus três outros irmãos e da irmã, todos muito conhecidos na localidade. Fernando era o segundo filho do “seu” Armando e da “dona” Joana, donos da venda e mercearia do bairro onde viviam, na área rural de Gaspar. Era também irmão de Leonor. Ricardo era filho de Ulisses, estivador e conhecido jogador do time de futebol da cidade e de sua esposa, “dona” Ester. Além de filho, era reconhecido por todos por ser irmão de outros dois meninos, depois rapazes e três meninas logo moças, todos e todas “dali” da “vila” em Imbituba.

Ainda que tais reconhecimentos sociais impliquem em inegáveis pertencimentos – e também proteção familiar e comunitária -, em contrapartida, parece-me inegável que a maior personalidade que prevalecia naqueles contextos incitava uma maior possibilidade de fofocas, conferindo uma maior visibilidade àqueles sujeitos cujas masculinidades não hegemônicas desafiavam uma normalidade pautada por uma presumida e desejável heterossexualidade dos membros da localidade. Como o antropólogo John Comerford (2014) concluiu

estudando o papel das fofocas em pequenas cidades interioranas de Minas Gerais, na região da Zona da Mata,

[...] nesse universo social essa grande produção de conversas que quase sempre embutem falar dos outros e falar de si (abrangendo um “nós”) é fundamental para situar uns em relação aos outros, suas proximidades e distâncias, identidades e alteridades relativas, e constituí-los como coletividade (relativamente) ordenada (e sempre relativamente desordenada, ou em ordenamento) (COMERFORD, 2014, p. 10).

As fofocas, e também a mera possibilidade delas ocorrerem, podem ser percebidas como práticas relacionais e de poder mediante as quais prevalece uma forma cotidiana de vigília e de controle social e moral. Através dessas e outras práticas os indivíduos que compuseram meu campo de pesquisa foram localizados no interior das comunidades em que viviam, gozando de maior ou menor respeitabilidade, vivenciando, com maior ou menor intensidade, as experiências da abjeção, em estreita conexão e proporção com a visibilidade de suas homossexualidades, o domínio público de que eram *viados*.

Ao realçar aqui o potencial das fofocas em contextos interioranos nos quais a personalidade é maior, como a própria pesquisa de Comerford (2014) apontou, não reivindico e atribuo àquelas práticas um caráter estável e muito menos fixo, pois trânsitos e trocas de informações podem percorrer grandes distâncias. Fofocas – que todos sabem que existem, mas poucas(os) reconhecem que a fazem – constituem práticas sociais amplamente propagadas, multiplicadas pelas infinitas possibilidades dos contatos interpessoais nas mais diferentes comunidades formadas por bairros, localidades, ruas, condomínios, redes de trabalho e de sociabilidade, etc.

De qualquer modo, a afirmação “está na cara” – que foi repetida quando o assunto foi a homossexualidade dos três interlocutores cujas experiências são aqui estudadas em maior profundidade – pode ser compreendida como prima-irmã do provérbio “todo mundo se conhece” que também emergiu do campo: a personalidade de que fala Rosane M. Prado (1995). Neste sentido, para além do primeiro ingrediente ressaltado por Goffman (2013) na diferenciação de um indivíduo como desacreditado – o fato de o estigma ser visível – em minha análise destaco a importância das relações sociais, ou melhor, da personalidade e também

da fofoca (e a maior possibilidade de sua ocorrência) tão presentes em cidades do interior, como circunstâncias não só implicadas naquela visibilidade, mas como vetores de sua potencialização.

## 5.2 CONVERSAS FAMILIARES “DELICADAS”: VISIBILIDADES “ESCANCARADAS”

Como esses sujeitos, desde muito cedo, foram reconhecidos e estigmatizados como homossexuais nas comunidades onde viviam, a permanente tensão e o dilema entre manter o segredo ou revelar seus desejos e práticas afetivas-sexuais – que caracteriza a experiência do armário, tal como teorizado por Sedgwick (2007) – ainda que pontualmente presente em poucos momentos de nossas conversas, não apareceu como uma experiência formadora de suas subjetividades. Tal visibilidade, que de certa forma lhes foi imposta, além de atuar diretamente nos seus processos de subjetivação, na auto compreensão que cada um teve como sujeito em sua trajetória de vida, ao invés de demandar continuamente novos cálculos e estratégias, diante de situações cotidianas em que a manutenção do sigilo ou a exposição da própria sexualidade estivessem colocadas, deles demandou a capacidade de com ela conviverem, lidando com a situação em suas famílias e nas mais diversas relações sociais.

Em outras palavras, os contextos e as experiências que emergiram do campo não indicaram vivências em que a gestão do segredo fosse o desafio a eles colocado, mas, sim, a permanente e contínua gestão e agenciamento da visibilidade de suas homossexualidades. Uma gestão que, à primeira vista, dá-se em um plano individual, mediante práticas e estratégias adotadas no cotidiano, mas que, não obstante, para serem melhor compreendidas, precisam ser consideradas como possibilidades determinadas por contextos sociais e culturais mais amplos, historicamente datados, como vou aprofundar em um segundo momento.

É neste sentido que Richard Miskolci (2017) propõe a categoria regimes de visibilidade, para se referir a forma como as sociedades, mediante relações de poder que se dão em determinados contextos e momentos históricos, possibilitam que certos arranjos amorosos sejam reconhecidos e tornados visíveis, enquanto outros relacionamentos, como, por exemplo, de pessoas do mesmo sexo, são controlados e têm sua visibilidade pública mais ou menos restringida, em uma gradação cujo diapasão se dá pelo menor ou maior desafio à heteronormatividade.

Pois bem, nos casos de Ney, Fernando e Ricardo, suas narrativas trouxeram indicações de contínuas cobranças para que eles mantivessem um comportamento considerado adequado para um menino ou um rapaz, através de manifestações de um poder disciplinar (FOUCAULT, 1977) que teve na família e na escola suas principais instituições e a partir das quais se reproduziu e manifestou de modo contínuo o objetivo não somente de reprimir, mas de corrigir aquelas condutas. Ney lembrou de sua mãe lhe interpelando em sua adolescência: “Vai brincar de bola!”, “Vai brincar com teus irmãos!”, assim como a contrariedade dos irmãos que lhe perguntavam: “Porque tu não fazes educação física?”. Fernando lembrou das contínuas cobranças de sua mãe para que controlasse seus trejeitos: “Baixa a tua mão!”, “Olha a postura!” e Ricardo contou a puxada de orelhas que recebeu do pai durante uma refeição em família, depois de se “soltar de um modo diferente”.

Mas, à medida que nossas conversas avançaram, surgiram outras experiências relacionadas com a constituição de cada um deles enquanto sujeito e com a gestão da visibilidade de suas homossexualidades. A entrevista com Ney foi a que apresentou maior quantidade e riqueza de detalhes neste sentido e, por isso, é aqui aproveitada com maior profundidade. Sua lembrança do dia de sua infância em que perguntou para sua mãe o que significava *viadinho*, pode ser percebida como um marco inicial de uma longa negociação. Um processo conduzido de modo contínuo, que por isso não pode ser aqui reconstituído, mas que a partir das experiências lembradas pelos interlocutores como importantes permitem vislumbrar e indicar algumas de suas principais características.

Ney narrou que em 1974, quando tinha 15 anos, depois de uma grande e catastrófica enchente em Tubarão, foi morar provisoriamente com sua mãe e alguns de seus irmãos e também sua irmã, na casa de parentes em Curitiba. Seu pai e um irmão mais velho permaneceram em Tubarão, reconstruindo aos poucos a propriedade da família, que foi totalmente devastada, como praticamente toda a cidade. E foi em Curitiba que ele enfrentou outro episódio marcante em sua vida:

Nós não tínhamos geladeira e minha mãe pediu para eu pegar a carne que estava no vizinho. Tinha chovido e tinha muito lodo. Eu não encontrei os meus chinelos. Daí, minha mãe disse: – “Bota esse tamanco mesmo”. E eu fui. No caminho os empregados que trabalhavam em uma oficina me viram. Um deles era meu primo e ele disse: – “Tu

**és uma vergonha pra nossa família! Tu és um viado!”.**

[...]

Daí, eu chorei muito, muito e não quis jantar. E minha mãe perguntou: – “O que que tu tens?”. Eu estava muito deprimido e depois falei para ela. Ela ficou muito chateada e escreveu uma carta pro meu pai.

[...]

Nós voltamos de mudança. Eu voltei pra casa...vamos seguir em frente. Eu comecei a estudar e me empreguei na farmácia.

Como ele emendou em sua narrativa, pouco tempo depois, já em Tubarão, por volta dos 17 anos, Ney conheceu um senhor casado e com ele teve uma “galopante vida sexual”, um relacionamento secreto que se estendeu por alguns meses. Quando perguntei se naquela época tinha algum confidente ou se tinha conversado com alguém, ele, então, comentou:

**Eu contei primeiro para a esposa do meu primo que morava em Florianópolis.** Ele é professor e quando ele casou com ela, eu me tornei muito amigo dela. Eu comecei a falar. **Depois foi minha prima Maria, que era assistente social. Foi onde comecei a me abrir. Conte pra minha irmã, que já sabia mais ou menos. Então, essas três mulheres me apoiaram.** Eu só não falava da minha intimidade.

A iniciativa de falar com mulheres próximas e de sua confiança também foi retomada naquele dia em que foi xingado de *viado* por um de seus irmãos, quando tinha 19 anos. Um episódio familiar que sua narrativa tratou de ressaltar, teve outras consequências:

O que aconteceu? Eu fiquei deprimido. Eu fiquei quieto. **E com esse problema de chorar muito, não trabalhava, não comia.** Andava nas ruas assim. Aí, eu fui ao psiquiatra e ele me deu remédios. Aquele homem foi importantíssimo. Um profissional. [...] Fiz tratamento psiquiátrico e tudo. Não se falava no assunto, mas **um dia eu contei pra minha prima e ela contou pra minha mãe.**



**Elas brigaram com meu irmão:** – “Por que tu fizeste isso!”. **Nesse espaço de tempo, minha prima comentou comigo depois:** – **“Tua mãe sabe de ti desde pequeno, que tu és homossexual.** Não precisa se preocupar. Só que a tua mãe e o teu pai não tocavam no assunto porque eles tinham medo da tua revolta, de tu fazer uma besteira. Porque tu tinhas medo de se abrir.

Foram três experiências, todas ocorridas à medida que a década de 1970 avançava, em que ele falou de si e de seus desejos sexuais: aos 15 anos, indiretamente, quando contou para sua mãe que tinha sido xingado de *viado* por um primo; depois, aos 17 anos, quando de um modo mais franco e direto conversou com a esposa de um primo e, logo em seguida, com uma prima e com sua única irmã. E aos 19 anos, depois de ser insultado pelo próprio irmão, quando contou o ocorrido para sua irmã. Destaco que em todos esses episódios, ao que tudo indica, Ney não rompeu o segredo que já há algum tempo não existia em torno de seus desejos (e, posteriormente, suas práticas) homossexuais, mas o silêncio que até então prevalecia. Aos poucos, com a liderança daquelas figuras femininas, se preparou o terreno para aquele que surgiu em nossa primeira conversa como o clímax de sua narrativa:

Agora eu quero focar pra ti como eu falei pros meus pais. Nós tínhamos a tradição de fazer a ceia de Natal, pra reunir toda a família. E lá no sítio nós fazíamos isso sempre. Todos muito religiosos, católicos. A gente tinha a tradição de ir na missa do Galo. E naquela noite, em uma dessas ceias, isso na década de 80, eu bebi. E se eu bebo, eu choro. Hoje não. Eu era assim mais novo. Comecei a chorar, chorar, chorar. – “Meu filho, o que que houve?”. Todo mundo se cumprimentando. E eu chorava, chorava. Só chorava. E meu pai dizia: – “Mas o que foi que aconteceu?”

Aí, naquela noite, a minha irmã chegou e disse: – **“Eu quero falar pra todos vocês, todos reunidos aqui. Eu quero dizer pra vocês uma coisa que a gente tem de falar, já que o Ney tem dificuldade, eu vou falar. É que nós temos um irmão, que a gente ama muito e ele é homossexual”**. E, então, eu fui aplaudido por todos. Fui aplaudido! Eu fui quarto chorar. Meu pai e minha mãe vieram e

ele falou: – “Isso não é novidade pra nós. Eu sei disso desde o dia que eu te levei pro psicólogo em Florianópolis. Tu tinhas 12 anos. Mas, você precisava se abrir, nós tínhamos um certo muro que impedia de a gente conversar sobre isso”. Eu sei que eu chorei, chorei. Meu pai disse: – “Eu quero que tu sejas feliz. Com quem não me interessa. Mas cuida que tem a doença física e tem a questão emocional!”.

Ainda que Ney não tenha precisado o ano em que esse acontecimento e esses diálogos se sucederam, algo próximo de uma década transcorreu desde a experiência da abjeção, vivenciada quando foi rejeitado e ultrajado por um primo em Curitiba e aquela reunião familiar em um inesquecível Natal dos anos 1980.

Além dessas experiências, identifiquei outras por ele lembradas como importantes em sua própria compreensão como um sujeito *viado*, e naquele processo contínuo de negociação e mesmo de construção de uma relação aparentemente um pouco mais tranquila com a visibilidade de sua homossexualidade. Foi o que ocorreu, por exemplo, quando ele lembrou do primeiro namoro, “meu primeiro relacionamento”, em um tom algo solene:

Ele tinha 19 anos e eu já os meus 30. [...] **Entre de cabeça. Sai da casa dos meus pais, aluguei uma quitinete, mobiliei por causa dele. Assumi tudo, escancarei! Pronto, todo mundo vai saber, família, tudo, não tem problema.** Mas tudo com muito cuidado, descrição [...] Minha família não gostava muito do rapaz, porque ele era alcoólatra. [...] Foram oito anos, mas, nesse transcorrer de tempo, ele conheceu e se juntou com uma moça e nossa relação acabou. Foi uma bagagem de sofrimento, mas eu superei isso.

Como visto, esse relacionamento teve início quando ele estava com 30 anos, portanto, em 1989, sendo que no ano anterior, por força da Constituição Federal de 1988, ele adquiriu estabilidade como servidor público (onde ingressou por volta dos 22, 23 anos). Aqui não se pode perder de vista o peso de tal conquista em uma cidade – Tubarão - com economia dependente da indústria do carvão e carente de alternativas de emprego. Foi uma condição que provavelmente foi crucial para aquela

tomada de decisão e a forma como foi conduzida, com uma comunicação para sua família, seguida da saída da casa dos pais.

Quando tivemos um segundo encontro, depois de ter ouvido de outros entrevistados algumas memórias que se cruzavam com a trajetória de vida de Ney, conversei com ele, ainda que brevemente, sobre outras experiências vividas naquela mesma época. Em dado momento, por exemplo, perguntei-lhe quando ele tinha trabalhado como colunista social, iniciando, desse modo, o seguinte diálogo:

Ney: Foi na década de 1990.

Eu: Como foi isso? Como começou? Te convidaram?

Ney: Eu tinha um amigo, o Marcos, que ajudava no concurso de miss Tubarão. Ele me convidou pra ir junto e aqui automaticamente foi indo, assim [...] Eu comecei a assistir palestras, ler sobre colunismo social. E fiz amizade com o Luís que já era colunista há muitos anos. Assim a gente começou a frequentar a alta sociedade. E daí eles do [jornal] Expresso do Sul me convidaram. Eu fazia a coluna semanal junto com um amigo, o Altamiro. Eu tinha máquina, tirava fotos [...] Trabalhei com isso por anos na década de 1990. Passei por todos os jornais, no Diário do Sul, no Notisul. Depois é que eu me cansei, né. Muita noitada, daí perdia muito o sono [...] Daí conheci muita gente, tinha os bailes das debutantes.

Logo depois, pedi-lhe para falar de lembranças também situadas no início da década de 1990, relacionadas com um particular grupo de sujeitos:

Eu: Oh Ney, alguns dos outros entrevistados falaram da tua casa no morro da Gaita. Morasses quanto tempo lá?

Ney: Uns 5 anos. **Aquela casa foi... era a Casa Gay da cidade.** Tinha um porão, a gente fazia festas, recebia todas... [“fechando”]. Até de Floripa ia gente lá. A dona Alba, proprietária da casa, era minha vizinha. Um dia ela chegou lá e assim [...],

tinha uns 16 gays, e ela disse: – “São todos homossexuaaaiiss?” [“fechando”]. – “Todos!!!!” [resposta em coro]. – “Ah, eu vou ficar aqui!” ela dizia [risos]. Entrava. Se tu visses o que ela fazia. Ela fervia. [...] Ah, tempo bom aquela época. Sabes por que Casa Gay? Porque eles escreveram.

Eu: Eles quem? Homofobia ou brincadeira?

Ney: Não! De brincadeira. Algum deles [se referindo aos amigos] pegaram tinta e colocaram no muro da casa: Casa Gay! [risos]. Depois, um vizinho, um conhecido foi ali e pintou tudo de branco [mais risos].

Essas duas lembranças foram indicativas de um período na trajetória de vida de Ney em que a visibilidade de sua homossexualidade foi negociada com um círculo ampliado de pessoas. Aos poucos, ele tornou-se uma pessoa ainda mais conhecida na cidade, bem como articulou em torno dele um grupo de homens que se reconheciam como gays e em sua casa encontravam um espaço de sociabilidade e apoio mútuo ainda raro.

A importância das experiências vivenciadas naquela “casa gay” foi destacada por Ronaldo, Antônio e José, também moradores de Tubarão e que chegaram a integrar, por mais ou menos tempo, no início dos anos 1990, aquela espécie de confraria. Como indicou o trabalho bastante referenciado de Thiago Barcelos Soliva (2012), que estudou a “Turma OK” no Rio de Janeiro, trata-se de uma prática que cujo início se deu nos anos 1960, com reuniões residenciais frequentadas por uma mesma rede de amigos. Dentre outras conclusões, Soliva indicou a importância desses espaços em uma época e em um contexto em que as alternativas para a sociabilidade pública para homossexuais eram raras, constituindo muito mais do que um espaço para reunião de um grupo de amigos, uma forma de solidariedade e aprendizado do que é ser gay.

A pesquisa de Passamani (2015) confirmou que essas eram práticas não restritas aos contextos urbanos, já que alguns de seus interlocutores idosos contaram histórias de “farras” e “fervos” entre amigos que aconteceram nos anos 1950, na cidade de Ladário, no interior do estado do Mato Grosso do Sul, na fronteira com a Bolívia. Para além da solidariedade e do aprendizado ressaltados por Soliva (2012), Passamani (2015) destaca a importância das experiências vivenciadas naqueles espaços como ensaios de visibilidade.

Meu trabalho de campo, realizado em cidades interioranas catarinenses a partir das memórias de alguns interlocutores que remetem para o início dos anos 1990, confirma a persistência e a importância dessas práticas de solidariedade, de aprendizado do que é ser gay e de visibilidade nas experiências e trajetórias de vida de diferentes gerações de homossexuais. São memórias que confirmam que os processos de subjetivação e as negociações em torno da visibilidade homossexual são contínuos e nunca acabados; como ficou evidente, mais uma vez, quando Ney, em determinado momento, contou que recentemente seu pai nonagenário o interpelou dizendo: “Você, tem namorado? Tens que arrumar um namorado! Ser feliz. Independentemente de como você é”.

Com os dois outros sujeitos incluídos no grupo cujas experiências são analisadas nesta subseção do Capítulo 5, reuni outros relatos de experiências igualmente indicativos de como cada um deles se compreendeu como *viado* e como lidaram com a gestão da visibilidade de suas homossexualidades. Com Fernando as primeiras memórias naquele sentido surgiram quando ele lembrou das escapadas do comércio mantido por sua família, no início de sua adolescência:

Nós tínhamos um bar e, então, a mãe percebeu que tinha um cliente que sempre ia lá. **A gente tinha um rolinho.** Ela via que volta e meia eu sumia de casa. Aí, ela começou a me seguir e um dia ela me pegou com ele. [...] Eu já tinha os meus 16 anos e quando cheguei em casa a irmã me avançou. Nós começamos a discutir. A mãe ficou com pressão alta e foi pro hospital. Minha irmã colocou a culpa em mim e tomou as dores. **Deu a maior muvuca e daí a mãe me levou ao Dr. Valdemar em Blumenau.**

Foi depois da lembrança dessa consulta médica que surgiram, na narrativa de Fernando, experiências indicativas da ampliação de performances femininas em seu cotidiano. Ele lembrou que a partir dos seus 16 anos, sua mãe liberou a manutenção dos cabelos cumpridos e, logo depois, não se opôs quando ele começou a usar roupas femininas, como calças de elanca ou bocas de sino. Uma prática que a partir dos 20, 21 anos foi estendida para as escolas em que trabalhava. A experiência da abjeção aos 19 anos, em que foi chamado de *viado* na frente de uma danceteria da cidade, desencadeou um período de depressão, mas, também, um inédito diálogo:

Na época eu já morava sozinho e era só casa-trabalho, mais nada. Eu não saía pra mais nada. Aí, o pai e a mãe tiveram ali em casa e disseram: – “Tens de sair” [...] Aí, eu disse: **Eu vou mandar tudo à merda! Quero que a população, a sociedade se lasque.** Daqui pra frente eu vou viver a minha vida! **Vou andar como eu quero e deu!** Dalí pra frente me chamavam igual, mas eu nem aí. Às vezes revidava, às vezes não dava bola.

Ainda que a conversa não tenha sido direta, aquela memória surgiu na narrativa de Fernando como um momento de inflexão em sua trajetória de vida, no qual o silêncio familiar, há muito tempo mantido, foi rompido e ele, contando com o apoio de seu pai e de sua mãe, tomou uma decisão importante relacionada com sua própria identificação como *viado*, passando a incorporar de modo definitivo vestimentas e performances femininas. Cabe destacar que na época, nos anos 1990, Gaspar tinha poucas oportunidades de emprego, sob impacto da crise do setor têxtil que atingiu toda a região do Vale do Itajaí. Neste quadro, a independência financeira conquistada por Fernando provavelmente também possibilitou ou facilitou sua decisão de, aos 21 anos, acolher um namorado em sua casa, com ele passando a conviver com conhecimento de sua família<sup>111</sup>.

Apesar de ser um período de intensas experiências das quais sua família tinha direta participação ou pleno conhecimento, somente em uma outra ocasião nas duas entrevistas que com ele realizei surgiu um relato indicando uma conversação familiar mais franca em torno de seus desejos e práticas afetivo-sexuais:

A mãe faleceu em 1995. Eu estava com 21 anos. [...] Eu já morava sozinha. A mãe morreu e o pai ficou sozinho na praia. Passaram alguns meses e ele esteve ali em casa, perguntando se podia namorar. Eu disse: – A vida é do pai, se o pai quer namorar, quer casar. Se o pai falecesse antes da mãe, a mãe teria o direito de escolher também. Aí, ele disse com todo o cuidado, com aquela delicadeza, pisando em ovos, né: – **“Porque é assim... o pai gosta de mulher, né...não sei o teu caso, aí se tu não gostas de mulher”**. Ele tocou no

---

<sup>111</sup> Essa foi uma prática que perdurou por sete meses naquele primeiro relacionamento mais sério e se repetiu com outros companheiros com os quais Fernando conviveu em sua casa, um deles por 5 anos.

assunto assim. E disse: – **“Não sei se tu tais feliz assim, ou se tu queres fazer uma cirurgia, porque o pai não entende muito dessas coisas”**. Ele tinha quase 60 anos, mas eu acho que a mãe já tinha conversado com ele antes de morrer, pra preparar isso, né?

Eu disse: – **Não pai, cirurgia não!** Eu também não sabia o que falar. Eu nunca tinha tido essa conversa com ele. Aí, eu já mudei de assunto: – Não, se o pai quiser namorar, casar, é um direito do pai.

Além das “conversas delicadas” em família, as narrativas de Ney e de Fernando também evidenciaram outra forma de negociação que somente após algumas releituras do material transcrito me dei conta. Uma prática que revelou-se mais nítida na primeira conversa que tive com Ney quando ele rememorou a experiência em que foi xingado de *viado* por um de seus irmãos, quando tinha 19 anos e, então, ele fez uma primeira referência ao seu “problema”: “O que aconteceu? Eu fiquei deprimido. Eu fiquei quieto. E com esse problema de chorar muito, não trabalhava, não comia”. Uma reação e um “problema” que também foi destacado quando lembrou daquela noite de Natal na década de 1980, em que sua irmã anunciou que a família contava com um irmão “que a gente ama muito” e “é homossexual”: “E se eu bebo, eu choro. Hoje não. Eu era assim mais novo. Comecei a chorar, chorar, chorar”, “Fui aplaudido! Eu fui pro quarto chorar”, “eu sei que eu chorei, chorei”.

Experiências parecidas foram narradas por Fernando em dois momentos. No primeiro deles ele se recordou da ocasião em que, ainda pequeno, no “ginásio”, foi repreendido pela coordenadora do colégio:

– “Fernando, vem cá!”

– Ah, o que que eu fiz?

– “Tais muito suado, os professores estão reclamando que estais muito suado!”

**Aí botei pra chorar e fui pro banheiro e chorei, chorei. Aí a coordenadora foi no banheiro: – “O que que houve?”**

– É porque a fulana corre atrás de mim o recreio inteiro. Toda a vida durante o recreio e eu tenho que fugir dela [risos].

Aí eles resolveram o problema [risos].

Já a outra experiência surgiu quando Fernando narrou as dificuldades para a efetivação como professor da rede estadual de ensino:

– “Enquanto eu for diretor dessa escola, tu não vais dar aula aqui!”.

Aí parou a secretaria, né? Ali tava a dona Bete, minha professora no magistério, a dona Etelvina, a Gisela que era diretora adjunta e a dona Zulma, coordenadora. **Tinha umas 5, 6 mulheres ali dentro. E elas ouviram. Aí eu me debilhei, né? Eu botei pra chorar, chorar, chorar e depois ele saiu. E elas por trás gesticulavam, dizendo que ele estava louco, que não era para eu dar bola. E quem assinou a minha admissão foi a adjunta!**  
[risos]

Como Maria José Somerlate Barbosa (1998) situa, em termos históricos, o choro tem prevalecido como um parâmetro para definir as masculinidades ao menos desde os séculos XIX e XX, mediante práticas e tradições culturais com as quais a emotividade passou a ser percebida e definida como uma característica feminina, em relação e oposição à maior racionalidade identificada com o universo masculino. Desse modo, a construção da masculinidade e da virilidade passaram a ser definidas pela ausência ou repressão às emoções e sentimentos. Essa é uma associação que a obra clássica de Anne Vicent-Buffault (1988) indica que se firmou na sociedade francesa no século XIX. A partir da literatura daquele período e do século anterior, a historiadora discute a gradual transformação da maior fragilidade atribuída às mulheres e às crianças em um comportamento moral, com o que o ato de chorar, até então praticado e permitido aos homens, passou a ser percebido socialmente, como um sinal de fraqueza e falta de virilidade.

A máxima de que “homem que é homem não chora” ecoou no Brasil e parece longe de estar abandonada. Maria Izilda Santos de Matos, ao propor uma história das sensibilidades, tendo por referência os homens e a produção musical brasileira nos anos 1940-1950, refletiu em termos de uma demanda por uma masculinidade que, apesar de passados mais de 70 anos, parece permanecer praticamente a mesma:

A masculinidade hegemônica comportava aspectos positivos, como o status, o sucesso, a resistência, a independência ou a dominação social de homens adultos por outros homens e suas relações com as



mulheres. Mas cobrava como contraponto limitar e ocultar suas expressões de sentimentos, nunca chorar, calar o sofrimento e sentimento, não cantar, não ficar deprimido, amputar parte de si, do corpo e do coração, emoções e sentimentos (MATOS, 2001, p. 52).

Ney e Fernando foram rapazes e homens que desafiavam tais expectativas, muitas vezes dentro de suas casas, no convívio com seus familiares e outras vezes, afronta maior, em público, ou quando deprimidos afastaram-se de seus empregos. Foram emoções, sentimentos e práticas que, por certo, contribuíram para serem percebidos e mesmo se perceberem no contraste com pais e irmãos e na relação de proximidade com suas mães e irmãs e um modelos de feminilidade hegemônico, como emotivos e frágeis e, por decorrência, afeminados.

Por outro lado, ainda como aquelas mesmas narrativas evidenciaram, o ato de chorar e os recorrentes períodos de depressão, além de constituírem inegáveis formas de sujeição, foram expressões de vivências possíveis naqueles opressivos e decisivos momentos. A emotividade e o sofrimento revelados publicamente e as manifestações intensas de choro, podem e devem ser percebidos também como formas e mesmo estratégias de resistência e agência, com as quais aqueles sujeitos conseguiram seguir adiante em suas vidas, elaborando e expressando suas subjetividades, relacionando-se com um mundo hostil e homofóbico, ao mesmo tempo que foram reconhecidos e mobilizaram apoios, construíram alianças – como visto, principalmente femininas - enfrentando o preconceito e desafios, enfim, demovendo ou contornando barreiras, resolvendo problemas.

Com Ricardo, o terceiro interlocutor, assim como todos os demais, não houve uma única referência ao próprio choro ao longo de toda sua narrativa. Ainda assim, encerrei nossa conversa com a impressão de que as experiências por ele vivenciadas em sua trajetória de vida também foram muito duras e as negociações em torno de sua afirmação e reconhecimento como sujeito homossexual igualmente difíceis e bem mais tardias.

Pelo que percebi em seu relato, as sucessivas idas e vindas aos seminários, que se estenderam de seus 20 aos 46 anos, foram a forma por ele encontrada de seguir adiante, possibilitando, por longos períodos, uma invisibilidade na cidade, talvez demandada por sua família ou por seu pai. Os espaços mais acolhedores que ele encontrou por muito tempo foram em instituições religiosas:

Eu já tinha uns 30 anos e os monges me aceitaram [...]. As beatas fizeram um enxoval, ganhei meia, ganhei sapato, tudo e fui. **Eu fiquei uns 4, 5 anos e foi uma experiência fantástica. Foi muito boa a vida monástica, eu me encontrei.** Até que a minha irmã mais velha foi me visitar. Ficou uma semana comigo lá e veio embora. Então, eu comecei a entrar em depressão, a saudade da família. O monge falou comigo e disse: – “O Ricardo, não sei o que está acontecendo contigo, mas está visível, eles estão te vendo muito triste, muito pensativo. Tu mudasses. Tu realmente queres essa vida de clausura?”

E eu respondi: – Eu não sei mais. Eu não sei mais. – “Ricardo vai pra casa. [...] Se não quiseres, não precisa”.

E não precisou, porque lá no mosteiro os monges, apesar de homossexuais celibatários, começaram a me ensinar, e eu comecei a perceber o que é a vida, sobre a homossexualidade. Eu vi a transformação de um menino. O rapaz veio hétero e depois de um ano se transformou numa borboleta. Aí, eu questioneei o irmão George.

– “Ricardo, é o seguinte: existe uma coisa que a gente tem que ter muito cuidado. É o medo de Deus. Tu não podes ter medo de Deus, tu tens que temer a Deus. Porque o medo te impede de ser feliz, quem quer que tu seja. Ele te fecha a maneira de ser, aquilo que tu deverias ser. E o temer é cautela, é o pedir piedade e perdão das coisas, porque a gente é humano. Então esse menino, se ele está assim hoje, ele está feliz. Isso que importa. Se um dia saíres, **se for vocação tua ser homossexual, vais ser, mas com liberdade, sabendo que Deus te ama**”. Aquilo caiu como uma luva para mim. **Então quando a abade falou comigo, eu já estava com a cabeça feita, sobre o mundo, as pessoas, sobre a sexualidade.** [...] Eu vi que eu não tinha aquela carga de brigar comigo: – “Ricardo, o que estais fazendo com tua vida?” **Ali ele me libertou.**

Neste momento, perguntei-lhe se tinha decidido voltar em definitivo para a casa de sua família, imaginando que a sucessão de idas e vindas a instituições religiosas, que ele havia me narrado até então, tinha chegado a um final. Ele, percebendo minha expectativa, explicou que o retorno a Imbituba se estendeu somente por um ano, quando voltou para outra instituição de formação religiosa, desta vez em outra grande cidade de Santa Catarina:

Ricardo: Eu fiquei um ano em casa. Daí o que eu fiz? [...] Lá fui eu [...], insistindo em ser padre [...]. Mas era assim [...] **O meu pai era o problema. Eu queria fugir disso aqui.** [...] Já estava com uma idade avançada. Eu comecei a ver [...] eu era reprimido. Tu vê, eles tudo soltos! **Eu entrei em choque. Meninos novinhos assim, bem mais novos do que eu, entrando no seminário e já soltando a franga!** Eu pensei na abertura de igreja. **Eu nunca tinha visto. E aquilo começou a me questionar. Pregar uma coisa e fazer outra. Isso acabou comigo.** [...] **Não, eu não quero mais! Eu já estava sabendo o que eu realmente queria.** Eu não posso, eu estou desejando uma pessoa, um homem e falo que não pode fazer isso. Estou me contradizendo. Eu comecei a ver o padre ir pra sauna. Não quero isso pra mim. **Então, voltei pra casa.**

Outro aspecto que precisa ser considerado é Ricardo morava e mora em Imbituba, uma cidade que desde a segunda metade dos anos 1990, com o desmantelamento da indústria carbonífera, foi lançada em um quadro de estagnação e crise social da qual nunca se recuperou totalmente. De qualquer modo, retomando suas memórias, foi depois de se reportar ao seu retorno definitivo para casa, em 2009, aos 46 anos, que pareceu ter havido uma mudança radical em sua trajetória de vida:

Ricardo: Nisso meu pai deu uma doença, um câncer. Não chegou a dois anos **ele morreu. Aí, a minha vida mudou!** A minha mãe me aceitou, apesar que foi com meu cunhado que me abriu.

Eu: Tá, vamos por partes. Qual foi a primeira pessoa que tu conversaste?

Ricardo Quando eu estava lá em Florianópolis fazendo filosofia, no seminário da arquidiocese, eu conversava com amigos tudo sobre os gays. Mas não com a família! Aí, eu fui na casa da minha irmã casada que morava lá com o meu cunhado. E a minha irmã puxou conversa assim: – “Ô Ricardo, o Henrique falou pra mim uma coisa e eu queria perguntar pra ti”.

– Sim, pode perguntar Amanda, o que é?

– **“O Henrique acha que tu és gay”**.

– **Eu sou.**

– “Olha Ricardo eu percebia”.

– Realmente, eu sou, Amanda. E, então, meu cunhado disse:

– “Ricardo, eu disse para ela porque é pra ti se abrir. Porque eu sou do Rio, de Copacabana e eu vivi a minha vida toda ali na companhia de gays. E é supernormal as pessoas se aceitarem e eu vejo assim, tu nessa idade e tua família te botando assim numa redoma. Eu não acho justo contigo. Por isso que eu falei com tua irmã pra ver se as pessoas acordam”.

**Minha irmã veio em casa e contou pra mãe e para as minhas irmãs. E aí começou. Pronto!**

Eu: E ela contou pra ti que ela contou? Como que foi?

Ricardo: A mãe me chamou. Ela disse assim: – “Realmente tu és?”.

– Eu sou gay mesmo.

E minha mãe disse: – **“Não, tudo bem. Tu és meu filho, a gente vai ficar junto aqui na casa. Não tem problema”**.

Eu: E com os irmãos?

Ricardo: **Minha irmã contou pra todo mundo.**

Tanto que meus irmãos já vinham e já faziam piadinha: – “Ah Ricardo...tu gostas do rosa é?”.

- É, fazer o que? Eu já estava com um pouco de coragem pra quebrar o gelo. Numa boa. **Eu fico pensando que a minha vida podia ter sido totalmente diferente, se eu tivesse revelado aos 15 anos, mas tinha a questão do meu pai.**

Rompido o silêncio familiar, depois da morte de seu pai (ocorrida em 2010), Ricardo começou a experimentar a visibilidade de seus desejos e práticas afetivo-sexuais de um outro modo:

**De uns 5 anos para cá eu me monto em todo o carnaval.** Escancarei com plumas e paetês. Eu e um amigo aqui da frente, que também é cabeleireiro. Minha família é complicada, até hoje não gostam. Não pode escancarar. Nem no carnaval eles querem. Sabe por que? Porque eles são da sociedade. Eu tenho uma tia que tem uma clínica e tá muito bem. Então, eles não querem que a sociedade me veja daquele jeito. Aí, teu sobrinho, lá. O que é aquilo!? Sabe assim? Não querem, mas fui. Não vou deitar pra elas!

Com ele e também com outros interlocutores, o carnaval surgiu nas memórias como um espaço de tolerância ou permissividade para uma maior visibilidade homossexual, uma tradição que, como revela a obra clássica de Green (2000), teve seu início nos carnavais cariocas a contar nos anos de 1950, ganhou cada vez mais publicidade e se consolidou nos anos 1970, vindo a difundir-se por todo o Brasil, mesmo em regiões mais remotas, como confirmou e destacou a pesquisa de Passamani (2015).

Uma oportunidade ainda rara, senão única, em contextos interioranos, como na Imbituba de Ricardo, para a “intensificação” de suas próprias experiências de transgressão dos papéis de gênero e das fronteiras sexuais socialmente aceitáveis o ano inteiro (GRENN, 2000). De volta a sua cidade, foi durante o carnaval que Ricardo encontrou e explorou uma oportunidade estratégica para, depois de tanto tempo, finalmente reivindicar uma visibilidade homossexual por ele percebida e vivenciada de outra forma.

De acordo com as três narrativas construídas, Ney “escancarou” aos 30 anos, portanto, em 1989 e Fernando “mandou tudo à merda” aos 19 anos, mais ou menos em 1995. Já Ricardo também “escancarou”, mas bem mais tarde, quando estava chegando aos 50 anos, no início dos anos 2010. Ainda que essas experiências tenham ocorrido em momentos históricos bem diversos, elas surgiram nas narrativas como marcos importantes nas trajetórias de vida de cada um deles, em seus processos de subjetivação e auto reconhecimento como *viados*, indicando as práticas mediante as quais a visibilidade de suas homossexualidades passou por um processo contínuo e dinâmico de negociação.

Foram negociações que tiveram em comum o fato de terem se originado nos núcleos familiares, dentro dos quais não propriamente o segredo, mas os silêncios em torno de seus desejos e de suas práticas amorosas-sexuais dos sujeitos foram – cedo (como nos casos de Ney e Fernando) ou tarde (com Ricardo) – rompidos mediante conversas “com toda a delicadeza” – como disse Fernando – facilitando apoios velados ou francos que foram decisivos para que a visibilidade em torno de suas homossexualidades se tornasse ainda mais pública.

### 5.3 HOMENS, BRANCOS, DE CLASSE MÉDIA, DO INTERIOR E VIADOS

Nas trajetórias de vida daqueles sujeitos sobressaíram-se diferenças relacionadas com a identidade de gênero de cada um deles, a raça, a condição de classe (indivíduos que nasceram em famílias de classe trabalhadora e ascenderam, passando a integrar extratos mais baixos da classe média) e a sexualidade (foram reconhecidos e se identificaram como homossexuais). Pois bem, como Flávia Biroli e Luis Felipe Miguel revisam “os indivíduos são o ponto em que diferentes opressões se cruzam: sua posição social é produzida nesses entrecruzamentos” (BIROLI; MIGUEL, 2015, p.47). Nos casos de Ney, Fernando e Ricardo o fato de serem homens, brancos, de classe média, com masculinidades não hegemônicas, sendo reconhecidos e se identificando como *viados*, dentre outros aspectos, operaram juntos e determinaram a posição que eles ocuparam e ocupam nas sociedades em que vivem.

Tal compreensão inicial, no entanto, como já indiquei na introdução, não deve conduzir a uma perspectiva que considere essas diferenças como distintas e isoladas, incorporando como tarefa o cálculo de uma soma de opressões. Aqui, inspirando-me em Foucault (2000) e apoiando-me em Júlio Simões (2001), enfatizo que aquelas diferenças atuaram nos processos de subjetivação e de constituição dos sujeitos não só os sujeitando ao poder, mas, também oferecendo possibilidades de “identificação” e “reconhecimento” (SIMÕES, 2001).

Neste sentido, as diferenças precisam ser pensadas não só como formas de categorização limitantes de possibilidades, mas, simultaneamente, como procuro evidenciar ao longo deste trabalho, como recursos que abrem possibilidades para resistência e agência (SIMÕES, 2011). Tal perspectiva potencializada a compreensão de como cada um daqueles vetores atuaram de forma cruzada, interdependente e dinâmica, constituindo desvantagens, mas, também vantagens que descortinam possibilidades para a resistência e contínuas negociações.

Falas como as de Ney, de que “ser gay é ser um homem”, ou, então, como a de Fernando, segundo a qual é bem conhecido em Gaspar como “professor Fernando” como uma “marca” por ele criada e mantida para “diminuir o preconceito”, são exemplos bem evidentes do conhecimento e do agenciamento da vantagem que constitui ser homem em uma sociedade machista e misógina como a nossa. Um privilégio que se entrelaça com outro – a raça branca – igualmente naturalizado, que, por ser ordinário e silencioso, quase nunca é dito ou reivindicado expressamente, o que talvez explique que isso somente tenha surgido em uma narrativa – a de Fernando – quando ele descreveu-se como um menino “afetado” e, com uma ponta de orgulho, complementou que por ser “magrinho”, “clarinho” e com “esse olho azul” era chamado de Vanusa, uma famosa cantora na época de sua infância.

A condição de classe de cada um deles certamente também está estreitamente implicada em seus processos de subjetivação e reconhecimento identitário, bem como na forma como geriram a visibilidade em torno de suas homossexualidades. Trata-se de uma discussão incontornável, que é tão antiga como os estudos gays e lésbicos no Brasil, como indica o trabalho pioneiro de José Barbosa da Silva (2005), já mencionado e aprofundado no Capítulo 2. Analisando os processos de socialização de homens homossexuais que viviam na cidade de São Paulo, no final dos anos 1950, Silva evidenciou a relação entre a condição de integrantes de classe média de seus interlocutores com o fato de que eles, de modo geral, eram “dissimulados”. Assumiam, daquela maneira, um comportamento que era o inverso do “ostensivo”, identificado como mais comum nas classes “baixas”. Para ele, na base daqueles diferentes comportamentos estaria o aspecto de que os homossexuais “dissimulados”, se dados à descoberta – ainda utilizando seu vocabulário – estariam mais expostos a sanções sociais prejudiciais, como perda de *status* no plano moral, bem como com relação à posição do indivíduo na sociedade como um todo (SILVA, 2005).

Em se tratando de contextos de cidades do interior, conforme o levantamento que fiz no Capítulo 2, este é um debate ainda pouco realizado. Neste sentido, identifiquei nas já mencionadas teses de Lívia Gonçalves Toledo (2013) e Guilherme Rodrigues Passamani (2015), elementos para uma interlocução que contribui para minha própria análise. Na pesquisa sobre “tecnologias de normatização e exclusão da dissidência erótica feminina no interior paulista”, Toledo (2013) trabalhou com narrativas de histórias de vida de dez mulheres com inclinações homoeróticas, de diferentes idades, raças e classes sociais. E,

entre outras conclusões, indicou que suas interlocutoras de classe média e alta, bem como suas famílias, tinham uma maior preocupação com eventuais escândalos e uma inclinação por uma maior “discrição”, enfim, uma preocupação com o que os outros vão pensar e em serem vistas como “normais”. Já aquelas de classes mais baixas teriam menos condições de atender a tal demanda (TOLEDO, 2013). Chamando a atenção para os riscos que uma maior visibilidade homossexual acarreta em cidades do interior, em termos de maior vulnerabilidade física e psicológica, Toledo articulou sua reflexão avaliando as condições para a manutenção de uma cobrada invisibilidade, assim:

Articulando outros marcadores sociais da diferença associados à invisibilidade, vemos que as pessoas pertencentes às classes baixas parecem ser as que menos experienciam a dissidência erótica no armário, e uma das justificativas pode estar no fato que os recursos materiais de invisibilização e permanência no armário são mais difíceis de serem obtidos (carro próprio, morar sozinho e/ou fora da casa da família, ter dinheiro para ir a motéis ou para viajar e expressar-se eroticamente de modo espontâneo em outras cidades) (TOLEDO, 2013, p. 324).

Já Passamani (2015), em sua pesquisa sobre condutas homossexuais, envelhecimento e regimes de visibilidade, realizada em duas cidades do interior do Mato Grosso do Sul, com sujeitos(as) de diferentes idades e camadas sociais, concluiu, com base na fala de muitos de seus interlocutores, que nas camadas populares a gestão da visibilidade homossexual, ou o desafio de “assumir-se”, que também identificou como colocado na trajetória de vida de alguns deles, encontrava menores dificuldades de realização [em comparação às camadas médias]. A justificativa para tanto, segundo ele, seria o fato de que homossexuais mais pobres teriam menos a perder com uma maior visibilidade de suas homossexualidades, já que ocupavam posições sociais e postos de trabalho com menor prestígio (PASSAMANI, 2015). Um pouco mais adiante, avançando em sua análise, ele retomou a discussão e complementou:

Em Corumbá e Ladário, entre meus interlocutores, o “conta-gotas da visibilidade” é manejado com mais cuidado à medida que o sujeito ascende na



hierarquia social. Quer dizer, entre os interlocutores alocados nas camadas mais ricas, há uma preocupação maior com questões que envolvem discrição e anonimato (PASSAMANI, 2015, p. 171).

Em comum, os três trabalhos aqui referenciados comportam a reiteração de uma compreensão segundo a qual quanto mais baixa a posição de classe do(a) sujeito(a), maior a facilidade ou, então, propensão à visibilidade homossexual. Esse é um entendimento que, em princípio, encontra ressonância também no meu campo de pesquisa, já que todos os sujeitos que colaboraram com minha pesquisa, além de terem nascido em famílias de classe trabalhadora, têm em comum o fato de que suas homossexualidades são amplamente conhecidas nas localidades em que moram.

Todavia, sinto a necessidade de encaminhar essa reflexão de uma forma mais relacional e dinâmica. Se por um lado há que se reconhecer a classe social como fator determinante de diferenciação, com atuação decisiva em estruturas de dominação e subordinação que tem espaço no mundo da sexualidade (WEEKS, 2001); de outra parte, considero a classe como algo que se vivencia e pode ser compreendido somente na relação com outros aspectos da experiência humana. Incorporo e penso aqui em um conceito de classe pela via da experiência, tal como proposto por Lara Facioli e Richard Miskolci (2015). Ou seja:

- a) Não como uma “coisa” estática e a-histórica, como que uma estrutura que se impõe aos(às) sujeitos(as), mas como algo que ao lado de fatores objetivos e relacionais, também comporta aspectos subjetivos e de experiência.
- b) “Não como aquilo que unifica os indivíduos em uma identidade comum, a identidade de classe, mas como mais um dos aspectos que marcam a diferença, assim como o gênero, a raça e a sexualidade, de forma interseccional, como composição dos processos de subjetivação” (FACIOLI E MISKOLCI, p. 147-148).

Desse modo, fica neutralizado o risco de que fala Joan Scott (1998), qual seja, o de tomar a classe como uma identidade, desconsiderando outras posições de sujeito(a) que com ela podem estabelecer diferentes relações. Assim municiado, retomo algumas experiências dos três interlocutores considerados neste capítulo, de modo a evidenciar alguns aspectos diferentes. Como já ressaltado, Ney, Fernando e Ricardo durante suas infâncias e juventudes foram

reconhecidos como *viados*, ou seja, seus desejos, suas práticas amorosas e sexuais não constituíam propriamente um segredo a ser revelado. Por outro lado, o acompanhamento de suas trajetórias de vida indicou que algumas atitudes decisivas por eles tomadas na gestão da visibilidade de suas homossexualidades, ao que tudo indica, guardaram estreita relação com a conquista da autonomia financeira ou a falta dela.

No caso de Ney, refiro-me à sua experiência de “entrar de cabeça” e assumir o relacionamento com outro homem, abandonando a casa de seu pai e de sua mãe, onde vivia há 30 anos, alugando uma quitinete e passando a morar com o namorado. Uma decisão que arrisquei afirmar, provavelmente, guardou alguma relação com o fato de que na época, além de gozar de independência financeira, ele havia recém conquistado estabilidade no serviço público. Fernando, por sua vez, passou a incorporar vestimentas e performances femininas em sua vida cotidiana, aos 20, 21 anos, quando já contava com salário próprio advindo de sua atividade como professor, sendo que no mesmo período, também acolheu um namorado em sua casa, com pleno conhecimento de sua família. Já com o interlocutor Ricardo a primeira referência que surgiu em sua narrativa indicando uma mudança na gestão da visibilidade de sua homossexualidade, deu-se somente depois de 26 anos entre idas e vindas para seminários e instituições religiosas, durante os quais não alcançou uma autonomia financeira. Não surpreendeu, portanto, que o rompimento de um silêncio familiar que, até então, tinha prevalecido e a prática de se “montar”<sup>112</sup> em todo o carnaval “escancarando com plumas e paetês”, tenham surgido somente tardiamente em sua narrativa.

Tal conjunto de elementos leva-me a concluir que a independência econômica e, eventualmente, a estabilidade no emprego (como ocorreu nos casos de Fernando e Ney), ou a falta dela (como deu-se com Ricardo), desempenharam papel importante, senão decisivo, tanto na definição dos momentos, como das estratégias acionadas por cada um deles na gestão da visibilidade de suas homossexualidades. Meu campo de pesquisa, por enquanto, indica um contexto social e existencial que, ao contrário do que evidenciou Toledo (2013) em uma cidade do interior paulista, a independência financeira conquistada foi acionada por meus interlocutores como uma ferramenta que permitiu a ampliação da visibilidade em torno de suas homossexualidades (e não a continuidade de sua invisibilização).

---

<sup>112</sup> Verbo aqui conjugado no sentido difundido no meio gay, mas não exclusivamente, de vestir-se e adornar-se com roupas, adereços, maquiagens, etc, reconhecidas socialmente como do sexo oposto.

Por outro lado, levando em conta os dados produzidos em minha pesquisa de campo, resisto à proposição ratificada por Passamani (2015), de que nas camadas populares “não haveria muito o que perder” nas situações de homens que se identificam e são identificados como homossexuais, em virtude do “desprestígio social” e das possibilidades mais modestas de inserção no mercado de trabalho. Assim me posiciono, ainda que correndo o risco de avançar em uma perspectiva um tanto quanto especulativa. Afinal, o horizonte aspiracional mais restrito de um sujeito em comparação a outro que tem uma condição de classe mais elevada permite concluir que o primeiro tem menos a perder nas relações sociais cotidianas? Recorrendo a um exemplo, a perda de um emprego mais modesto em comparação a perda de outro mais valorizado socialmente, seria menos grave e sofrida? Outros fatores que vão além da condição econômica, tais como, por exemplo: formação familiar, valores morais, a valorização do trabalho tão presente em famílias de imigrantes, influência religiosa, dentre outros, estão a indicar que aquela proposição – de que não haveria muito a perder nos casos de homens homossexuais da classe trabalhadora – pode ser bem mais complexa e de resposta difícil e, provavelmente, menos conclusiva.

Destaco, por fim, que a relativa ascensão social de Ney (que era filho de agricultores e posteriormente seguiu carreira de servidor público, tonando-se também colunista social em Tubarão por muitos anos) e de Fernando (filho de pequenos comerciantes, logo avançando na carreira de professor de escolas públicas e chegando a concorrer por duas vezes ao cargo de vereador em Gaspar) vieram acompanhadas de uma maior visibilidade em torno de suas homossexualidades, certamente com a adoção de redobradas cautelas, mas também de práticas que passaram longe do anonimato ou do manejo do “conta-gotas” de visibilidade, a que se referiu Passamani (2015), ao refletir sobre as experiências vivenciadas por sujeitos homossexuais em cidades do interior do estado de Mato Grosso do Sul.

#### 5.4 HOMENS QUE “FECHAM”

Os desejos, práticas afetivas e sexuais dissidentes de meus interlocutores que muitas vezes surgiu em suas narrativas como fator de controle, sujeição e opressão, também deve ser percebida de uma maneira não maniqueísta. Como visto, Ney, Fernando e Ricardo durante suas infâncias e juventudes passaram por diversas experiências, com destaque para aquelas relacionadas com a abjeção, que foram decisivas na

constituição de cada um deles como sujeitos cujas masculinidades não hegemônicas - e as feminilidades a elas associadas - levaram-vos a se identificarem e serem reconhecidos como *viados*. Aqui proponho aprofundar tal reflexão, destacando que aquela feminilidade e as práticas da *viadagem* ou a “fechação”, ao mesmo tempo que foram circunstâncias implicadas na constituição de uma diferenciação e da estigmatização de suas homossexualidades, redundando em controle e sujeição, proporcionaram não só possibilidades de “identificação” e “reconhecimento”, como constituíram ferramentas para práticas de resistência e agência.

Na condução de tal argumento, o trabalho pioneiro da escritora e crítica de arte estadunidense Susan Sontag, *Notas sobre Camp* (1987) é essencial. No ensaio lançado originalmente em 1964, a autora explicou que seu objetivo foi o de analisar o *Camp* – expressão da língua inglesa que não conta com tradução para o português – para se referir e teorizar sobre uma sensibilidade até então não definida, peculiar e fugidia, inclinada ao artifício e ao exagero, que era ostentada por muitos homossexuais, ainda que não exclusivamente (SONTAG, 1987).

David Halperin em *How to be gay* (2012) fez uso da categoria muitas vezes ao analisar e discutir uma única cena do filme *Almas em Suplício*, de 1945<sup>113</sup>. Tal referência cinematográfica, ao lado da tradição de outrora de gays se travestirem de viúvas italianas em luto fechado em uma festa anual realizada na colônia de férias de *Fire Island*, nas imediações de Nova Iorque (em uma paródia da dor pela perda de amigos,

---

<sup>113</sup> Na cena selecionada por seu conhecido apelo gay a atriz Joan Crawford, representando uma viúva atormentada chamada Mildred Pierce, discute e dá um tapa em sua filha, no melhor estilo melodramático. Para Halperin a explicação do extraordinário sucesso alcançado pelo filme, mesmo muito tempo depois de ser lançado, em especial entre o público gay, passa pela associação nada sutil que ele incorpora entre glamour e a abjeção, além do borramento que procede entre as fronteiras existentes entre a tragédia e a comédia. De um lado o glamour feminino ostentado por uma das grandes divas da indústria cinematográfica de Hollywood e, de outra parte, a abjeção feminina que foi despertada pela posterior divulgação de detalhes sombrios da vida privada da atriz. Joan Crawford adotou cinco crianças e com elas manteve uma relação distante e conturbada, longe da esperada imagem de uma mãe dedicada e amorosa. Esses aspectos da biografia da atriz se tornaram públicos um ano após sua morte, em 1978, com o lançamento da obra autobiográfica de sua filha adotiva mais velha, Cristina Crawford. Em *Mamãezinha Querida* (1981) Joan Crawford é descrita com uma mãe megera, alcoólatra, controladora e violenta no trato com seus filhos. O livro tornou-se um *best-seller* e em 1981 foi adaptado à tela grande pelo diretor Frank Perry, sendo estrelado pela atriz Faye Dunaway e alcançando um extraordinário sucesso.

companheiros e familiares para a AIDS), são citadas por David Halperin como exemplos de uma cultura gay que assumiu uma postura *Camp*. No seu dizer, trata-se de uma estratégia para lidar com a dominação social promovendo o riso da própria dor de modo antecipado ao riso dos outros, em uma espécie de válvula de escape que, em uma camada mais profunda, desvaloriza a própria condição gay e a feminilidade a ela associada. Mas que, por outro lado, questiona e denuncia o caráter performativo das identidades sociais, patrocinando ainda um dismantelamento da hierarquia ditada pela beleza, lembrando que todas as *bichas* são estigmatizadas e enfrentam o preconceito (HALPERIN, 2012).

Jack Babuscio (2002), professor e crítico de cinema britânico, prefere falar do *Camp* como uma expressão criativa de uma sensibilidade gay, uma habilidade desenvolvida pelos gays no convívio com um mundo marcado pela polarização cultural entre uma heterossexualidade naturalizada e normalizada e um homossexualidade patologizada. Neste sentido, a sensibilidade gay foi por ele definida como “uma energia criativa que reflete uma consciência que é diferente do *mainstream*; uma elevada consciência de certas complicações humanas sentidas a partir de opressões sociais; em suma, uma percepção do mundo que é formada, dirigida, definida e colorida pela forma de ser gay da cada um” (BABUSCIO, 2002, p. 118).

Ainda que essas sejam referências culturais distantes da realidade brasileira e dos meus interlocutores em particular, e que seja necessário reconhecer e destacar que uma discussão mais aprofundada do *Camp* como expressão estilística e estética escape aos objetivos e possibilidades de meu trabalho, antevejo em tal categoria teórica uma ferramenta útil para o objetivo que aqui articulo. Sem qualquer pretensão generalizante ou sugestão de uma fixidez, utilizo o *Camp* como categoria teórica útil para refletir sobre algumas práticas de meus interlocutores que procurei destacar na transcrição de suas falas incorporadas ao texto, em que eles “fecharam” – expressão utilizada no Brasil, principalmente por gays para se referir a forma exagerada ou afetada como se comportam ou se expressam.

O bordão preferido de Ney, repetido de modo caprichado e com exagerada afetação e sonoridade a cada novo encontro com amigas(os) e conhecidas(os) em um simples caminhar pela cidade: “Olá! Como vaais??? A mamãe tá bem?” – é muito *Camp*. Quando ele se referiu a um amigo já falecido, vítima da AIDS e gritou, “fechando”: “Ele já subiu!”. Ou, então, quando lembrou efusivamente e de braços erguidos que “recebia todas” [bichas] em sua casa - “a casa gay” - nos anos 1990 e

acrescentou: “Até de Floripa ia gente lá” [em uma provável referência ao próprio entrevistador], ele deu aulas de práticas *Camp*.

Percebo aqui uma certa sabedoria forjada e calejada no convívio permanente com experiências da abjeção, como ficou mais claro quando Ricardo, ao me responder como percebia a manifestação do preconceito no seu dia a dia, depois de indicar a “risadinha” e o “jeito de olhar pra ti”, emendou:

Até hoje mais cedo eu fui no Althoff [supermercado localizado no centro de Imbituba], passou uns meninos, uma criança [“fechando”, rindo e com os olhos arregalados]. Quando eu vi ... olhei pra ele assim: querida, vai chegar a tua hora [“fechando” e gargalhando]. A gente se diverte, porque não tem como.

Com Fernando, os exemplos de manifestações *Camp* foram um pouco diferentes, um pouco contidas e sutis. É o que transpareceu, por exemplo, quando estávamos conversando e sua irmã apareceu na sala para, em seguida, despedir-se dizendo: “Vou pro culto! Vou orar por vocês!”, recebendo do irmão a resposta: “Diz pro pastor que eu vou lá me converter”. [risos]. “Vou converter ele. Ele é gostoso?”. [risos]. “Se for... ele já vem pra irmandade”. [mais risos, desta vez, de todas]. Ou, ainda, em outro divertido exemplo, quando comentou inicialmente sério: “É... não tem mais cueca! Cueca já não tem desde os 16!”.

Por diversas vezes, como nessa passagem sobre as cuecas que tive o prazer de vivenciar com Fernando, e também com relação a todos os meus interlocutores, o riso dividido manifestou-se solto e envolto em uma cumplicidade. Em muitos outros momentos compartilhamos não só o riso, mas um arrebatamento, um acesso de risos, a confirmar a experiência prazenteira, o triunfo da pulsão de vida sobre a pulsão da morte de que falou Herrera Flores (2007), que citei na introdução. Todas essas expressões são manifestações que, sob uma certa teatralidade, incorporam o *Camp*, seja mediante tiradas espirituosas, bem humoradas, por vezes com ambígua ironia que pouco disfarçam ou mesmo declaram o riso de si próprio e da dor, bem como a alegria de ser aquilo que se é e o traquejo de enfrentar diferentes e permanentes desafios no convívio social cotidiano.

Ricardo resumiu, não tem como prosseguir sem se divertir. Do mesmo modo que aquela sensibilidade peculiar percebida e teorizada por Sontag nos Estados Unidos dos anos 1960, a “fechação” praticada por

meus interlocutores em particular, ainda hoje continua a revelar um maneirismo com “predição pelo inatural, pelo artifício e pelo exagero” (SONTAG, 1987, p. 318). São práticas que, pensadas dentro do contexto brasileiro contemporâneo, como propõe Denilson Lopes, comportam um componente político que funciona como uma “estratégia corrosiva da ordem” (LOPES, 2002). Constituem renitentes aprendizados que, dentro das possibilidades de manifestação pública dadas por nossos contextos sociais e históricos, ao mesmo tempo são expressão e forma de oposição à heteronormatividade opressiva imperante, bem como das constantes forças de controle e normalização que dela irradiam.

Lopes vai além nesta reflexão, ressaltando outro ingrediente que faz todo o sentido em culturas como a nossa, em que a máxima de que “homens que são homens não choram” nem devem revelar seus sentimentos, especulando que o que há de estranho no *Camp*, ou em “nossa” “fechação”,

é menos o ridículo do exagero e mais nosso fascínio pelo sentimentalismo que insistimos em revelar de outra forma, encobrimo-o pela ironia e pelo cinismo, considerando-o um escapismo idealizante. O que é difícil de ser enunciado dentro da contemporaneidade revela-se no camp, sob a capa do humor ferino: o medo de ser afetivo oculta o medo de ser feminino, e, por extensão, o medo de ser gay, especialmente em contextos tão decisivamente machistas como o brasileiro, ou ainda, de forma mais ampla, o temor que seja preferível ser sentimental do que não ter ou demonstrar nenhum sentimento (LOPES, 2002, p. 112).

Talvez, na negação da afetividade, a expressão dos sentimentos, revele-se uma ansiedade e um tensionamento contemporâneo na sociedade como um todo, e também nas disputas irradiadas a partir de um modelo de masculinidade hegemônico quase inatingível, mesmo entre masculinidades não hegemônicas, entre gays.

## 5.5 NEM “BICHONA”, NEM “ESCARCARADO” E O “FEMININO DISCRETO”

As famílias surgiram nas memórias de Ney, Fernando e Ricardo com cores mais ou menos vivas, com alegria ou tristeza, como eminentes

e poderosas entidades. Como Connell destaca: “Famílias não são fixas, sistemas mecânicos. Elas são campos de relacionamentos dentro dos quais gênero é negociado. Suas configurações frequentemente mudam ao longo do tempo, alianças se formam e se dissolvem, e pessoas entram e saem.” (CONNELL, 2005, p.146).

Especificamente com relação as figuras paternas sublinho dois aspectos. O primeiro deles diz respeito ao dinamismo das relações mantidas, como revelou, por exemplo, a conversa “delicada”, mas franca que Fernando teve com seu pai sobre uma possível mudança de sexo. De outra parte, no entanto, chamou minha atenção a presença paterna como uma sombra presente em todas as narrativas, adquirindo uma dimensão de declarada opressão nas memórias de Ricardo, como um dado importante e mesmo determinante de muitas de suas experiências e mesmo nos rumos de sua trajetória de vida.

Pelo que inferi, foi a partir do apoio familiar, ou a falta dele – com destaque para a participação de figuras femininas, notadamente das mães e irmãs - que masculinidades alternativas foram construídas e foram dadas as possibilidades iniciais para as negociações em torno da visibilidade dos desejos e práticas homossexuais. Agenciamentos que se deram mediante estratégias visando um delicado equilíbrio entre um maior ou menor desafio frente à heteronormatividade e as expectativas familiares e sociais e que, por isso, foram praticadas com a adoção de uma série de cautelas.

Revisando as narrativas de Ney, Fernando e Ricardo, identifiquei diferentes cuidados que foram por eles indicados como importantes nos contínuos processos de negociação da visibilidade homossexual, sendo que essas narrativas surgiram em suas falas concentradas em torno da noção de “discrição”, que por eles foi vista não somente como necessária e requisitada, mas, também, na maioria das vezes, como desejável.

Em primeiro lugar, “discrição” para esses sujeitos guarda relação com a forma como se apresentam e se relacionam com as outras pessoas. No caso de Ney, essa compreensão surgiu na forma de uma sentença, que retomo aqui mais uma vez: “Então, na minha empresa todo mundo sabe que eu sou gay, só que eu tenho minha postura eu não sou uma bichona. Não sou. Eu tenho discrição. Ser gay é ser um homem. Eu sou um homem”. No mesmo sentido, Ricardo deu evidências do que considera ser discreto quando contou: “De uns cinco anos pra cá em me monto em todo o carnaval. Daí, escancarei com plumas e paetês. Minha família é complicada, até hoje não gostam. Não pode escancarar”.

Na primeira afirmação Ney manifestou sua compreensão de que ser “discreto” é ser um gay, mantendo a condição privilegiada de homem e uma acalentada masculinidade; o oposto de ser uma “bichona”, ou seja,



efeminado ou, ao menos, feminino em excesso. Já na fala de Ricardo, a noção do que é ser indiscreto surgiu relacionada com a prática de se vestir como mulher no carnaval, mais uma vez escancarando uma feminilidade percebida pelos familiares como excessiva.

A preferência de Ney por calças sociais e camisas mais formais, eventualmente um blazer e o uso constante de sapatos escuros que se integram e compõem sua visibilidade homossexual pareceram corporificar a busca por aquele almejado equilíbrio, por ele chamado de “postura”, com a preservação de uma masculinidade ao lado de uma feminilidade renegada, principalmente se percebida como manifestada em excesso. Ricardo, que me recebeu em nosso encontro vestido com cores vivas, calça e camiseta coladas ao corpo, além de sapatos brancos com um pequeno salto, pareceu flertar com mais desenvoltura e gozo com o desafio daquelas fronteiras de gênero.

Foi justamente o modo de se vestir que me permitiu avançar na análise com relação a Fernando, sujeito que, como os outros interlocutores, reconhece-se como *viado*, mas deles se diferencia por apresentar performances femininas de modo permanente, nas quais a incorporação de roupas femininas é um de seus mais destacados, mas não único, componente. Reproduzo aqui outro segmento de nosso diálogo:

Fernando: A mãe [risos] falava: – **“Não compra essas roupas!”**. Sempre criticava por causa do pai. A mãe trabalhava com produtos da Avon, na época era Daya. Daí, acho que a partir dos meus 13 anos, eu ajudava na venda e sempre tinha meu dinheirinho.

[...]

Aí, assim, em Gaspar, como eu estou hoje, por exemplo, isso aqui é uma roupa feminina. Uma Leg. **Um feminino discreto**<sup>114</sup>. A partir dos 16 pros 17 anos, eu já estava com o cabelo mais chanelzinho.

Eu: Mas, com 19 anos, quando ias para a sala de aula, como era?

---

<sup>114</sup> Estilo que, pelo que conversamos e percebi, dentre outros detalhes, é composto também pelo uso de tiaras a controlar seus cabelos, pela constância de um “pretinho básico”, bem como pelos quase imperceptíveis seios que incorporou após um tratamento hormonal feito em 2010.

Fernando: Não, na sala de aula não. Na sala de aula eu ia geralmente de calça jeans, tênis, um coletezinho.

Eu: Quando que mudou isso?

Fernando: Eu usei a roupa mais feminina mesmo foi dos 20, 21 em diante. Daí, eu comecei a ir mais pra boate.

[...]

Eu: E hoje em dia, como é que é isso? Se vestes de mulher 24h? E na sala de aula, como é que é hoje?

Fernando: A única coisa que eu não uso em Gaspar é saia e minissaia, isso eu não uso. Sutiã pra levantar o peito também não, **eu procuro manter a discrição**. Porque é assim ô: muita gente me vê como o professor Fernando, mesmo com a fisionomia é o professor Fernando.

Eu: Mas, hoje em dia, teu guarda-roupa é todo feminino?

Fernando: É. Não tem mais cueca [risos] desde os 16 anos [mais risos]. A última que usei, olha ainda foi pra ir no serviço militar... [risos].

A discrição para ele, portanto, passa pelo uso de roupas femininas, mas com a preferência por trajes e cores sóbrias, além de um certo recato e comedimento na exposição do próprio corpo. Com evidentes diferenças – enquanto para Ney e Ricardo a falta de discrição é associada a excessiva efeminação, para Fernando a feminilidade é o elemento central da visibilidade de sua ambígua identidade de gênero – as noções de “discrição” desses três sujeitos surgiram em suas narrativas relacionadas com a rejeição de uma forma espalhafatosa ou muito ostensiva de se apresentar, manifestar-se e se relacionar em sociedade.

Identifiquei também outra forma acalentada de discrição nas entrevistas que fiz com Fernando e Ney quando conversei com eles sobre seus relacionamentos amorosos. O assunto surgiu de modo mais claro e detalhado em minha primeira conversa com Ney. Ele, ao lembrar a experiência que viveu aos 30 anos, quando saiu de casa e foi morar junto com um namorado, de modo enfático acrescentou: “Pronto, todo mundo vai saber, minha família, tudo. Não tem problema, mas tudo com muito

cuidado, muita discrição né?”. Em outro trecho da nossa conversa, depois de concordar que é muito conhecido na cidade como um homem gay, inclusive no trabalho, explicou melhor o que entendia por aquela “discrição”:

**A minha sexualidade, na prática fica entre quatro paredes.** Com meu namorado lá fora nós somos dois amigos. **Andar de mãos dadas, trocar carícias, eu não curto isso.** É de mim. [...] Não precisa segurar na mão porque as pessoas sabem que eu sou gay. Meu namorado que é da Bahia está aqui há seis, sete meses. Todo mundo sabe, porque houve fotos de nós dois juntos. A minha família viu. Mas sem problema nenhum. Então, não precisa.

Essas são falas que ecoam perfeitamente na lição de Mário Pecheny, para quem: “Possivelmente a dificuldade maior que se coloca em uma sociedade homofóbica não seja a dimensão puramente sexual da identidade homossexual, mas sua expressão pública como afeto, amor ou compromisso” (PECHENY, 2004). Como ele complementa:

Dito brevemente, a sociedade parece tolerar melhor a sexualidade homossexual praticada em privado que o amor homossexual que se manifesta publicamente. Isto pode interpretar-se como se os não homossexuais e os homossexuais tivessem estabelecido uma espécie de pacto implícito quanto ao status da homossexualidade: a tolerância social em troca da discrição e da invisibilidade (PECHENY, 2004, p. 21).

A releitura que procedi da narrativa de Ricardo, o terceiro interlocutor, buscando indicações de possíveis demandas de discrição, afastaram-me de reflexões em torno de envolvimento afetivos com outros homens. Suas memórias levaram-me a considerar uma outra forma de cobrança familiar e social por discrição, um controle menos sutil que pode ter se materializado em suas sucessivas idas para internações em seminários religiosos. Talvez, uma forma extremada e violenta de “discrição”, cobrada no interior de sua família, que se confundia com a própria invisibilização e negação de sua pessoa enquanto sujeito digno de reconhecimento social e diálogo. Essa foi uma reflexão que foi aguçada

por uma passagem particular de nossa conversa, que aqui retomo, que tem sutilezas significativas:

Eu fico pensando que a minha vida podia ter sido totalmente diferente, se eu tivesse revelado aos 15 anos. Mas, tinha a questão do meu pai. Porque o meu pai além de ser de uma educação muito rígida, que era trancado, o portão era com cadeado pra gente não sair de casa, tinha a questão do alcoolismo.

Isso tudo gerou pra mim um conflito muito grande. Só no seminário eu vou poder ser o que eu sou. E Deus me encaminhou para eu ter uma formação sobre a minha sexualidade, porque eu não ia ter aqui dentro de casa. Eu sou assim quase uma pessoa inerte.

De modo geral, as diferentes formas de manifestação das “discrições” relatadas pelos três interlocutores reunidos neste capítulo surgiram entrelaçadas e relacionadas principalmente com práticas de manutenção de uma reserva e um recato, em diferentes medidas, na manifestação de uma feminilidade que não deveria se aproximar do exagero ou do espalhafato e, de outra parte, em uma interdição na revelação pública de manifestações de afetos ou desejos por pessoas do mesmo sexo. Todas as experiências exploradas ao longo deste capítulo devem ser compreendidas como estreitamente relacionadas com os processos mediante os quais aqueles interlocutores foram vistos como patológicos, classificados e hierarquizados como homossexuais, em uma diferenciação que adquiriu sentido na comparação com os (as) heterossexuais, aqueles(as) cujos desejos e práticas afetivas-sexuais são considerados “naturais” e “normais”. É neste sentido que Tomaz Tadeu da Silva (2000) faz referência a contínuos processos de normalização:

Fixar uma determinada identidade como a norma é uma das formas privilegiadas de hierarquização das identidades e das diferenças. A normalização é um dos processos mais sutis pelos quais o poder se manifesta no campo da identidade e da diferença. Normalizar significa eleger – arbitrariamente – uma identidade específica como o parâmetro em relação ao qual as outras identidades são avaliadas e hierarquizadas. Normalizar significa atribuir a essa identidade todas as características positivas

possíveis, em relação às quais as outras identidades só podem ser avaliadas de forma negativa. A identidade normal é “natural”, desejável, única (SILVA, 2000, p. 83).

Trata-se, portanto, de vivências e práticas relacionadas com diferentes manifestações de poder que remeteram para processos de assujeitamento e controle. Como Foucault ressaltou, ao propor uma reflexão mais ampla sobre a constituição dos(as) sujeitos(as), que também se revela pertinente quando o assunto é heteronormatividade, trata-se de uma forma de poder que

aplica-se à vida cotidiana imediata que categoriza o indivíduo, marca-o com sua própria individualidade, liga-o à sua própria identidade, impõe-lhe uma lei de verdade, que devemos reconhecer e que os outros têm que reconhecer nele. É uma forma de poder que faz dos indivíduos sujeitos. Há dois significados para a palavra *sujeito*: sujeito a alguém pelo controle e dependência, e preso à sua própria identidade por uma consciência ou autoconhecimento. Ambos sugerem uma forma de poder que subjuga e toma sujeito a (FOUCAULT, 1995, p.234-235).

Mas, como Judith Butler (1998) propõe, ao dar continuidade às reflexões sobre o caráter relacional, onipresente, multiforme e difuso do poder,

se o sujeito é constituído pelo poder, esse poder não cessa no momento em que o sujeito é constituído, pois esse sujeito nunca está plenamente constituído, mas é sujeitado e produzido continuamente. Esse sujeito não é base nem produto, mas a possibilidade permanente de um certo processo de re-significação, que é desviado e bloqueado mediante outro mecanismo de poder, mas que é a possibilidade de retrabalhar o poder (BUTLER, 1998, p.22).

Esses referenciais teóricos são aqui retomados porque dialogam com as noções de subjetividade e com a ideia de que os processos de subjetivação nunca estão acabados, as quais adotei como perspectivas

nesta tese. Neste particular, cai como uma luva para meu argumento, outro ensinamento da professora Maria Izilda Santos de Matos:

A subjetividade, bem mais do que autonomia, carrega a noção de “sujeição”, criando-se a ideia de que é fabricada e modelada no registro social. O processo de construção de subjetividades convive com a imposição coercitivamente atada às homogeneizações de determinados modelos culturais hegemônicos –estratégias que são orientadas pelo controle dos desejos e das vontades –, em que se objetiva moldar, regular. Todavia, o processo de subjetivação não é visto como destino inexorável de serialização de indivíduos, porque comporta simultaneamente a possibilidade de reapropriação, subentendendo que os sujeitos são agentes, aos quais se permitem escolhas. Escolhas que, embora não sejam ilimitadas, abrem espaço para a construção de algo, pois contrariamente às normas do controle leva a reconquista do potencial da autonomia criativa. (MATOS, 2001, p. 49).

Enfim, estendi-me nesta reflexão teórica procurando enfatizar que as possibilidades de existência dos meus interlocutores, delimitadas de formas datadas e históricas, além de implicarem em assujeitamento, permitiram diferentes espaços para o poder ser retrabalhado, para expressões de resistência à heteronormatividade e agência, na acepção de Ortner (2006).

Como procurei evidenciar ao longo desse capítulo, os interlocutores nele reunidos resistiram e resistem à uma permanente convocação heteronormativa, gerindo a visibilidade de suas homossexualidades em um processo marcado pelo tensionamento entre forças normalizadoras e de controle de um lado, e forças de resistência de outro, que se manifestam na forma de estratégias, tais como: “conversas delicadas” e apoios familiares, a declarada e aberta conjugalidade mantida com um namorado, a manutenção de um círculo de amigos declaradamente gays, a adoção de um modo de se vestir “feminino discreto”, o exílio religioso, o choro e o *Camp*. Todavia, como o aprofundamento da análise das cautelas e das “discrições” acalentadas por eles também permitiu evidenciar, a fronteira entre normalização e resistência revelou-se mais tênue do que o sugerido. Em outros termos, a

heterossexualidade como modelo a ser seguido faz-se presente, de diferentes modos, nas próprias práticas de resistência.

As experiências aqui discutidas foram vivenciadas e exercitadas pelos sujeitos em meio a relações de poder que, na medida das possibilidades, permitiram a expressão e a realização dos sonhos e desejos daqueles sujeitos, ainda que sob o duro preço de uma hipervisibilidade que também precisa ser problematizada, como alerta Miskolci:

A visibilidade tornou-se uma forma de controle social e, para aqueles e aquelas sob particular escrutínio, um verdadeiro regime disciplinador. Sublinhe-se o caso dos homens reconhecidos como homossexuais em contextos heterossexuais e até homofóbicos, o que – em vez de libertar-lhes ou garantir segurança – os relega à insegurança, vulnerabilidade e à violência (MISKOLCI, 2017, p. 267).

Ainda assim, foram aquelas formas e as práticas por eles encontradas e agenciadas que permitiram, com criatividade e força, a continuidade de suas existências, elas próprias – como seus corpos, comportamentos e práticas – desafiadoras, permanentes e renitentes daquela mesma ordem sexual e social. Sim, cabe refletir que aqueles foram sonhos, desejos e práticas que somente surgiram como expressões possíveis de uma época, nos limites do pensável e mesmo dentro de uma expectativa social diante daquilo que se considera a homossexualidade, contudo retomarei tal objetivo somente nos dois últimos capítulo da tese, onde dedicar-me-ei aos regimes de visibilidade homossexual.

Por ora, avanço no próximo capítulo dando continuidade à análise das experiências vividas por Renato, José, Antônio, João, Ronaldo e João, de seus processos de subjetivação e das formas pelas quais eles resistiram à heteronormatividade e geriram as visibilidades de suas homossexualidades; principalmente a partir dos marcos que identifiquei em suas narrativas, indicativos de quando passaram a reivindicá-las e agenciá-las junto de suas famílias e nas comunidades em que vivem. Também investigo como as diferentes formas de gestão da visibilidade homossexual surgiram entrelaçadas com valores e práticas associadas à “discrição” e com diferentes precauções.





## 6“TODO MUNDO SABE”, ELES “FERVEM”

Eu: Quando e como nasceu essa história de “Antônio das cabras”?

Antônio: Eu gostava muito de animal e tinha um amigo, que também era gay, e ele tinha cabra. Aí, eu comecei, comprei umas duas cabrinhas, comecei a criar. Foi indo, foi indo. Até hoje eu fiquei.

Eu vendo o leite aqui no centro para as crianças que tem problema até hoje. Aí, todo mundo me conhece. Oh, o Antônio das cabras tal...Isso começou com 22 pra 23 anos.

Com essas palavras Antônio me explicou porque é muito conhecido na cidade onde mora. Essa é uma característica que se revelou comum nas narrativas de Ney, Fernando e Ricardo e que também identifiquei no segundo grupo de interlocutores integrado por Ronaldo, Antônio, João, José, Francisco e Renato. Neste capítulo, dou continuidade à análise dos processos de subjetivação deste segundo grupo e início o exame dos processos de gestão da visibilidade de suas homossexualidades.

Ronaldo, por muitos anos, fez serviços externos para a repartição pública aonde trabalha, atendendo moradores(as) de toda Tubarão. Ficou conhecido por seu jeito brincalhão e atencioso e, por isso, ainda afirma: “Eu conheço todo mundo. De fio a pavio”. Algo muito parecido se passou com Renato em Gaspar, onde é funcionário em uma repartição municipal há quase 30 anos. E também com Francisco, em Imbituba, já que ele, como o pai e outros parentes, trabalhou por muitos anos no porto, o principal e mais prestigioso empregado da cidade. Como ele mesmo narrou:

Eu moro nessa cidade, como eu falei, há 54 anos. Se tu for comigo amanhã no centro, tu vais me dizer assim ô: “Por que tu não te candidatas a vereador?”. Se eu vou pro centro a pé, se eu demorei é porque eu parei pra conversar com um, com outro, assim, assado. Se eu tivesse mais tempo pra ir na casa de um e de outro, atender os convites[...] mas não dá.

Com José o reconhecimento social veio mais tarde, através da carreira de decorador, na qual firmou-se no início da década de 1990,

atendendo muitas famílias ricas e tradicionais da cidade. Um sucesso que superou uma década, mas não resistiu ao preconceito quando surgiram os primeiros sintomas da AIDS: “Perdi meus clientes, diziam que iam aparecer, mas nunca apareceram. E eu só conto com a minha família e os meus amigos, que dá pra contar em uma mão. Muitos, muitos se afastaram”.

#### 6.1 “TODO MUNDO SE CONHECE” E “TODO MUNDO SABE”

Nas narrativas dos seis interlocutores aqui considerados, o fato de que eles eram e são conhecidos nas localidades, e mesmo nas cidades em que moram, surgiu conectado, de modo mais ou menos estreito, com a atividade profissional encampada por cada um deles. Somente com João, que trabalha como educador especial e também é dançarino, essa circunstância não se repetiu. A confirmação de sua popularidade em Tubarão surgiu quando ele, orgulhoso, falou de sua participação nos desfiles de carnaval da cidade: “Todo mundo me conhece. Teve até comentário na TV Unisul. Quem deveria ser a rainha do carnaval devia ser eu. Eu tenho muito samba no pé”.

Mas, todos eles, além de conhecidos são reconhecidos como homens gays onde vivem. Nas memórias de Francisco isso despontou claro quando ele contou que depois de seu casamento com seu companheiro realizado em um clube da cidade em um final de semana, “quando foi ao centro”, foi abordado por algumas pessoas e delas recebeu cumprimentos. Um conhecimento público que pode ser simpático, mas também despertar incômodo e reserva, como ficou evidente naquela fala de Antônio quando ele narrou que por viver “bem no interiorzão”, como todos se conhecem e pelo seu estilo diferente de se vestir, todos sabem que “és homossexual”, “um homem não comportado”. Ou, ainda, na fala de José, morador de Gaspar: “Todo mundo sabe que eu sou gay. Imagina, né, Maurício... 49 anos, não tem filho, não tem mulher. Então é viado, né?” [risos].

Em sintonia com a compreensão resumida nas palavras simples de Antônio, foi considerando os aspectos corporais e comportamentais desse segundo grupo composto por seis sujeitos que encontrei algumas características que, por certo, também estão relacionadas em maior ou menor medida com a notoriedade de suas *viadagens*. A aparência de seus corpos, seus gestos e a maneira como se vestem e se expressam, bem como o tom de suas vozes indicam que cada um deles, à uma primeira vista, ainda que sejam reconhecidos como *viados* pelas pessoas com as

quais convivem, detém uma aparência mais viril em uma relativa aproximação do padrão de masculinidade hegemônico.

Com idades entre 42 a 57 anos, faixa da qual se afasta somente José com 66 anos, cinco deles são homens brancos, um é negro (João), todos são magros e a maioria – integrada por Antônio, Renato, Ronaldo e João – tem um porte atlético. Ao menos em nossos encontros, percebi uma preferência pelo uso de calças jeans ou bermudas, camisetas esportivas e tênis. Especificamente com relação a dois deles, Renato e João, além de constatar que eles têm um porte mais atlético e viril, outro aspecto que destaque é que ambos são bem fortes, têm corpos musculosos, cultivados com sessões de musculação e dança (no caso de João), em academias que frequentam praticamente todos os dias.

Todavia, como visto no Capítulo 4, o conhecimento público das suas homossexualidades não foi uma circunstância presente em suas trajetórias de vida desde suas infâncias e juventude (como nos casos de Ney, Fernando e Ricardo), mas, sim, algo que, mais cedo ou mais tarde foi gerido e agenciado por eles.

## 6.2 “RESPEITO” E “SILÊNCIO” EM CASA, MAS SAINDO “PRA FERVER”. VISIBILIDADES “DISCRETAS”?

Com suas masculinidades menos desafiadoras do padrão hegemônico e seus desejos e práticas homossexuais mantidas bem “escondidas” quando eram crianças e jovens, como aprofundi no Capítulo 3, Renato, Ronaldo, João, José, Francisco e Antônio, ao que parece, chegaram no final de suas juventudes e no início de suas vidas adultas – e mesmo em boa parte delas, no caso de alguns deles – com desafios mais próximos daqueles resumidos na oposição segredo *versus* revelação. Particularmente com relação a dois interlocutores identifiquei em suas narrativas experiências que os aproximam bastante da vivência do “armário”, como proposto e teorizado por Sedgwick (2007).

Aqui, antes de prosseguir, cabe problematizar o uso e também o significado que a expressão “armário” acabou conquistando no senso comum, com uma rápida digressão histórica e teórica. Para tanto, faço referência, mais uma vez, ao artigo *Capitalism and Identity* (1993) do historiador John D’Emílio, que foi o primeiro acadêmico a encampar tal objetivo. Nesse referencial clássico, ele contextualiza que a expressão *coming out of the closet* surgiu nos Estados Unidos na época das rebeliões de *Stonewall*, sendo assumida como lema político pelo nascente movimento homossexual, com o pressuposto de que os homossexuais

sempre existiram e precisavam se libertar. Para D'Emílio, a partir de tal perspectiva essencializante, se construiu um verdadeiro mito, baseado em um desconhecimento histórico que ele tratou de evidenciar:

Aqui quero desafiar esse mito. Quero argumentar que gays e lésbicas nem sempre existiram. Ao contrário, eles e elas são produtos da história e passaram a existir em uma era histórica particular. Sua emergência é associada com as relações do capitalismo, com o desenvolvimento histórico do capitalismo, mais especificamente seu sistema de trabalho livre... (D'EMÍLIO, 1983, p. 102)

Sedgwick aprofundou e sofisticou tal crítica propondo uma reflexão sobre o que ela considera ser uma epistemologia do segredo que marca as manifestações da sexualidade no século XX, notadamente, mas não exclusivamente, a homossexualidade – aspecto que para ela marca a cultura ocidental como um todo. Nesse ínterim, ela questiona não só “a autoevidência da oposição pseudossimétrica homossexual/heterossexual enquanto categorias de pessoas”, como também o alcance da “liberação” daqueles e aquelas que saíram do “armário”, percebido por ela como um dispositivo de regulação social (SEDGWICK, 2007, p. 42).

Ainda que lançado originalmente nos Estados Unidos em 1990, *Epistemologia do Armário* somente alcançou maior difusão e influência no Brasil a partir de sua publicação no formato condensado e traduzido pelos Cadernos Pagu em 2007. Richard Miskolci (2007), que foi o responsável pela apresentação do ensaio à comunidade científica brasileira, destacou a importância de sua contextualização histórica e, com respaldo na própria autora, insistiu na necessidade de uma cautelosa aplicação da teoria e das metodologias de análise por ela propostas em contextos e momentos históricos diversos daqueles em que o ensaio foi produzido.

Um desafio que o próprio Miskolci tem encampado, propondo novas abordagens, como se deu em seu livro recentemente publicado *Desejos Digitais* (MISKOLCI, 2017)<sup>115</sup>. Nele, o sociólogo, depois de colocar em dúvida a afirmação da teórica de que “o armário é a estrutura

---

<sup>115</sup> Obra que reúne os resultados de pesquisa etnográfica realizado entre 2007 e 2013 com homens que vivem nas cidades de São Paulo e em São Francisco, nos Estados Unidos, explorando a forma como eles se utilizam de plataformas digitais para encontrarem parceiros do mesmo sexo e como negociam a visibilidade de seus desejos homoeróticos.

definidora da opressão gay no século XX” (SEDGWICK, 2007, p. 26) se posiciona:

o “armário” é um termo elusivo cuja persistência teórica tem nos impedido de compreender a lógica do regime de visibilidade em que nos inserimos a partir da segunda metade do século XX – assim como a fórmula do “assumir-se” precisa ser situada cultural e historicamente como uma resposta localizada e datada para uma problemática, que poderia ser melhor compreendida como a continuidade da hegemonia heterossexual como definidora do que pode ser visto e reconhecido socialmente (MISKOLCI, 2017, p.144).

Problematizar e relativizar o uso do termo “armário” quando se fala de homossexualidades brasileiras, no entanto, não importa negar a impertinência de muitas das reflexões propostas por Sedgwick (2007), muito pelo contrário; e mesmo em reconhecer, eventualmente, a adoção de práticas parecidas com aquelas por ela pesquisadas em outros contextos e momentos históricos e sociais, como os por mim investigados.

Nas conversas que mantive com José, ele me contou que desde seus vinte e poucos anos, por ter “vergonha de ser gay”, vergonha de seus pais, passou a procurar companhias femininas e com algumas mulheres manteve relacionamentos sexuais, sem maior envolvimento afetivo. Ainda assim, ele sustentou por anos e de modo intermitente, uma vida dupla, com encontros sexuais esporádicos e anônimos com outros homens: “Era muito difícil. Eu ia em bailes de héteros. A gente ia no banheiro e dava uma olhadinha” [risos]. Ele, que também por volta dos 20 anos perdeu o pai e, desde então, morava sozinho com sua mãe encampando o negócio da família na fabricação de sofás, à medida que os anos passaram, dela começou a receber cada vez mais cobranças. E com essas palavras contou os rumos que sua vida tomou:

**Minha mãe se preocupava muito comigo e dizia pra mim que queria me ver casado. Eu achava que era errado [se relacionar com outros homens] e então, um dia, em um baile eu conheci a minha esposa.** Eu tinha 33 anos, a minha mãe ainda era viva quando nós noivamos. 30 dias depois do noivado a minha mãe morreu. Nós namoramos uns

seis meses antes de casar. [...] Primeiro foi só com ela. Acho que por uns cinco, seis anos.

Depois de relembrar aquele período inicial do casamento José acrescentou com um certo pesar: “eu comecei a sair e a me relacionar com homens de novo”, retomando o segredo de seus furtivos e inicialmente esporádicos encontros, uma vida dupla e, ao que tudo indica, o convívio com sucessivas mentiras. Segredo, mentiras e vida dupla são experiências próprias da vivência no “armário” que, como Miskolci apontou, ao mesmo tempo que constituem mecanismos de proteção – e de certa forma de resistência – cobram um preço caro, com “consequências psíquicas e sociais àqueles que nele se escondem” (MISKOLCI, 2007, p.38), em um ciclo vicioso que, como vou retomar ainda neste capítulo, José pareceu romper somente em uma fase posterior em sua trajetória de vida.

Já com outro interlocutor, Francisco, práticas que despontaram em suas memórias como próximas daquelas teorizadas como típicas da vivência do “armário” vieram associadas a outras experiências, ocorridas na época em que cursou o antigo “2º grau”:

Eu me lembro que eu fui morar em Florianópolis e logo depois foi o meu irmão. E foi lá que eu lembro que ficar parado na Praça XV, tinham coisas que davam certo. Eu comecei a me sentir mais solto, mas com aquele medo terrível.

Aí, eu cheguei no meu irmão. **Eu não aguento mais, eu preciso falar contigo. Eu disse, meu irmão, tá se passando assim, assim, assado [...]. E, então, ele me disse: – “Meu irmão, não consegues mudar?”. E eu respondi não. – “Então vai viver a tua vida”. Ele me apoiou.**

Essas são falas indicativas de um tipo de experiência, uma espécie de exílio com “prazo de validade”, para usar a expressão de um dos interlocutores da pesquisa de Passamani (2015), que, arrisco dizer, é comum com gays que nasceram e vivem em cidades do interior, ainda que limitada pelo evidente componente de classe nela implicado. Na narrativa construída por Francisco, a conversa que ele manteve com o irmão surgiu como um momento de revelação do estrito sigilo até então mantido em torno de suas primeiras experiências homossexuais. Uma estratégia que logo depois foi replicada em sua própria casa:

Francisco: Eu participava de um grupo de jovens da igreja. E um dia eu me abri com um amigo meu. Ele já tinha ido pro seminário e eu contei para ele que eu estava com vontade de ir também, não percebendo que era uma fuga. Então, ele conversando comigo me perguntou: - **“Tu se importarias se eu falasse para a tua mãe?”**. Eu disse: - **Não, pode falar [...]**

Nessa época eu estudava em Florianópolis, mas aos finais de semana eu vinha pra Imbituba. Então, quando eu cheguei de tarde, depois do café, a minha mãe me chamou: - **“Vamos conversar um pouquinho, vamos pro quarto. Meu filho, tu estás preocupado, assim, assim, assado<sup>116</sup>[...] Não te preocupas com isso. Tu devias ter contado isso pra mim, meu filho. A mãe só não quer que tu se percas nas drogas, que vá pro lado marginal. O resto meu filho, vai aproveitar a tua vida”**.

Eu: Nessa conversa que vocês tiveram ela estava tocando a questão da sexualidade?

Francisco: Justo. Ela citou o nome de alguém da época e de Florianópolis. Era alguém da área política, um grandão, citou o nome da pessoa. E disse: - “Vai ser feliz. Não fica dentro de casa”.

---

<sup>116</sup> Como observei posteriormente, ao reler a transcrição da entrevista, Francisco, ao fazer referência à própria homossexualidade, de modo geral não o fez de modo direto, como se repetiu em três ocasiões: quando detalhou a conversa que teve com o irmão, com um colega do grupo de jovens e também com sua mãe. O recurso narrativo que ele utilizou foi lançar mão da expressão “assim, assim, assado”. Como visto, a exceção ficou por conta da passagem em que ele me respondeu gaguejando à pergunta de como era sua relação com seu falecido pai e ele disse: “O meu pai, quanto a minha homossexualidade, eu não tenho nada ruim pra falar. O meu pai nunca me chamou assim ... seu marica, seu afeminado, nunca”. Contrastando com o que percebi nas falas dos demais interlocutores, em nenhum momento de nossa conversa de quase uma hora e meia ele utilizou a expressão *viado*. Mesmo a expressão *gay*, bem mais palatável, somente surgiu em sua fala em apenas três vezes, o mesmo se dando com a expressão *marica*. Tais detalhes chamaram minha atenção e me levaram a especular que, talvez, eles sejam indicativos das dificuldades pelas quais ele passou em seus processos de subjetivação e auto reconhecimento como um sujeito homossexual.

Eu: Com quantos anos tu achas que ela começou a perceber?

Francisco: Eu acho que ela sempre me conheceu, sempre me protegeu. Nunca houve assim uma cara de olhar: “Por que tu vais com essa roupa? Com quem tu vais sair?”. Nunca.

Contando com o apoio do irmão e de sua mãe, Francisco continuou vivendo entre Florianópolis e Imbituba, procurando manter um delicado e incômodo equilíbrio:

Aos poucos, eu fui formando amizades gays. Bem poucos, dois ou três amigos. A Carla Camurati<sup>117</sup>, que era travesti e cabeleireira, eu conheci um pouco nessa época. Tinha outro cabeleireiro, eu conheci a mãe dele. Ele tinha bastante trejeitos. Sabe, uma coisa leva à outra. **Mas, eu mantinha a minha postura normal. Eu já tinha, não é um cuidado, tu vinhas para uma cidade pequena, então tu tinhas medo de te verem. Sabe, é uma coisa chata de se falar, mas era assim que se vivia na verdade.**

Depois de ter terminado o científico e realizado um estágio em uma estatal em Florianópolis, no início dos anos 1990, com aproximadamente 21 anos, Francisco relembrou que retornou à estagnada Imbituba, onde permaneceu um período desempregado (justamente durante a grave crise imposta pelo desmonte das principais atividades econômicas da cidade). Somente aos 25 anos foi contratado como servidor no mesmo local de trabalho de seu pai, o porto da cidade, que então começava a diversificar suas atividades. A partir desse marco, suas lembranças indicaram o surgimento de novos desafios cotidianos:

Eu fui trabalhar no porto em um lugar pesado. Me arrependi não ter ido fazer faculdade, para ter uma vida melhor. Era um lugar pesado, com gente de muito mais idade do que a minha. Pessoas rudes. **Foi muito difícil trabalhar no porto nessa época. Tinha que manobrar, sabe? O pessoal**

---

<sup>117</sup> Codinome que faz referência a uma atriz que nos anos 1980 fez sucesso em novelas e filmes, e que que posteriormente seguiu a carreira de cineasta.



**provocava. Era a revista: - “E aí, tens namorada?”. Aquela coisa.**

Como as memórias de Francisco indicaram, apesar do rompimento do segredo em torno de seus desejos e práticas afetivas-sexuais ter ocorrido na época em que estava com a idade aproximada de 18 anos, a invisibilidade de sua homossexualidade e práticas relacionadas com o não dito foram mantidas em Imbituba, notadamente no seu local de trabalho. A independência financeira conquistada trouxe novas possibilidades, porém inicialmente pareceu não alterar aquela forma de vida dupla:

**Francisco: Eu já estava trabalhando e eu voltava pra Florianópolis, onde eu tinha amigos e ficava na casa deles. Foi uma das melhores fases pra mim. Uma das melhores coisas que tinha era o carnaval.**

Eu: Mais ou menos quantos anos, assim por cima, só pra ter uma noção?

Francisco: Eu acho que eu devia ter uns 25 anos.

Eu: E fosses por muitos anos?

Francisco: Ah... todo ano. Eu não tinha férias nessa época do ano. Então, às vezes eu não trabalhava sábado e domingo, mas tinha que voltar na segunda.

Eu lembro que uma vez eu vim com as unhas pintadas, do pé e da mão. E eu não achei álcool pra tirar, eu tirei com uma faca, ficou umas listras [risos]. Foi uma das melhores épocas, chegar o carnaval, arrumar um vestido, uma peruca, se mandava.

Eu: Fosses por muito tempo?

Francisco: Eu só deixei quando eu conheci o Armando [seu companheiro].

Francisco lembrou que em 1989, quando estava com 27 anos e já tinha estabilidade no serviço público (dada sua contratação ocorrida dois anos antes), foi em um baile de carnaval em Imbituba vestido de

mulher, na companhia de um primo, e divertindo-se contou: “eu fui barrado, mas mesmo assim eu entrei com meu primo, ele bateu o pé ... foi nesse mesmo clube que eu fiz minha festa de casamento” [rindo de forma irônica]. Foi a única ocorrência em sua narrativa que indicou alguma experiência pública de maior irreverência e liberdade vivenciada em Imbituba. Uma exceção a quebrar aquela que pareceu ser a regra que prevaleceu na sua terra natal, que associava sua invisibilidade como sujeito gay em Imbituba com ocasionais vivências mais livres em Florianópolis, além de episódicas e restritas conversas.

As memórias de José e Francisco são oportunas pois remetem para experiências que evidenciam a possibilidade de convívio entre práticas típicas do “armário”, como teorizado por Sedgwick (2007) – dependendo dos diferentes contextos e momentos das trajetórias de vida - com outras formas de gestão da visibilidade homossexual, como estou empenhado a demonstrar nesta tese e neste capítulo em particular. De qualquer modo, é crucial destacar – em sintonia e não em oposição à Sedgwick – que em todos os casos a sexualidade deve ser pensada como um dispositivo histórico e de poder (FOUCAULT, 2011). Um dispositivo no qual a heterossexualidade atua de modo permanente, mediante diferentes discursos e práticas, regulando a vida social das pessoas (SEDGWICK, 2007).

Sob tal premissa prossigo retomando as memórias de Ronaldo. O mesmo sujeito que inicialmente descreveu-se como um menino e um rapaz “sempre mais calado”, com “um certo bloqueio”, contou-me que começou a mudar quando, aos 17 anos, começou a trabalhar, inicialmente em uma farmácia e, logo depois, em um banco. Como ele disse: “Eu comecei a me aceitar mais, praticamente foi ali, com 18, 19 anos. Porque até então eu tinha sempre aquele... Depois fui interagindo mais”. Com amigos do trabalho, passou frequentar discotecas aos finais de semana e aos 24 anos conheceu o primeiro namorado, com quem se relacionou por um ano, “tudo muito escondido, na minha família nunca desconfiaram de nada”. Somente com relação a seu segundo relacionamento amoroso, que teve início em 1998, quando ele tinha 34 anos, suas lembranças indicaram uma mudança de atitude:

No início, a gente se encontrava nas quartas-feiras, no sábado e no domingo. A gente ia pro Caçula [um bar], conversava, tomava uma cervejinha e ia pra casa dele namorar. A gente ficou uns três anos e meio nesse esquema. **Naquela época era aquela coisa bem escondida. Aí, ele comprou o**

**apartamento e eu fui morar com ele. Eu acho que por uns quatro anos.**

Nesse momento, lhe perguntei: “Como foi isso? Ali ficou mais declarado que vocês eram namorados?”, ao que ele respondeu: “não, simplesmente a gente foi morar junto, ficamos juntos por quatro anos”. E, então, insisti: “mas todo mundo sabia que vocês eram namorados?”, dele ouvindo mais uma vez: “É, sabiam que eu fui morar com um amigo e pronto!”.

Pouco mais adiante eu retomei a questão, perguntando-lhe se naquela época não houve nenhum comentário na família, alguma piadinha ou algo do estilo ou se em algum momento alguém tocou no assunto, e ele reiterou: “Nunca, nada, nada. Se falaram, pode ter sido pelas costas, porque eu não ouvi”. Uma fala parecida com aquela que externou quando comentou que na década de 1990 começou a frequentar a casa de Ney e lá, com outros amigos gays, faziam “uma festinha”, “bagunça”, complementando: “Mas nunca fui assim muito escancarado, a minha família sabe, se não sabe, nunca perguntou nada”.

Ao que tudo indica, com Ronaldo aquele expediente envolveu a manutenção de um silêncio mais restrito, jamais abordado, da relação amorosa que manteve com outro homem, tanto junto de sua família como no trabalho e em suas relações sociais mais amplas. Estas são práticas que foram estudadas com profundidade por Antônio Crístian Saraiva Paiva (2007). Em sua obra, fruto de sua pesquisa de doutorado sobre o *ethos* íntimo das parcerias homoeróticas, Paiva realizou um extenso trabalho etnográfico no qual entrevistou dezenas de casais homoeróticos explorando em profundidade as histórias da vida conjugal de dez casais moradores da cidade de Fortaleza, compostos por sujeitos que se reconhecem como homossexuais e que mantêm uma relação longa e estável. Uma de suas principais conclusões parece ajustar-se perfeitamente às experiências vivenciadas por Ronaldo. Conforme Paiva (2007):

Muitos dos entrevistados colocam que, sob o impacto da descoberta do amor, passam a buscar situações, utilizar oportunidades que se apresentam para fazer a aproximação entre a família e o namorado. Aproximação que se faz de forma progressiva, com avanços e recuos, segundo velocidades variadas, com jogos de palavra e de visibilidade dissimétricos, contraditórios, dúbios.

Aliás, explorando as possibilidades dessa dissimetria entre *palavra e evidência (o que se diz e o que se vê)*, muitos relacionamentos encontram seu lugar de inscrição nas microrredes de sociabilidade nesse espaço intersticial de **um visível jamais abordado**. Encontramos muito isso nos relatos: ‘Lá em casa nunca alguém perguntou nada, mas com certeza eles sabem’.

[...] A administração desse *silêncio que vê*, ou dessa *evidência muda* está muito presente nas histórias narradas na pesquisa, e nos obriga a pensar para além de um dualismo assumido/não-assumido, dentro/fora do “armário”. Esse ‘silêncio’ mantido por parte dos familiares, dos amigos, dos colegas de trabalho, etc., sobre o relacionamento *pari passu* com a intensificação dos contatos com os casais (isto é, um silêncio anuente) obrigam-nos a pensar uma outra epistemologia do “armário” (PAIVA, 2007, p. 251, grifos no original).

Experiências e práticas parecidas, mas não idênticas que também surgiram nos relatos de três outros interlocutores, indicam algumas variações, mas, ainda assim, confirmam a produtividade dessas estratégias. Levo em conta aqui, em primeiro lugar, algumas experiências relembradas por Renato, o menino de outrora que, ao lado de dois colegas, era motivo de chacota dos outros seminaristas que os chamavam de “Três Marias”. Em seu caso, o assunto surgiu em sua narrativa depois de ele ter rememorado a trajetória que viveu em seminários desde seus 11 anos até tornar-se frei aos 20 anos, sua primeira relação sexual com um conhecido, seus conflitos com seus próprios desejos<sup>118</sup> e a difícil decisão de abandonar a carreira religiosa<sup>119</sup>. Aos 21 anos, em 1988, já de volta a Gaspar e depois de um período desempregado, ele foi admitido no serviço público, sendo efetivado por concurso no ano seguinte. Ao falar desse período, Renato rememorou uma experiência por ele narrada como decisiva:

---

<sup>118</sup> “Eu tinha 15 anos e tive meu primeiro contato com outro rapaz. [...] Foi muito rápido. E só uma vez porque eu morria de vergonha. Foi muito bom, mas eu me negava. Eu queria fazer com uma mulher [...] Eu insistia na ideia de que eu era homem”.

<sup>119</sup> “A gente começa a fazer filosofia, daí a gente começa ver as coisas erradas dentro da igreja. Eu me decepcionei muito e daí desisti”.

Eu me envolvi com uma guria. A gente já tinha tentado e não foi. Voltei a ter contato com ela e daí aconteceu. Nós fomos para uma praia e lá transamos. Me senti macho! Homem [...] deu tudo certo. Ótimo! Quando a gente veio da praia, nós pegamos o ônibus da Catarinense pra vir pra casa, para Gaspar. Ali ela sentou do lado da janela e eu do lado do corredor. E o ônibus encheu. Então, entrou um menino muito bonito! Jesus! Muito bonito! [risos]. Eu não sei quem era. Eu olhei pra aquele guri e pensei: isso não tá certo. **Aí, eu desisti de tudo e parti pra ser viado!** [risos]. **Eu vi que não tinha jeito.** Porque tu sair, se sentir macho, mas olhar pra alguém e achar a pessoa interessante é porque não é pra ti aquilo lá. Então, foi indo e a gente não se conversou mais e passou. Aí, eu comecei a me encontrar com os meninos, com os gays, tudo isso.

Praticamente na mesma época, a independência financeira conquistada, trouxe novas possibilidades e uma nova fase em sua vida teve início. Ele passou a frequentar boates gays em Balneário Camboriú, cidade litorânea distante 54 quilômetros de Gaspar, e lá conheceu o primeiro namorado, também morador de Gaspar. Como ele lembrou e resumiu: “A gente começou a ficar junto direto. Dois amigos juntos, com o tempo, as pessoas percebem. Lá em casa nunca tive problema algum. Nunca meu pai ou minha mãe disseram: ah, tu és um viado”. A relação foi mantida por dez anos durante os quais a estratégia do visível não abordado pareceu ter prevalecido, ao menos junto de sua família. É o que ficou mais claro quando especulei com ele se em alguma ocasião o assunto foi comentado e, então, avançamos no seguinte diálogo:

Renato: Não, nunca, nem com pai e nem com a mãe. E ele se dava muito com meu pai, sabe? Mas, eu nunca tive problema assim de preconceito na minha família. Ele teve, porque as irmãs dele não aceitavam. A mãe também não. **Eu acabei conquistando eles com a convivência.** Eu com a minha família nunca tive problemas.

Eu: E com irmão ou irmã, também não conversasses sobre o assunto?

Renato: Ah, sim. **Meu irmão e minhas irmãs sabiam, mas não tocavam no assunto.** Pelo fato de ele estar lá, era sempre escancarado. Nunca conversaram e nunca perguntaram. [...] **Não se tocava no assunto porque era, assim, meio evidente, todo mundo via.**

A lógica do “evidente” que “todo mundo via”, todavia, surgiu de modo um pouco diferenciado quando especulei como seu deus a gestão dessa visibilidade do casal fora do círculo familiar mais próximo e ele contou:

Renato: Teve uma época que ele ficou desempregado um tempo e era muito difícil de emprego. Então, ele foi trabalhar na repartição e aí as pessoas perceberam. De vez enquanto alguém perguntava, vocês têm algum caso, algum rolo?

Eu: Na época o preconceito era grande...

Renato: Sim, grande. Mas eu sempre pensava assim... Se alguém chegava pra perguntar, queria realmente saber. E eu pensava, ele nunca vai me dizer alguma coisa se eu for sincero. **Então, na repartição, umas duas ou três pessoas chegaram e perguntaram e eu confirmei.** Na época a criatura, ele ficava brabo. **Eu dizia: mas todo mundo sabe.** Mas ele não queria que confirmasse.

Aparentemente, a estratégia de Renato foi a de pouco a pouco deixar evidente perante a sua família, no trabalho e logo para todas as pessoas com que convivia, que mantinha um relacionamento amoroso com outro homem, conjuntamente com a manutenção de um relativo silêncio quando o assunto era sua homossexualidade. Um detalhe importante: isso se deu depois que ele adquiriu a independência financeira e, provavelmente, a estabilidade no serviço público, em 1991, aos 24 anos, em uma cidade - Gaspar - que então apresentava poucas alternativas de emprego e era conhecida como “cidade dormitório” da vizinha Blumenau.

A mesma estratégia de gestão da visibilidade homossexual foi por ele adotada também quando conheceu seu segundo companheiro, Felipe, de Florianópolis, com o qual mora todos os finais de semana, há 12 anos. Os dois são reconhecidos como um casal pelas famílias de cada um deles

com um estreito convívio que se dá, inclusive, com a ex-esposa de Felipe e seus dois filhos. Em 2015, a união estável foi formalizada em cartório, segundo Renato somente por causa de questões “burocráticas”<sup>120</sup>. Ainda assim, a lógica do visível não propriamente jamais comentado, mas comedidamente verbalizado no local de trabalho e mesmo na esfera familiar, parece ter se repetido.

Uma segunda variação dessa tática de deixar evidências de um relacionamento mantido com outro homem, surgiu na entrevista que realizei com o interlocutor José. Como visto há pouco, ele, ao manter-se casado com a esposa ao mesmo tempo em que mantinha encontros sexuais com outros homens, sustentou por alguns anos uma vida dupla típica daqueles que vivem a experiência do “armário”. Com o desenrolar de nossa primeira entrevista, todavia, surgiram memórias que remeteram a um período de sua trajetória de vida no qual algumas atitudes pareceram ter sido tomadas por ele de modo deliberado para romper aquele ciclo. Uma mudança processual, que pareceu ter início com um incidente familiar lembrado com tristeza:

Mas um dia ela descobriu e chorou muito. Eu disse para ela que eu tinha casado, que tinha dois filhos, mas que eu não podia me aguentar. **Era uma coisa mais forte do que eu. Eu queria me separar, mas ela disse que não: - “Nós não vamos nos separar! Nós nos casamos pra ficar sempre juntos até a morte!”**. E, então, nós ficamos juntos. De vez em quando eu dava uma saída, ela sabia, mas não ligava.

Preservado o casamento, o segredo em torno de seus desejos e práticas afetivo-sexuais foi mantido exclusivamente com sua esposa, mas não por muito por muito tempo. No início da década de 1990, portanto, quando estava com mais de 40 anos, José passou a ser reconhecido e bem remunerado como decorador e, justamente nessa época manteve um envolvimento amoroso com um parente próximo, lembrado com alegria na seguinte passagem de nossa conversa:

José: Eu me apaixonei por ele. Chegamos a ter um relacionamento escondido. Ele era solteiro e tinha

---

<sup>120</sup> Como ele logo depois esclareceu a providência foi necessária para facilitar o financiamento do apartamento em que vivem e também no reconhecimento do companheiro como seu dependente no órgão público em que trabalha.

18 anos. Por esse eu me apaixonei mesmo. Eu era doente por ele. Aí, eu fiz uma casinha pra ele, pra gente se encontrar lá. Terminei a casinha simples e botei as coisas pra dentro, televisão, tudo.

Eu: Quanto tempo a relação de vocês durou?

José: Um ano.

Eu: E naquela época, não achas que ninguém da família desconfiou?

José: **Desconfiavam. A família daqui e de lá.**

Eu: E como foi com a tua esposa e as famílias?

José: **Ninguém nunca tocou no assunto e nem me perguntou.**

Poucos anos depois daquele primeiro relacionamento amoroso homossexual, José conheceu um garoto de programa em uma boate gay na cidade vizinha de Criciúma, dando início a uma união que, pelo que me recorde dos comentários que ouvi quando o conheci nos idos de 1995, foi conturbada e pontuada de conflitos, alguns públicos, e foi causa de escândalo na cidade e em sua família. Apesar disso, como ele frisou em suas memórias, à exceção daquela conversa que teve com sua esposa, o silêncio foi mantido pelo próprio casal. No seu caso, de acordo com as experiências que foram lembradas e narradas, os relacionamentos com outros homens surgiram de forma extraconjugal como uma estratégia com a qual ele tornou pública sua homossexualidade, sem declará-la propriamente, confrontando de modo mais direto e mesmo deliberado tanto a instituição do casamento como a heteronormatividade.

José que, como visto, há muito tempo já se identificava como um *viado*, foi reconhecido socialmente como tal, ao mesmo tempo que manteve seu casamento com a esposa. A pesquisa de Eduardo Steindorf Saraiva sobre experiências masculinas do “assumir-se” homossexual, realizada em meados anos 2000, em que explorou vivências de homens de camadas médias que moravam em Porto Alegre, indicou um caminho, experiências e estratégias diferentes. Seus interlocutores desfizeram seus casamentos heterossexuais e, posteriormente, construíram vínculos afetivo-sexuais com outros homens e com eles estabeleceram uma relação de conjugalidade (SARAIVA, 2007). Esta é uma referência importante já



que evidencia a adoção de práticas diferentes na comparação de duas temporalidades separadas por aproximadamente dez anos (meados dos anos 1990 e dos anos 2000), e também de contextos geográficos e sociais diversos (cidade do interior e uma grande metrópole).

Por último, encerro o bloco das variações e diferentes desdobramentos que percebi na tática da manutenção de um relacionamento amoroso com outro homem de maneira “visível”, mas “jamais abordada”, explorando as experiências de um terceiro interlocutor, Francisco. Como ele narrou com entusiasmo, foi em 1995, quando estava com 33 anos, que ele conheceu seu futuro companheiro ao lhe dar uma carona em uma conhecida praia de Florianópolis: “Eu conheci o amor de minha vida!”. Seu pai morreu no ano seguinte. Apesar de morarem em cidade diferentes – Francisco em Imbituba e Armando em Florianópolis – o vínculo afetivo se estreitou e no tempo perdurou. Anos se passaram nos quais a estratégia do visível não comentado ou, então, pouco ou subliminarmente mencionado com a matriarca da família pareceu ter prevalecido. “Nós ficamos nessa situação, indo e vindo, por 17 anos” ele fez questão de destacar. Em 2009, ainda morando em casas e cidades diferentes, o casal tomou uma importante decisão, lembrada com orgulho e um tom solene:

Nós estávamos quase completando 14 anos juntos. Eu falei para o Armando: vamos fazer uma união estável, porque daqui a pouco pode acontecer alguma coisa com um ou com o outro. A gente fica assegurado, plano de saúde, essas coisas nunca partem do Armando. Procuramos advogado, encaminhamos a documentação, fomos para o cartório com testemunhas. **A união estável foi feita em Florianópolis.**

[...]

Eu me lembro que para evitar ter de ficar falando para um, falando para outro, eu pensei em fazer uma festa e fazer um vídeo. Porque **o vídeo mostra como nós nos conhecemos e um resumo do contrato para mostrar para as famílias, para as duas famílias saberem que a gente já tinha um patrimônio, que o que era meu era dele e o que é dele é meu.**

Francisco me emprestou o DVD que foi exibido de modo contínuo naquela festa. Com a autorização dele eu fiz uma cópia do material e mais

tarde, com calma, vi e revi seu conteúdo<sup>121</sup>. Somente um ano depois, quando Francisco já estava com 48 anos e seu companheiro com 55 anos, a partir da aposentadoria do último, finalmente decidiram encaminhar o antigo sonho de morarem juntos.

A visibilidade do casal, que por anos se deu à evidência familiar e com as amizades mais próximas através da estratégia do visível não comentado foi progressivamente ampliada, primeiramente junto de suas famílias e nos círculos de amizade mais próximos. Uma evidência que foi ainda mais amplificada por ocasião do casamento civil, realizado com festa, aos 21 anos completados do relacionamento: “Foi no ano passado. (...) A festa foi aqui no bairro Vila Nova, na Associação da Cerâmica, 90 pessoas, as duas famílias e os amigos”. Francisco generosamente me emprestou outro DVD com fotos feitas durante a festa de casamento<sup>122</sup>.

---

<sup>121</sup> Nele estão gravados dois arquivos. Um primeiro, de dez minutos, no qual Francisco e seu companheiro fizeram uma filmagem caseira reconstituindo o dia em que se conheceram em Florianópolis, no cenário original do encontro. O segundo arquivo tem duração de 55 minutos e é composto por fotos do casal, exibidas em sequência, principalmente em viagens realizadas a países da Europa e nos Estados Unidos, ao lado de outras tiradas nos principais destinos turísticos brasileiros. Logo depois, há a reprodução do teor da “escritura pública de declaração de constituição de sociedade de fato com efeitos patrimoniais”, seguida de um filme com um depoimento gravado da mãe de Francisco, uma senhora idosa que está sentada em uma cadeira branca, em seu jardim. Ela é magra, de cabelos brancos, usa uma blusa branca e olhando diretamente para a câmera leu uma carta com o seguinte teor: “Falar do Armando é o mesmo que falar de um filho para mim. É isso que ele representa e sinto que ele retribui com a mesma intensidade. Sofremos perdas na nossa vida, mas Deus nos manda anjos para amenizar a nossa caminhada. Por isso Armando, tu és um desses anjos que alegra a nossa vida e a do meu filho Francisco. Porque com uma mente aberta e sem preconceito fui a primeira a compreender o amor, a cumplicidade e o respeito que nutre entre vocês. Diante disso, Francisco e Armando, não faça distinção entre vocês e meus outros filhos casados”.

<sup>122</sup> Realizada em um salão decorado de modo luxuoso, com destaque para uma mesa decorada com arranjos de flores onde estão expostas fotos dos noivos e, em outro ambiente, um bolo de casamento de três “andares” em que aparecem as letras “F” e “A” em alusão ao nome de cada um deles. Em outro ambiente, uma tenda com cortinas brancas e com um lustre brilhante recebeu uma mesa maciça onde foi realizada a cerimônia. No salão foram dispostas mesas circulares, com cadeiras revestidas de um tecido drapeado, arranjos de flores, taças e talheres sofisticados. As fotos da cerimônia em si registraram os noivos entrando no ambiente vestidos com ternos escuros, sendo conduzidos por duas altíssimas *drag queens* de vestido de gala branco. Eles e elas são recebidos com palmas pelas(os) convidadas(os) que os aguardavam de pé. Sempre de mãos dadas, em mais de um momento eles se emocionam e vão às lágrimas. Meu ex-companheiro, Altamiro, que é muito amigo do casal, conduziu a cerimônia com a leitura de um texto e da certidão de casamento, seguida da troca de alianças. Depois

De modo geral, as narrativas de Francisco remeteram para práticas mediante as quais a estratégia do visível jamais abordado foi continuamente negociada, permitindo a ampliação da visibilidade em torno de sua homossexualidade e de seu companheiro conjuntamente com o rompimento de um silêncio que, se não era total no âmbito familiar e privado, era a regra nas relações sociais mais amplas e públicas.

Porém, há outros aspectos que acompanharam essa ampliação processual de visibilidade e que precisam ser considerados e refletidos de modo mais detido. Na narrativa construída por Francisco, as festas de celebração tanto da formação da união estável do casal quanto do casamento civil ocorrido sete anos depois, ocuparam uma posição de destaque não só por causa da maior visibilidade conquistada, mas, principalmente por uma aura de respeitabilidade que pareceu ter acompanhado aquele processo. Suas falas e, principalmente, alguns elementos que percebi no material gravado, e exibido em cada uma daquelas confraternizações, fornecem mais elementos para essa reflexão.

Como Francisco explicou, no agenciamento daquela maior visibilidade, aos poucos ele e seu companheiro, de tão “escaldados” aprenderam a “levar a situação”, ou então, ainda conforme suas falas “manobrando a situação” de modo a deixar claro para todas as pessoas de seus convívios sociais “que tens respeito”, “que tu tens amor”. No vídeo gravado que foi exibido na festa de celebração da união estável do casal, entre os detalhes que forneci em nota de rodapé, dois dados chamaram a minha atenção: o primeiro foi a espécie de carta lida pela mãe de Francisco em que ela enaltece valores familiares e abençoa o casal “sem distinção com os meus outros filhos casados”; e o segundo, o teor da “escritura pública de declaração de constituição de sociedade de fato com

---

dos aplausos e de posarem para as fotos, o casal se retirou e voltou pouco depois, vestido mais informalmente, com trajes de linho e sapatos brancos, posicionando-se em uma mesa especialmente reservada para eles. Segue-se com o corte do bolo, um brinde com champanhe e a projeção de um filme com imagens do casal e seus familiares, com destaque para as respectivas mães, ambas já falecidas. O casal surge em algumas fotos, mais uma vez emocionado. Somente depois desses registros surgiram fotos da janta e dos shows que pareceram encerrar a festividade. São apresentações de *drag queens*, uma delas com vestido de gala, outra com trajes pretos em um estilo punk, outra com um vestido roxo e outros adereços carnavalescos. Em uma das apresentações, elas dividem o palco com dois rapazes, bem jovens, de calça justa, sem camisa e boné invertido na cabeça, que acompanhavam a dança, parecendo incorporar o estereótipo de *bad boys*. Por fim, uma longa série de fotos pareceu fazer o registro conjunto dos noivos com todas(os) convidadas(os), inclusive algumas crianças, individualmente, compondo casais ou em grupos.

efeitos patrimoniais” que foi projetada na mesma ocasião, com o declarado objetivo de mostrar às respectivas famílias “que o que era meu era dele e o que é dele é meu”. Já no material relativo a festa de casamento, cujos detalhes procurei vislumbrar em outra nota de rodapé, mais uma vez sobressaíram-se particularidades igualmente importantes e reveladoras.

As fotos reunidas revelam a realização de uma cerimônia que seguiu uma fórmula bastante tradicional, com destaque para rituais simbólicos de praxe, dos quais, dentre tantos, ressalto a troca de alianças, o corte do bolo de casamento e as fotos com as(os) convidadas(os) ao final do jantar. Como Francisco fez questão de ressaltar “foi uma festa normal como qualquer outra. Eu lembro que depois [do casamento] eu fui no centro na segunda ou terça-feira e encontrei umas pessoas conhecidas. Elas me falavam, parabéns! Bem que fizesses! Assim, assado. Existe uma receptividade muito boa”.

Todos esses são elementos que emergiram de meu campo de trabalho e que ecoam em reflexões feitas por teóricas(os) *queer* que propõem uma “compreensão crítica” sobre o casamento gay<sup>123</sup>. É o que fez Judith Butler (2003), destacando a importância da legalização da união de homossexuais como um marco necessário na luta pelos direitos civis, mas, ao mesmo tempo, chamando a atenção para o fato de que aquele reconhecimento estatal comporta a complicada e arriscada consequência de alocar em uma zona de ilegitimidade, que ela qualifica de seletiva, outras formas possíveis de arranjos sexuais e amorosos que se afastam do modelo tradicional.

Miskolci (2007) integrou-se no debate aprofundando aquele argumento antevendo no casamento gay o risco de

uma normalização das relações amorosas entre pessoas do mesmo sexo, pois o reconhecimento estatal levaria a uma delimitação das relações aceitáveis como sendo apenas aquelas que pudessem resultar em “casamento”, o que automaticamente relegaria à ilegitimidade as relações fora dos padrões hegemônicos (entre gerações diferentes, entre classes sociais distintas ou com aquelas de origem étnica, religiosa ou cultural diferentes do grupo familiar de origem) (MISKOLCI, 2007, p. 109-110).

---

<sup>123</sup> Para um aprofundamento da temática indico a coletânea “Conjugualidades, parentalidades e identidades lésbicas, gays e travestis”, organizada por Miriam Pillar Grossi, Anna Paula Uziel e Luiz Mello (2007).

No meu campo de pesquisa, práticas relacionadas com o casamento gay surgiram somente nas memórias de Francisco. A entrevista que com ele realizei e o material iconográfico ao qual tive acesso forneceram uma riqueza de detalhes e elementos que parecem confirmar aqueles presságios. A perspectiva não maniqueísta que tem norteado minhas análises indica a necessidade de reconhecer que as experiências vividas por Francisco associadas com o relacionamento amoroso que ele manteve e mantém com outro homem, bem como a gradativa e mais ampla visibilidade dada à união entre eles, constituíram inegáveis formas de resistência e de agência, ainda mais evidentes se considerarmos o contexto interiorano no qual se sucederam, em uma festa aberta que contou com um toque de transgressão dado pela presença de *drags queens* que dividiram o palco com *go go boys*, ainda que em performances mais palatáveis à plateia predominantemente familiar.

Aquele reconhecimento, contudo, deve vir acompanhado, como propõem Butler (2003) e Miskolci (2007), de uma necessária reflexão dos riscos e das consequências que o casamento gay, cada vez mais difundido no Brasil, comporta. As experiências e práticas que emergiram da narrativa de Francisco – com destaque para aspectos relacionados com a preocupação de uma respeitabilidade familiar, as promessas e símbolos comungados que remetem para uma união monogâmica e estável, ladeada pela propositada preocupação com uma segurança patrimonial – indicam a reprodução e o reforço não só de um modelo de casamento heterossexual, mas da própria heteronormatividade, não mais para que os gays deixem de sê-lo, mas para que vivam como os heterossexuais (MISKOLCI, 2009).

Fecho aqui a digressão que fiz com reflexões a respeito do casamento gay retomando a análise conjunta das memórias de Renato, Ronaldo, José e Francisco e avaliando que, na forma como eles construíram suas memórias, as estratégia por eles adotadas de dar visibilidade às relações afetivas que eles mantiveram com outros homens<sup>124</sup> – e ainda mantém, nos casos de Renato e Francisco – apesar

---

<sup>124</sup> Estas foram práticas também identificadas em outros trabalhos realizados em contextos interioranos. Neste sentido, cabe fazer referência em um primeiro bloco, àquelas pesquisas nas quais, em maior ou menor medida, a tensão entre o visível e o não dito, a oposição entre público e privado, intimidade e publicidade, mobilizaram as narrativas das(os) sujeitas(as) participantes das pesquisas. São elas: as dissertações de Murilo dos Santos Moscheta (2004), que estudou a intimidade conjugal de homens homossexuais em Ribeirão Preto; Marli Machado de Lima (2009), dedicada a devires amorosos de mulheres que viviam em situação de conjugalidade em uma cidade do

das particularidades que explorei, apareceram estreitamente relacionadas não somente com seus processos de subjetivação e auto compreensão como gays, mas também com a maior ou menor amplitude da visibilidade de suas próprias homossexualidades com as pessoas de seu convívio familiar e social.

O mesmo conjunto de narrativas construídas por esses e outros interlocutores permite-me avançar em minhas análises explorando outras estratégias que pareceram decisivas em suas trajetórias para que fossem reconhecidos como gays, revelando-se ao mesmo tempo práticas produtivas na gestão e, principalmente, no agenciamento da visibilidade de suas homossexualidades. Foi o que ficou manifesto, por exemplo, quando conversei com Antônio sobre seu primeiro emprego em uma empresa beneficiadora de arroz, na qual ele ingressou por volta dos 18 anos, ou seja, aproximadamente em 1987. Ele, então, recordou e contou divertindo-se:

Depois de um ano [no emprego onde foi contratado por volta dos 17 anos] eu fui sair de mulher no carnaval. Naquela época a gente não tinha carro, eu tinha moto pra ir trabalhar. Aí, eu cheguei no Garibaldino [uma discoteca de um bairro distante de Tubarão] vestido de mulher e tudo. Quando eu fui comprar o ingresso, estava o meu gerente e três caras que trabalhavam comigo. Eu estava montado de mulher, salto alto, tal, de chapeuzinho, de saíinha. **Naquela época eu já ia no Garibaldino, eu saía pra ferver. Tinha um monte assim montado, ah, de mulher, é normal. E a gente já**

---

interior paulista; e Fernanda Alves de Araújo (2011), que estudou relacionamentos homoeróticos de homens que viviam em Uberlândia (MG). Outras pesquisas exploraram experiências e/ou trajetórias de vida de interlocutoras(es) nas quais, com maior ou menor centralidade, a lógica do visível jamais abordado foi identificada como importante, ainda que situada no passado já que a constituição de parentalidades e núcleos familiares, de modo geral, redundou no rompimento do silêncio que anteriormente prevalecia em torno das homossexualidades e dos relacionamentos amorosos. Faço referência aqui à Tese de Érica Renata de Souza (2005) sobre maternidades, formação de famílias e (homo) sexualidade, cujo trabalho de campo contemplou a comparação de contextos vivenciados no Canadá e em Campinas/SP; à Tese de Daniela Bogado de Oliveira (2011), que pesquisou a homoparentalidade e formação de famílias de homens gays e mulheres lésbicas, tendo por campo de pesquisa a capital carioca e a cidade de Campos de Goytacazes/RJ; e à dissertação de Yurin Garcez de Souza Santos (2016) sobre arranjos familiares homoafetivos, realizada com a participação de homens gays de cidades do interior de São Paulo.

**ia bem... já pintava a unha, pra chamar bastante a atenção, não tem? Pra dizer que era gay mesmo. Quando eu cheguei na empresa na segunda-feira, estava todo mundo sabendo. Aí, eu falei pro meu gerente: tens alguma coisa contra? E ele disse: - “Não, nenhuma. Podes trabalhar normalmente. Faz dois anos que tu tá aqui e ninguém nunca reclamou do teu serviço”. Tu vê, que eu trabalhei 19 anos lá na firma.**

Em seguida lhe perguntei se seus pais ficaram sabendo da ousadia. E ele, ainda rindo, revelou que repetiu a experiência em outros carnavais, e contou: “Às vezes a mãe descobria. Eu tenho foto lá no carnaval, mas a mãe nunca falou nada. Nunca brigava, nunca falou nada, nunca cobrou de casar”. Renovei a pergunta com relação a seu pai e a negativa foi retomada. Insisti, especulando se nunca houve, mesmo entre os sobrinhos mais novos com os quais disse ter maior intimidade, alguma brincadeira ou piadinha maldosa e ele, serenamente devolveu:

Não, são tudo uma gente boa, nunca levaram na maldade. Quando meu irmão casou eu fui com oito amigos gays no casamento. Já faz, tu vê, os meus sobrinhos estão com 28 anos, foi há uns 30 anos atrás. Foi lá no interior, na nossa comunidade.

Conversas sobre seus desejos sexuais surgiram em sua narrativa fazendo referência à duas ocasiões. Uma primeira, que ocorreu com um professor de inglês<sup>125</sup>, quando estava na sétima série do primeiro grau e outra, aos 19 anos, com um professor de religião<sup>126</sup>. Apesar dessas

---

<sup>125</sup> “Eu tinha um professor que era vizinho meu e a gente tinha amizade. Ele era casado e tinha quatro filhos. Aí a gente começou a conversar e tal e ele explicou pra mim: ‘Ah, Antônio! Eu também gosto de homem, mas sou casado, é difícil. Ah, eu me arrependi tanto porque casei’. Por isso, eu tenho esse pensamento. Eu não me sinto bem em casar com mulher, gostando de homem”.

<sup>126</sup> “Eu fui fazer a crisma naquela época. Porque se fazia a crisma com mais idade né? E eu comecei a ter amizade com o professor de religião, na igreja. Aí, a gente virou a conversar e eu comecei a perguntar para ele: Ah, seu Osmar. Eu sou assim, eu gosto muito de ir na igreja, eu sou bem católico, mas o problema, eu acho errado porque eu gosto de homem. Aí, ele me beliscou e disse: - ‘Não Antônio, isso aí vem desde o começo do mundo. Não é porque tu gostas de homem, que tu vais deixar de vir na igreja. Tu vais frequentar sim. Vai da tua cabeça. Se tu achas que é pecado, puedes redimir um dia, não tem? Não tem problema porque hoje é normal’. Ele era ministro

experiências, a manutenção do silêncio junto de sua família, que ainda perdura, foi por ele justificada na seguinte fala: “Pro meu pai e pra minha mãe, eu nunca tive essa amizade de falar pra eles: Ah, mãe, eu sou gay. Eu gosto de respeitar eles, como eles me respeitam. Então vai ficar naquele silêncio. Se eles acham que eu sou ou não, ou se deixam de achar, né?”.

Antônio, por sua vez, como outros interlocutores, percebeu no carnaval uma oportunidade especial para negociar a visibilidade em torno de sua homossexualidade colocando em evidência pequenos sinais ou indícios associados a uma feminilidade. Uma prática que surgiu estreitamente relacionada com outra que já evidenciei ser muito importante em contextos interioranos: a fofoca. A partir de comentários de colegas de trabalho que o viram “montado de mulher”, logo “todo mundo estava sabendo”.

Essa mesma influência da fofoca pareceu atuante quando outro entrevistado, Renato, lembrou da relação mais duradoura que teve com um primeiro namorado em que a estratégia do visível jamais ou pouco abordado, estudada por Paiva (2007), pareceu ter prevalecido. Como Renato explicou, o relacionamento inicialmente seu deu “às escondidas”, mas à medida que a visibilidade de um “casal” formado por dois amigos deu-se à evidência cada vez mais frequente e ampliada, tornou-se de conhecimento público: “depois todo mundo, a cidade inteira já sabia”.

A fofoca também pareceu correr solta depois do casamento civil de Francisco com seu companheiro. Tanto foi assim, que ele não pareceu surpreendido quando, na segunda ou terça-feira seguinte ao evento, dirigiu-se “ao comércio” de Imbituba e foi abordado por diversas pessoas que desejavam dar-lhe os parabéns. E assim se fez a fofoca, de boca em boca, a cada novo encontro, de rua em rua, bar em bar, podendo ter se replicado com boas e declaradas motivações e, provavelmente, muitas outras menos bem-intencionadas.

Com relação aos sujeitos cujas narrativas explorei nesse capítulo, a afirmação de que “todo mundo sabe” repetida diversas vezes quando o assunto foi suas homossexualidades, pode ser compreendida como irmanada com a personalidade (PRADO, 1995) resumida no dito “todo mundo se conhece”. A diferença, na comparação com o primeiro grupo de interlocutores (composto por Ney, Fernando e Ricardo), fica por conta de que as possíveis consequências advindas de uma maior personalidade e das fofocas tornaram-se possíveis e ganharam importância somente a

---

da igreja, mas ele gostava de rapazes também. Só que naquela época não podia se manifestar. Um religioso, um ministro da igreja”.



partir dos diferentes momentos em suas trajetórias de vida em que cada um deles deu maior visibilidade, mediante diferentes estratégias, à práticas e comportamentos reveladores de um estigma Goffman (2013) – com destaque para eventuais performances mais ou menos femininas – a partir das quais eles foram reconhecidos como *viados*.

### 6.3 HOMENS BRANCOS, DE CLASSE MÉDIA, “DO INTERIOR” E VIADOS

Do mesmo modo que ponderei no capítulo anterior, também neste capítulo com relação a Renato, Francisco, Ronaldo, José e Antônio, posso afirmar que nos diferentes momentos e contextos de suas trajetórias de vida atuaram, de forma integrada e entrelaçada, diferenças que eles têm em comum. Aqui refiro-me ao fato de serem homens, brancos, de idade aproximada (com exceção de José), de terem nascido em famílias da classe trabalhadora, integrarem diferentes camadas da classe média, e cujas masculinidades não hegemônicas os levaram a serem reconhecidos e se identificaram como *viados*, ainda que com tensões e trânsitos. Reitero aqui que esses são marcadores sociais da diferença que, ao lado de outros, determinam a posição que cada um deles ocupa na sociedade e, simultaneamente, como estou procurando evidenciar, abrem possibilidades para negociações, resistências e agenciamentos (HENNING, 2015). Se com Ney, Fernando e Ricardo, refletindo sob tal perspectiva no capítulo anterior, evidenciei a relação das práticas por eles adotadas na gestão e ampliação da visibilidade em torno de suas homossexualidades com a conquista da independência financeira, ou a falta dela; a análise das experiências desse segundo grupo de sujeitos conduziu-me por caminhos bem parecidos, mas ainda assim não coincidentes.

A primeira diferença a ser reiterada, por certo, guarda relação com a particularidade que Renato, Francisco, José, Ronaldo e Antônio e também João (cujas experiências exploro de modo separado, logo a seguir) compartilham: por terem se mantido suficientemente viris em suas infâncias e juventudes sustentaram por mais tempo seus desejos e práticas afetivas-sexuais em segredo. Por isso, os desafios a eles colocados foram um pouco diferentes. Ainda assim, mais uma vez, em minhas análises considero importante ressaltar a condição econômica como um componente que se revelou diretamente implicado nos diferentes momentos e nas diferentes estratégias praticadas por cada um deles, não propriamente na “revelação” de seus desejos e práticas amorosas-sexuais,

mas, sim, na processual e permanente gestão e negociação da visibilidade em torno delas.

Neste sentido, por exemplo, já destaquei a coincidência que percebi na narrativa de Renato: na mesma época em que adquiriu estabilidade no serviço público em Gaspar, aos 24 anos, ele deu início à prática estratégica de deixar evidente o relacionamento mantido com outro homem, em uma condição visível, mas pouco abordada.

Com Francisco a condição de classe de sua família, apesar de relativamente modesta, permitiu a realização do segundo grau em Florianópolis, onde ele viveu suas primeiras experiências sexuais, ao mesmo tempo que uma invisibilidade de sua homossexualidade foi mantida na estagnada Imbituba. Uma estratégia que pareceu ter sido subliminarmente negociada com sua família, uma espécie de vida dupla, que foi rompida aparentemente somente aos 27 anos quando ele, na companhia de um primo, foi vestido de mulher em um baile de carnaval em sua cidade natal. Mais de uma vez, resaltei que essa foi uma experiência vivenciada em um momento de sua trajetória de vida em que ele havia recentemente adquirido estabilidade no serviço público. Ainda com relação à Francisco, não posso deixar de pontuar que, em minha avaliação, revelaram-se próximas e estreitas as relações entre a condição de classe média alta do casal e o casamento gay realizado, bem como a “normalidade” e a “respeitabilidade” que acompanharam a maior visibilidade de suas homossexualidades.

A posição de trabalhador bancário de Ronaldo, inserido no mercado de trabalho privado – inicialmente na mais próspera e vizinha Criciúma e depois em Tubarão - provavelmente influenciou sua decisão de manter de modo mais restrito a estratégia do visível jamais abordado, quando ele aos 34 anos foi morar no apartamento do namorado. De outra parte, a mesma condição de empregado do setor privado não impediu que Antônio, ainda muito jovem, fosse visto por colegas de trabalho vestido de mulher e com unhas pintadas, em um baile de carnaval realizado em um clube suburbano de Tubarão.

As estratégias mais desafiadoras de José, que depois dos 40 anos passou a dar mostras cada vez mais públicas e mesmos escandalosas dos relacionamentos que manteve com outros homens, justamente no período de sua vida em que atingiu o auge de sua carreira profissional e mais ganhou dinheiro trabalhando para a “alta sociedade de Tubarão”, encerram os exemplos de possíveis relações entre a maior ou menor independência financeira – e, eventualmente, a estabilidade no serviço público – e a visibilidade das homossexualidades dos interlocutores até aqui considerados.

Todos eles exemplificam a influência da condição de classe nos momentos e nas estratégias com as quais cada um deles geriu a processual e negociada visibilidade de suas homossexualidades. Foram experiências plurais que, outrossim, confirmam a necessidade de se pensar a classe e a sexualidade de modo associado com outros fatores de diferenciação, de modo relacional, contextual e dinâmico.

Apesar dos aspectos mais ou menos comuns aos interlocutores do segundo grupo de sujeitos terem permitido o avanço de minhas análises até aqui, foi explorando a narrativa de um deles em particular, que encontrei mais experiências que possibilitam a continuidade na construção de minha tese refletindo mais em termos de masculinidades plurais, refutando ou ao menos tensionando, de modo mais assertivo, a oposição que pode ter sido desenhada entre *viados* menos ou mais viris, ou entre visibilidades homossexuais mais escancaradas e mais discretas, refletindo em termos de masculinidades plurais (CONNELL, 2005). Um caminho crucial para a abordagem desconstrutiva que procuro imprimir em minha tese. Avanço, pois, explorando as experiências contadas por João, o único interlocutor negro que compôs o corpus de minha pesquisa, nas quais antevi uma fonte fértil para trilhar tal objetivo.

#### 6.4 UM HOMEM NEGRO, DE CLASSE MÉDIA, “DO INTERIOR” E VIADO

Tem uma negra em Laguna que eu sou fã dela. Alta, da minha altura, ela samba muito, parece musa do caldeirão do Hulk<sup>127</sup>. Ela samba muito, mas eu não tenho medo de competir com ela no pé. Acho que ela não samba em cima do salto como eu sambo. O salto dela é bem pequenininho. Eu não, eu já gosto bem alto. Se chover eu não me afogo, né?

Como já mencionei anteriormente, no início a entrevista com ele pareceu não fluir. Apesar de minhas tentativas de acionar memórias relativas à sua infância, às relações familiares e lembranças da época da escola, dele ouvi algumas respostas lacônicas e percebi uma certa tensão no ar. Superado o terço inicial da entrevista, quando ele passou a me contar sua participação no carnaval, ainda que suas respostas tenham se

---

<sup>127</sup> Programa de auditório exibido pela rede Globo de televisão desde o ano 2000. Dado obtido no endereço eletrônico <http://memoriaglobo.globo.com/programas/entretenimento/auditório-e-variedades/caldeirao-do-huck.htm>, acessado em 23.07.18.

mantido curtas, ele se revelou bem mais à vontade e até se divertiu ao contar detalhes de experiências marcantes de sua vida:

Eu: Quando começasses a sair no carnaval João?

João: Eu era novinho aqui em Tubarão. Com vinte e poucos anos.

Eu: **Quem foi que te levou?**

João: **Meu pai, meu pai amava carnaval.** Até inclusive ele foi presidente de uma escola de samba. Mas na época eu saía de calça hominho.

Eu: E quando é que isso mudou?

João: **Quando eu me descobri mesmo. Sou mulher, sou diva! Com 20 e poucos anos.**

Eu: E tua família te via desfilando?

João: Uhum [murmurando]. Até o último ano que eu desfilei no Dakota, **meu pai fazia parte da diretoria. Eu já saía com um saltão.**

Eu: Ele não pegou no teu pé?

João: Nem em casa. A mãe só dizia: “- Rapaz tu tens coragem de sair assim”.

Aí, eu estava ganhando.

Um pouco antes ele havia detalhado com gosto como aquela experiência foi possível e mudou sua vida, bem como foi a composição de sua primeira apresentação como diva:

Eu pedi pro presidente deixar eu sair na frente da bateria. Ele respondeu: - “Ah João, não pode!”. Então, a vice-presidente disse: - “É espaço das meninas, das rainhas”. Daí, eu respondi: - Mas eu não quero faixa, só quero porque a bateria me empolga.

Foi, foi, falei com o carnavalesco e o presidente liberou. Fui lá peguei um tamborim e fui aprender a tocar. Ensaiaava à tarde e à noite não tocava, pra

fazer surpresa. **Chegou no dia fui imitar a Viviane Araújo<sup>128</sup> na frente da bateria, tocando tamborim, bota salto da Joelma do Calipso<sup>129</sup>. Só que era cano curto. A parte de baixo era um cinto, cheio de franjinhas [mostrando no celular] e em baixo uma calcinha mesmo. Calcinha de mulher, cor de pele e só. E o cinto cheio de pedrinha de franjinha, caindo, tipo um bozerinho. Pra ganhar a galera pra ti.**

A decisão de abandonar o estilo “hominho” de outrora e dançar como uma mulher “com muito samba no pé” surgiu em sua narrativa como uma mudança radical na forma como geria a visibilidade de sua homossexualidade. Uma experiência que ocorreu pouco tempo depois da conquista do primeiro emprego em uma fábrica de compensados. A partir dessas experiências, aquele filho de um eletricitário e de uma trabalhadora no âmbito doméstico-familiar, relativamente conhecido no bairro onde moravam no perímetro urbano de Tubarão, aos poucos e a cada carnaval, passou a ser visto e reconhecido na cidade como o *viado* que era negro. Além disso, como a leitura do trabalho de Passamani (2015) fez-me perceber, a exemplo de algumas interlocutoras travestis que compuseram seu grupo de interlocutoras(es), também no caso de João, é inegável que as experiências vivenciadas durante o carnaval foram oportunidades para ele ser visto e reconhecido como colega de “escola” que estava inserido e acolhido naquela “comunidade” do samba, integrando-se no trabalho conjunto por seu sucesso e ocupando uma posição de protagonismo e reconhecimento público.

A confirmar que essas não são equações tão simples como sugerido, as experiências da abjeção surgiram e intensificaram-se ao mesmo tempo em que João fez novas amizades, como se deu na tardia aproximação com dois vizinhos da mesma rua onde morava (que quando pequenos “já brilhavam”, em uma referência ao fato de que eram reconhecidos como *viados*) e à própria *viadagem* a eles associada. Depois que insisti indagando sobre experiências relacionadas com a injúria, ele

---

<sup>128</sup> Modelo e ex-dançarina famosa por suas participações em desfiles de carnaval em São Paulo e no Rio de Janeiro.

<sup>129</sup> A referência aqui foi feita à vocalista e dançarina da banda paraense que, associando ritmos regionais com o estilo brega, fez sucesso em todo o Brasil e mesmo no exterior, principalmente na primeira metade dos anos 2010. Informações obtidas no site da banda - <http://www.bandacalypto.com.br/go/#biografia> – acessado em 22.08.18.

mais uma vez pareceu se divertir ao me contar uma experiência vivida ao lado desses dois colegas, há poucos anos:

Eu, o Jairzinho e o Paulinho fomos em um bairro aqui perto onde tinha uma discotecazinha bem fuleira. Só dá o povinho e os bofinhos. Aí, o Paulinho mexeu com um cara que não quis e quando a gente estava vindo embora ouvimos dele e dos amigos: - **“Eh viado! Oh viadagem!”**.

Quando exploramos esse período de sua vida, mais uma vez, a questão racial<sup>130</sup> não apareceu espontaneamente, pelo que retomei o assunto e lhe perguntei: “Achas que o fato de ser negro e gay tem alguma coisa diferente? Já parou pra pensar nisso?”. E ele respondeu:

Eu não, nunca parei. Olha, sinceramente, eu não me sinto diferente. Eu não me sinto e também não vejo a pessoa me tratando [...] – “Oh, tu és gay e negro e vice-versa”.

“Tubarão é uma cidade racista?”, emendei, ao que ele complementou:

Tem muito preconceito, tem muito, mas às vezes ele parte dos próprios negros [...] tipo assim, na faculdade eu vou entrar pelas cotas [...] vai fazer um concurso [...] muitos esperam sentados o emprego bater na porta. Não vão à luta. **Eu quanto a ser negro, eu não sinto que deixei de pegar emprego. Ou por ser gay. Eu nunca tive esse problema.**

Ainda assim, em outra passagem, ao falar de sua participação nos desfiles de carnaval de uma cidade vizinha, João revelou ter um olhar mais crítico sobre a questão racial, ao frisar, depois de perguntar se podia dizer um palavrão, que na escola em que saiu como convidado “era o

---

<sup>130</sup> Ao utilizar essa expressão estou me referindo ao racismo que, na forma proposta por Ella Shohat e Robert Stam, constitui uma relação social determinada por estruturas materiais e relações de poder historicamente determinadas, com as quais prevalecem discursos e práticas que estigmatizam diferenças forjadas pelo colonialismo e que justificam vantagens injustas ou abusos de poder, de natureza política, econômica, cultural ou psicológica (SCHOLAT; STAM, 2006).

único pobre, fudido e negro”. E, dessa maneira resumindo, ele fez referência à sua condição de classe naquele momento em sua trajetória de vida, bem como a situou em estreita relação com sua raça.

Com aquelas experiências e estratégias, suas marcas distintivas de homem negro e afeminado não só se deram à evidência pública como passaram a ser conhecidas pelas pessoas que viviam em seu bairro, como na própria cidade de Tubarão. Não obstante, outros elementos indicam a necessidade de encaminhar tal reflexão em termos mais transitivos e menos terminativos. Assim me convenci porque ao mesmo tempo em que ele se reconheceu como *viado* e reivindicou tal condição, afirmando que gosta de ser percebido como tal, em outros momentos da entrevista João articulou sua narrativa realçando aspectos relacionados com sua condição de homem e negro. Aquela ambiguidade cuidadosamente composta ficou mais clara quando ele me mostrou a gravação do vídeo de um show que ele havia realizado recentemente dublando a já citada cantora Vanusa, ao que parece, lançando mão de estratégias parecidas com aquelas por ele agenciadas nos desfiles de carnaval. Na apresentação, realizada em uma confraternização relacionada a seu trabalho<sup>131</sup>, ele surgiu com um vestido longo preto, surpreendentes cabelos compridos e alisados, que caíam sobre seus vigorosos ombros à mostra.

Nas duas situações – nos desfiles carnaval e no show privado – ao lado da composição de seu figurino, a dança constituiu o principal elemento de suas performances com movimentos que geralmente são associados e reconhecidos socialmente como femininos, sambando e rebolando com maior ou menor agilidade, levantando os braços sensualmente, balançando os cabelos e, durante a dublagem, acompanhando a melodia da música com gestos e expressões faciais.

Todavia havia outro elemento importante e decisivo naquelas composições: o corpo de um homem negro, alto, magro e forte, que de forma calculada era exibido com altivez e vaidade. A deliberada associação de performances femininas com a exibição de um corpo masculino e viril ficou ainda mais evidente à medida que avançamos na conversa, quando perguntei se ele se montava no carnaval. Rápido e decidido João retrucou: “Não totalmente!”. Em outro ponto da conversação, quando retomamos o assunto, depois de me explicar como começou sua participação diferenciada no carnaval, me corrigiu: “Não me monto de mulher. É cara limpa”.

---

<sup>131</sup> Onde foi admitido aproximadamente aos 26 anos como professor de educação física e, mais tarde, envolveu-se com a educação especial, sua atual especialidade.

Já se aproximando do final da entrevista, compreendendo um pouco melhor a forma como compunha seus figurinos e performances, perguntei: “Então sempre foi assim, essa forma de se vestir de mulher, mas manter teu corpo masculino?”. Ao que ele respondeu convicto: “Isso! Esse é o meu jeito”. Um “jeito” que é também composto no seu dia a dia, como ficou claro em dois momentos particulares de nossa conversa. O primeiro quando ele, percebendo meu interesse, recorreu a um exemplo: “Se tu me ver sair de casa, tu vais notar que eu sou. Porque eu saio, a minha camisa é curta, aparece um ou dois dedinhos da barriga, eu gosto. A maneira de eu sair eu não mudo”. E o segundo quando, animado, foi ainda mais claro:

Hoje essa camisa está cumprida. Se bobear eu já passo a tesoura! Quem é o João no salão? Se eu cheguei aqui no salão, tu olhasses pra mim: - “Oh, quem é esse cara? Quem é esse homem?”, não vai prestar. **Eu gosto que notem que eu sou gay.** Se todo mundo está ali, beleza, eu fui notado né! **Se eu passar despercebido o baile não prestou!**

O orgulho e a vaidade que se revelavam na narrativa de João quando se referia ao próprio corpo e sua condição física, também ficaram evidentes no momento em que dialogamos sobre seus relacionamentos afetivos. Quando lhe perguntei se já tinha morado junto com alguma pessoa ou então se casado, ele retrucou: “Quanto à pessoa de outro sexo?”. Eu, surpreso, devolvi: “É, ou do mesmo”; e ele, de inopino, disse: “Eu sou pai!”.

Pedi-lhe, então, que me contasse como tinha sido aquela experiência. João lembrou que quando tinha 35 anos, estava trabalhando provisoriamente em outra cidade onde sua empregadora mantinha uma unidade e lá conheceu uma garota loira de 17 anos, “que modéstia à parte era muito bonita”. Eles começaram a se relacionar e como João estava dormindo no próprio local de trabalho, acabou se mudando para a casa da namorada. O relacionamento durou 8, 9 meses e houve até mesmo um noivado “com aliança e tudo”, mas com o tempo eles se desentenderam e o namoro foi rompido antes que seu filho nascesse. Ainda que tenha conhecido o menino muito pequeno, João não reconheceu a paternidade legalmente e depois que foi reconduzido em seu trabalho em Tubarão, nunca mais teve contato com o filho.

Tal conjunto de memórias e experiências indicam que com João manifestaram-se e manifestam-se de forma inter-relacionada hierarquias



de gênero (na relação com as mulheres e com outros homens), classe, raça e sexualidade<sup>132</sup>, que resultaram e resultam em experiências igualmente conectadas de racismo, discriminação classista e homofobia. Foram marcadores sociais da diferença que atuaram em seus processos de subjetivação e constituição como sujeito, que desencadearam situações e experiências de sujeição e opressão, mas, também, oportunidades de identificação e reconhecimento, além de possibilidades para negociações, resistências e agência (SIMÕES, 2011)

Em diferentes momentos de sua narrativa, João fez questão de contar algumas situações em que ele gozou de vantagens decorrentes de sua identidade de gênero de homem e da sua raça, beneficiando-se e agenciando sua negritude que, como afirma Simões (2011), em nossa cultura, muitas vezes é associada à potência, ao tamanho, calor e desempenho sexual exuberantes, além de uma maior sensualidade e poder de sedução. Em outras falas percebi em João um possível orgulho, ou, talvez, o cultivo de um status, um atributo positivo associado com sua conquista sexual e amorosa proporcionada pelo relacionamento que manteve com uma mulher branca, com a qual chegou a ter um filho, em uma situação bastante parecida com a identificada por Laura Mourinho (2004), na pesquisa que realizou sobre casamentos inter-raciais no Brasil.

A classe também está implicada e imbricada nesses cruzamentos, sendo inegável que há uma distribuição racial da riqueza no Brasil<sup>133</sup>. João na condição de homem negro, gay e de uma camada mais baixa da

---

<sup>132</sup> Richard Miskolci em *Desejo de Nação: masculinidade e branquitude no Brasil de fins do século XIX* (2012) demonstra em termos históricos como no Brasil o racismo está articulado com a sexualidade, dentro de um projeto biopolítico idealizado pelas elites que conduziram a proclamação da república, para o país ser reconhecido como civilizado e no rumo do progresso. Com tal objetivo a miscigenação passou a ser percebida como uma forma de degeneração e por isso uma ameaça, um risco cuja superação redundava no patrocínio de necessário processo de branqueamento da nação. No mesmo sentido, Osmundo Pinho afirma que no Brasil a articulação entre raça e sexualidade se mistura com a representação da nação, sendo que aqui a sexualidade foi racializada no estabelecimento de uma diferença cultural entre “nativos” e “civilizados”, que se expressou em termos morais (PINHO, 2008).

<sup>133</sup> Neste sentido a 4ª edição do *Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça* do IPEA, com dados atualizados até o ano de 2009, indica que “a população negra segue sub-representada entre os mais ricos e sobre representada entre os mais pobres” (IPEA, 2011, p. 34-35). Naquele ano, por exemplo, dos 10% mais pobres da população, 72% era composto por negros e negras. Ainda, segundo o mesmo levantamento, no cume da pirâmide da renda média da população brasileira encontram-se os homens brancos, seguidos das mulheres brancas, dos homens negros e das mulheres negras.

classe média, provavelmente enfrentou e enfrenta desvantagens adicionais em sua trajetória de vida. Ainda assim, reitero que a condição de classe deve ser pensada em termos dinâmicos. Nascido em uma família em que o pai era eletricitário e a mãe trabalhadora no âmbito doméstico-familiar, sua formação superior como professor de educação física e emprego estável em uma respeitável instituição de ensino, ainda mais em uma cidade carente de alternativas de emprego como Tubarão, indicam uma relativa ascensão social.

Na entrevista João não deu maiores evidências de como foi o processo de negociação mediante o qual houve a transição entre aquele período inicial em sua trajetória de vida que foi marcado pelo desconforto familiar e, principalmente paterno, estreitamente relacionado com um silêncio em torno de seus desejos, suas práticas afetivas e sexuais, e sua participação com performances femininas no carnaval. No seu caso, mais uma vez, o corpo surgiu não só como algo que produz e delimita diferenças, como também estreitamente implicado nos processos de subjetivação e reconhecimento identitário.

O carnaval – enquanto um local e uma temporalidade para práticas e experiências impensáveis em situações cotidianas, sem riscos de repressões e proibições (PARKER, 1991) – surgiu naquelas memórias como uma oportunidade especial – à manifestação pública daquela masculinidade alternativa ao mesmo tempo viril e feminina e, simultaneamente, como um espaço privilegiado em um contexto interiorano como o de Tubarão para uma mediação familiar, mas também social, de uma visibilidade homossexual que passou a prevalecer.

Aquela estratégia de dar visibilidade a alguns elementos associados à feminilidade foi por ele incorporada no dia a dia de forma cautelosa e igualmente bem-sucedida: com “um ou dois dedinhos na barriga, tu notas que eu sou”. Uma visualidade dada ao espaço público, mas que também é privada já que elaborada na casa em que vive com a mãe e irmã. Uma visibilidade silenciosa já que pouco ou nunca é verbalizada.

Segundo ele nunca houve algum comentário ou piada em seu trabalho, ainda que em mais de uma oportunidade tenha sido questionado e confirmado que era homossexual. De igual modo, no âmbito familiar aquele silêncio continua preservado:

Se tu perguntares: os teus pais sabem? Eu acredito que sabem, mas nunca chegaram e perguntaram até a data de hoje. Assim, assim, tu és homossexual?  
**Nunca tocaram no assunto, nem meus irmãos,**

**nunca. Mas eu te digo e assino em baixo: meu pai morreu sabendo. Minha mãe e meus irmãos sabem, mas nunca ninguém comentou comigo<sup>134</sup>.**

Uma forma de negociação pelo não dito que, mesmo a nova geração familiar representada pelos jovens sobrinhos e sobrinhas de João parece não disposta ou autorizada a romper, já que com relação a eles a regra de que “nunca se toca no assunto” surgiu repetida.

### 6.5 “FERVENDO”, MAS “TENDO UMA CERTA MEDIDA”

Estes mesmos sujeitos – que relembrou com alegria e gozo de experiências transgressivas de poucos ou muitos carnavais; subverteram e exploraram a imagem de seus corpos de homens, adotando performances para “chamar bastante a atenção... pra dizer que era gay mesmo”, ou para ostentar: “eu sou mulher, eu sou diva!” ou, então, incorporaram práticas mais sutis, mas igualmente significativas como a de se vestir “aparecendo um ou dois dedinhos da barriga” ou com um “estilo de roupa diferente” com o qual “a pessoa já nota que tu és um homossexual” – ao conversarem comigo a respeito de suas compreensões sobre a “discrição” e as cautelas que deveriam observar para conservá-la, revelaram-se mais circunspectos e mesmo rigorosos.

Além do repúdio a manifestações de afeto ou quaisquer outras que remetam para possíveis práticas sexuais entre dois homens<sup>135</sup>, uma segunda constância que identifiquei foi a reprovação de manifestações, principalmente públicas, de uma feminilidade em excesso e/ou um comportamento espalhafatoso. Isso ficou claro, por exemplo, quando perguntei a Antônio se o comentário feito pela diretora da escola onde estudava, no sentido de que ele “gostava de rapazi”, chegou ao conhecimento de seus pais e ele respondeu:

---

<sup>134</sup> Posteriormente João esclareceu que seu pai faleceu em 2013.

<sup>135</sup> Neste sentido, como primeiro exemplo retomo a fala de Renato sobre o relacionamento mantido há anos com o companheiro: “em sociedade eu posso ser uma pessoa normal, lá dentro das quatro paredes eu posso fazer o que eu quero”. E, também de João que explicou que deixou de frequentar um barzinho onde os gays “dão um showzinho” – “isso me incomoda” - lembrando contrariado que “não precisa ficar trocando saliva dentro do salão”, defendendo “na minha época a gente pegava e saía”, para logo depois concluir: “Eu queria ter essa coragem, acho que o meu tempo já passou né? Eu sou do tempo do escondidinho!”.

Não. Nunca. **Eu nunca falei.** Também não quis falar porque eu não sou assim de ficar falando, de estar fazendo aquela festa, de estar depravando, aquela coisa assim [...] Então eu era mais sossegado, porque **naquela época todo mundo já falava se tu ficasses muito depravado. Todo mundo já comentava, porque o lugar era pequeno, interior, né?**

Este foi uma fala parecida com a que ouvi de Ronaldo que, ao comparar o comportamento de gays de diferentes gerações, contrariado afirmou: “a juventude hoje é tudo viado, é mais escancarado”. “Escancarado” também foi a expressão utilizada por Antônio quando conversamos sobre o mesmo assunto, sendo que ele deu indicações mais precisas do seu significado:

Eu: O que que tu achas dessa nova geração de gays comparada com a nossa?

Antônio: Eu vejo assim [...] antigamente tu se assumias gay, mas não era aquela depravação, aquela loucurada, não tem? Já hoje não. **Hoje já se assume mais, quase já virando mulher, querem botar silicone, já querem botar um monte de coisa.** Da época de hoje para a nossa, parece que tu não se sentes bem. Não tem aquela amizade, já tem, parece, medo de chegar perto. **A pessoa já está falando: ‘oh, a outra bicha já tá querendo virar mulher’.**

Eu: Tens amizade com gays mais novos?

Antônio: Eu tenho um amigo que é vizinho da minha casa. A mãe botou ele pra fora de casa. Ele tinha 17 anos, aí a mãe dele desconfiou porque **ele só queria andar tipo uma mulherzinha.** Ele fazia as coisas tudo de casa. Ele conheceu um amigo dele aqui de Tubarão que já tinha uns 20 e poucos anos, um gay assumido e que fazia programas. Eles foram pra São Paulo e depois ele [o vizinho] foi pra Portugal. Hoje ele tem uma boate em Portugal e deu uma casa para a mãe dele. Ele vem aqui e é bem mulher, colocou peito tudo. Ele vem com um

namorado. **Lá no meu lugar, quando ele chega todos falam, né? – “A Patrícia, a travesti tá aí!”**.

A releitura das narrativas do segundo grupo de sujeitos, de um modo mais amplo, evidencia que cada um deles se compreende “discreto” e “sossegado” principalmente na comparação com outros homossexuais por eles reconhecidos como “escancarados”, “festivos”, “assumidos” em demasia, ou mesmo “depravados”. Mais do que isso, indica uma ambiguidade na relação com o feminino, elemento que, ao mesmo tempo em que se revelou presente e marcante em seus processos construção como sujeitos, subjetivação, auto reconhecimento e identificação como homossexuais, foi por eles rechaçado.

Vale lembrar que com Ney e Ricardo, que integraram o primeiro grupo de sujeitos, quando o assunto foi a “discrição”, a maior preocupação por eles mencionada foi a de não parecer “bichona”, nem “escancarar”. Já com os outros seis outros interlocutores, cuja análises de suas experiências e processos de subjetivação dou continuidade neste capítulo, a noção de “discrição” surgiu no antagonismo com práticas e comportamentos por eles considerados demasiadamente “escancarados”, “festivos”, “assumidos” ou mesmo “depravados”.

A reunião daquelas diferentes compreensões do que é ser discreto permite identificar um elemento comum, uma lógica maior que as orientou: a identificação da abjeção e a procura para dela se distanciar deu-se na comparação com outros sujeitos(as) ainda mais estigmatizados(as), ou seja, homossexuais mais afeminados ou com aqueles(as) que se aproximam perigosamente ou mesmo rompem um limite do aceitável, “quase virando uma mulher” ou mesmo tornando-se travestis e profissionais do sexo.

Confirma-se desse modo a tendência identificada por Goffman de o indivíduo estigmatizado estratificar seus pares, de acordo com o maior ou menor grau de exposição do estigma, eventualmente reproduzindo práticas das quais também são vítimas (GOFFMAN, 2013). Assim como apontou Sérgio Carrara há mais de 13 anos, ao responder à pergunta “Só os viris e discretos serão amados?”,

É mais provável que estejamos frente uma complicada resposta à discriminação, também presente em outras populações estigmatizadas. Nela, a rejeição da feminilidade reflete uma tentativa de desviar o preconceito, que ameaça a todos, para um subgrupo ainda mais vulnerável,

para quem as acusações de “mulherzinha” ou “mariquinhas” seriam adequadas ou até aceitáveis. Recusa-se o estigma, mas, ao atribuí-lo ao “outro”, perpetuam-se os termos sobre os quais ele se constrói (CARRARA, 2005, p.5).

Para além das similitudes e nuances que indiquei na comparação entre os dois grupos de sujeitos que formei para fins de análise, foi no trabalho de Eduardo Moreira Assis (2011) que encontrei uma referência produtiva para as reflexões relacionadas com a “discrição” que aqui desenvolvo. Assim, encaminho meu argumento com ele concordando que o aprofundamento da questão da “discrição”, vai além de aspectos relacionados com a gestão da visibilidade das sexualidades, estando intimamente relacionada com as experiências por eles vivenciadas e suas subjetividades (ASSIS, 2011). Na tese em História, defendida na PUC de São Paulo, nos idos de 2011, Assis apresentou os resultados da pesquisa que ele realizou a partir das histórias de vida de um grupo de 13 homens brancos, de classe média, com idades entre 21 a 50 anos<sup>136</sup>, que viviam na cidade de Pouso Alegre<sup>137</sup>, no sul de Minas Gerais e que foram por ele qualificados como homossexuais respeitáveis. Além de ter sido realizada em uma cidade do interior, tal pesquisa comporta outras facetas que também se sobressaíram em minha investigação:

- a) Todos interlocutores foram homens que se reconheceram e foram reconhecidos como homossexuais.
- b) O desafio diário a eles colocado não se apresentou na forma de um “confronto entre invisibilidade e visibilidade, mas de como ser visível sob o peso da vigilância e do preconceito (ASSIS, 2011).
- c) A gestão da visibilidade em torno de suas homossexualidades não passou propriamente pela experiência do “revelar-se”, o *coming out*<sup>138</sup>.

---

<sup>136</sup> Diante da informação de que a pesquisa de campo de Assis foi realizada entre os anos de 2005 e 2007, conclui-se que os mais velhos de seus informantes, com 50 anos na época, nasceram em meados dos anos 1950 e o mais novo, com 21 anos, entre 1974 e 1976; o que, em certa medida, permite indicar uma proximidade com as idades de meus interlocutores (José, o mais velho, nasceu em 1950 e Fernando, o mais novo, em 1974).

<sup>137</sup> Com população de 106.766 moradoras(es) no ano 2000, segundo dados do IBGE informados na tese.

<sup>138</sup> Cabendo fazer a ressalva, como já ressaltai, especialmente com relação a algumas das experiências vivenciadas por dois dos meus interlocutores: Francisco e José.

- d) Assim como no caso dos homens entrevistados por Assis, também no caso do meu segundo grupo de interlocutores, a gestão da visibilidade de suas homossexualidades passou pela busca de uma positivação da própria imagem, com a incorporação de atributos associados a uma masculinidade “tradicional”, como por ele afirmado ou “hegemônica”, como reitero com apoio em Connell (2005).

Contudo, se todos esses pontos se mostraram similares na comparação da pesquisa de Assis (2011) com aspectos que identifiquei em meu campo, algumas diferenças precisam ser exploradas e aprofundadas, evidenciando distanciamentos. As diferenças começam a surgir na forma como os sujeitos deram evidência pública de suas homossexualidades. No caso dos homens cujas experiências foram esmiuçadas e exploradas por Assis, a visibilização de indícios naquele sentido se deu e foi mantida de forma velada nos círculos familiares e sociais mais próximos, dentro e fora dos quais a estratégia permanente foi a de manter o silêncio e uma “discrição” restrita.

Já no caso de meus interlocutores, como visto, as análises que desenvolvi descortinaram um panorama um pouco diferente. Ainda que práticas relacionadas com a manutenção do “não dito” tenham se mantido constante nas narrativas construídas, com decisivo papel nos processos de subjetivação de cada um deles, experiências relacionadas com o rompimento do silêncio ocuparam um papel mais ou menos importante em suas trajetórias de vida, com destaque para aquelas vivenciadas por Francisco e José que percebi como próximas com a “saída do armário”.

É na consideração de um segundo aspecto destacado por Assis (2011) em suas análises, no entanto, que as diferenciações que aqui estou explorando ficaram ainda mais nítidas. Para ele a manutenção de um total silêncio e uma “discrição” mais fechada mantida na visibilização das homossexualidades que identificou nas práticas de seus colaboradores foram formas por eles encontradas para que não fossem identificados publicamente como “assumidos”, o que no entendimento deles, corresponderia a serem reconhecidos como afeminados, uma condição da qual querem se manter distintos e distanciados. Neste sentido que o pesquisador qualificou as experiências daqueles sujeitos como “opacas”, pois suas homossexualidades não eram vividas de modo clandestino, mas nem completamente aberta, orbitando na esfera do silêncio, do evidente que não é dito (ASSIS, 2011).

Neste ponto que fica clara a maior diferença no esforço comparativo aqui desenvolvido, pois uma das principais peculiaridades que indiquei e que levou-me a reunir os sujeitos em um segundo grupo, foi justamente a circunstância de que “todo mundo sabe” de suas orientações sexuais dissidentes. Vale dizer, todos eles são reconhecidos como *viados* nas cidades em que vivem.

Como já alertei anteriormente, não se trata aqui de acionar e ratificar uma dicotomia entre gays afeminados e gays mais viris, ou a oposição entre visibilidades homossexuais mais escancaradas e mais discretas. Experiências e práticas identificadas nas narrativas construídas indicam a necessidade de articulação reflexões em termos de masculinidades plurais, complexas e transitivas. Para tanto, antevejo em alguns exemplos de práticas da “fechação”, da *viadagem*, ou do *Camp*<sup>139</sup>, que identifiquei nas conversas com os sujeitos que reuni em um segundo grupo, como um bom caminho a ser trilhado.

Início com o pai de família José, pois, ele ao contar sua primeira relação com outro rapaz, traquina e imitando um tom de voz feminino, complementou “elas começam cedo!”. Logo em seguida, a explosão de risos voltou. Foi quando conversamos sobre a televisão e ele se lembrou de um de seus programas preferidos: os desenhos animados da *Pantera Cor de Rosa*<sup>140</sup>. Estávamos na casa e companhia de Ney, que até então estava em silêncio, mas não se conteve e começou a dançar imitando a personagem com seus passos característicos. Foi a deixa para José vaticinar, novamente com uma entonação peculiar: “Tu estás muito velha!”.

Outro entrevistado, Ronaldo, que como já reiterei em outros momentos de nossa conversa se descreveu como uma pessoa muito calada, ao contar sobre sua atividade profissional e a boa relação que mantém com os colegas de trabalho<sup>141</sup>, muito animado contou: “eu sou muito porra louca, eu sou bagunceiro”, “eu chego e digo: bom dia meninas!” [fechando]. “E só trabalham homens lá” [risos]. “Eu converso com todo mundo, eu debocho com todo mundo!”. Quando lhe perguntei:

---

<sup>139</sup> Como propus no capítulo anterior, a partir, mas não exclusivamente, das teorizações Susan Sontag (1987).

<sup>140</sup> Seriado produzido e exibido nos Estados Unidos a contar de 1965. No Brasil a exibição se deu durante a década de 1970 e início dos anos 1980, com episódios nos quais a pantera não fala, mas enfrenta inusitadas situações, apenas por pantomima, ou seja, através de gestos, da mímica e expressões faciais, que convidam seguidamente o riso (Site TV Retrô. Disponível em: <https://retrotv.com.br/noticias/televisao-a-pantera-cor-de-rosa-estreia-no-tooncast>. Acesso em 18.10.18.)

<sup>141</sup> Na repartição pública onde foi efetivado em 2003, aos 43 anos.



“Levas pro lado da “fechação?” ele respondeu: “Não, eu acho que não. Eu acho que é meu jeito. Eu acho que eu conquisto pelo meu jeito, meu jeitinho, a brincadeira. Eu ferveo com todo mundo”.

Não obstante Ronaldo tenha rechaçado minha sugestão de que suas “brincadeiras” eram uma forma de “fechação”, quando ele explicou que adota um comportamento “bagunceiro”, “debochando” ou “ferendo” com todo mundo, utilizou esses termos para se referir às ocasiões em que ele encontrou e ainda encontra algum espaço para a manifestação pública em que incorpora trejeitos femininos, como se deu em repetidas e divertidas vezes durante nosso encontro.

É o que ocorreu logo no início da entrevista, ao situar que sua família foi numerosa, com seis meninos e quatro mulheres e, em seguida, pillar: “Eu sou o sétimo. Por isso que eu sou assim, né? Bambino!”. Um chiste, ironia consigo mesmo que pareceu fazer referência a sua descendência italiana, em cujo idioma os bebês e meninos são chamados de *bambinos* e, ao mesmo tempo, ao já mencionado personagem do filme de animação dos Estados Unidos: o cervo ou veadinho *Bambi*.

Em maior ou menor medida, essas manifestações da *viadagem* repetiram-se durante a realização do trabalho de campo com todos os interlocutores agrupados nesse capítulo, sendo que foi nas narrativas de Antônio e João que encontrei mais detalhes das cautelas que envolvem essas práticas, de acordo com os diferentes contextos em que ocorrem.

Como se expressou Antônio como se desse um conselho:

Eu tento fazer amizade né, eu assim não sou de depravação, de chegar e fazer aquele escândalo, eu cumprimento as pessoas, me dou bem com elas, **tu conhecendo bem as pessoas, dá pra abrir um pouco, já pegas aquela amizade, aí tu podes se soltar mais um pouco.**

Sua referência à atitude de “soltar-se mais um pouco”, pelo que percebi, estava relacionada com uma certa forma afeminada e brincalhona de manifestação:

**A gente brinca na festa**, tudo, quando vai (...). Tem, eu sei que tem aquelas pessoas que falam por trás da gente né, mas assim na frente da gente não tem coragem de falar. Mas eu vou às festas normal, **faço as minhas bagunças**, normal, brinco, tenho as minhas amizades, bastante amizade assim.

Esses são fragmentos da narrativa que indicam a frequente conjugação por Antônio do verbo “brincar”, utilizado por ele quando relembrou de suas experiências relacionadas com o carnaval, mas, também, em repetidas vezes ao longo da entrevista. Ao reler suas memórias, percebi que o ato de “brincar” surgiu em suas falas como uma prática inicialmente treinada no carnaval<sup>142</sup> que, por ser bem sucedida, pareceu que aos poucos e com as necessárias cautelas, revelou-se permitida também na sua vida cotidiana, firmando-se como um espaço para o desempenho calculado de performances mais ou menos femininas, sem confronto direto com a igualmente demandada discrição.

Sob suas diferentes manifestações a discrição revelou-se, desse modo, como algo nunca esgotado, pelo contrário, em permanente elaboração, contingente e dinâmico. Como avaliou Assis ao teorizar sobre o “homossexual respeitável”, a discrição

é um processo que nunca dá-se isoladamente, mas sempre dependendo de algum nível de comparação, de uma relação que define pontos de conformações e de estranhamentos em uma escala sem fim. Economia performática, a discrição indica a existência de todo um conjunto de posturas: as brincadeiras, os cumprimentos, os lugares, os assuntos, o tom de voz adequados – bem como as pessoas adequadas, os comportamentos adequados, os valores e pensamentos adequados – de modo a salientar o que torna um homossexual respeitável e outros não (ASSIS, 2011, p. 151).

Uma avaliação permanente que, como João indicou, revela-se presente também em contextos mais hostis:

Quando a casca aqui é dura, pessoal que não gosta de viado, fico na minha, danço na minha, não olho pra ninguém, se vir falar comigo eu respondo, se não vir melhor ainda. Eu paguei, não paguei? **Tô**

---

<sup>142</sup> Ao refletir sobre a tradição de brasileira de “brincar” no carnaval, Parker antevê na prática uma associação simultânea entre as brincadeiras inocentes das crianças e os jogos sexuais dos adultos. Neste sentido, o carnaval abre espaço para experiências próximas do universo normalmente marginalizado das crianças para que os adultos, por breves momentos, esquecendo-se de suas responsabilidades e preocupações, possam “brincar”, como se fossem crianças novamente (PARKER, 1991).

**aqui na balada, um baile hétero, eu o único gay, todo mundo de cara feia pra mim, eu nem tô aí! Eu fico aqui quietinho, tal, tal, se vir falar comigo, eu falo, se não vir melhor ainda, eles me notaram não me notaram? Bobagem!** [fechando].

Se tal fala exemplifica uma espécie de recuo estratégico sempre que as circunstâncias requisitem ou recomendem, outra lembrança de João tratou de evidenciar que aquela avaliação permanente dos contextos envolvidos algumas vezes também permite ousadias maiores, como nos bons tempos do carnaval:

Eu botava a fantasia e tem aquele esquentar ali antes de começar, quando a gente dava o ar da graça, não tem? **Pra dar uma caçadinha** já fantasiado pra mostrar... **E eu não escutava aquilo lá assim ô: o viadinho! Psiu, ô viado!** Tu não escutavas, escutava um psssi... **Daí, já jogava um charminho, já jogava um “costeiro”** na cara, não tem? Mas é assim ô ... é uma educação, um povo muito educado. **E tu não escutava aquelas piadinhas de mal gosto, ô viado.** Não tinha isso.

Para além da oportunidade de transitar entre os gêneros, nessa memória o carnaval surgiu como um espaço raro para manifestação e visibilização pública do desejo erótico e sexual pelo mesmo sexo, algo impensável em outros momentos e contextos, como pareceu confirmar a ausência de memórias parecidas por parte de todos os outros interlocutores. Uma espécie de lacuna discursiva a indicar os limites do pensável em termos do que se espera e acalenta de uma conduta e visibilidade homossexual.

O contínuo tensionamento entre forças normalizadoras de controle e expressões de resistência e agência, que ressaltai no capítulo anterior, também foi identificado nos processos de subjetivação e nas práticas encontradas e agenciadas por Renato, Francisco, José, João, Ronaldo e Antônio para se opor à heteronormatividade. A principais estratégias que identifiquei a partir das experiências vivenciadas por cada um deles foram: a manutenção do “silêncio” e do “respeito” em casa; apoios mais ou menos velados de familiares, professores e amigos próximos; a manutenção de um relacionamento amoroso com outro homem com variações da regra do visível não ou pouco comentado; as “brincadeiras”

com colegas de trabalho ou festas familiares, o casamento gay; a confrontação mais direta e escancarada do casamento heterossexual; a exploração do carnaval como oportunidade para dar maior visibilidade a performances femininas; pequenas transgressões na forma de se vestir cotidiana e a “fechação” (*Camp*).

A persistente influência da heteronormatividade – a demanda social e cultural para que os gays adotem e reproduzam em suas vidas um modelo heterossexual de conduta e expressão da sexualidade – mais uma vez, revelou-se presente e entrelaçada naquelas estratégias. Não obstante tal reconhecimento, mais uma vez ressalto que foram aquelas práticas que permitiram a continuidade de suas existências, elas próprias constituindo uma resistência corpórea, concreta e cotidiana àquela mesma ordem sexual e social.

Com essas análises e reflexões realizadas, com ênfase, principalmente, nos processos de subjetivação e nas diferentes formas de gestão da visibilidade das homossexualidades e resistência à heteronormatividade, avanço no próximo capítulo na necessária investigação dessas experiências individuais como expressões possíveis de um contexto social e histórico, de um tempo e de uma cultura (SCOTT, 1998).

## 7 COM MEDO, FÉ E LIGADOS NA TV

**Um guri do sítio, menino, doze anos, criado dentro do sítio [...] Como é que vou falar?** Como é que tu vais dizer, chegar naquela época em uma mesa, em 1970, 1972: Ah, eu sou isso. Eles me matavam! Eles iam me internar em uma clínica. **É louco, doente! Porque pra eles, naquela época era tudo doença. Por isso eles tinham essa convicção de que era doença. Era doente, era doente, era doente [...]**

Claro que foi uma trajetória muito difícil pra mim. **Bastante difícil na minha infância, pré-adolescência e adolescência. Na juventude, pra eu sair desse armário. Não é fácil, na década de 70 e 80 meu amigo, não é fácil. Não foi fácil pra ninguém. Muito complicado. O quanto que eu tive de passar, até sofrer. Chorar, oh, chorar [estralando dedos].**

E hoje em dia eu fico muito triste porque eu vejo a homofobia, né? A minha família acha um horror isso, essa homofobia. Meus irmãos, hoje nós falamos tudo abertamente. Meus sobrinhos são tudo formados, tem médicos, engenheiros, advogados. Então a gente tem um nível cultural bom. **Eu cheguei até aqui e, graças a Deus,** eu posso dizer que não tenho problema nenhum. (Ney).

Essas memórias de Ney são indicativas de suas percepções sobre diferentes momentos de sua história de vida, que, assim como todas as outras construídas em meu trabalho de campo, estão permeadas pelo esforço comum de conferir à narrativa uma coerência sustentada por uma sequência de acontecimentos com significado e direção. Uma tendência que, como alerta Bourdieu (1986), precisa ser ressaltada e problematizada. Por outro lado, inegavelmente, são narrativas que fazem referência a consideráveis transformações ocorridas na sociedade brasileira nas últimas décadas, notadamente no âmbito da sexualidade de um modo mais amplo e, em particular, na compreensão do que é a homossexualidade, o que e quem são os(as) homossexuais e as posições que eles e elas ocupam na sociedade.

São memórias que foram produzidas mediante processos de subjetivação que são únicos, mas que, como ressalta Maurice Halbwachs (2006), também devem ser percebidos como um produto de uma época e de contextos sociais particulares. Uma abordagem sintonizada com aquele desafio colocado por Bourdieu (1986), pois ajuda a evidenciar as experiências dos sujeitos e as compreensões que cada um deles têm delas – suas memórias – como produtos resultantes das interações sociais que foram historicamente determinadas e estão em constante mutação, ou seja, como expressões da consciência que são individuais, mas que comportam componentes sociais e coletivos. Como o sociólogo francês explica, a memória individual,

não está inteiramente isolada e fechada. Para evocar seu próprio passado, em geral a pessoa precisa recorrer às lembranças de outras, e se transportar a pontos de referência que existem fora de si, determinados pela sociedade. Mais do que isso, o funcionamento da memória individual não é possível sem esses instrumentos que são as palavras e as ideias, que o indivíduo não inventou, mas toma emprestado de seu ambiente (HALBWACHS, 2013, p. 72).

A partir das concepções de Halbwachs, Michael Pollak (1989) destaca o papel desempenhado pela memória para forjar uma noção de pertencimento a determinados grupos sociais ou mesmo uma identidade, mediante o contraste com outras coletividades ou pessoas. Falando em termos de um “enquadramento da memória” – no sentido de que a memória é construída mediante uma seleção de determinados aspectos mais propícios e hábeis para representar de modo coeso a história de um grupo ou mesmo uma identidade coletiva – Pollak considera as narrativas individuais produzidas a partir da história oral como instrumentos de construção da identidade e não apenas como relatos factuais. Um trabalho, ademais, com o qual há uma “reconstrução de si mesmo” mediante o qual o indivíduo “tende a definir seu lugar social e suas relações com os outros (POLLAK, 1989).

É com apoio nesses referenciais teóricos que avanço em minhas análises, dando continuidade ao estudo das narrativas de meus interlocutores, entendendo-as como fontes históricas a partir das quais é possível o estudo de alguns aspectos de seus processos de subjetivação – com centralidade nas e a partir das experiências por eles vivenciadas que implicaram diretamente na constituição de cada um deles como sujeitos

*viados* – mas também como “produtos” que contribuem para a compreensão do regime de visibilidade homossexual com o qual dialogaram.

Cabe aqui retomar, mais uma vez, a compreensão do regime de visibilidade sexual como a forma que a sociedade reconhece e dá visibilidade a certas expressões da sexualidade e formas de arranjos amorosos, enquanto controla e coíbe a expressão de vivências e práticas que desafiam o padrão estabelecido, tendo por norma a heterossexualidade (MISKOLCI, 2017). Pois bem, a forma como a sociedade brasileira reconheceu e deu visibilidade aos(às) homossexuais passou por consideráveis transformações desde os anos 1960 aos 2000, sendo que vou destacar e explorar com mais profundidade quatro aspectos que revelaram-se importantes em meu trabalho de campo: a) o contexto social, cultural e moral marcado pela ditadura militar; b) o pânico sexual desencadeado pelo surgimento da AIDS; c) a ascendência e a relação ambígua com a religiosidade católica; e d) a influência da televisão. Dessa maneira inicio este capítulo reconhecendo que se tratam de escolhas parciais – motivadas pela maior ressonância e pelo potencial investigativo que encontrei nas fontes orais produzidas – sendo que nem de longe reivindico a pretensão de exaurir a complexidade do processo de transformação histórica e social que teve espaço naquelas décadas.

Para um aprofundamento do regime de visibilidade homossexual destaco, mais uma vez, a produtividade do conceito de representação, considerando-a como uma espécie de “vocabulário disponível para nosso olhar” (MISKOLCI, 2017, p.268), com o qual nos relacionamos e procuramos entender o mundo em que vivemos. Reviso aqui a lição de Como Kathryn Woodward:

É por meio dos significados produzidos pelas representações que damos sentido à nossa experiência e àquilo que somos. Podemos inclusive sugerir que esses sistemas simbólicos tornam possível aquilo que somos e aquilo no qual podemos nos tornar. A representação, compreendida como um processo cultural, estabelece identidades individuais e coletivas e os sistemas simbólicos nos quais ela se baseia fornecem possíveis respostas às questões: Quem eu sou? O que eu poderia ser? Quem eu quero ser? Os discursos e os sistemas de representação constroem os lugares a partir dos quais os indivíduos podem

se posicionar e a partir dos quais podem falar (WOODWARD, 2007, p. 17).

Em outras palavras, a compreensão de que cada um tem de si como sujeito não é algo inato, mas que se constrói na relação com a cultura da época em que vivemos, ou seja, a partir das representações em circulação na sociedade em que vivemos. O mesmo Miskolci, com apoio em Hall (2013), fala de regimes de representação, por ele compreendidos como

aparatos político-culturais assentados no imaginário, o qual pode ser compreendido como uma noção que busca abarcar o conjunto de representações sociais acionáveis em uma determinada época e sociedade. Seu caráter social reside no fato de que o imaginário é uma construção coletiva, histórica e política, já que não apenas permite nomear o mundo à nossa volta, mas pode também o classificar e hierarquizar. A forma como o imaginário é acionado socialmente, a moldura política de seu uso, pode ser compreendida como o que Stuart Hall (1997) busca definir como regimes de representação, a maneira como a vida social é moldada por uma política da visão, do que é ignorado ou reconhecido como relevante: positiva ou negativamente (MISKOLCI, 2017, p.269).

## 7.1 “DE BOCA FECHADA”

De um modo mais amplo, cabe situar que a ditadura militar (1964-1985)<sup>143</sup> foi um período da história brasileira marcado pelo autoritarismo e repressão política e social, tornada ainda mais dura com a decretação do Ato Institucional n.º 5, em dezembro de 1968, que redundou no aumento da violência praticada pelo Estado, a adoção da censura, a prisão de dissidentes políticos e a cassação de direitos políticos, entre outras medidas.

Por alguns anos no início da década de 1970 houve um rápido desenvolvimento econômico, sustentado por um endividamento internacional, que impulsionou o processo de transição do perfil

---

<sup>143</sup> Para um aprofundamento da temática, sem qualquer pretensão de esgotar a considerável bibliografia produzida, indico as obras de: Carlos Fico (2001), Daniel Aarão Reis, Marcelo Ridenti e Rodrigo P. Sá Motta (2004 e 2014).



preponderante do Brasil, de rural e agrícola para urbano e industrial (PARKER, 2002). O país era conduzido por políticas públicas centralizadas pelo governo federal tendo por premissa e norte ideológico, tal como definidos pela Doutrina da Escola Superior de Guerra, um projeto de nação que visava a instauração de uma nova ordem social, com a integração no sistema capitalista mundial, sob o binômio segurança e desenvolvimento, com um declarado viés reacionário:

O projeto nacional exposto na Doutrina da ESG é embasado por um universo de valores extremamente conservador, de linhagem cristã-ocidental, que tem na família, na pátria, na propriedade, na religião, na moral e nos bons costumes, os pilares da ordem social, assim como a crença na unidade, homogeneidade, ausência de conflitos e conciliação que se traduzem em paz social, valores estes que circulavam em diferentes segmentos da sociedade (OLIVEIRA, 2001, p.17).

Sob tal doutrina a homossexualidade era condenada pelos ideólogos do regime e representantes das forças de segurança como um comportamento que desafiava a ordem e os bons costumes, com potencial subversivo. A própria existência e visibilidade pública dos homossexuais constituía uma ameaça à toda estrutura social e política da época que gravitava em torno de um poder eminentemente masculino e violento (MISKOLCI, 2012), o que somente aumentava a estigmatização e o preconceito.

Passada uma década do golpe, no entanto, o regime começou a dar mostras de fraqueza, enfrentando crises econômicas e uma crescente oposição de diferentes setores da sociedade, catalisados com o ressurgimento do movimento estudantil e dos trabalhadores. Ao final dos anos 1970, confrontados pela possibilidade de uma explosão social, generais deram início à um processo de liberalização política controlada, que foi permanentemente tensionado e ampliado, com a paralela articulação de novos movimentos sociais como o negro, que questionava o mito da democracia racial brasileira, o feminista, que denunciava o sexismo existente nas organizações de oposição à ditadura e os primeiros

grupos e publicações homossexuais que nos anos seguintes articulariam o Movimento Homossexual Brasileiro<sup>144</sup> (GREEN, 2003).

Ao especular com meus interlocutores sobre lembranças relativas ao período da ditadura militar, a grande maioria deles pouco falou, sendo feitas referências ao desfile de 7 de setembro, à programação de rádio diário *A Hora do Brasil*<sup>145</sup>, ouvida regularmente por familiares, o hasteamento da bandeira na escola em datas cívicas e ao alistamento para o serviço militar obrigatório<sup>146</sup>, do qual todos foram dispensados. De modo geral, prevaleceu a compreensão de que a ditadura foi “algo” que ocorreu somente nos grandes centros e distante de suas realidades.

Lembranças de figuras paternas autoritárias repetiram-se em todas as narrativas, ao lado de outras relacionadas com o “estilo militar” da educação recebida (como no caso de Ney e Fernando), ou, então, de pais alcoólatras e, principalmente, violentos (como ocorreu com Ricardo, Renato e João), deixando antever que aquele distanciamento era bem menor do que o cogitado. A narrativa de Ney, único entrevistado cujas memórias trouxeram mais detalhes e vivências relacionadas com aquele período histórico, também indicaram um aprendizado político e cidadão que também teve espaço em cidades do interior, geralmente associadas nos estudos acadêmicos ao atraso cultural e político:

---

<sup>144</sup> Para consulta sobre a história do movimento LGBT no Brasil, indico as obras clássicas de James Green (2000a, 2000b e 2003), Peter Fry (1982), Edward MacRae (1990), Regina Facchini (2005), e Júlio Assis Simões e Regina Facchini (2009).

<sup>145</sup> Programa que desde 1938 é produzido pelo Governo Federal, sendo veiculado em todos os dias úteis por todas as rádios do Brasil, com a divulgação de ações estatais nas esferas dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, além de notícias relacionadas com a vida nacional (Fonte: Portal da Câmara dos Deputados do Brasil, disponível no endereço eletrônico <http://www2.camara.leg.br/camaramaterias/radio/materias/A-MUSICA-DO-DIA/422859-EM-1935-SURGIU-A-HORA-DO-BRASIL,-MAIS-CONHECIDA-COMO-A-VOZ-DO-BRASIL.html>, consultado no dia 10.01.19)

<sup>146</sup> Com relação a essa temática, em particular, destaco as lembranças de Ney: “Eu não tive problema nenhum, porque até então eu sempre me posicionava, muito discreto né, tentei ser discreto porque sabia que eles iam cair em cima de mim”. Ney foi dispensado do serviço militar por excesso de contingência. E, ainda, a fala de Fernando que qualificou o dia de sua apresentação na Junta Militar como um “trauma”. Por vezes, ele recordou ter pedido o sono a cada renovação por parte da mãe do vaticínio: “Tu vais servir o exército!”. E, por fim, divertiu-se com detalhes daquela experiência quando, a cada etapa dos exames realizados, foi recebido pelos demais rapazes com um coro de zombaria: “Ehhhhhhh...”. Para seu alívio e, talvez, encerramento do embaraço causado aos militares, Fernando foi logo dispensado dos demais exames, segundo ele, por apresentar um pequeno desvio no pescoço.

Foi depois dos meus 18 anos. Eu estudava aqui em Tubarão. Nós éramos todos jovens e tinha um padre chamado Miotello, de Criciúma, que era totalmente revolucionário. E nós todos fomos loucos por esse padre! Todo mundo amava esse padre. Ele era lindo, bonito. Os gays amavam, as prostitutas. Era amigo de todo mundo. Ah, me apaixonei por ele também. Eu lembro que não podíamos cantar a música *Vem, vamos embora que esperar não é saber*<sup>147</sup>. **Ficava de boca fechada, não podia cantar essa música.** Tinha medo do exército. Aqui em Tubarão não tinha nada, o problema estava no Rio e em São Paulo onde pegavam as pessoas. Foi depois, nos anos de 1979, 1980 que os grupos de jovens surgiram. **Eu participei do movimento de jovens na Igreja.** Tinha um pessoal do PT<sup>148</sup> aqui em Tubarão e a juventude estava voltada pra esse partido. O movimento se espalhou. Na época houve uma grande confusão, entrava em choque com outros partidos, com a antiga Arena<sup>149</sup>. O PT era oposição na época, né. **Tudo isso eu participei e me fez crescer.**

Apesar da repressão e da violência dispensadas de modo geral aos opositores do regime e aos homossexuais em particular<sup>150</sup>, aquela foi uma época de muita contestação cultural e efervescência artística, sob

---

<sup>147</sup> Referência à música *Para não dizer que não falei das Flores*, de Geraldo Vandré, composta originalmente em 1968 e que com o avanço dos movimentos sociais contra a ditadura, a contar dos final dos anos 1970, tornou-se uma espécie de hino de protesto contra a repressão e um chamamento à militância: “Vem, vamos embora, que esperar não é saber. Quem sabe faz a hora, não espera acontecer” (SANTANA et al, 2011).

<sup>148</sup> Partido dos Trabalhadores.

<sup>149</sup> Aliança Renovadora Nacional.

<sup>150</sup> A coletânea organizada por James N. Green e Renan Quinalha propõe contribuir para a superação da lacuna historiográfica sobre as relações entre ditadura militar no Brasil e as homossexualidades. Como a obra evidencia, a perseguição dos gays, das lésbicas e das travestis se dava especialmente na forma de detenções para interrogatórios, fechamentos arbitrários dos espaços de sociabilidade então existentes em centros metropolitanos como São Paulo, Belo Horizonte e Rio de Janeiro, além da restrição da liberdade de atuação de uma imprensa alternativa e dos primeiros grupos organizados de homossexuais (GREEN; QUINALHA, 2014).

influência da contracultura<sup>151</sup> e da revolução sexual<sup>152</sup>. João Silvério Trevisan (2000) estudou o “desbunde” gay” ocorrido no decorrer dos anos 1970, com manifestações artísticas na música popular brasileira, como as controvertidas performances de Ney Matogrosso e Caetano Veloso; no teatro e cinema, com destaque para o grupo *Dzi Croquetes*; e, principalmente, como ainda vou aprofundar, na televisão (TREVISAN, 2000), que pode ser tomada como a mais importante, senão única, alternativa cultural de meus interlocutores naquela época. Não surpreende, portanto, que a maioria das lembranças acionadas pelos entrevistados, quando relacionadas com o contexto cultural por eles vivenciado, tiveram na televisão seu destacado veículo de conhecimento, como se deu, por exemplo, quando Antônio recordou-se de Ney Matogrosso:

Todo mundo dizia: ‘ah, aquele ali é viado’. Porque ele fazia aquilo aí, ia bem montado, fazia, era bem liberal, muita gente naquela época dizia: “ah, não pode fazer isso”. E ele na televisão já ia montado, fazia aquela travessia dele, tudo... Eu gostava pra caramba.

Difundida pelas diferentes mídias, apesar da oposição do regime militar, a visibilidade dos homossexuais foi continuamente ampliada e cada vez mais debatida nos círculos sociais, em um processo contínuo que foi ainda mais intensificado com o surgimento da AIDS no início dos anos 1980.

---

<sup>151</sup> Conjunto de manifestações culturais e de rebelião que se difundiu a partir dos Estados Unidos e da Europa de “caráter fortemente libertário, com enorme apelo junto a uma juventude de camadas médias urbanas e com uma prática e um ideário que colocavam em xeque, frontalmente, valores centrais da cultura ocidental, essencialmente certos aspectos essenciais da racionalidade veiculada e privilegiada dessa mesma cultura (PEREIRA, 1986, p. 8).

<sup>152</sup> “Impulsionada pela separação entre sexo e reprodução, assim como demandas feministas e homossexuais pelo direito ao prazer, é uma inflexão histórica – ainda em andamento – baseada na transformação comportamental e na luta pela igualdade de gênero. Sua principal marca foi a politização do privado, ou seja, o reconhecimento do caráter social e histórico da intimidade – a vida pessoal, afetiva e sexual -, esfera que passa a ser vista como campo de batalha por igualdade, reconhecimento e segurança (MISKOLCI, 2017, p. 75).

## 7.2 “SERÁ QUE DEUS ESTÁ CASTIGANDO OS HOMOSSEXUAIS?”

Depois da identificação dos primeiros doentes portadores da AIDS em 1982, a contar da segunda metade da década “verifica-se uma escalada de matérias sensacionalistas na imprensa, que ecoam declarações abertamente preconceituosas por parte de autoridades médicas e de políticos ligados a grupos religiosos, assim como aumenta a repercussão de crimes violentos contra gays e travestis” (SIMÕES, FACCHINI, 2008, p. 128-129).

A maioria dos entrevistados nessa época era adolescente ou estava na casa de seus vinte e poucos anos, pelo que já haviam iniciado suas vidas sexuais. José, o interlocutor mais velho, casou-se com a esposa em 1983, aos 33 anos, tendo se recordado do período inicial do casamento como uma fase em que abandonou as experiências homossexuais que havia vivenciado no passado. De qualquer modo, a descoberta que era portador do vírus HIV, com a manifestação de alguns sintomas da doença ocorreu somente no final dos anos 1990. Fernando, o mais jovem integrante do *corpus* da pesquisa, chegou à adolescência e iniciou sua vida sexual também no início da década de 1990. Sendo que ambos foram alcançados, portanto, pelo período de maior pânico sexual e moral da doença, até então mortal, uma vez que a invenção do coquetel de medicamentos que possibilitou seu tratamento e controle ocorreu somente em meados daquela década (MISKOLCI, 2016).

Independentemente daquelas particularidades, as memórias de todos eles remeteram para um período de suas vidas por eles qualificados de “muito difíceis” ou “complicados”. A própria conversa sobre a temática com José, que sofre as consequências da doença ainda que mantenha a carga viral sob controle, colocou-me diante de uma situação parecida com aquela que vivenciei na entrevista com João, em que os limites e silêncios colocados tiveram de ser respeitados<sup>153</sup>, procurando aprender com eles e aceitando as restrições por eles colocadas (PORTELLI, 1997).

---

<sup>153</sup> Minha conversa com ele sobre a AIDS foi fragmentada. Ao tocar no assunto José ficou ainda mais emotivo e nervoso, e os tremores decorrentes da doença de Parkinson ficavam mais intensas. Nesses momentos ele geralmente retomou lembranças das poucas pessoas que o apoiaram e não se afastaram quando a AIDS revelou seus primeiros sintomas. Foram os casos de sua esposa e o amigo Ney. Em mais de um momento de nossas conversas, José pareceu preferir esquivar-se de um aprofundamento de questões relacionadas com a doença.

Cinco dos nove entrevistados lembraram-se de amigos ou conhecidos que foram vítimas da AIDS, principalmente na década de 1990. A reunião de algumas falas indica uma concentração das memórias nos últimos anos da década de 1980, quando a repercussão e o medo desencadeados pela ameaça da doença pareceram atingir o seu auge:

Morreu o Renato Russo<sup>154</sup>, o Cazuzza, e o Lauro Corona<sup>155</sup>. Eu e a irmã éramos apaixonadas pelo Lauro Corona, na época ninguém sabia que era da AIDS.  
(Fernando).

Eu lembro que na época eu comecei a transar. Foi o meu primeiro caso e a gente usava camisinha. A gente ficava com um pouco de receio, mas eu não fiquei com neura. **Mas eu lembro da história que a AIDS só matava viado.** Foi horrível isso, a gente ficava preocupado. [...] Foi horrível, o Cazuzza, o Fred Mercury<sup>156</sup> foi uma perda enorme, aquele Thales Pan Chacon<sup>157</sup>, lindo, lindo, todos morreram, foi muito triste.  
(Renato).

---

<sup>154</sup> Vocalista da banda de rock brasileira Legião Urbana, que faleceu em decorrência da AIDS em 1996, aos 36 anos.

<sup>155</sup> Tal lembrança provavelmente reporta-se ao ano de 1989, quando o cantor Cazuzza, conhecido nacionalmente, revelou estar com a doença e o ator da Rede Globo de televisão, Lauro Corona, galã de algumas novelas da época, negava rumores sobre sua homossexualidade e de que era portador do vírus HIV. “Cazuzza – Uma vítima da Aids agoniza em praça pública” foi a chamada de capa da revista *Veja*, de 26 de abril de 1989. As matérias correspondentes, além de sensacionalistas, irônicas, desrespeitosas e antiéticas, fizeram um julgamento moralista do cantor, associando a doença à sua vida pregressa marcada, segundo os jornalistas, pelo excesso de bebidas, o uso drogas e a promiscuidade. Deste modo, um dos espaços midiáticos de maior circulação e credibilidade da época fomentou o preconceito aos portadores da doença e ratificou em tom condenatório, vinculando-o aos homossexuais (NUNES, 2010). Neste mesmo artigo encontrei referências às negativas do ator Lauro Corona de que era homossexual, sendo certo que este morreu poucos meses depois, em julho de 1989, aos 32 anos e Cazuzza, com a mesma idade, no ano seguinte.

<sup>156</sup> Líder da banda de rock inglesa *Queen* e que faleceu vítima da AIDS em 1991, aos 45 anos.

<sup>157</sup> Ator da Rede Globo de televisão, que morreu em decorrência da AIDS quando tinha 40 anos, em 1997.

**Era a época do câncer gay.** Morreu o Felisberto, aquele cabelereiro aqui de Tubarão. Depois morreu o Camilo em 1988, 1989, na época eu estava em Criciúma e todos falavam: - “Porque tantos casos?”. Na época era AIDS e não HIV. Apavorou um pouco. Todo mundo ficou meio receoso. Até uma época eu estava muito para baixo e fui ao médico e tudo. Olhei. O exame demorava. Até quando veio: - “Não, Ronaldo, está tudo certinho. Só se cuida para não fazer besteira”.  
(Ronaldo).

Eu vi na televisão. Exista um medo. Eu vejo assim: mexeu com os héteros também: “Mas eu já tive contato com gay, será que eu também vou pegar?”. Foi assim como que uma nuvem na cabeça das pessoas. Até a nuvem sair, graças a Deus, acho que todo mundo ficava pensando: - “O que vai ser?”. [...] Eu me lembro do meu pai, quando passava na televisão ele dizia assim: “Agora morre tudo!”. **Na época eu pensei comigo assim: será que Deus está castigando os homossexuais?** Por que isso vinha na cabeça da gente. Mas, como o passar dos anos, eu vi que era informação deturpada. Foi errado, não era aquilo que estava sendo exposto. A mídia errou. Hétero pode ter AIDS.  
(Ricardo)

Foi na entrevista com Ney, ainda, que surgiram de modo mais vivaz lembranças que dão a dimensão das possíveis consequências que o pânico sexual desencadeado pela AIDS impôs aos gays que viveram aquele período, em memórias que apesar, ou talvez, justamente por serem graves, foram contadas com um toque *Camp*:

Eu perdi um amigo em Tubarão na década de 80 por isso. Eu vi notícias de atores da Globo e do Cazuza e fiquei muito chocado. [...] Eu pirei. Eu fazia um exame, eu fazia outro, fazia outro. Nunca tive nada. **Fui para o psiquiatra. Depressão, em cima de depressão.** As campanhas diziam que ficava até dez anos sem aparecer. Pronto, eu pirava de novo [fechando]. Saia uma casquinha. Mordia um pernilongo no sítio na casa de minha avó. Pronto. Eu passei tempos e tempos que ninguém

me cumprimentava. Se cumprimentava eu lavava a mão. No INSS<sup>158</sup> tinha campanhas falando que fulano transou com cicrano e morreu de AIDS. Eu arrancava o cartaz [fechando]. A televisão passava o problema da AIDS, eu desligava a televisão. **Fiquei trancado no sítio, só queria a minha mãe. Perdi toda minha função sexual, perdi tudo. O que essa má informação fez com o pessoal na época, não foi só eu. Foram várias pessoas que piraram.** Fizeram um furacão, uma tempestade na nossa cabeça. Tudo bem, a gente foi se informando. Tudo mundo passou a usar preservativo. Eu não porque eu não fazia mais sexo. [Batendo as mãos]. Fiquei zerado.

Eu: Isso durou quanto tempo?

Ney: Ah...isso durou muito tempo. Alguns anos. Eu tenho tosse alérgica desde criança. Pois eu ouvi o comentário no meu trabalho que um sintoma da AIDS era uma tosse constante. Pirei de novo, fui lá pro laboratório de novo. A moça dizia: - “Não acredito, de novo! Pelo amor de Deus tu vai embora”. Eu pirava.  
[Conversa com Ney].

Todavia, se todas essas são memórias que remetem para um contexto de desinformação e pânico, no qual a homossexualidade foi associada – e mesmo reduzida – a uma doença, com o reforço da homofobia enquanto um fenômeno social, intensificando a discriminação e violência contra os homossexuais; de outra banda, como Júlio Simões e Regina Facchini (2008) destacam:

a eclosão da Aids deu ensejo a um debate sem precedentes acerca da sexualidade e da homossexualidade, em particular. Em que pese o rastro de morte e violência que acompanhou seu avanço, a epidemia mudou drasticamente as normas de discussão política sobre a sexualidade ao deixar, também, como legado, a ampliação sem precedentes da visibilidade e do reconhecimento da presença socialmente disseminada dos desejos e

---

<sup>158</sup> Instituto Nacional do Seguro Social.



das práticas homossexuais (SIMÕES; FACCHINI, 2008, p.134).

Para além dessa maior discussão pública em torno da sexualidade, com uma circulação sem precedentes de informações sobre as diferentes práticas sexuais, da articulação de iniciativas da sociedade civil de respostas à doença, que depois foram incorporadas e alavancaram políticas públicas de saúde e prevenção (GALVÃO, 1997a); a própria compreensão social da homossexualidade e das identidades homossexuais passaram por uma profunda transformação, tanto pela visibilidade conquistada como pelas consequências, principalmente políticas, dela advindas:

A experiência da AIDS criou, assim, paradoxalmente, um contexto que alentou a redefinição do status subordinado de homossexualidade como prática estigmatizada e relegada ao âmbito privado da discrição, acelerando o ingresso do tema da discriminação e dos direitos das minorias sexuais à cena pública. A AIDS fez falar-se publicamente de diversas formas de sexualidade não somente em termos de relações sexuais, mas também em termos de amor, de manifestações públicas de amor, de direitos sociais e direitos de cidadania (PECHENY, 2004, p. 31).

### 7.3 “COM BASTANTE FÉ” E ALGUMAS “ESCAPADAS”

Se na sociedade, de modo geral, os tensionamentos aos padrões hegemônicos de masculinidade e feminilidade, com a visibilidade de novas práticas e identidades dissidentes, constituíram uma inegável abertura para uma processual reavaliação dos limites do que era pensável e legítimo em termos de comportamentos e expressões da sexualidade, no campo religioso é que surgiram as manifestações mais evidentes e públicas de oposição àquelas mudanças.

Esse é um aspecto cujo aprofundamento destaquei como necessário, já que todos os interlocutores que compuseram o *corpus* da pesquisa nasceram em famílias católicas e, ainda que somente alguns deles tenham destacado que ainda são católicos praticantes, a influência

exercida pela religião em suas trajetórias é um traço constante e comum<sup>159</sup>. Destaco aqui, como exemplo, uma fala de Antônio:

Toda vida eu sempre fui de bastante fé. Eu sou bem devoto de Nossa Senhora Aparecida e todo ano eu dou uma cabrita pra festa dela. Toda vida fui. **Eu ajudo a levar a santa, a enfeitar, eu gosto. Sou bem devoto e ela sempre me deu força.** Eu sei que tem aquelas pessoas que falam por trás da gente, né, mas assim na frente da gente não têm coragem de falar. Mas eu vou às festas normal, faço as minhas bagunças, normal, brinco, tenho as minhas amizades, bastante amizades.

A religiosidade é uma influência cuja concretude se manifesta em termos de experiências individuais e subjetivas que estão intimamente atreladas a facetas coletivas e culturais, vale dizer, práticas e relações de poder. Ela pode proporcionar fé e conforto, mas, também, como meu trabalho de campo indicou, menos cálidas e positivas consequências.

Os discursos das igrejas cristãs brasileiras que concebiam e condenavam a homossexualidade como um pecado, além de uma falha moral, prevaleceram como hegemônicos até fins dos anos 1970, quando passaram a disputar espaço com manifestações de ativistas gays e lésbicas, além de alguns psicólogos e sexólogos (GREEN, 2000). Naquela época as principais lideranças católicas tinham um acesso privilegiado aos principais meios de comunicação, ocupando uma posição de muita influência na sociedade brasileira, difundindo aquelas crenças.

Ainda que não houvesse uma unanimidade em seus quadros e mesmo muitas disputas entre alas mais conservadoras e progressistas, a igreja católica assumia a prerrogativa de guardiã dos valores morais e inimiga do comunismo. Por isso, ela apoiou o golpe militar de 1964, assumindo uma postura mais independente, e mesmo de denúncia e resistência à medida que houve um endurecimento do regime e a perseguição de dissidentes políticos, inclusive a alguns de seus religiosos.

---

<sup>159</sup> Foram recorrentes as referências realizadas pelos entrevistados à religiosidade e devoção de suas mães e avós, seus pais e avôs, além de outros(as) familiares, bem como lembranças da participação regular da família em cultos religiosos. Além disso, cabe mencionar o destaque conferido por alguns deles não só à continuidade da crença familiar, como à participação frequente em atividades da igreja, como se deu, por exemplo, nos casos de Ricardo, Ney e Antônio.

Foi nesse período, sob a influência da teologia da libertação, que uma esquerda católica emergiu com força:

Os grupos que lideraram esse movimento surgiram de dentro da Ação Católica Brasileira (ACB) e do Movimento de Educação de Base (MEB). Essas organizações católicas eram formadas em sua grande maioria por jovens como a Juventude Universitária Católica (JUC), a Juventude Estudantil Católica (JEC) e a Juventude Operária Católica (JOP), além da Ação Católica Operária (ACO) e a Ação Popular (AP) (SILVA, 2016, p.7).

Fernando Cândido da Silva ao aprofundar as discussões das relações de gênero em diferentes grupos religiosos brasileiros, destaca que as vertentes com perfil mais conservador têm em comum a adoção de doutrinas e discursos que encampam ao mesmo tempo três eixos por ele definidos como corporais e cotidianos: a) uma perspectiva de passividade, submissão e resignação culpabilizante na discussão da violência contra as mulheres, b) uma manutenção da masculinidade hegemônica<sup>160</sup> e, c) a naturalização da heteronormatividade<sup>161</sup> (SILVA, 2015).

No início da década de 1980, com o surgimento da AIDS, aos discursos religiosos mais conservadores que recrudesceram, somaram-se outros de ódio de muitos bispos e padres por todo o Brasil reforçando o pânico moral em torno da doença, renovando a sua associação com o pecado e mesmo como um castigo divino advindo da decadência moral e de “inversões” sexuais que estavam se tornando cada vez mais visibilizadas. O discurso do cardeal-arcebispo do Rio de Janeiro, D. Eugênio Salles, veiculado no dia 27.07.95, foi um dos mais influentes:

Em seu programa radiofônico semanal “A Voz do Pastor”, ele reclamou mais uma vez dos tempos modernos (nudismo, liberação sexual, imoralidade nas telenovelas, mulheres jovens com virgindade perdida) e atribuiu a propagação da Aids à natureza que “violentada vingou-se e quando o faz é terrível”.

---

<sup>160</sup> Expressa no gênero masculino da Igreja, na virilidade apropriada por imagens e símbolos religiosos, conjuntamente com investimentos simbólicos que reproduzem a experiência masculina como normatizante (SILVA, 2015).

<sup>161</sup> Que, dentre outras manifestações, a partir da bíblia promove e reproduz assimetria de gênero, negando a possibilidade de qualquer forma de sexualidade que não a heterossexual (SILVA, 2015).

Em um tom apocalíptico, dos tempos da peste medieval, afirmou que a Aids “cai como um raio na humanidade”, de modo que a consciência dos indivíduos é sacudida pelo pavor, levando-os ‘a uma moralização forçada’. Chamando a Aids de “chicote que acorda os recalitrantes”, D. Eugênio conclamava os cristãos a aproveitar a circunstância para a luta contra a imoralidade. E concluía, ele também, com uma velada incitação: ‘A sociedade seria melhor se houvesse menos covardia dos bons (TREVISAN, 2000, p. 443).

Somente a contar de 1987 iniciativas mais tolerantes e acolhedoras surgiram por força da atuação de alguns religiosos que criaram centros de educação, apoio e solidariedade no enfrentamento da doença (GALVÃO, 1997b).

Não obstante, a força e o conforto proporcionados pela fé católica – que nem de longe quero questionar ou menosprezar – algumas lembranças de alguns dos interlocutores evidenciaram uma convivência conflituosa com preceitos e dogmas da mesma igreja. Foram experiências e concepções que, apesar de situadas no passado, revelaram ressonâncias subjetivas não tão pretéritas assim. O interlocutor Renato, por exemplo, ao mesmo tempo que relembrou das diversas “paixões platônicas” que acalentou para com colegas de seminário, pesaroso afirmou que aqueles eram tempos e espaços de muita intolerância: “eles colocavam muito preconceito em nossas cabeças”.

Ney, ao falar da época em que era um jovem rapaz que vivia no sítio como uma fase “muito complicada”, em que sofreu e chorou muito trancado em seu quarto, explicou: “Tudo isso não era questão sexual, era questão do coração, porque eu era católico [...] eu tive de lutar comigo mesmo”. E Antônio referindo-se a seus próprios desejos, suas práticas amorosas e sexuais na juventude afirmou: “Eu achava que era pecado, não tem?”. Ricardo, em dado momento de nosso diálogo, resumiu: “meu problema nessa trajetória de vida é que eu era muito de ler bíblia”, sendo que logo em seguida dele ouvi outra memória, do tempo em que era jovem, mas relevante da dimensão do conflito por ele vivenciado nos anos durante os quais dedicou-se à vida religiosa:

**Como eu sempre fui da igreja. Tenho um lado de Deus muito forte.** Eu sempre fui questionador e então pensava no que o padre, como Jesus, dizia: - “Há eunucos que nascem, outros que se fazem e

outros que aproveitam da oportunidade para ser”.  
**Então, eu nasci eunuco eu pensava. Eu sou diferente.**

Mais tarde, na fase de análise daquelas narrativas, atento ao fio condutor que prevaleceu em cada uma delas quando o assunto foi a religiosidade, comecei a vislumbrar um panorama subjetivo mais complexo e dinâmico. Renato, que por anos conviveu com conflitos entre seus desejos e “paixões platônicas” e a doutrinação religiosa que recebia no interior dos seminários, em outro momento da entrevista, ao lembrar de seu primeiro namoro com outro homem<sup>162</sup> em Gaspar, no início dos anos 1990, fez questão de observar: “às vezes a gente se surpreende, acha que o lugar é mais do interior [...] mas nós [ao se referir ao namorado] íamos na missa tudo direitinho, frequentávamos a igreja, nunca deu problema, nunca sofremos preconceito por causa disso, eu acho engraçado”.

Ney, que relembrou que no passado “lutou com ele mesmo” porque era muito católico, em outro trecho de nosso diálogo, ao falar da própria religiosidade, relativizou: “mas eu vejo que placas da igreja não salvam ninguém. Eu acho que o que vai te conduzir no mundo espiritual depois daqui é teu coração, o que tu fazes de bom para o teu próximo”.

Antônio, ao mesmo tempo em que disse que na juventude achava que sua seus desejos constituíam um pecado, como já destaquei no capítulo 6, lembrou de uma “conversa” que teve com seu professor de religião, quando tardiamente – com 19 anos, portanto, em 1989 – preparava-se para sua crisma. E desse “ministro da igreja” lembrou ter ouvido: “Se tu achas que é pecado, podes redimir um dia, não tem? Não tem problema, porque hoje é normal”. A palavra pecado surgiu mais uma vez em sua narrativa quando ele pareceu visitar e reconsiderar aquela compreensão do passado, não sem algum vacilo:

Mas só que tem gente que faz mais pecado do que a gente. **Hoje tu vê, até o Papa pediu perdão pros homossexuais [...]** então, sei lá. Vai da tua cabeça, se tu achas que é pecado, mas tem pessoas que fazem coisa pior do que a gente faz. Só porque a gente sai com homem, gosta de outro homem.

---

<sup>162</sup> Experiência que foi situada em suas memórias como ocorrida após o abandono da carreira religiosa, aos 24 anos. A estratégia que pareceu ter prevalecido na vivência daquele relacionamento, como visto, foi a do “visível pouco abordado”.

E, por último, o interlocutor Ricardo, que na juventude foi assombrado pelas homilias do padre da igreja que sua família frequentava – em Imbituba, no final da década de 1970 – nas quais falava dos eunucos; por volta dos 30 anos teve uma conversa “libertadora” com um monge beneditino que lhe aconselhou para que aceitasse a “vocação” de ser homossexual. Retomamos esse assunto quando lhe perguntei se o apoio recebido da irmã tinha sido decisivo para a superação dos conflitos que viveu com relação a seus desejos e ele me corrigiu:

Por incrível que pareça foi esse monge beneditino. Como eu sempre fui da igreja, a gente tem um lado de Deus muito forte. Ali eu vi que não tinha aquela carga de eu brigar comigo. [...] O abade falou pra mim: - **“A igreja não proíbe gays, só que o que ela quer do gay, o celibato. Pode entrar qualquer gay, desde que ele tenha o celibato ele é uma pessoa normal”**.

Esta foi uma orientação que ecoa o discurso pastoral contemporâneo católico segundo o qual as(os) homossexuais “podem exercer uma vida em conformidade com os preceitos da cristandade mesmo sem deixarem de “ser” homossexuais, através do exercício do celibato e da castidade” (NATIVIDADE; OLIVEIRA, 2004, p. 2). Ademais, segundo esses mesmos autores, sob tal concepção “estabelece-se uma distinção entre “atos” e “tendências” homossexuais – enquanto as últimas podem ser inatas, os primeiros são expressão de um uso desordenado do sexo que, como outros, gera consequências nocivas sobre a pessoa” (NATIVIDADE; OLIVEIRA, 2004). Um arcabouço teológico restrito que, no entanto, revelou ter alcance prático limitado, como ficou evidente no prosseguimento da conversa com Ricardo quando ele, entre risos e com a voz baixa, arrematou: “o problema é que a gente dá uma escapada né?”.

Estendi-me nesses exemplos por perceber neles uma criatividade e um empenho dos sujeitos em conciliar aspectos relacionados com a religiosidade e a sexualidade de cada deles. Se de uma parte é inegável o projeto progresso e contemporâneo da igreja católica de tentar e barrar avanços sociais na esfera dos direitos civis – em matérias como o aborto, a criminalização da homofobia e o casamento legal entre pessoas do mesmo sexo, por exemplo – com base em um sistema de crenças que incorpora um policiamento e a normatização das sexualidades, tendo por referência um padrão heteronormativo; por outro lado, a adesão afetiva e

efetiva àqueles preceitos por parte das pessoas que praticam a religião – e também meus interlocutores – não se dá de forma literal, direta e homogenia (MUSSKOPF, 2012).

As experiências vividas e memórias construídas pelos sujeitos que compuseram o *corpus* de pesquisa – homens homossexuais que vivem em cidades do interior de Santa Catarina e se declaram católicos – revelam uma relação dinâmica e continuamente negociada entre religiosidade e sexualidade. Uma ambiguidade que André Musskopf (2012) defende como própria da história brasileira:

O discurso religioso representado pelas instituições e autoridades católicas que defendem padrões heterocêntricos tem o impacto de sua luta pela moralização da sexualidade limitado pelas conquistas dos movimentos civis e das correntes intelectuais vinculadas a eles. Estas, por sua vez, têm sua busca por uma sociedade livre do heterocentrismo limitada pela influência do discurso religioso. Assim, embora em termos gerais, o conservadorismo ainda consiga garantir mais espaço e ter um impacto social mais amplo, nenhum dos dois tem conseguido articular produtivamente a ambiguidade sexual e religiosa que marca o Brasil desde a sua invenção e conquista até os dias de hoje (MUSSKOPF, 2012, p. 156).

É uma ambiguidade cuja ressonância regional e local, posso afirmar, foi confirmada em minha pesquisa. Como Maria Teles Lemos (1998) identificou em sua tese de doutorado, na qual investigou a relação entre religião e sexualidade em camadas populares no interior do estado do Paraná:

No caso da sexualidade, os valores pregados pelo catolicismo oficial, por serem muitos restritivos, têm apresentado dificuldades em receber adesão afetiva e efetiva da maioria da população e, quando o conseguem, a adesão se dá de forma heterogenia, dificultando, assim a possibilidade de que esses valores se transformem em ações. Porém, os discursos da religiosidade popular têm se apresentado como um espaço de produção de sentido às práticas sexuais que não se encaixam nos

ensinamentos religiosos oficiais (LEMOS, 1998, p. 198).

Pois bem, algumas das falas que destaquei acima constituem exemplos vivos de tal criatividade, mediante a qual práticas homossexuais condenadas pela religião católica foram reiteradas como legítimas e ressignificadas. Algo que ficou bem claro quando Renato lembrou da época em que ia com seu primeiro namorado – naquela lógica do “visível pouco abordado” – na missa “tudo direitinho”. Ou, ainda, naquelas falas em que Antônio relativizou a noção de pecado – por gostar de outro homem – já que “outras pessoas fazem coisas bem piores”, e mesmo porque a autoridade máxima da igreja católica “pediu perdão pros homossexuais”.

Da mesma maneira que os processos de subjetivação daqueles sujeitos revelaram-se permanentes e contínuos, também as relações possíveis entre seus desejos, práticas afetivas-sexuais e religiosidades, que por certo ocuparam e ocupam posição de destaque no (auto) reconhecimento identitário de cada um deles, ainda mais em contextos interioranos, foram igualmente dinâmicas, misturadas e fluídas e nunca acabadas.

Acrescento e enfatizo, outrossim, que a religiosidade surgiu entrelaçada com o pertencimento comunitário e a igualmente valorizada coesão familiar. O primeiro aspecto ficou evidente, por exemplo, quando entrevistei Antônio, e ele, além de frisar o hábito de frequentar duas igrejas da comunidade e, eventualmente, a catedral da cidade, na companhia da mãe e do pai, com gosto lembrou da prática anual de participar da festa e da procissão em homenagem à Nossa Senhora Aparecida. Ney também recordou saudoso a participação nos cultos e atividades religiosas da igreja cuidada pela mãe, enquanto ela foi viva, uma prática não abandonada:

Hoje muitas mulheres de várias áreas profissionais me procuram porque descobrem que têm filhos ou netos com essa característica [de serem gays]. Eu digo: tem que levar a um psicólogo infantil. Tem todo um trabalho. [...] Então hoje essas senhoras me procuram, muitas da minha empresa, da comunidade onde eu frequento. Eu frequento mais porque tem muita gente da comunidade com depressão. A gente canta e as pessoas ficam bem. São idosos. Então a gente faz um trabalho voluntário.



(Fala de Ney).

Para além do mero engajamento em comunidades religiosas, as práticas vivenciadas por Renato, Antônio e Ney revelam-se como fatores que, ao lado da filiação e da ascendência familiar, contribuem para uma maior pessoalidade nas relações sociais. Um aspecto importante em contextos interioranos (PRADO, 1995), com consequências diretas na forma como cada um deles é reconhecido como um *viado* e como essa visibilidade é gerida por eles.

#### 7.4 COM A TELEVISÃO LIGADA

O pai adorava rádio e música sertaneja. A mãe nunca gostou de TV. Nós éramos agricultores, então nós dormíamos cedo. **E televisão só tinha no vizinho, à bateria.** Nós [referindo-se aos irmãos e irmãs] íamos na casa deles assistir Planeta dos Macacos e a Mulher Maravilha, eu adorava a Mulher Maravilha (risos) a bicha! Eu achava ela linda [mais risos].

(Renato).

Nós não tínhamos televisão. Nossa primeira televisão foi em 1974. Então, pra trás só tinha o radinho e a vitrola. A mamãe tinha e botava o disco. **Quando não tinha [televisão], a gente assistia no vizinho.** E para ver novela tinha de se comportar o dia inteiro [risos]. Meu pai nos deixava de castigo, a gente era muito peralta [...] [risos].

(Ney).

Era meio vagabunda, a minha mãe comprou. **Antes disso nós íamos todo dia na vizinha, à noite, para assistir à novela.** Naquela época eu acho que era Selva de Pedra. Era na rua da frente, o vizinho tinha aviário e ganhava mais. O pai, coitado, tinha dez filhos e trabalhava na prefeitura, não tinha condições.

(Ronaldo).

Televisão a gente sempre teve, graças a Deus.

(Ricardo).

**Primeiro teve na casa da vizinha.** Aí, nós assistíamos a novela. Era a Selva de Pedra, o Francisco Cuoco<sup>163</sup> era muito lindo. (Francisco).

Ao lado da ditadura militar, do pânico sexual e moral desencadeados pela AIDS e da religiosidade, indiquei a importância da televisão no período histórico estudado para uma aproximação, ou esboço de um possível “enquadramento da memória” (POLLACK, 1989) de meus interlocutores. Assim prossigo tentando evidenciar e compreender melhor a relação entre seus processos de subjetivação e de reconhecimento identitário e as formas como cada um deles geriu a visibilidade de suas homossexualidades, com as transformações havidas no regime de visibilidade homossexual.

Nascidos antes de 1974 e residentes em cidades do interior, todos os entrevistados deram respostas parecidas à minha pergunta inicial sobre como eles se divertiam e gozavam de seus horários livres, quando eram crianças e jovens<sup>164</sup>. A prática de assistir televisão ocupou posição de destaque nas conversas com todos eles, ao lado de referências às brincadeiras com irmãos(aos), com colegas da escola e vizinhos(as), às aventuras dentro do mato – resumidas por Ronaldo como “tudo que hoje uma criança não faz” – às frequentes missas na igreja, às esporádicas festas religiosas, ao circo e, no caso de muitos deles, já adentrando no período da adolescência, às discotecas.

Algumas das memórias – as mais remotas delas – de experiências vivenciadas nos anos 1970, como indicam as falas acima transcritas, constituíram testemunhos do período que, sob o regime militar, a televisão se consolidou no Brasil como o principal e mais influente meio de comunicação de massas<sup>165</sup>, em uma posição hegemônica outrora ocupada pelas rádios (SEVCENKO, 1998).

---

<sup>163</sup> Ator da Rede Globo ainda em atividade.

<sup>164</sup> Como mencionei na introdução, no conjunto de narrativas construídas a questão da televisão foi por mim explorada a partir de um roteiro semiestruturado no qual contemplei algumas questões específicas, inicialmente sob a perspectiva e o objetivo – depois reconfigurado – de pesquisar personagens de telenovelas, a partir das quais investigaria possíveis identificações e apropriações *queer*, com inspiração na obra de Halperin (2012). Apesar de tal norte ter sido abandonado, como o prosseguimento do trabalho permitiu evidenciar, as memórias acionadas e construídas sob aquela orientação revelaram-se fundamentais e ricas para o desenvolvimento da pesquisa em seus objetivos reconfigurados e estabilizados.

<sup>165</sup> Vista como estratégica à necessária integração nacional e à difusão de valores morais e sociais, a partir dos quais o binômio segurança e desenvolvimento poderia

A ampliação das redes de televisão e das alternativas de programação deu-se em um contexto de ingerência estatal que, por meio de novas regulamentações, institucionalizou uma forte censura e políticas culturais normativas (HAMBURGUER, 1998). Ainda que, de um modo geral, a consequência direta daquela associação nebulosa entre o poder público e a iniciativa privada fosse o apoio irrestrito dos meios de comunicação, e das redes de televisão em particular, ao governo da ocasião, a censura por anos foi exercida com regularidade, coibindo os programas e temáticas considerados contrários aos interesses do regime, da moral e dos bons costumes.

Foi sob tal conjuntura maior que, em poucos anos, a televisão ampliou não só seu alcance geográfico, mas conquistou a posição de principal meio de comunicação do país, consolidando-se como a principal fonte de lazer, informação e cultura para uma crescente audiência sedenta de informação (HAMBURGUER, 2005). Como a mesma Hamburguer observou em outra de suas obras:

A TV capta, expressa e constantemente atualiza representações de uma comunidade nacional imaginada. Longe de promover interpretações consensuais, ela fornece um repertório comum por meio do qual pessoas de classes sociais, gerações, sexo e regiões diferentes se posicionam, se situam umas em relação às outras. Ao tornar um repertório comum acessível a cidadãos os mais diversos, a TV sinaliza a possibilidade, ainda que sempre adiada, da integração plena. Ela como que alimenta cotidianamente uma disputa simbólica, uma corrida pelo domínio das informações necessárias, um jogo de inclusão e exclusão social (HAMBURGUER, 1998, p. 441-442).

Assim como é inegável que trata-se de um presença cotidiana que perdeu força nas últimas décadas diante do surgimento e da popularização de novas alternativas – além das já tradicionais representadas pelo rádio e pelo cinema, tais como a difusão dos canais pagos e, notadamente da internet – é forçoso reconhecer a televisão como principal fonte de

---

ser alcançado (OLIVEIRA, 2001), a televisão atraiu a intervenção do Estado, com a concessão de linhas de financiamento através de bancos públicos, simultaneamente com investimentos maciços em infraestrutura tecnológica necessária para a ampliação de seu alcance, com a inauguração do sistema de transmissão de micro-ondas em 1968 e pouco depois via satélite (HAMBURGUER, 1998).

informações e cultura nos anos 1970, 1980 e mesmo 1990. Tal reconhecimento contém, por decorrência, um componente historicamente datado e, por extensão, geracional.

Convém destacar, outrossim, que trata-se de uma influência que precisa ser pensada como inserida e relacionada com a falta de uma cultura literária<sup>166</sup> e do limitado alcance do cinema no Brasil, um componente ainda mais significativo levando-se em conta a distância de Gaspar, Imbituba e Tubarão, tanto da capital do Estado, Florianópolis, como dos grandes centros urbanos brasileiros, então concentrados na região sudeste.

Sintonizados com seu tempo, os conteúdos das diferentes redes de televisão foram constantemente atualizados, mantendo um diálogo permanente com o contemporâneo, retratando e promovendo mudanças sociais e comportamentais que ocorreram no mundo e no país. As memórias de meus interlocutores relacionadas com a televisão confirmam-se, desse modo, como ricas fontes históricas para um estudo das transformações pelas quais o regime de visibilidade homossexual passou principalmente nos anos 1970 e 1980, e também nas duas décadas seguintes.

O horizonte maior que delinheio neste capítulo, apesar de parcial, sinaliza que os discursos e as representações que associavam a homossexualidade ao pecado, à doença<sup>167</sup> e à criminalidade<sup>168</sup>

---

<sup>166</sup> A única referência à literatura que surgiu nas narrativas reunidas foi do interlocutor Ney, que lembrou que com seus 20 e poucos teve uma tentativa de namoro com uma colega de trabalho frustrada e dela recebeu de presente um livro: *Giovanni*. Trata-se do romance de James Baldwin (1981), considerado um dos maiores autores negros do século XX, que foi lançado originalmente nos Estados Unidos em 1956, sob o título *Giovanni's Room*. Na edição brasileira que adquiri, de 1981, em sua capa posterior é fornecida a seguinte apresentação: “Dramática viagem através do submundo da homossexualidade masculina. Na trajetória amorosa de Giovanni e David – principais personagens do romance de James Baldwin – onde não faltam os sentimentos comuns aos relacionamentos heterossexuais, o insofismável assertiva: o amor é passível de crises e dúvidas, mas nunca objeto de culpa ou anormalidade”.

<sup>167</sup> Para um estudo preliminar sobre a associação histórica entre homossexualidade e pecado e homossexualidade e doença indico a obra de Roger Raupp Rios (2001). Destaco, em particular, que foi em 1985 que a homossexualidade foi retirada do rol de doenças catalogadas pelo INAMPS – Instituto Nacional de Assistência Médica e Previdência Social.

<sup>168</sup> A homossexualidade nunca foi criminalizada no Brasil, o que não impediu que práticas com ela relacionadas fossem perseguidas, como se deu, como visto, na perseguição de homossexuais, das lésbicas e das travestis durante a ditadura militar de 1964-1985 (GREEN; QUINALHA, 2014). Na maioria dos casos, as autoridades valiam-se do uso arbitrário de leis relacionadas com vadiagem, perturbação da ordem,

aparentemente foram silenciados à medida que o século XX aproximou-se de seu final. Por outro lado, o mesmo retrospecto revela que a maior visibilidade conquistada pelos(as) homossexuais, bastante recente em termos históricos, teve nos espaços midiáticos, especialmente na televisão, uma parceira decisiva, mas por vezes, perversa.

Mesmo que rápidas referências à homossexualidade ocorressem na televisão desde a década de 1960<sup>169</sup>, foi somente a partir do fim dos anos 1970 e início dos anos 1980 que pessoas e personagens reconhecidos como homossexuais começaram a aparecer de forma mais frequente e escancarada em programas voltados para o público feminino<sup>170</sup>, em programas de humor<sup>171</sup>e, como vou aprofundar no próximo capítulo, em shows de auditório e telenovelas. Esse é um destaque que o próprio avanço da pesquisa de campo tratou de evidenciar. À medida que reuni um volume maior de entrevistas realizadas percebi que as memórias dos interlocutores com os quais já tinha conversado concentraram-se nesses dois tipos de programação, uma tendência que, além de persistente, revelou-se produtiva para explorar e tentar entender como suas experiências de vida, subjetividades e, especialmente, a forma como e geriram a visibilidade de suas homossexualidades, foram processos resultantes de um diálogo contínuo, nunca acabado, com um regime de visibilidade restritivo, mas ainda assim com espaço para resistências.

---

ou realização de atos obscenos em público, além da lei de imprensa, no caso das primeiras publicações voltadas para o público homossexual (GREEN, 2000).

<sup>169</sup> Como ocorria durante os programas do apresentador Chacrinha que incendiava suas plateias com perguntas como: “Quem gosta de chupar pirulito: o homem ou a mulher?”. Ou, então: “Olha a cabeleira do Zezé, será que ele é...?”, sendo respondido pela plateia com um retumbante e sonoro “Bicha!” (DEVASSOS, 2000, p. 305 e MONTEIRO, 2014, p. 307-308).

<sup>170</sup> Como os do apresentador e desenhista de alta costura Clodovil Hernandez, que ficou famoso com suas participações e programas de auditório e desde 1983 estreou produções próprias (TREVISAN, 2000).

<sup>171</sup> Sendo os mais populares: *Os trapalhões*, com caracterizações caricaturais e de figuras femininas e homens desmunhecados, *Chico Anyisio Show*, com *Painho*, um pai de santo bicha e *Viva o Gordo* e seu *Capitão Gay* apresentado por Jô Soares (TREVISAN, 2000).



## 8 VISIBILIDADE VIADA E RESISTÊNCIA

O diálogo com os entrevistados sobre televisão, aquela da época em que eram meninos, rapazes ou jovens adultos, revelou-se, principalmente, uma conversa divertida sobre os shows de auditório:

O pai ficava louco porque eu gostava muito de ver televisão e então ele me xingava, aí eu desligava. As novelas a gente não perdia uma, a família toda, até o pai que não era muito de televisão. O Chacrinha e os Trapalhões era mais eu e minha irmã. O pai e a mãe estavam sempre trabalhando [referindo-se ao bar e mercearia da família], mas eu e minha irmã víamos juntas o Chacrinha e o Flávio Cavalcanti. (Fernando).

Eu gostava do Chacrinha. Na minha época eu gostava da Martinha, uma cantora na época da MPB<sup>172</sup> que passava no programa do Flávio Cavalcanti. Eu adorava. Ele tirava e botava aqueles óculos. Adorava [risos]. (Ricardo).

A gente via o Sílvio Santos. Via o Chacrinha também que era mais cedo. Eu, o pai, a mãe e minha irmã antes dela casar. Era muito legal. (Ronaldo).

A televisão tinha homossexuais, artistas, profissionais da alta costura. Eram pessoas elegantes e inteligentes. Do meu tempo no Chacrinha tinha aqueles jurados. Tinha as entrevistas na Hebel<sup>173</sup>. [...] O Clodovil era afeminado. O Silvinho cabelereiro. O Dener, estilista. Esses que chamaram mais a minha atenção. Engraçado que meus pais assistiam e eu não sentia que tinha alguma conotação comigo, nada. Tudo respeitado. Não se falava nada, só se assistia. [...] O Chacrinha começou na TV Excelsior, na Tupy, depois foi pra Bandeirantes, depois estreou na Globo. O Bolinha era na TV Bandeirantes. [...] O Dener, aquele estilista, e o

---

<sup>172</sup> Música Popular Brasileira.

<sup>173</sup> Cantora, atriz e apresentadora de televisão brasileira falecida em 2012.

Clodovil eram jurados do Flávio Cavalcanti. [...] Eu gostava muito do Cauby Peixoto<sup>174</sup>, a Ângela Maria<sup>175</sup>, Elke Maravilha<sup>176</sup>, Cláudia Barroso<sup>177</sup> e a Rogéria<sup>178</sup>. A Rogéria também trouxe muita abertura para esse mundo, né? Deu várias entrevistas que eu vi, ela sempre falou: estudem, estudem, leiam, aprendam uma profissão. (Ney).

### 8.1 “MAS É TRANSFORMISTA!?” , “MAS É MULHER!?”: “NÃO, É HOMEM!”

As referências que se repetiram foram particularmente relacionadas ao show semanal do Chacrinha<sup>179</sup>, lembrado espontaneamente por todos os entrevistados, ao lado de outras

---

<sup>174</sup> Famoso cantor brasileiro falecido em 2016.

<sup>175</sup> Famosa cantora brasileira falecida em 2018.

<sup>176</sup> Modelo, atriz, cantora e apresentadora de televisão, famosa por seu visual colorido extravagante, participava frequentemente como jurada de programas de auditório durante as décadas de 1970 e 1980. Atuou no cinema, no teatro e na televisão, inclusive em telenovelas. Faleceu em 2016. (VEJA, 2016). O interlocutor Ney que revelou ter um conhecimento apurado das principais celebridades televisivas daquela época destacou: “A maioria dos gays amavam, adoravam a Elke Maravilha porque ela era uma pessoa que dava muita força pros gays. Tanto que ela foi a rainha dos gays em São Paulo. Amada até hoje”.

<sup>177</sup> Cantora, compositora e atriz falecida em 2015.

<sup>178</sup> Atriz e cantora brasileira que se definia como “travesti da família brasileira”. Desde o final da década de 1970 participou de produções teatrais, cinematográficas e de diversos programas de televisão, de diferentes emissoras, inclusive em novelas da Rede Globo. Faleceu em 2017 (VEJA, 2017).

<sup>179</sup> Como era conhecido Abelardo Barbosa de Medeiros, profissional do rádio que estreou na TV Tupi, no Rio de Janeiro, em 1956, dando início à longa carreira de apresentador de programas de auditório, em diferentes redes de televisão até sua morte em 1988, quando comandava o *Cassino do Chacrinha*, na Rede Globo. Para maiores detalhes de sua tortuosa carreira artística, indico a biografia de Denilson Monteiro (2014) e o portal da internet Memória da Globo. Disponível em: <<http://memoriaglobo.globo.com/perfis/talentos/chacrinha/trajetoria.htm>>, Acesso em: 23 out. 2018.



relacionadas com os programas *Sílvio Santos*<sup>180</sup>, *Flávio Cavalcanti*<sup>181</sup> e, em menor medida, ao *Clube do Bolinha*<sup>182</sup>; em memórias muitas vezes carregadas de afetividade. Foram recordações principalmente do início dos anos 1970, quando a televisão brasileira começou a abrir espaços para a “participação de homossexuais” – como se referiu Ney – ao lado das já tradicionais celebridades, principalmente atores e atrizes, cantoras e cantores. Foi o início de uma prática midiática que, como a pesquisa de Thiago Barcelos Soliva (2017) aprofundou, teve nos programas de auditório espaços privilegiados de visibilização, mas que não se limitou aos homossexuais, alcançando outras sexualidades por ele definidas como não normativas.

Em pouco tempo houve uma exposição permissiva de *personas*<sup>183</sup> como os estilistas Dener e Clodovil, ou o carnavalesco Clóvis Bornay, entre outros, que passaram a ocupar a função de jurados das apresentações dos calouros, em um formato criado inicialmente por Flávio Cavalcanti, que se tornou líder de audiência e logo foi copiado pelos concorrentes, como Sílvio Santos e o Chacrinha:

Mais do que a afetação que animava a plateia dos auditórios, a presença desses homens nesses programas de grande popularidade implicava uma insurgência das sexualidades não normativas nos

---

<sup>180</sup> Empresário e apresentador de programas de televisão, com mais de 60 anos de atuação, que passou por diferentes emissoras e que desde o início da década de 1980 comanda atrações, com diferentes formatos, em sua própria emissora: o Sistema Brasileiro de Televisão (SBT). Fonte: Portal Memória Globo. Disponível em: <http://memoriaglobo.globo.com/programas/entretenimento/auditorio-e-variedades/programa-silvio-santos/evolucao.htm>. Acesso em 23 out 2018.

<sup>181</sup> Jornalista e apresentador de televisão que estreou na extinta TV Tupi, na década de 1950, e que atuou em diferentes emissoras até 1986, ano de sua morte, quando comandava o programa dominical com seu nome no SBT. Fonte: Portal Observatório da Televisão. Disponível em: <https://observatoriodatelevisao.bol.uol.com.br/vale-a-pena/2018/05/nossos-comerciais-por-favor-o-polemico-flavio-cavalcanti-nos-deixava-ha-32-anos>. Acesso em 23 out 2018.

<sup>182</sup> Show televisivo considerado um dos líderes de audiência da TV Bandeirantes, que foi exibido de 1974 a 1994, sob comando do apresentador Edson Cury (SOLIVA, 2017).

<sup>183</sup> Faço uso dessa expressão ao longo deste capítulo no sentido proposto por Raphael Bispo dos Santos, para me referir à forma como determinados(as) sujeitos(as) se apresentavam no âmbito midiático cumprindo determinados papéis, atendendo expectativas ditadas pela dinâmica mobilizada na forma de entretenimento em que estavam inseridos(as), por meio da exploração de sua imagem pública articulada com suas respectivas trajetórias sociais e privadas (SANTOS, 2016).

lares brasileiros, contribuindo para a construção de um “papel não heterossexual” na nossa sociedade. O público não apenas gostava dessa presença como exigia seus trejeitos, gritinhos, bordões e afetações característicos de Dener, o que representava não apenas um risco à moral e aos bons costumes da “família brasileira”, mas, sobretudo, à autoridade militar – cujo poder foi conquistado graças ao apoio desses setores mais conservadores da sociedade (SOLIVA, 2017, p. 20).

Tais aparições, à medida que conquistaram mais e mais audiência, desencadearam uma reação que se evidenciou através da censura. Entre outros, Dener, Clodovil, Clóvis Bornay e Rogéria, foram considerados maus exemplos para a juventude, seja pela “total falta de masculinidade”, ou por corporificarem uma “inversão sexual” e, no início do ano de 1972, tiveram vetadas suas participações naqueles programas (RODRIGUES, 2014). O avanço da década, no entanto, indicou que a ocupação da cena midiática por aquelas *personas* havia conquistado uma visibilidade (e audiência) que não tinha mais retorno. Não obstante o ostracismo imposto pela ditadura militar ao estilista Dener<sup>184</sup>, que ocorreu com a conivência da mesma indústria televisiva que tanto explorou o lucrou com sua imagem pública e reconhecível de homossexual afeminado e caricato, o sucesso ainda maior conquistado por algumas daquelas celebridades como Clodovil, confirmou a continuidade daquela tendência de superexposição e exploração midiática de *personas* gays e transformistas.

Uma estratégia que foi estendida ainda mais nos anos 1980, quando os mesmos programas de auditório passaram a exibir outros personagens ainda mais exóticos e espetaculares:

**No Sílvio Santos tinha um bloco dedicado só pros transformistas, mas era muito chic.** O Sílvio sempre valorizou essa arte, dos transformistas, inclusive às vezes os rapazes nem eram travestis, não tinha seio nada. Durante o dia trabalhavam como homens, no escritório, mas à noite faziam shows nas casas noturnas. No programa Sílvio Santos eles iam lá pra ganhar um cachê, até pra se promover melhor. (Ney)

---

<sup>184</sup> Que teve vetada sua participação em programas de televisão, e depois da perda de muitos clientes e o fechamento de seu ateliê, morreu em 1978, vítima de cirrose hepática (SOLIVA, 2017).

Eu gostava do Sílvio daquela época porque ele apresentava aqueles transformistas. Eles diziam: - “Ah! É transformista!”. Até às vezes a minha mãe perguntava: - “**Mas é transformista!?**” - “**Mas é mulher!?** Eu dizia: - **Não é homem!** A gente ia dizer o que pra eles? Tinha de ficar quieto né, pra não dizer que era gay, pois não iam entender, né? Ai a gente dizia: - Ah, mãe, aquilo ali eles vão transformado, pra ganhar dinheiro, pra aparecer na televisão...então era assim. (Antônio).

Essas são lembranças das exibições de *personas* cuja visibilidade até então era restrita e tolerada apenas na época do carnaval nos grandes centros urbanos, e que passaram a ser exploradas como mercadorias culturais exóticas, vindo a público envoltas em uma aura de perigo e admiração, como a caprichada lembrança de Antônio tratou de reconstituir. Ao mesmo tempo, aquelas falas são um testemunho de um aprendizado coletivo mediante o qual houve uma ampliação dos limites do pensável em termos de diversidades de gênero, desejos e práticas amorosas-sexuais, conjuntamente com uma aceitação, apesar de estigmatizada, daquele(as) sujeitos que desafiavam ainda mais a lógica binária e intransitiva de gênero.

Em todos os exemplos, tanto no caso dos jurados homossexuais como no dos transformistas, a exploração de suas imagens públicas deu-se através dos estereótipos, isto é, através de uma forma de representação mediante a qual as características de determinada pessoa ou grupo são exageradas, num processo de simplificação que as enquadra em determinados sentidos, estabelecendo uma fronteira simbólica entre o “normal” e o “desviante”, o “aceitável” e o “inaceitável” (HALL, 2013b). Especificamente com relação às *bichas* e aos *viados*, dentro do regime de representação aqui aprofundado, o estereótipo do homem feminino foi construído e reproduzido como algo fixo, estático e subordinado, cabendo destacar o componente relacional implicado nessa lógica de sujeição e controle:

O estereótipo do homossexual como um homem feminino e frágil o posiciona como inferior ao homem heterossexual compreendido como masculino e forte. A feminilidade masculina tende a ser classificada como anormal, uma vez que, no vocabulário hegemônico, o gênero é binário

(masculino e feminino) e intransitivo (a masculinidade não pode migrar para uma mulher assim como a feminilidade não pode aparecer em um homem). Assim, no contexto brasileiro, emergiu a figura da bicha como a do homossexual reconhecível socialmente, reprovável em seu gênero tanto ou mais do que seu desejo (MISKOLCI, 2017, p. 269).

Foram representações baseadas em estereótipos as que, por muito tempo, prevaleceram na televisão brasileira – inclusive nas telenovelas, como vou explorar a seguir – em uma posição hegemônica que persistiu até meados dos anos 1990, quando os programas que mais exploravam o “filão” caricato e risível - os humorísticos *Os trapalhões* e o *Clube do Bolinha* - deixaram de ser produzidos<sup>185</sup>.

## 8.2 “O QUE AJUDOU MUITO NAS FAMÍLIAS QUE TINHAM FILHOS GAYS FOI A TELEVISÃO, FORAM AS NOVELAS”

Quando o assunto das entrevistas foi a televisão, as novelas, ao lado dos programas de auditório, ocuparam papel de destaque nas memórias de todos os interlocutores. Aliás, em muitas narrativas, o início do costume familiar de assistir televisão foi situado no início e em meados da década de 1970, confundindo-se com as memórias relativas às telenovelas. Uma sedutora forma de lazer franqueada depois de um dia dividido entre os estudos e a ajuda dos pais nos serviços da roça ou no comércio da família.

Foram experiências novas que se tornaram possíveis em um momento histórico em que o Brasil, sob a ditadura militar, como já enfatizei, passava por rápidas transformações com o declarado objetivo de modernização. Os meios de comunicação em geral, e a televisão em particular, em poucos anos passaram a ocupar uma posição estratégica adquirindo proporções nacionais, sob a liderança da Rede Globo. Seguindo a tendência de modernização, as novelas, desde o final dos anos 1960, deixaram de ser realizadas com base em histórias fantasiosas, passadas em tempos e espaços remotos e adotaram uma linguagem realista, tendo por cenário o momento contemporâneo brasileiro, associando, para tanto, filmagens externas com diálogos com um tom coloquial (HAMBURGUER, 1998).

---

<sup>185</sup> Ambos em 1994. DICIONÁRIO DA TV GLOBO (2003) e SOLIVA (2017), respectivamente.

O novo formato de produção revelou-se um sucesso, consolidando-se nas décadas de 1970 e 1980 como o produto televisivo de maior audiência e lucratividade. Foi justamente nesse período em que se concentraram as lembranças específicas por parte dos entrevistados sendo citadas espontaneamente além de *Selva de Pedra*, *Pai Herói*<sup>186</sup>, *Mulheres de Areia*<sup>187</sup>, *Gerônimo*<sup>188</sup> e *Vale Tudo*<sup>189</sup>.

Atentas ao potencial gerador, por vezes transformador, mas, também, reproduzidor de representações, pesquisadoras destacadas da área de estudos culturais propõem suas reflexões usando expressões como “novelas verdade” (BORELLI, 2001), “vitrines vivas” (ALMEIDA, 2007), “novelas de intervenção” (HAMBURGUER, 2005). Produções cada vez mais elaboradas que, através de narrativas do cotidiano (essencialmente branco, rico, urbano e heterossexual) difundiram e difundem modelos do que se considera “moderno” não só em termos da moda e consumo, mas também em relação a comportamentos, valores e práticas, fornecendo, assim, sentidos simbólicos ao público que as assiste (ALMEIDA, 2007). Enfim, a partir desse período, temos a circulação ampliada de um regime de representações com potencial para estimular a afirmação de diferenças, interferir em processos de subjetivação e fragmentações identitárias, com destaque para as identidades homossexuais.

Minha colega no doutorado interdisciplinar (PPGICH/UFSC), Fernanda Nascimento (2015), em sua dissertação de mestrado em Comunicação Social, que posteriormente foi convertida em livro, realizou um mapeamento dos personagens LGBTs presentes em 62 telenovelas da Rede Globo de 1970 a 2013, bem como um levantamento e avaliação da produção acadêmica brasileira dedicada a esta temática particular.

A sistematização realizada por ela apontou as principais características de personagens LGBT e confirmou a crescente visibilidade conquistada, indicando a persistência de representações estereotipadas,

---

<sup>186</sup> Exibida em 1979 pela Rede Globo (DICIONÁRIO DA TV GLOBO, 2003).

<sup>187</sup> No DICIONÁRIO DA TV GLOBO encontrei a informação de que a primeira versão desse folhetim foi exibida pela TV Tupi em 1973. (DICIONÁRIO DA TV GLOBO, 2003, p. 211). São dessa época as memórias dos interlocutores Ney e Ronaldo. Outro interlocutor mais jovem, Fernando, fez referência ao *remake* exibido pela Globo em 1993.

<sup>188</sup> Exibida pela rede SBT entre 1984 e 1985. Fonte: Portal Teledramaturgia. Disponível em: <http://teledramaturgia.com.br/jeronimo-1984/>. Acesso em: 02 nov. 2018.

<sup>189</sup> Veiculada entre 1988 e 1989 na Rede Globo. Fonte: DICIONÁRIO DA TV GLOBO, 2003.

com homens gays afeminados e mulheres lésbicas masculinizadas, em atuações dadas ao riso. Em sua maioria, eles e elas integravam núcleos cômicos, de classes populares (anos 1970), ou, então, foram associados à criminalidade (anos 1980), prevalecendo desta forma até o início dos anos 1990<sup>190</sup>, quando, então, houve uma mudança naquela longa tradição: começaram a surgir produções nas quais a homossexualidade da personagem é sugerida ao longo do enredo, mas confirmada (somente) ao final<sup>191</sup>. De qualquer modo, os rumos de uma ampliação representacional estavam dados com a aparição de gays não afeminados e nem caricatos.

Foi uma mudança que, para ser melhor compreendida, requisita uma rápida digressão e pareceu indicar um reflexo tardio da difusão de um novo modelo homossexual: a do gay discreto. Miskolci destaca três aspectos históricos que, associados, contribuíram para emergência e consolidação daquilo que o autor denomina de regime de visibilidade sexual centrado na discricção: a) a perseguição aos homossexuais que foi reforçada ao final da Segunda Guerra Mundial, b) o surgimento do “gay macho” como um modelo homossexual durante a Revolução Sexual e c) a epidemia da AIDS, que difundiu a prática da vigilância corporal entre os gays e a busca por um corpo “sarado” (MISKOLCI, 2017).

Comentando a primeira daquelas mudanças, o sociólogo afirma que, na realidade, tratou-se da renovação do histórico rechaço à homossexualidade, que ocorreu nos Estados Unidos e na Grã-Bretanha<sup>192</sup> e alcançou muitos países ao redor do mundo, inclusive o Brasil. Um preconceito que foi reatualizado e redundou em políticas de perseguição com as quais todos os homens – e não somente os homossexuais – passaram a conviver com uma vigilância social permanente sobre suas masculinidades e expressões de desejo (MISKOLCI, 2017).

---

<sup>190</sup> Aqui é oportuno lembrar que em 1994 os dois programas de televisão que mais exploraram os estereótipos gays como fonte para o riso – *Os Trapalhões*, da Rede Globo e o *Clube do Bolinha*, da Bandeirantes – deixaram de ser exibidos.

<sup>191</sup> Nas chamadas “narrativas de revelação”, nas quais o gradual desenvolvimento da trama procurava estabelecer uma empatia entre as(os) expectadoras(es) e as personagens, tornando mais propício e palatável a tardia “revelação” de sexualidades que se desviavam da norma. A novela global *A Próxima Vítima*, de 1995, é apontada como uma produção paradigmática neste sentido pois nela dois jovens, homens de raças diferentes, “enfrentam conflitos familiares em decorrência da não aceitação da sexualidade e sofrem com o preconceito e discriminação antes de encerrarem a trama juntos” (NASCIMENTO, 2015, p. 101).

<sup>192</sup> Para onde voltaram milhares de homens com a desmobilização das tropas depois do fim da guerra.

A emergência do “gay macho”, como Halperin (2012) pesquisou, também tem relação com o final da Segunda Guerra Mundial. Foi uma forma de se vestir e de se portar que surgiu em cidades litorâneas dos Estados Unidos, em espaços de sociabilidade homossexual, nos quais homens começaram a adotar o uso de calças jeans, camisetas brancas e jaquetas de couro. Um modelo que foi apropriado pela geração de homens que se reconheceram como gays somente depois das revoltas de *Stonewall* de 1969, e tornou-se popular no decorrer da década de 1970, como uma forma de expressão do passado da qual era necessário se distanciar<sup>193</sup>. É sob tal ambiente histórico que deve ser compreendido o surgimento de um novo modelo de homossexualidade masculina, com modos e aparência que aproximava os homens homossexuais dos heterossexuais, dos quais não mais se distinguiam e dividiam a condição de normalidade:

Sua homossexualidade não era mais um sinal de inversão de gênero, de inversão de papéis sexuais. Era uma expressão de uma característica única de sua personalidade, o que poderia, a partir de então, ser chamado de sua "sexualidade". Uma vez que tinha a ver apenas com sexo e não com gênero, essa nova sexualidade gay era inteiramente compatível, pelo menos em teoria, com uma masculinidade perfeita, impecável e irrepreensível. O simples fato de desejar homens não mais impedia que um homem gay fosse “heterossexual nas ações e na aparência”. Você pode ser gay sem ser desfigurado por qualquer estigma visível de desvio de gênero, ou estranheza - sem parecer diferente em qualquer sentido de uma pessoa normal (HALPERIN, 2012, p. 46).

---

<sup>193</sup> “Para mim e para muitos gays da minha geração, a cultura gay simplesmente não era uma prioridade. Nós certamente não estávamos muito interessados no que passou pela cultura gay naquela época. Afinal, não se focava em homens gays como nós (que ainda não tinham sido visivelmente representados pela mídia). Isso não nos ajudou a lidar com os desafios que enfrentamos como homens homossexuais orgulhosos, jovens, masculinos e sexualmente ativos, tentando encontrar nosso lugar em uma sociedade homofóbica e lutando para conciliar nossas vidas sexuais com nossas necessidades de amor e lealdade e amizade. Em vez disso, apresentavam estrelas femininas ou divas com as quais os homens mais velhos se identificavam, aparentemente porque aquelas figuras condenadas e trágicas refletiam as condições abjetas de suas vidas miseráveis e ressoavam com a forma arcaica de existência gay masculina que nós mesmos havíamos escapado com sorte – que a liberação gay nos libertou” (HALPERIN, 2012, p. 40).

Diferentes pesquisas identificaram a recepção e difusão daquele modelo no Brasil, que se deu desde meados dos anos 1970. Cito aqui como exemplo, mais uma vez, a obra de Carmen Dora Guimarães (2004), na qual ela estudou os modos de vida e os espaços de sociabilidade de um grupo de homossexuais de classe média, que migraram do interior mineiro e viviam no Rio de Janeiro. Segundo ela, tratavam-se de indivíduos cujas práticas sociais e sexuais indicavam uma preocupação “em ascender na trajetória social, em abrir e ampliar sua rede de relações sociais para incluir pessoas e atividades “normais”, e de assumir, cada vez mais, um comportamento másculo de homem (GUIMARÃES, 2004). Foi um modelo que se popularizou paralelamente ao surgimento dos primeiros grupos homossexuais organizados nas principais cidades do país ao final da década<sup>194</sup>. Aos poucos, há uma afirmação e difusão da necessidade de preservação de uma necessária “discrção”, com o que

A imagem do corpo homossexual é modificada e uma outra estereotipia dos corpos e dos comportamentos começa a ser traçada na projeção de uma nova imagem desejável e desejada (e exibida) de identidade. Tal fato aponta para um aparente deslocamento, a partir dos anos 1970, segundo o qual a valorização da lésbica masculinizada dá lugar à valorização da lésbica extremamente feminina (...). Já a imagem da chamada “bicha louca”, que por muito tempo foi o símbolo do reconhecimento da homossexualidade, é substituída pela do gay másculo, o qual se (re) apropriou da tradição patriarcal do homem viril, potente e agressivo (KRONKA, 2003, p. 156).

As únicas referências dos entrevistados que dialogaram mais diretamente com a emergência do “gay macho” indicaram uma repercussão mais tardia do modelo em cidades do interior, concentrando-se nos anos 1980, especialmente em memórias em que relembrou de

---

<sup>194</sup> Paulo Roberto Souto Maior Júnior (2017), estudando os casos dos grupos *Somos*, de São Paulo, *Gay da Bahia* e *Dialogay*, de Sergipe, indicou que o ato de se assumir foi uma das principais ferramentas de atuação do movimento, sendo que a própria forma de funcionamento desses e de outros grupos no final dos anos 1970 e início dos anos 1980, com a promoção de reuniões em que os participantes podiam desabafar, relatar suas inseguranças, medos e preconceitos, criava um sensação de pertencimento e identificação homossexual.



artistas como Fred Mercury, Renato Russo e Cazuza, além de atores que atuavam em novelas da Rede Globo como Thales Pan Chacon e Lauro Corona. *Personas* que tinham em comum uma visibilidade e uma notoriedade que era promovida principalmente através da televisão. Mas não era só isso, além de famosos, eram homens com performances masculinas e viris – afastando-se do estereótipo da *bicha* e do *viado* - cuja homossexualidade somente foi conhecida amplamente pelo público com a repercussão de que estavam com AIDS, ou mesmo depois de suas mortes serem associadas à doença.

Nos mesmos anos 1980, sob o impacto dos pânicos sexual e moral desencadeados pela AIDS, à busca de distanciamento do gay afeminado, corporificada na imagem do “gay macho”, associou-se outra tendência que no Brasil foi difundida paralelamente a partir de grandes centros urbanos, principalmente o Rio de Janeiro: a de homens e mulheres cultuarem corpos musculosos. Uma prática adotada pela então conhecida “geração saúde”, que passou a desejar e construir através da intensificação de exercícios físicos, corpos musculosos e fortes, ou seja, “sarados” – sem AIDS – e que acabou conquistado um status modelar, principal, mas não exclusivamente, entre os homossexuais (MISKOLCI, 2017). Um modelo que se popularizou e ainda vigora por todo o Brasil, ainda que por poucos(as) seja atingido, sendo que no caso dos homens foi estreitamente relacionado com noções de força, juventude e eficiência, colocadas à serviço da consolidação de uma imagem pública viril e masculina (MASSENO, 2011).

Não obstante o surgimento das figuras modelares do “gay macho” e do homem “sarado”, os efeitos simbólicos negativos da associação da AIDS com os homossexuais, considerados o principal “grupo de risco” persistiram por muitos anos, aumentando a discriminação e com ela a percepção da necessidade de não chamar a atenção e de ser “discreto”. Uma renovada homofobia que provavelmente sustentou a prevalência de representações negativas dos homossexuais nos espaços midiáticos em geral e na televisão em particular – com destaque para os shows de auditório, os programas de humor e as novelas, como visto – até meados da década de 1990<sup>195</sup>.

---

<sup>195</sup> Para um aprofundamento do contexto histórico dessa década indico as obras de SIMÕES e FACCHINI (2009), TREVISAN (2000), PARKER, (2002) e GREEN (2003). E destaco alguns marcos do período: a) difusão de um mercado dirigido a público gay e lésbico, com o surgimento de revistas, bares, boates e agências de viagens com perfil diferenciado por todo o Brasil, b) a criação, em 1995, da Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Travestis, c) a abertura por parte de partidos

Durante os anos 2000<sup>196</sup>, como o trabalho de Nascimento (2015) confirmou, houve uma ampliação ainda maior na participação de personagens LGBTs em novelas, com a incorporação de novas representações relacionadas com o gênero e a sexualidade, travestis e transexuais ganharam visibilidade, ao mesmo tempo que a presença de gays foi intensificada, muitas vezes formando casais com outros homens homossexuais, igualmente discretos, enquadrando-se em modelo de classe média, bem-comportado e heterossexual<sup>197</sup>, em uma tendência já identificada por Beleli (2009) em 2009<sup>198</sup>.

No trabalho de campo que realizei, foram muito poucas as lembranças e referências específicas de meus interlocutores a alguma personagem homossexual em particular, em uma ou outra novela específica. Ney, que além de boa memória revelou um maior conhecimento quando o assunto foram os shows de auditório e as telenovelas, destacou: “O que ajudou muito nas famílias que tinham filhos

---

políticos de espaços para demandas do movimento LGBT, com núcleos específicos, d) a realização no Rio de Janeiro, também em 1995, da 17ª Conferência da Associação Gay e Lésbica Internacional, e e) o surgimento, a partir de 1997, das Paradas Gays que crescem e multiplicam-se pelo país nos anos seguintes.

<sup>196</sup> Felipe Bruno Martins Fernandes estudou particularmente essa década, documentando a maior visibilidade e politização em torno de bandeiras de luta LGBT, com o aumento a resistência por grupos conservadores e religiosos. Neste contexto, indicou o período do Governo Lula (iniciado em 2003), como uma fase de avanço nas políticas públicas no Brasil, tanto no combate à homofobia, como na promoção dos direitos reprodutivos. Em 2008 foi realizada a Primeira Conferência Nacional LGBT, convocada por um presidente da república (FERNANDES, 2011).

<sup>197</sup> A jornalista tomou, por exemplo, os casais de duas produções da Rede Globo - *Páginas da Vida* e *Paraíso Tropical* – ambas exibidas em 2006, e nas quais os casais “formados por homens brancos, em relações monogâmicas, de classe média e com profissões liberais como médicos, músico e executivo, são personagens bastante respeitadas dentro das tramas e que não se tornaram motivo de piada por sua sexualidade” (NASCIMENTO, 2015, p. 102-103).

<sup>198</sup> No seu artigo, a historiadora explorou o exemplo da já mencionada novela *Páginas da Vida*, de 1986, na qual um casal gay é apresentado vivendo um união longa e feliz, apontando: “Se a relação afetiva/amorosa/sexual entre Robinho e Marcelo questiona a coerência entre sexo, gênero e desejo, nem por isso deixa de celebrar a mesma coerência entre sexo e gênero. Ambos não apresentavam formas de falar, andar ou vestir – voz fina, camisetas coladas ao corpo, calças apertadas, adereços espalhafatosos, etc. – que denunciassem qualquer dissonância com uma masculinidade veiculada e percebida como “normal”, pautada pela aliança entre força e discrição. O fato de um deles ser médico, profissão socialmente valorizada, destoa das atividades recorrentemente incorporadas por personagens gays nas novelas – mordomo, enfermeiro, cabeleireiro, diretor de escola de samba” (BELELI, 2009, p. 118).

gays foi a televisão, foram as novelas”, uma avaliação que, provavelmente, remete para as transformações aqui retomadas, com as quais não só houve um aumento na participação de personagens gays nas novelas, como tais representações assumiram uma conformação mais positiva.

Ainda que minhas análises estejam centradas em algumas produções televisivas<sup>199</sup>, com o panorama maior até aqui delineado, procurei evidenciar a relação entre o contexto social e histórico no qual os interlocutores que integraram a pesquisa viveram suas infâncias, juventudes e o início de suas vidas adultas, com as simultâneas transformações havidas no regime de visibilidade homossexual. Um regime de visibilidade no qual, como visto, de modo geral e simplificado, prevaleceram dois tipos de representações:

- a) Aquelas baseadas (e por muito tempo limitadas) no estereótipo da *bicha* ou do *viado* – em uma tradição que teve início no início dos anos 1970, tendo nos shows de auditório a principal fonte produtora, reprodutora e difusora, mas também presente nas novelas – que se mantiveram hegemônicas até meados da década de 1990.
- b) E outras que indicaram uma reação e um empenho na dissociação desses estereótipos, ecoando a recepção no Brasil do modelo do “gay macho” (desde fins dos anos 1970), que, associados à moda do homem “sarado” (desde os anos 1980), encontraram em personagens de novelas das décadas de 1990 e 2000 corporificações do figura positivada do gay discreto.

### 8.3 “TU TENS QUE SER VIADINHO MESMO”, “PARECE ASSIM QUE EXISTE UMA ACEITAÇÃO”

Foram as representações construídas e difundidas discursivamente naquele período histórico – em meio a uma sociedade marcada por uma ditadura militar, impactada pela eclosão da AIDS, em comunidades de forte ascendência da igreja católica e sob importante influência da televisão – que permitiram o delineamento do regime de visibilidade homossexual com o qual meus interlocutores dialogaram e se constituíram como sujeitos *viados*, gerindo a visibilidade de suas homossexualidades através de um diálogo consciente e inconsciente,

---

<sup>199</sup> Com destaque identificado na pesquisa de campo para os programas de auditório e às novelas.

contínuo, complexo e dinâmico. Tais características, por si só, indicam o caráter especulativo das múltiplas possibilidades de análise e reflexão que podem ser articuladas, algumas das quais arrisco e desenvolvo com base nas memórias e experiências de alguns dos meus interlocutores que, em princípio, indicam possíveis identificações construídas “a partir do reconhecimento de alguma origem comum, ou de características que são compartilhadas por outros grupos ou pessoas, ou ainda a partir de um mesmo ideal (HALL, 2000).

Para tanto, primeiramente, retomo a lembrança de Ronaldo referente ao dia em que, ao lado de sua mãe, assistiu a uma apresentação de transformistas no programa *Sílvio Santos* e ficou embaraçado. Na fala que transcrevi há pouco, houve a indicação de que ele, ao mesmo tempo que não se reconheceu e distanciou-se dos transformistas, deles se diferenciando, pois era um homem que não estava “se transformando”, identificou-se como gay, concluindo que foi melhor ficar quieto “pois não iam entender”.

Na narrativa de outro entrevistado, Fernando, encontrei também uma passagem exemplificativa desse processo dinâmico entre as representações em circulação no “circuito cultural”, para usar a expressão de Stuart Hall (2013a), e possíveis identificações, que podem ter gerado razoáveis respostas às perguntas “quem sou eu”, “quem eu poderia ser” e “quem eu quero ser”, como proposto por Woodward (2007, p. 17). Foi quando conversamos sobre uma possível cirurgia de mudança de sexo e ele explicou:

**Na adolescência eu sempre pensava em fazer, principalmente quando a Roberta Close<sup>200</sup> aparecia muito na televisão.** Parecia que era uma coisa muito fácil né? Vai lá corta, bota, normal. Mas, depois, no ensino médio a gente tinha mais acesso à leitura e tal. Eu percebi que era uma cirurgia difícil, cara, dolorida, que mexia muito com o psicológico, tanto que dizem que a Roberta

---

<sup>200</sup> Transexual que apareceu nua nas páginas da revista masculina *Playboy*, em 1984. O fato causou uma “comoção erótica” no Brasil, em um período em que redemocratização do país avançava e ocupou um espaço privilegiado na paisagem imaginária da época. “O “fenômeno Roberta Close” contribuiu para reorganizar antigas noções acerca das experiências trans (travesti e transexual) na medida em que, através das controvérsias em torno de Roberta Close, a questão trans, e de modo geral, a homossexual, ultrapassou os espaços privados, temporários e periféricos do carnaval, teatro e boate, invadindo o centro da cena público-midiática” (VERAS, 2016, p. 168-169).

Close passou por tratamento psicológico tudo, sei lá eu. **Daí, com meus 20 e poucos anos eu tirei isso da cabeça.**

Entre as muitas memórias que estudei ao longo da tese, as mais marcantes e destacadas foram aquelas relacionadas com experiências da abjeção – quando muitos dos interlocutores foram xingados de *viados*, *bichas*, *viadinhos*, *maricas* – ou, então, rememoraram o temor que vivenciaram sob o risco permanente de serem identificados e tratados como tais. De qualquer modo, foram experiências que tiveram um papel decisivo em seus processos de subjetivação e autoreconhecimento como homossexuais.

Avanço aqui em meu argumento, pensando inicialmente nas vivências dos meninos “limpinhos” e “delicados” que explorei no capítulo 3 – Ney, Fernando e Ricardo. Lá aprofundi as experiências através das quais eles foram vistos como “diferentes”, “afetados” e “afeminados”, em um processo de reconhecimento social e de identificação que os posicionou na condição de sujeitos *viados*. Um enquadramento identitário historicamente e socialmente localizado e datado que se deu sob um regime de visibilidade homossexual no qual representações estereotipadas da *bicha* ocuparam uma posição hegemônica por algumas décadas. Uma fala particular de Ricardo, que revejo mais uma vez, ainda que relacionada com um questionamento que fiz com relação ao enfrentamento (cotidiano e atual) do preconceito, pareceu-me bastante reveladora nesse sentido:

**Eu sou mignon, eu sou pequenininho. Eles me tratam bem. Assim, tu tens de ser viadinho mesmo.** Nunca me deparei com uma situação assim: “Ah, aquele ali é viado”. **Parece assim que existe uma aceitação.** É impressionante, interessante porque eu não me deparei com uma cena de homofobia, graças a Deus. (Ricardo).

Por certo, nessas especulações relacionadas com a subjetividade, lógicas lineares e estáveis devem ser sempre problematizadas. Neste sentido, a preocupação de Ney em não parecer uma “bichona”, tratou de evidenciar que plausíveis identificações não excluem possíveis e simultâneas relações de rechaço com o estigma associado ao estereótipo.

Prosseguindo nesta linha de ponderação, as experiências dos meninos e rapazes reunidos no capítulo 4 – que foram reconhecidos e

descreveram-se como “normais”, mas com um “certo jeitinho” mantendo por mais tempo uma “postura” e seus desejos e práticas afetivo-sexuais em segredo, ao mesmo tempo que se identificaram como *viados* – igualmente devem ser pensadas como resultantes do processo subjetivo e dialógico com o mesmo regime de visibilidade homossexual, no qual a *bicha* afeminada ocupou uma posição representacional hegemônica, um estereótipo do qual cada um deles, por mais ou menos tempo, procurou (e, dependendo dos contextos e momentos, ainda procura) distanciar-se. Uma cobrança e controle social incorporados individual, corporal e subjetivamente sob a forma de uma permanente vigília, tendo por referência uma masculinidade hegemônica ou, ao menos, a virilidade, a não emotividade e violência a ela associados – como ficou claro quando Francisco lembrou que na escola não tinha “problemas”, pois “talvez já se aguentasse”, retraindo-se para “manter a classe”, ou a “postura”; e, também, mediante práticas, como a adotada por José que “encheu de pau” um colega de colégio, após esse chama-lo de “bichinha”, o que, de acordo com a narrativa que articulou, garantiu que todos ficassem com “medo de mim”.

Outros fragmentos das conversas que mantive com outros interlocutores levam-me a fazer duas últimas reflexões relacionadas mais diretamente com as representações estereotipadas da *bicha* ou do *viado*. Para tanto, primeiramente, retomo as seguintes falas:

**A gente brinca na festa, tudo, quando vai [...].** Tem, eu sei que tem aquelas pessoas que falam por trás da gente né, mas assim, na frente da gente não tem coragem de falar. Mas eu vou às festas normal, **faço as minhas bagunças, normal, brinco, tenho as minhas amizades, bastante amizade assim.** (Antônio).

Eu sou muito porra louca, eu sou bagunceiro. [...] Eu chego e digo: bom dia meninas! [fechando]. E só trabalham homens lá [risos]. [...] Eu converso com todo mundo, eu debocho com todo mundo! [...] Eu acho que é meu jeito. **Eu acho que eu conquisto pelo meu jeito, meu jeitinho, a brincadeira. Eu fervo com todo mundo.** (Ronaldo).

Tratam-se de memórias nas quais performances femininas em um tom de “brincadeira”, um “jeito” delicado e mesmo frágil, surgiram como

que correspondendo a um estereótipo reconhecido (e por isso esperado) socialmente, como próprio de *viados* cuja masculinidade desafia o padrão hegemônico, heterossexual. Porém, por outro lado, foram práticas que se revelaram implicadas em agenciamentos para conquistar reconhecimento ou “aceitação”, ou, ainda, nas expressões dos entrevistados, para conversar com todo mundo e fazer amizades.

Além de possibilitar identificações, as representações em circulação na mídia e nos programas de auditório, em particular, muitas vezes assistidos por toda a família, permitiram não só diferentes interpretações em um aprendizado ao mesmo tempo coletivo e individual, bem como silenciosas e insuspeitas negociações, como revelam dois trechos da primeira conversa que tive com Ney:

O meu pai tinha muita admiração pela inteligência do Clodovil, pela fé do Clodovil. Meu pai tinha paixão de assistir ele. [...] **Eu lembro que um dia, num programa do Sílvio Santos, o Sidney Magal apareceu dançando. E meu pai, eu lembro disso, disse: - “Eh, coisa feia um homem assim!”**. Pra tu veres! Como é que eu podia me abrir? Eu escutei aquilo e me deu um choque. Tudo isso me trancava a sete chaves no armário.

O mesmo pai de família que admirava, dentro do regime de representações disponível na época, um estilista afeminado, mas inteligente [e acrescento, fervoroso]; condenava a imagem pública de um cantor que associava performances masculinas com rebolados, “uma coisa feia” de ser ver. Como o cantor Sidney Magal afirmou recentemente em uma entrevista: “As mulheres gritavam ‘tesão’ e os homens ‘viado’”. “Quem rebolava um pouquinho nos anos 70 era chamado de bichona”<sup>201</sup>. A figura da bichona ressurgiu aqui como um fantasma escondido no passado que, como os defuntos em *Incidente de Antares*, de Érico Veríssimo (1975), insistem em reviver, senão nas ruas, nas memórias e em medos nada pretéritos.

#### 8.4 “PARABÉNS, BEM QUE FIZESSES!”: “EXISTE UMA RECEPTIVIDADE MUITO BOA”

---

<sup>201</sup> Fonte: Portal IG. [Internet]. Publicado em 21 dez16. Disponível no endereço eletrônico <https://gente.ig.com.br/celebridades/2016-12-21/sidney-magal.htm>. Acesso em: 03 jan. 2018.

Ao aprofundar as estratégias de gestão da visibilidade homossexual dos seis sujeitos cujas experiências e processos de subjetivação explorei no capítulo 6, destaquei que quatro deles – Antônio, Renato, Ronaldo e João – apresentam, a uma primeira vista, uma aparência atlética e mesmo mais viril, com preferência por roupas esportivas e mais justas, que valorizam a boa forma que apresentam, indicando a persistência, ainda que suavizada, do modelo do “gay macho”, tal como teorizado por Halperin (2012). O comentário de Antônio de que “tu hoje já tens um estilo de roupa diferente, tu, no se vestir, a pessoa já nota que tu és homossexual, um gay” evidenciou o reconhecimento identitário implicado na incorporação daquele modelo, assim como seu agenciamento.

Com Renato e João avancei um pouco mais, chamando a atenção para o fato que são homens bem fortes, têm corpos musculosos cultivados em academias de ginástica e de dança, são “sarados” (MASSENO, 2011). Uma prática que como já ressaltai com apoio em Miskolci (2017), envolve um controle corporal, que também é subjetivo.

Foram, no entanto, as diferentes estratégias de gestão da visibilidade das suas homossexualidades, e as cautelas que as acompanharam (e com elas se confundiram) – como investiguei nos capítulos 5 e 6 – que trouxeram mais indicações de possíveis diálogos com o regime de visibilidade, desta feita tendo referências mais positivas que se cristalizaram em torno do modelo do gay discreto. Enquanto para Ney, Ricardo e Fernando, quando o assunto foi a “discrição”, a preocupação maior pareceu não ser uma “bichona”, nem “escancarado” em demasia ou, então, manter um estilo “feminino discreto”, com o segundo grupo de sujeitos destaquei a recusa de comportamentos considerados muito “escancarados”, “festivos” ou “depravados”. Apesar dessas nuances, em comum, identifiquei o repúdio às manifestações públicas de afeto ou desejo por pessoas do mesmo sexo e inferi uma lógica maior e comum àquelas diferentes compreensões: uma relação ambígua de convívio e rechaço com a feminilidade e a tendência de identificar a abjeção, dela procurando distanciar-se, na comparação com outros sujeitos(as), ainda mais estigmatizados (GOFFMAN, 2013).

Os ditos “está na cara” e “todo mundo sabe” com os quais os interlocutores trataram de esclarecer que suas homossexualidades são de domínio público nas cidades em que vivem, vieram a confirmar que o diálogo com o modelo mais positivo do gay discreto não passou propriamente pela tentativa de passarem-se por homens heterossexuais nas ações e na aparência, mas, sim, como reiterei acima, pela preocupação



em manter uma “discrição”, ou uma “postura” de modo a não chamar muito a atenção.

A retomada de dois exemplos que aprofundei ao estudar as práticas e estratégias relacionadas como a gestão da visibilidade homossexual permitem-me avançar mais um pouco em minha reflexão. O primeiro deles foi o de Antônio que manteve um relacionamento amoroso com outro homem “que era meio evidente”, “que todo mundo via”, ao mesmo tempo que não deixou de ir às missas em Gaspar na companhia do “amigo”, “sem nenhum problema”, “tudo direitinho”. E o segundo exemplo, como que aperfeiçoado e acabado, do casamento gay de Francisco, que além de festejado em um clube conhecido em Imbituba, contou com palavras de incentivo por parte de conhecidos na cidade: “Elas me falavam: – “Parabéns, bem que fizesses!”, experiências ressaltadas pelo entrevistado de modo a confirmar sua impressão de que “existe uma receptividade muito boa”.

São experiências que indicam não só uma negociação com a cobrança modelar do gay discreto (que ocupou posição hegemônica outrora ocupada pelo estereótipo da *bicha*), mas, também, simultaneamente, a busca de alternativas para não confrontar diretamente ou, então, contornar as expectativas emanadas da heteronormatividade. Um elemento central que revelou-se diretamente implicado na maioria das estratégias de gestão da visibilidade foi o de que as negociações que as acompanharam não passaram pela cobrança para que deixassem de ser homossexuais, mas, sim, para que “não escancarassem”, ao menos orientando e organizando suas vidas de acordo com o modelo superior, natural e coerente da heterossexualidade (MISKOLCI, 2009).

## 8.5 ENTRE CHACRETES E “VANUSAS”

As memórias até aqui reunidas e algumas práticas que presenciei no convívio com alguns interlocutores encorajam-me a refletir pensando, ainda que muito brevemente, em subjetivações e identificações que vão além daquelas possivelmente elaboradas a partir ou na relação com representações de homens homossexuais ou transformistas veiculadas pela televisão, a principal fonte de cultura e informação a que tinham acesso.

A primeira reflexão que proponho tem por base uma lembrança minha, pessoal, de quando nos idos de 1995 frequentei a “casa gay” de Ney, em Tubarão. Em algumas ocasiões cheguei a assistir pequenos “shows” em que ele, de shorts curtos e usando meias calças, com sapatos

femininos vermelhos e de salto alto “imitava” as chacetes. Foram performances que, na realidade, não se reduziam a uma mera imitação. Ou seja, Ney em suas apresentações inspiradas nas dançarinas famosas de outros tempos, não se limitava a reproduzir seus passos e cadências de carregada sensualidade e mesmo erotismo, mas agregava ao “show” alguns movimentos e expressões faciais escrachados, incentivando o riso compartilhado com a pequena plateia composta majoritariamente ou exclusivamente por *viados*.

Foram experiências e memórias que me levam a especular sobre práticas de “ferveção” ou *Camp* elaboradas por meus interlocutores tendo por referência *personas* femininas – as chacetes – sinalizando possíveis processos alternativos de subjetivação e identificações *queer*, nos moldes explorados e teorizados por Halperin em seu *How to be gay* (2012). Uma perspectiva de pesquisa que, na falta de maiores elementos para desenvolvimento, foi reformulada, mas que é de qualquer modo aqui considerada de modo a evidenciar:

- a) a importância do alerta de Stuart Hall (1986), segundo o qual nem sempre os significados codificados em determinadas mensagens ou representações (através da linguagem) podem coincidir com os significados decodificados;
- b) no caso das identidades homossexuais as possibilidades de identificações a partir das representações em circulação em determinada cultura hegemônica heterossexual, não se resumem ou traduzem à simples mimese, passando por reuso e ressignificações muito mais amplas, plurais e criativas, alcançando expressões não manifestamente gays (HALPERIN, 2012).

A segunda reflexão tem relação com algumas observações de campo. Chamou-me a atenção a repetida presença da *persona* Vanusa nas memórias de diferentes interlocutores e também, em particular, em uma das experiências de João. Vale lembrar: ao final da entrevista com ele realizada, pelas suas mãos assisti a um vídeo gravado em seu aparelho celular na qual ele apareceu em um pequeno “show” feito poucos dias antes em uma confraternização relacionada com seu trabalho. Na filmagem, como já analisei, ele apareceu de cabelos longos e alisados, com um vestido preto, dublando a cantora Vanusa. Diferentemente do “escracho” e do convite ao riso que marcavam as apresentações de Ney do passado, percebi no “show” de João um tom mais sério, mas, ainda assim, mais transgressivo.

Na performance de João, além da referência à cantora Vanusa sobressaíram-se outros dois aspectos: um primeiro relacionado com a música escolhida, *Mudanças* (VANUSA; SÁ, 1979), cuja letra inicia com a frase “hoje eu vou mudar”, anuncia a determinação de parar de sofrer, “deixar de ser menina pra ser mulher” e prossegue bradando: “Hoje eu vou pôr na balança a coragem. Me entregar no que acredito, pra ser o que sou sem medo”. E um segundo elemento: o abandono gradual de peças do figurino encerrando com a exibição de um corpo de um homem negro, alto, esguio e forte.

Talvez essas práticas – que João afirmou repetir sempre que surge uma oportunidade – estejam a confirmar possíveis apropriações, reusos de atributos associados a uma *persona* feminina heterossexual (a cantora Vanusa) – não necessariamente com um potencial voltado para o riso – como uma constante reatualização e ressignificação, tendo por fonte memórias de uma época em que o universo midiático popular ainda era muito carente de representações positivas de homossexuais.

E assim, pensando em possibilidades plurais de identificações e resistências, elaboradas no diálogo com um regime de visibilidade homossexual bastante limitado, em meio a relações de poder determinadas por uma sociedade e uma cultura hegemônica heterossexual, abro espaço para minhas considerações finais.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Cinco anos se passaram desde meu ingresso no Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas e pouco restou de meu projeto original, com o qual eu pretendia pesquisar a representação de personagens LGBTs em telenovelas brasileiras. Durante a jornada que representou o doutoramento, o avanço e o aprofundamento de meus estudos, os variados e interdisciplinares diálogos estabelecidos, a interlocução com minha orientadora e com meu coorientador, além da própria realização do trabalho de campo, através de tortuosos (des)caminhos, conduziram-me a diferentes leituras, à construção de novos e mais interessantes campos e problemas de pesquisa, e com eles importantes desafios, tanto teóricos como metodológicos e, inclusive, pessoais, emergiram.

Cabe aqui revisar que, na construção desta tese, apresentei na introdução minha proposta de investigação, explicando que a mesma se insere no campo de estudos sobre vivências homossexuais em cidades do interior. Um trabalho que a partir de marcos da teoria feminista e *queer*, adotou uma perspectiva interdisciplinar, interseccional e desconstrutiva. Indiquei, também, as questões norteadoras do trabalho, conjuntamente com uma breve discussão das principais vertentes teóricas, dos principais autores(as) e das categorias a partir das quais conduzi meu estudo e minhas reflexões.

No capítulo 1, apresentei o conjunto de sujeitos que integraram o *corpus* da pesquisa, como se deu o trabalho de campo, questões metodológicas e éticas com ele relacionadas, além de um quadro com as viagens e entrevistas realizadas e outro com dados pessoais dos entrevistados, com base no qual desenvolvi uma análise sociológica preliminar do conjunto de sujeitos reunido. Em seguida, no segundo capítulo, revisei o debate acadêmico sobre a tradicional vinculação das pesquisas sobre homossexualidades às metrópoles, associando-me ao campo de estudos que tensiona e questiona essa tendência. Propus um acordo semântico em torno em torno da expressão “cidades do interior” e situei em termos históricos a persistência da influência de pesquisas realizadas em centros metropolitanos, confirmando-a com base em um levantamento de trabalhos de conclusão de cursos de graduação e pós-graduação da UFSC. Em seguida, revisei brevemente o debate que se dá na academia estadunidense em torno da metronomatividade, e apresentei um levantamento que fiz, com base no banco de dados específico da Capes, das teses e dissertações produzidas no Brasil relacionadas com homossexualidades e “cidades do interior”. Por último, no arremate do

segmento, apresentei as três cidades de Santa Catarina nas quais meu estudo se desenvolve – Gaspar, Tubarão e Imbituba.

No capítulo 3, com base nas memórias do primeiro grupo de sujeitos, formado por Ney, Fernando e Ricardo, procurei refletir e problematizar e experiências através das quais aqueles meninos “limpinhos” e “delicados” passaram a ser reconhecidos em suas famílias e nas comunidades em que viviam, e também se identificaram, como “afetados” e “afeminados” e, logo, por conta de suas masculinidades consideradas como insuficientemente viris e “falhas”, como *viados*. No capítulo 4, dei seguimento às minhas análises e reflexões, com base nas narrativas construídas com os sujeitos que integram um segundo grupo formado por Renato, José, Antônio, Ronaldo, Francisco e João; meninos “normais”, mas com “um certo jeitinho”. Então, destaquei as experiências de suas infâncias e adolescências através das quais eles se identificaram como *viados*, ao mesmo tempo que aparentemente não foram reconhecidos socialmente como tais, por apresentarem performances mais viris e próximas do padrão hegemônico de masculinidade.

No capítulo 5, a partir dos ditos “todo mundo se conhece” e “tá na cara”, investiguei as negociações e estratégias que Ney, Fernando e Ricardo adotaram na gestão da visibilidade em torno de suas homossexualidades, resistindo à heteronormatividade, nas três cidades do interior em que vivem. Desta maneira, aprofundei práticas como, por exemplo, a demonstração pública da conjugalidade mantida com outro homem, a adoção de um modo de se vestir “feminino discreto”, a criação de um círculo de amizades com homens declaradamente gays, o exílio religioso, o choro e a “fechação” (como uma manifestação *Camp*). Destaquei o caso de Fernando que tem uma expressão de gênero feminina, adota uma identidade de gênero transitiva e identifica-se, quanto a seus desejos e práticas afetivo-sexuais, como homossexual.

Ressaltei, outrossim, a personalidade e também a fofoca, tão presente em cidades do interior, como vetores de potencialização da visibilidade homossexual e, por outro lado, a importância dos vínculos familiares e, em particular, das mulheres naquelas negociações. Refleti, também, que foram experiências vividas por homens brancos, de classe média e do interior, e assinalo que a independência econômica conquistada (ou não), foi um componente decisivo no momento e na forma como cada um deles geriu a visibilidade de sua homossexualidade. Resumi que eram homens que “fecham”, com o propósito de explorar e refletir sobre práticas *Camp* ou de “fechação”, ao mesmo tempo como expressão e oposição à heteronormatividade e das tendências de normalização e controle dela irradiadas. Por fim, ainda neste quinto

capítulo, problematizei como as estratégias de visibilidade homossexual sempre foram e são acompanhadas por diferentes noções de uma necessária “discrição” e por cautelas, mais uma vez indicando, ao mesmo tempo, a conformação e o desafio à heteronormatividade, entre tendências permanentes de normalização e resistência.

No capítulo 6, a partir dos ditos “todo mundo se conhece” e “todo mundo sabe”, estudei as narrativas do segundo grupo de sujeitos composto por Renato, Ronaldo, José, Francisco, Antônio e João, procurando entender como cada um deles negociou e geriu a visibilidade em torno de sua homossexualidade, no início e no decorrer de suas vidas adultas, resistindo à heteronormatividade. Para tanto, inicialmente destaquei os casos de José e Francisco, cujas experiências, aparentemente, se aproximaram daquelas teorizadas por Sedgwick (2007) como características do “armário”. De outra parte, investiguei algumas estratégias acionadas na gestão e agenciamento da visibilidade homossexual, como, por exemplo: a manutenção de um relacionamento amoroso com outro homem, apresentado familiar e socialmente como um “amigo”, em uma evidência jamais ou pouco comentada; “brincadeiras” com colegas de trabalho; a manutenção do “silêncio” e do “respeito” em casa; apoios mais ou menos velados recebidos de familiares e educadores; a prática de “escancarar” no carnaval e a “fechação”.

Destaquei, também, mais uma vez, a presença e a importância em contextos interioranos da pessoalidade e da fofoca, evidenciadas como mais atuantes a partir dos momentos em que cada um deles deu à evidência pública sua homossexualidade. Refleti, ademais, a condição de homens brancos – nos casos de Renato, José, Ronaldo, Antônio e Francisco –, de classe média e do interior, assinalando possíveis relações entre as estratégias estudadas e os momentos em que elas foram acionadas, principalmente com a condição socioeconômica de cada um deles.

De modo particular, com base nas experiências do interlocutor João – ao lado das de Fernando – percebi elementos para refletir em termos de masculinidades plurais (Connell, 2005) e problematizei oposições binárias entre *viados* mais ou menos *viris*, ou entre homossexualidades mais escancaradas ou discretas. Nesta trilha, explorei as estratégias adotadas por João, nas quais houve uma deliberada associação de performances femininas com a exibição de um corpo masculino e viril, sua experiência de ter sido pai, especulando, ainda, sobre a interdependência entre fatores de diferenciação como gênero, raça, classe e sexualidade implicadas naquelas práticas. Resumi que eram

e são homens que “fervem”, de modo a evidenciar que são *viados* cujas práticas ao mesmo tempo ressoam e desafiam a heteronormatividade, situadas na oposição entre tendências de normalização e de resistência; uma tensão que ficou evidenciada, mais uma vez, no acalento e apreço dispensado a diferentes formas de discrição e cautela tomadas na continuamente negociada gestão da visibilidade de suas homossexualidades.

No capítulo 7, procurei compreender melhor alguns aspectos do contexto histórico interiorano em que o regime de visibilidade homossexual com o qual os interlocutores dialogavam estava inserido. Dessa forma, com base em elementos que surgiram nas fontes orais produzidas, destaquei de forma panorâmica o cenário social, cultural e moral vinculado ao período da ditadura militar (1964-1985), durante o qual a maioria dos interlocutores viveu sua infância, adolescência e mesmo o início de sua vida adulta. Refleti que, apesar de considerarem o regime militar como algo distante de suas vidas, seus cotidianos e mesmo suas relações familiares eram alcançadas por uma cultura machista, violenta e heteronormativa.

Prosseguindo no sétimo capítulo, analisei como o pânico sexual e moral desencadeados com o surgimento da AIDS revelaram-se bastante presentes e marcantes em todas as narrativas construídas. As memórias remeteram para um período histórico que se estendeu desde o início dos anos 1980 até meados da década de 1990, percebido como de maior estigmatização e preconceito contra os gays e que deixou suas marcas nas subjetividades de cada um deles. Além disso, além do traço comum de todos os entrevistados se declararem católicos, a religiosidade demonstrada por alguns deles confirmou uma dinâmica e negociada relação entre os valores cristãos e suas vidas sexuais e afetivas. Uma ambiguidade mediante a qual dogmas religiosos são contornados e ressignificados, com a preservação de seus vínculos familiares e comunitários.

Por último, ainda no sétimo capítulo, aprofundi o papel da televisão, em especial durante os anos 1970-2000, e em cidades do interior, como a principal fonte de informação, cultura e entretenimento. Um meio de comunicação popular através do qual os homossexuais (e também as transformistas), adquiriram crescente visibilidade, com consequências diretas no regime de visibilidade homossexual da época, com o qual os interlocutores dialogaram, elaboraram suas subjetividades e lidaram com a visibilidade de suas homossexualidades.

No oitavo capítulo, com o qual encaminhei a tese para o final, a partir de memórias relacionadas com a televisão, destaquei os shows de



auditório e as telenovelas, de modo a aprofundar o estudo do regime de visibilidade homossexual e suas transformações no decorrer dos anos 1970-2000. Neste estudo, identifiquei que, por muitos anos, representações estereotipadas centradas nas *bichas* e nos *viados* foram incorporadas por *personas* homossexuais e transformistas, principalmente em shows de auditório e programas humorísticos, ocupando uma posição hegemônica na televisão brasileira durante as décadas de 1970-1990. Em meados dos anos 1990, sob a influência e ressonância das figuras do “gay macho” e de homens “sarados”, começaram a surgir, principalmente nas novelas, representações mais positivas dos homossexuais, com a difusão do gay discreto, que nos anos seguintes alcançou uma posição modelar e hegemônica.

Práticas do passado e do presente ajudaram-me a pensar em possíveis identificações e formas de gestão da visibilidade na perspectiva de conformação e ressonância ao estereótipo, como especulei no capítulo 8, sob o subitem: “Tu tens que ser viadinho mesmo”, “parece assim que existe uma aceitação”. Ou, então, a adesão à figura modelar do gay “discreto”, esmiuçada no subitem do mesmo capítulo: “Parabéns, bem que fizestes!”, “Existe uma aceitação muito boa”. Porém, de outra parte, reminiscências das chacetes e da cantora Vanusa, que de tão recorrentes multiplicaram-se em Vanusas, também vislumbraram possibilidades de processos de subjetivação e identificação a partir de representações veiculadas pela televisão. Processos complexos e misturados, conscientes e inconscientes, não necessariamente pendulares, nem dicotômicos; pelo contrário, dialógicos, encadeados, instáveis e fluídos; incluindo apropriações, reusos e ressignificações que, ademais, alcançam outras referências representacionais, não necessariamente gays, que convivem e disputam espaço dentro de uma cultura hegemônica heterossexual.

O contraste que estabeleci entre representações estereotipadas e modelares dos homossexuais não teve por objetivo formular uma crítica às representações produzidas pelos meios de comunicação sob uma perspectiva de como “deveriam” ser. Como expliquei na introdução, esse foi um desconforto que senti ao aprofundar o estudo de alguns trabalhos acadêmicos publicados sobre a temática. Susan Sontag (1987) ao posicionar-se “contra a interpretação”, exortando para deixar as obras de arte em paz, defende não propriamente a impossibilidade de crítica, mas a necessidade de uma abordagem descritiva e não prescritiva.

No contexto social e histórico brasileiro – notadamente em cidades do interior – a televisão foi o meio privilegiado de construção do estereótipo do *viado*, corporificado por homens cuja masculinidade

desafiava o padrão hegemônico e que, dentro da lógica binária e intransitiva de compreensão da sexualidade, eram (e são) associados às mulheres e reconhecidos por sua feminilidade. *Personas* e personagens foram explorados pelos programas de televisão e, ao lado de outras representações, deram sustentação a um regime de visibilidade no qual o esperado e iluminado é que os *viados* sejam afeminados e afetados, assim sendo socialmente reconhecidos e submetidos a uma hipervisibilidade, com a qual eram (e são) colocados sob controle e vigilância.

À medida que o regime de visibilidade foi ampliado com a inclusão concorrente e depois hegemônica de representações modelares, a mesma lógica se repetiu: o que foi e é esperado socialmente é que os gays corporifiquem uma masculinidade mais próxima dos padrões hegemônicos, tornando-se invisíveis ou então, quando muito, “discretos”, sendo assim reconhecidos socialmente e colocados sob controle e vigilância. É inegável que esse movimento representou uma ampliação do que é pensável e legítimo em termos de sexualidade, todavia, cabe problematizar que nas últimas décadas tal visibilidade centrada na “discrição” desaguou na preponderância de um modelo identitário singular, fixo, bem comportado e aceitável de gays, paralelamente a uma renovada estigmatização da *bicha* e do *viado*, igualmente confinados sob um rótulo estereotipado, pretensamente fixo e imutável.

Foram essas e muitas outras representações estereotipadas e modelares que permitiram o estabelecimento de diferenças e a partir delas o enquadramento social e identitário dos sujeitos como homossexuais. Neste sentido, Miskolci observa que o processo de reconhecimento identitário no plano individual tem por referência as mesmas representações disponibilizadas pela cultura comum, coincidindo frequentemente com o que é socialmente reconhecido (MISKOLCI, 2017). Uma conclusão que indica possibilidades de identificação não opcionais a partir de um regime de visibilidade bastante restrito e intransitivo.

Como Stuart Hall esclarece, é por meio da representação que a diferença e a identidade passam a existir e adquirem sentido, “representar significa, neste caso, dizer “essa é a identidade”, “a identidade é isso”, (HALL, 2009), para logo em seguida complementar:

É também por meio da representação que a identidade e a diferença se ligam a sistemas de poder. Quem tem o poder de representar tem o poder de definir e determinar a identidade. [...] Questionar a identidade significa, nesse contexto,

questionar os sistemas de representação que lhe dão suporte e sustentação. No centro da crítica da identidade e da diferença está uma crítica das suas formas de representação” (HALL, 2009, p. 91).

As representações estereotipadas dos *viados* e modelares dos gays surgiram em contextos sociais e históricos datados e localizados, vale dizer, sob um enquadramento político e moral que prevalece em uma sociedade dominada por homens e na qual a heterossexualidade impera como uma normal natural e superior à qual todos(as) devem observar na condução de suas vidas (BERLANT; WARNER, 2002 e MISKOLCI, 2009).

As experiências de vida exploradas ao longo da tese indicaram os processos e as práticas sociais cotidianas através das quais cada um dos interlocutores passaram a ser vistos como diferentes e que, por desafiarem uma masculinidade hegemônica e a norma heterossexual, foram classificados, hierarquizados e tornados sujeitos homossexuais (FOUCAULT, 1995). Todos os interlocutores que compuseram o *corpus* da pesquisa mais cedo ou mais tarde em suas trajetórias de vida foram identificados e se reconheceram como *viados*, sendo submetidos a dois processos sociais permanentes e estreitamente relacionados: um de disciplinamento exercido nas relações familiares, sociais e com o Estado, com o qual passaram a ser vigiados para que controlassem seus corpos e subjetividades (FOUCAULT, 1977) e outro, simultâneo, de normalização que se concretizou mediante formas de classificação e controle, visando intervir, transformar (FOUCAULT, 2014), alcançando a confirmação e observância da norma heterossexual ou, ao menos a reprodução de seus valores, práticas e modos de vida.

Em minhas análises, destaquei a afirmação de Ricardo “tem que ser viadinho mesmo” e o casamento gay de Francisco, como exemplos de possíveis identificações construídas no diálogo com um regime de visibilidade homossexual centrado em representações estereotipadas e modelares. Para além desses exemplos específicos, o cultivo e o prestígio de diferentes noções de “discrição” que se revelaram nas estratégias de gestão da visibilidade homossexual de todos os interlocutores, confirmaram a força e a produtividade de tendências de disciplinamento e normalização.

Por outro lado, diferentes experiências exploradas em minhas análises indicaram que aqueles mesmos sujeitos eram e são homens que “fervem”, “fecham”, “causam”, em momentos e contextos sociais por vezes favoráveis às expressões da *viadagem*, mas outras vezes hostis. Por

isso, posso afirmar que ao mesmo tempo em que foram constituídos como sujeitos *viados*, submetidos à heteronormatividade, inclusive reproduzindo muitos de seus valores e práticas, eles também a desafiaram e a desafiam em seus cotidianos com suas ações e modos de vida, elaborando-os no convívio e na tensão permanente entre forças de controle e normalização *versus* formas de resistência e agência.

Como visto, a própria visibilidade homossexual é uma forma de controle social da qual nenhum gay escapa – e que confirma a compreensão mais ampla da sexualidade como um dispositivo histórico de poder (FOUCAULT, 2011). Concordo com Miskolci que avalia que a hipervisibilidade gay – constatada em meu campo e resumida nas falas de meus interlocutores nas máximas “está na cara” e “todo mundo sabe” – pode revelar-se uma armadilha em contextos violentos e homofóbicos, como é o caso do Brasil. (MISKOLCI, 2017). Quanto mais visíveis, os *viados* são mais vigiados e controlados.

Ao longo da tese procurei aprofundar e refletir sobre as diferentes estratégias e as criativas negociações através das quais os sujeitos geriram a visibilidade de suas homossexualidades, resistiram e prosseguiram em suas vidas. O repetido uso da palavra “difícil” nas diferentes narrativas construídas foi um pálido indicativo dos obstáculos e resistências impostas por uma sociedade machista e heterossexual às suas próprias existências e masculinidades não hegemônicas. Como Ney disse, em um certo momento da primeira entrevista, quando falava de seu passado de menino e rapaz “do sítio” e “afeminado”, nas décadas de 1970 e 1980: “Não foi fácil para ninguém. Muito complicado”; uma afirmação que pareceu ecoar na fala de Ricardo quando, ao avaliar seu passado, resumiu: “Graças a Deus eu sobrevivi”.

Os *viados* resistiram e resistem dentro das possibilidades dadas pelos contextos históricos e sociais nos quais foram constituídos e se constituem permanentemente. Neste sentido, foram e são sobreviventes. Foram e são estigmatizados e discriminados, mas, também, reconhecidos e acolhidos em suas famílias e nas comunidades em que vivem. A visibilidade de suas homossexualidades constituiu e constitui um mecanismo de vigilância e controle, porém, foi e é por eles negociada e agenciada na busca de seus sonhos e desejos – eles próprios expressões de seu tempo e cultura – expressão maior do triunfo da vida sobre a pulsão da morte. São homens que “fecham”, “fervem”, “escancaram” ao mesmo tempo que procuram manter uma “discrição”, “uma certa medida”, homens que se envolveram em relações sexuais e amorosas com outros homens, sendo que alguns com eles se casaram.

Alguns deles tiveram relacionamentos com mulheres, casaram ou não, e com elas tiveram filhos. Um deles manifesta uma expressão de gênero feminina – um estilo “feminino discreto” –, adota uma identidade de gênero transitiva, ora se reconhecendo como um homem, ora como mulher e identifica-se como homossexual. Outro, em experiências passadas do carnaval, em pequenos shows do presente e mesmo em pequenos detalhes do seu cotidiano, expressa, associa, mistura e confunde performances masculinas e femininas – cabendo não perder de vista que elas próprias são expressões possíveis do regime de representações disponível em nosso tempo e cultura, o “vocabulário disponível para nosso olhar” (MISKOLCI, 2017, p. 268). De qualquer modo, são homens cuja ambiguidade e transitividade de gênero, bem como a fluidez de seus desejos desafiam e desestabilizam a própria noção de identidades sexuais “naturais” e fixas, colocando em xeque o próprio binômio hétero-homossexualidade.

São homens cujas masculinidades desafiam um padrão hegemônico, heterossexual e intransitivo. À propósito, recorrer à expressão do pensador italiano Gramsci (1891-1937) – hegemonia – importa em reconhecer e destacar a existência de um campo de tensões e disputas de poder simultâneas e entrelaçadas, nas quais coexistem assujeitamentos e práticas de resistência e agência, porém, não de maneira polarizada, dicotômica e linear, pelo contrário, de modo conjunto, dinâmico, misturado, até contraditório, instável. Assim, a visibilidade *viada* reivindicada na fala de João que inspirou o título da tese – “Se eu passar despercebido o baile não prestou!” – pode ser pensada como sujeição e controle socialmente impostos, porém, também, como um exemplo de resistência e agência articulado com práticas transitivas, fluidas e dinâmicas, em contínua transformação.

Do ponto de vista pessoal, hoje, revendo e refletindo sobre o processo de construção da tese, percebo que parte das dificuldades que enfrentei - e finalmente superei - teve relação com a própria perspectiva desconstrutiva que, com apoio em teóricas(os) *queers*, levaram-me a questionar o conceito de “identidade homossexual”. Esse foi um questionamento que se deu no plano teórico, mas que ganhou corpo e substância na exploração do que Joan W. Scott (1998) propõe com o conceito de experiência, a partir das memórias de meus interlocutores. A partir desta perspectiva procurei compreender como cada um deles se constituiu e se identificou como um sujeito homossexual, um *viado*. Pois, foi assim que me vi revisitando minhas experiências do passado, buscando entender porque a orientação dos desejos para pessoas do

mesmo sexo tem um poder tão destacado em nossa sociedade e cultura na definição do que somos, para nossa sujeição (e limitação) tanto como hétero ou homossexuais.

Esses são questionamentos de fundo que não passam pela negação da identidade homossexual, mas por sua interrogação e problematização. Neste sentido, foi importante apreender a lição de Sedgwick no sentido de que “questionar a autoevidência natural dessa oposição entre gays e héteros como tipos distintos de pessoas não é, porém, desmanchá-la” (SEDGWICK, 2007, p. 43-44). Uma afirmação na qual a pensadora *queer* reconheceu que a homossexualidade é uma categoria nominativa que para muitos(as) sujeitos(as) – dentre os(as) quais incluo meus interlocutores e eu próprio – tem o poder de dar sentido e de descrever a vivências afetivo-sexuais e orientar reconhecimentos e pertencimentos identitários. Como Butler aprofunda “a crítica do sujeito não é uma negação ou repúdio do sujeito, mas um modo de interrogar sua construção, como premissa fundamentalista ou dada de antemão” (BUTLER, 1998, p.19), o que leva a Miskolci falar em termos de uma “identidade sem essência” (MISKOLCI, 2011).

Por certo, os resultados que apresento têm suas limitações. O aprendizado pelo qual passei envolveu o abandono de lógicas que aspiram a superação de contradições e formulações de uma síntese, além da admissão da parcialidade e incompletude das reflexões propostas (LOURO, 2007). Mais do que isso, esse foi um processo que importou em reconhecer e respeitar os limites que meu corpo e mente indicaram. Desse modo, premido por prazos regulamentares, chegou o momento de dar por encerrado, na medida das possibilidades, o trabalho realizado.

A riqueza revelada em minha pesquisa indicou muitas outras possibilidades de investigação e problematização no campo das vivências homossexuais em cidades do interior. Uma das questões que poderia ter sido explorada é: qual o impacto da internet na esfera das relações interpessoais, inclusive as amorosas e sexuais e, por consequência, na própria gestão da visibilidade homossexual? Como isso acontece nas localidades em que eles moram? Não aprofundi se tecnologias como as redes sociais e os aplicativos de encontro são conhecidos e usados pelos meus interlocutores. Ainda assim, percebi nas conversas que com eles mantive, em princípio, uma certa resistência às mídias digitais, exceção feita ao *Facebook*, através do qual ainda mantenho contato com a maioria deles. A forma como essa ferramenta é por eles utilizada e as imagens por eles postadas, inclusive pessoais, permitiria um estudo à parte.

Outras questões que surgiram com força nas narrativas construídas foram relativas ao processo de envelhecimento ao lado dos anseios

amorosos. Uma investigação de como os sujeitos lidam com o próprio envelhecimento e sua relação com a gestão da visibilidade homossexual, nas cidades do interior em que vivem, também poderia ter sido aprofundada. Chamou minha atenção, ainda, que, os sujeitos entrevistados em sua maioria são homens que nasceram em famílias numerosas, que não casaram e viveram com seus pais e mães até que a morte os separou – ou mesmo, com eles e elas ainda moram (e os/as cuidam). Por que isso aconteceu? Qual a relação e as consequências da manutenção e acalento desses vínculos e responsabilidades com as vivências homossexuais? E quais são as repercussões dessas práticas na gestão da visibilidade das suas homossexualidades? Tais práticas guardam relação com a condição interiorana das cidades em que vivem? Por que? Em que medida? Essas, entre tantas outras questões, descortinam possibilidades para novas pesquisas e problematizações.

De qualquer modo, quero destacar mais uma vez, encaminhei minha tese de modo a contribuir com um projeto acadêmico, ético e político que busca evidenciar o caráter de construção social e cultural da sexualidade e, por extensão, o reconhecimento de sua instabilidade, multiplicidade e provisoriedade, e, igualmente importante, as relações de poder nela implicadas. Procurei demonstrar como, nas práticas sociais, a heterossexualidade atua como um dispositivo histórico e de poder. Um mecanismo de controle e dominação, cuja dinâmica, funcionamento e normatividade depende da manutenção arbitrária da homossexualidade como valor e como uma prática antagonista, que lhe dá sentido e sustentação.

Com a investigação que fiz e o destaque que dei para práticas ambíguas e transitivas de gênero, além de vivências fluídas dos desejos e práticas afetivo-sexuais, questioneei a noção de identidades como condições “naturais” e “fixas”, colocando em xeque o próprio binômio hétero-homossexualidade. Explorando experiências transgressivas dos *viados*, vivenciadas não em grandes metrópoles, mas em três cidades do interior de Santa Catarina, destaquei formas plurais de resistência e agência que desafiam forças de controle e normalização, dando a ver possibilidades plurais, criativas e infinitas do devir humano.

Há outros dois aspectos que preciso mencionar nestas considerações finais: as relações de amizade que retomei com alguns dos entrevistados, além da evidente familiaridade que mantenho com a temática de estudo. São questões que, ainda que tardiamente, e de modo sucinto, merecem uma problematização. Para tanto, socorro-me nas lições do mestre Gilberto Velho, dadas em seu texto clássico *Observando o*

*familiar* (VELHO, 1994). Para além da realização acadêmica e profissional, um dos melhores frutos desse trabalho foi retomar o contato e a amizade com Ney e com José, que está com sua saúde muito frágil. A confirmar a lição de minha professora orientadora de que “na busca do outro, encontra-se a si mesmo” (GROSSI, 1992), depois de ter conhecido e refletido com os *viados* sobre nossas experiências e vivências, e superar o grande desafio que construir essa tese representou para mim, sou uma pessoa muito melhor e me conheço mais, e, talvez, seja um pouquinho mais sábio. Nossa sexualidade não nos define. Somos muito mais do que sujeitos *viados*, somos potência de vida, superação, renovação e criação.

Acho que esse “detalhe” – o relacionado com a retomada de amizades – enobrece minha tese, e não o contrário. Claro, procurei durante a realização de todo trabalho me posicionar como pesquisador, deixando transparentes meus objetivos científicos e acadêmicos, além de meus compromissos éticos. Mais do que isso, procurei realizar minhas análises de modo sistemático e pautá-las por critérios e balizas teóricas que procurei externar. Não há como transcender familiaridades – mesmo porque, foi no contraste com minha própria experiência de vida que as questões suscitadas e as problematizações encampadas na tese adquiriram sentido – e nem porque menosprezar carinhos e afetos. A solução passa não só pelo reconhecimento de que as interpretações que propus são resultantes de diálogos, e que foram elaboradas a partir de minha posição de fala e de minhas experiências, sendo por isso encharcadas de meus valores e de minha subjetividade; mas, também, por decorrência, pelo reconhecer que são interpretações parciais e limitadas (VELHO, 1994).

Escrevo essas palavras no dia posterior ao anúncio feito por uma das poucas lideranças políticas LGBTs do país – Jean Wyllys, do PSOL do Rio de Janeiro – do abandono da vida pública, do terceiro mandato como deputado federal e, também, do Brasil. A motivação não poderia ser mais reveladora, sintomática e triste: as ameaças de morte que ele vem recebendo tornaram-se tão sérias – depois do assassinato de sua correligionária a ativista pelos direitos humanos, negra e lésbica, Marielle Franco, em março de 2018 – que as próprias autoridades policiais reconhecem que sua vida está em risco. Jean Wyllys, que tem 44 anos e foi o primeiro parlamentar assumidamente gay a encampar agendas LGBTs no Congresso Nacional, relata uma vida de medo, sob permanente “escolta”, em meio a um cotidiano marcado por ataques de ódio (BARROS, 2019). Diferentes formas de violência que arrisco especular, parecem ecoar as manifestações públicas de um Presidente da República que não só promove, como incentiva práticas homofóbicas e sexistas, com devastadoras consequências, como infelizmente estão a confirmar as



alarmantes notícias e estatísticas que indicam um aumento dos feminicídios<sup>202</sup> e dos crimes contra sujeitas(os) LGBTs<sup>203</sup> por todo o Brasil.

O suplente de deputado que assumirá a vaga no Congresso Nacional, David Miranda, também do PSOL, negro, gay e favelado (MAIA, 2019), indica que os(as) LGBTs e simpatizantes da causa são muitos. A vida e a visibilidade homossexual persistem como formas de resistência e luta, a confirmar a atualidade do antigo lema feminista que “o pessoal é político” e que a luta na esfera coletiva e no campo político continuam e – oxalá! – dias melhores virão.

---

<sup>202</sup> Fonte: reportagem de Maria Fernanda Garcia: *Brasileiras em perigo: 107 casos de feminicídio em 20 dias de 2019* (GARCIA, 2019).

<sup>203</sup> Como exemplo indico o levantamento de Marina Estarque e Flávia Faria realizado, com base na Lei do Acesso à Informação, nos Boletins de Ocorrência registrados no Estado de São Paulo. De acordo com as jornalistas o “aumento de registros de crimes relacionados à intolerância no estado de São Paulo atingiram um pico durante as eleições de 2018” (ESTARQUE; FARIA, 2019).



## REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena. **Manual de História Oral**. 3. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: FGV, 2013. 386p.

\_\_\_\_\_. **Ouvir contar**. Textos em História Oral. 1. ed., 3. reimp. Rio de Janeiro: FGV, 2004. 196p.

ALEXANDRE, Nadja Zim. Diagnóstico Ambiental da Região Carbonífera de Santa Catarina: degradação dos recursos naturais. **Tecnologia e Ambiente**. Criciúma: vol. 5, nº 2, jul./dez. 1999, p. 35-50.

ALMAS EM SUPLÍCIO. Direção: Michael Curtis: Warner Bros, 1945. 1h:51m.

ALMEIDA, Heloisa Buarque de. Consumidoras e heroínas: gênero na telenovela. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 15, n.1, janeiro-junho, 2007, p.177-192. Impresso.

ALMEIDA, Neil Franco Pereira. **A diversidade entra na escola: histórias de professores e professoras que transitam pelas fronteiras da sexualidade e do gênero**. Dissertação (Mestrado em Educação). Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2009, 241p.

ALVARENGA et al. Histórico, fundamentos filosóficos e teórico-metodológicos da interdisciplinaridade. In: PHILIPPI JR, Arlindo; SILVA NETO, Antônio (Editores). **Interdisciplinaridade em Ciência, Tecnologia & Inovação**. 2ª edição. Barueri: Manole, 2011, p. 106-122.

AMORIM, Anna Carolina Horstmann. **Nós já somos uma família, só faltam os filhos: maternidade lésbica e as novas tecnologias reprodutivas no Brasil**. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

ANDRADE, Thompson Almeida; SERRA, Andrade e Rodrigo Valente. **Cidades Médias Brasileiras**. Rio de Janeiro, IPEA, 2001.

ANDRÉ TARNOWISKY FILHO Blog. [Internet]. Florianópolis: André Tarnowisky Filho. 03 set. 2010. Disponível em <http://andretarnowskyfilho.blogspot.com/2010/09/coluna-social.html>. Acesso em: 12 dez. 2017.

ARAÚJO, Fernanda Alves de. Vivências Homoeróticas no Contemporâneo: a formação dos vínculos afetivos e o processo-desconstrução de uma identidade homossexual. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, 2011, 143p.

BABUSCIO, Jack. The cinema of camp (Aka camp and the gay sensibility). In: DYER, Richard. **Queer Aesthetics and the Performing Subject**. Ed. Fabio Cleto. Michigan: The University of Michigan Press, 2002. 117-135.

BALDWIN, James. **Giovanni**. São Paulo: Abril Cultural, 1981. 206p.

BAPTISTA, Leda Maria. **Simplemente Gaspar**. Blumenau: Nova Letra, 1998. 226p.

BARBOSA, Maria José Somerlate. Chorar, verbo intransitivo. Campinas: **Cadernos Pagu**. Campinas, nº 11, 1998, p. 321-343.

BARROS, Carlos Juliano. Com medo de ameaças, Jean Wyllys, do PSOL, desiste de mandato e deixa o Brasil. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 24.01.19, Poder, s.p., Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/01/com-medo-de-ameacas-jean-wyllys-do-psol-desiste-de-mandato-e-deixa-o-brasil.shtml>. Acesso em: 24 jan.2019

BARTHES, Roland. **Crítica e verdade**. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 2007.

BELELI, Iara. “Eles[as] parecem normais”: visibilidade de gays e lésbicas na mídia. Natal: **Bagoas**, nº 4, 2009. P. 113-130.

\_\_\_\_\_. Gênero (Capítulo 2). In: MISKOLCI, Richard (Org.). **Marcas da diferença no ensino escolar**. São Carlos: EdUFSCar, 2010. P. 45-73.

BERLANT, Lauren; WARNER, Michael. Sexo en público. In: MÉRIDA JIMÉNEZ, Rafael M. **Sexualidades transgresoras**. Barcelona: Icaria, 2002, p.229-257.

BIROLI, Flávio; MIGUEL, Luis Felipe. Gênero, raça, classe: opressões cruzadas e convergências na reprodução de desigualdades. **Mediações**: Londrina, vol. 20, nº 2, jul./dez. 2015, p. 27-55.

BITTENCOURT, Arary Cardozo. **O menino de Oficinas**. Recontando o sul catarinense e em especial Tubarão. Vol. 1. Tubarão: Copiart, 284p.

BORELLI, Silvia Helena Simões. Telenovelas Brasileiras. Balanços e perspectivas. **São Paulo em Perspectiva**. São Paulo, n. 15, v.3, 2001, p.29-36.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de M.; AMADO, Janaina (Org.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: ed. Fundação Getúlio Vargas, 2006, p. 183-191.

BRAIDOTI, Rosi. El sujeto en el feminismo. In: \_\_\_\_\_. **Feminismo, diferencia sexual e subjetividad nómade**. Barcelona: Editorial Gedisa S. A., 2004, p. 9-31.

BURGHARDT, Caroline. **O incremento do turismo e as transformações socioespaciais na localidade do arraial, Município de Gaspar (SC)**. Dissertação (Mestrado em Turismo e Hotelaria). Programa de Pós-Graduação em Turismo e Hotelaria. Universidade do Vale do Itajaí, Balneário Camboriú, 2006. 60p.

BUTLER, Judith. Contagious word: paranoia and “homosexuality” in the military. In: **Excitable speech**. A politics of the performative. Nova York, Routledge, 1997. P. 106-126.

\_\_\_\_\_. **Excitable speech**. A politics of the performative. Nova York, Routledge, 1997.

\_\_\_\_\_. Fundamentos contingentes: o feminismo e a questão do “pós-modernismo”. **Cadernos Pagu**. Campinas, nº 11, 1998, p. 11-42.

\_\_\_\_\_. **Problemas de gênero**. Feminismo e subversão da identidade. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. 240p.

\_\_\_\_\_. O parentesco é sempre tido como heterossexual? **Cadernos Pagu**. Campinas, nº 21, 2003, p. 219-260.

CÁCERES FERIA, Rafael; VALCUENDE DEL RIO, José María. Globalización y diversidad sexual, gays y marikuitas en Andalucía. Jaén (España): **Gazeta de Antropología**, 2014, 30 (3), artículo 07.

CAGNINI, Lariane. Navio de 331m atraca em Imbituba e inaugura rota asiática no Sul de SC. *Diário Catarinense*, Florianópolis, 5 de setembro de 2017, Disponível em: <http://dc.clicrbs.com.br/sc/noticias/noticia/2017/09/navio-de-331m-atraca-em-imituba-e-inaugura-rota-asiatica-no-sul-de-sc-9888709.html>. Acesso em 30 jan. 2018.

CALDAS-COULTHARD, Carmen Rosa. Caro colega: Exclusão linguística e invisibilidade. Barcelona: **Discurso & Sociedad**, vol. 1 (2), 2007, p. 230-246.

CÂMARA DOS DEPUTADOS DO BRASIL. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br> Acesso em: 10 jan. 2019.

CARDOSO, Fernando Luiz. **Orientação sexual masculina em uma comunidade pesqueira**. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, 1994.

CARDOSO, Maria Zilene. **Gaspar, século XIX**: as dificuldades para o seu povoamento inicial e a desmistificação de uma dependência. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1991. 256p.

CARRARA, Sérgio. Só os viris e discretos serão amados? **Folha de São Paulo**, São Paulo, 19 maio 2005, Mais!, p. 5, 2005.

CENSO DEMOGRÁFICO 2010. Rio de Janeiro: IBGE. Disponível no Portal IBGE Cidades: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/panorama>. Acesso no período de 23 jan. a 22 fev. 2018.

COIMBRA, José de Ávila Aguiar. Considerações sobre a Interdisciplinaridade. In: PHILLIPPI JÚNIOR, Arlindo et al (Ed.).

**Interdisciplinaridade em Ciências Naturais.** São Paulo: Signus, 2000. 318p.

COLLING, Leandro. A heteronormatividade e a abjeção – os corpos de personagens não heterossexuais nas telenovelas da Rede Globo. In: ENCONTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA – ENECULT. 7. 2010. Salvador. **Anais...** Salvador: Facon-UFBA, 2010.

\_\_\_\_\_. Personagens gays nas telenovelas da Rede Globo: criminosos, afetados e heterossexualizados. **Gênero.** Niterói, vol. 8, no. 1, segundo semestre de 2007, p. 207-222.

\_\_\_\_\_. Aquenda a metodologia! Uma proposta a partir da análise de Avental todo sujo de ovo. **Bagoas.** Natal, nº 8, 2008, p. 153-170.

COMERFORD, John. Onde está a “comunidade”? Conversas, expectativas morais e mobilidade entre o “rural” e o “urbano”. **Ruris.** Campinas, vol. 8, nº 2, setembro/2014. P. 7-29.

CONNELL, R. W. **Masculinities.** Berkeley and Los Angeles: University of California Press, 2005. 324p.

\_\_\_\_\_; MESSERSCHIMIDT, James W. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. **Estudos Feministas.** Florianópolis, v. 21, nº 1, janeiro-abril/2013, p. 241-282.

COSTA, Cléria Botelho da. A escuta do outro: os dilemas da interpretação. **História Oral.** Rio de Janeiro. v. 17, n. 2, jul/dez. 2014. p. 47-67.

COVOLAN, Nádia Terezinha. **Corpo vivo e gênero:** a menopausa no homoerotismo feminino. Tese (Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas). Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

COWAN, Benjamin. Homossexualidade, ideologia e “subversão” no regime militar (Capítulo 1). In: GREEN, James N.; QUINALHA, Renan. **Ditadura e homossexualidades:** repressão, resistência e busca da verdade. São Carlos: EduUFSCar 2014. P. 27-52.

DAVID CÓRDOBA, García. Teoría Queer: reflexiones sobre sexo, sexualidad e identidad. Hacia una politización de la sexualidad. In: DAVID CÓRDOBA; JAVIER SAÉZ; PACO VIDARTE (Ed.). **Teoría Queer. Políticas Bolleras, Maricas, Trans, Mestizas**. Barcelona-Madrid: Egales, 2005. p. 21-66.

D'EMÍLIO, John. Capitalism and Gay Identity. In: SNITOW, A et al. **Power of Desire**. Nova York: Monthly Review Press, 1983. P. 100-113.

DICIONÁRIO DA TV GLOBO, v. 1: Programas de dramaturgia & entretenimento. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003. 921p.

ESTARQUE, Marina, FARIA, Flávia. Registros de intolerância triplicaram em SP na última campanha eleitoral. **Folha de São Paulo** [Internet]. 13 jan.19. São Paulo. Cotidiano, s.p. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/01/registros-de-intolerancia-triplicaram-em-sp-na-ultima-campanha-eleitoral.shtml>. Acesso em 24 jan.2019.

ERIBON, Didier. **Reflexões sobre a questão gay**. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2008. 455p.

FACCHINI, Regina. **Sopa de Letrinhas?** Movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90. Rio de Janeiro: Garamond, 2005. 304p.

FACIOLI, Iara; MISKOLCI, Richard. Gênero, raça, classe: opressões cruzadas e convergências na reprodução das desigualdades. Londrina: **Mediações**, vol. 20, nº 2, jul./dez. 2015, p. 27-55.

FERNANDES, Estevão Rafael. **“Existe índio gay?”**. Colonização das sexualidades indígenas no Brasil. Curitiba: Prismas, 2017, vol. 1, 245p.

FERNANDES, Felipe Bruno Martins. **A agenda anti-homofobia na educação brasileira (2003-2010)**. 2011. 375f. Tese (Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

FERREIRA, Paulo Rogers. **Os Afectos Mal-Ditos: o indizível das sociedades camponesas**. São Paulo: Anpocs-Hucitec, 2008.



FICO, Carlos. **Como eles agiam**: os subterrâneos da ditadura militar. Rio de Janeiro: Record, 2001.

FONSECA, Robson Rodrigo Pereira da. **O viadinho da escola**. Curitiba: Appris, 2018, 83p.

FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber**. Rio de Janeiro, Forense, 2012.

\_\_\_\_\_. **História da sexualidade**. A vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 2011. 176p.

\_\_\_\_\_. Não ao sexo rei. In: FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 15ª ed., 2000. p.229-242.

\_\_\_\_\_. **Os anormais**: curso Collège de France (1974-1975). São Paulo: WMF Martins Fontes, 2014. 330p.

\_\_\_\_\_. O Sujeito e o poder. In: Dreyfus, H & RABINOW, P. **Michel Foucault, uma trajetória filosófica**: (para além do estruturalismo e da hermenêutica. Rio de Janeiro: Universitária, 1995, p. 231-239.

\_\_\_\_\_. **Vigiar e Punir**. Petrópolis: Vozes, 1977. 277p.

FREITAS, Lorena Rodrigues Tavares de. **Identidade sexual de mulheres que se relacionam com mulheres em Ilhéus e Itabuna-BA**. Tese (Doutorado em Sociologia Política). Campos dos Goitacazes: Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, 2013, 325p.

FRY, Peter. **Para Inglês Ver**: identidade e política na cultura brasileira. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

FRY, Peter. Da hierarquia à igualdade: a construção histórica da homossexualidade no Brasil. In: FRY, Peter. **Para Inglês Ver**: identidade e política na cultura brasileira. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1982, p. 87-115.

FUSS, Diana. **Inside/Outside**. Lesbian Theories, Gay Theories. New York and London: Routledge, 1991.

GALVÃO, Jane. As respostas das organizações não-governamentais frente à epidemia de HIV/AIDS no Brasil. In: PARKER, Richard (Org.). **Políticas, instituições e AIDS: enfrentando a epidemia no Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.: ABIA, 1997. P. 69-108.

\_\_\_\_\_. As respostas religiosas frente à epidemia de HIV/AIDS no Brasil. In: PARKER, Richard (Org.). **Políticas, instituições e AIDS: enfrentando a epidemia no Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.: ABIA, 1997. p. 109-134.

GARCIA, Maria Fernanda. Brasileiras em perigo: 107 casos de feminicídio em 20 dias de 2019 [Internet]. Portal Desacato. Florianópolis. Disponível em: <http://desacato.info/brasileiras-em-perigo-107-casos-de-femicidio-em-20-dias-de-2019/?fbclid=IwAR0JzC5pkUsTZMtobvdhhUHpuvAZ1LIOS4cXoAC0R1kpsdM8qzDCE8B4hyM>. Acesso em: 25 jan.2019.

GASPERIN, Emerson. Resíduos do Progresso. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 16 de junho de 2016. Caderno Nós.

GAY1. Personagens de desenhos infantis supostamente gays [Internet]. Brasília. Publicado em 08 out.11. Disponível em: <http://www.gay1.com.br/2011/10/personagens-de-desenhos-infantis-supostamente-gays/>. Acesso em: 18 out. 2018.

GLEDHILL, Christine; BALL, Vick. Genre and gender: the case of soap opera. Chapter 6. In: HALL, Stuart; EVANS, Jessica; NIXON, Sean (Edit.). **Representation**. 2. ed. Great Britain: The Open University, 2013, p. 335-384.

GOFFMAN, Erving. **Estigma**. Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada. 4. ed. Rio de Janeiro: LDC, 2013. 158 p.

GONTIJO, Fabiano; ERICK, Igor. Diversidade Sexual e de Gênero, Ruralidade, Interioridade e Etnicidade no Brasil: Ausências, Silenciamentos e Exortações. Cuiabá: **ACENO – Revista de Antropologia do Centro-Oeste**, vol. 2, nº 4, Ago. a Dez. de 2015. p. 24-40.

GOULARTI FILHO, Alcides. **Formação Econômica de Santa Catarina**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2016. 431p.

\_\_\_\_\_; MORAES, Fábio Farias de. Formação, expansão e desmonte parcial do complexo carbonífero catarinense. **História & Perspectivas**. Uberlândia, vol. 1, nº 40, jan.-jun. 2009, p. 251-267.

GRAY, Mary L. **Out in the Country**. Youth, Media and Queer Visibility in Rural America. New York and London: New York University Press, 2009.

\_\_\_\_\_; JOHNSON, Colin R.; GILLEY, Brian J. (Edited by). **Queering the Countryside**. New Frontiers in Rural Queer Studies. New York and London: New York University Press, 2016.

GREEN, James N. **Além do carnaval**. A homossexualidade masculina no Brasil do século XX. São Paulo: Editora Unesp, 2000a. 541p.

\_\_\_\_\_. A luta pela igualdade: desejos, homossexualidade e a esquerda na América Latina. **Cadernos AEL**, Campinas, v. 10, n. 18-19, p. 17-39, 2003.

\_\_\_\_\_. GREEN, James N. Mais amor e mais tesão: a construção de um movimento brasileiro de gays, lésbicas e travestis. **Cadernos Pagu**, Campinas, v. 15, p. 271-295, 2000b.

\_\_\_\_\_; QUINALHA, Renan. **Ditadura e homossexualidades**: repressão, resistência e busca da verdade. São Carlos: EduUFSCar 2014.

GROSSI, Miriam Pillar. Masculinidades: uma revisão teórica. Florianópolis: **Antropologia em Primeira Mão**, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, nº 1, 1995. p. 4-37.

\_\_\_\_\_. Na busca do “outro” encontra-se a si mesmo. In: LAGO, Mara Coelho de Souza. Et al. (Org.). **Interdisciplinaridade em diálogos de gênero**: teorias, sexualidades, religiões. Ilha de Santa Catarina: Editora Mulheres, 2004, Florianópolis: UFSC, 1992, p. 7-18.

\_\_\_\_\_; UZIEL, Anna Paula; MELLO, Luiz. **Conjugalidades, parentalidades e identidades lésbicas, gays e travestis**. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. Como trabalhar com “raça” em sociologia. São Paulo: **Educação e Pesquisa**, vol. 29, nº 1, jan./jun. 2003, p. 93-107.

GUIMARÃES, Carmen Dora. **O Homossexual visto por entendidos**. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2004.

HALBERSTAM, Judith. **In a Queer Time & Place**. Transgender Bodies, Subcultural Lives. New York and London: New York University Press, 2005.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. Tradução de Beatriz Sidou. 2ª edição. São Paulo: Centauro, 2013.

HALL, Stuart. HALL, Stuart. “Encoding/decoding”. In: HALL, Stuart et al (Orgs.). **Culture, media, language**. London: Hutchinson, 1986.

\_\_\_\_\_. Quem precisa da identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Identidade e diferença**. A perspectiva dos Estudos Culturais. Petrópolis: Vozes, 2009. P. 103-133.

\_\_\_\_\_. The spectacle of the ‘other’. Chapter 4. In: HALL, Stuart; EVANS, Jessica; NIXON, Sean (Edit.). **Representation**. 2. ed. Great Britain: The Open University, 2013a, p. 215-287.

\_\_\_\_\_. The work of representations. Chapter 1. In: HALL, Stuart; EVANS, Jessica; NIXON, Sean (Edit.). **Representation**. 2. ed. Great Britain: The Open University, 2013b, p. 1-59.

HALPERIN, David. **How to be gay**. Cambridge and London: Harvard University Press, 2012. 549 p.

HAMBURGUER, Esther Império. **O Brasil Antenado**. A sociedade da novela. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

HENNING, Carlos Eduardo. Interseccionalidade e pensamento feminista: As contribuições históricas e os debates contemporâneos acerca do entrelaçamento de marcadores sociais da diferença. **Mediações**. Londrina, v.20, nº 2, jul./dez. 2015, p. 97-128.

HARAWAY, Donna. Saberes Localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**. Campinas, nº 5, 1995, p. 07-41.

HARDING, Sandra (Ed.). **Feminism & Methodology**: social science issues. Bloomington e Indianapolis: Indiana University Press e Open University Press, 1987.

HENRIQUE, Wendel. Diferenças e repetições na produção do espaço urbano de cidades pequenas e médias. In: LOPES, Diva Maria Ferlin; HENRIQUE, Wendel (Orgs.). **Cidades médias e pequenas**: teorias, conceitos e estudos de caso. Salvador: SEI, 2010, p. 45-58.

HERRERA FLORES, Joaquín. **O nome do riso**. Porto Alegre: Movimento; Florianópolis: Cesus, Bernúncia, 2007. 127p.

HOWARD, John. **Men Like That**. A Southern Queer History. Chicago and London. Chicago University Press, 1999.

IG. Sidney Magal: "Quem rebojava um pouquinho nos anos 70 era chamado de bichona" [Internet]. Publicado em 21 dez.2016. Disponível em: <https://gente.ig.com.br/celebridades/2016-12-21/sidney-magal.htm>. Acesso em: 03 mar.2018.

IMDb – Internet Movie Data Base. Disponível em: <https://www.imdb.com/title/tt0034492/>. Acesso em: 18 out.2018.

ISSOPO, Keity Kristiny Vieira. Gênese e Evolução da Indústria Cerâmica na Região de Criciúma – SC. Dissertação (Mestrado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009. 243p.

JUVENTUDE TRANSVIADA (filme). Direção de Nicholas Rey, Warner Bros, 1955. 1h51m.

KRONKA, Graziela Zanin. Corpo, Desejo e Poder: identidade e subjetividade no discurso (homo) erótico. Campinas: **Cadernos AEL**, v.10, n.18/19, 2003, p. 153-181.

LADO A [Internet – revista]. A origem do termo viado. Disponível em: <https://revistaladoa.com.br/2006/06/policial/origem-termo-veado/>. Acesso em: 23 abr. 2018.

LEIS, Héctor Ricardo. Sobre o Conceito de Interdisciplinaridade. Florianópolis: **Cadernos de Pesquisa Interdisciplinar em Ciências Humanas**, vol. 6, nº 73, agosto 2005, p. 2-13.

LEIS, Héctor Ricardo. Especificidades e desafios da interdisciplinaridade nas ciências humanas. In: PHILIPPI JÚNIOR, Arlindo; SILVA NETO, Antônio J. (Editores). **Interdisciplinaridade em ciência, tecnologia e inovação**. Barueri: Manole, 2011, p. 106-122.

LEMONS, Carolina Teles. **Sexualidade e religiosidade popular**. Discursos e práticas de mulheres de Vila Guanabara – PR. Tese (Doutorado em teologia). São Paulo: Universidade Metodista de São Paulo, 1998.

LIMA, Marli Machado de. **Entre elas**: cartografias dos devires amorosos. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Assis: Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Ciências e Letras, 2009, 186p.

LOPES, Denilson. Terceiro Manifesto Camp. In: \_\_\_\_\_. **O homem que amava rapazes e outros ensaios**. Rio de Janeiro, Aeroplano, 2002, p.89-120.

LOPES, Maria Imamacolata Vassalo de. Telenovela brasileira: uma narrativa sobre a nação. **Comunicação & Educação**. São Paulo, n. 26, jan.-abr. 2003, p. 17-34.

LORENZONI, André Luiz. **No encaixe do desejo**: a homossexualidade em discursos – Chapecó (1980-2010). Dissertação (Mestrado em História). Passo Fundo: Universidade de Passo Fundo, Programa de Pós-Graduação em História, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2014, 132p.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero, sexualidade e educação: das afinidades políticas às tensões teórico-metodológicas. **Educação em revista**, Belo Horizonte, nº 46, dez. 2007. p. 201-216.

\_\_\_\_\_. **Gênero, sexualidade e educação.** Uma perspectiva pós-estruturalista. 10. ed., Petrópolis: Editora Vozes, 2008. 179 p.

\_\_\_\_\_. Pedagogias da sexualidade. In: LOURO, Guacira Lopes (Org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade.** 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2001. p. 07- 34.

\_\_\_\_\_. **Um corpo estranho.** Ensaios sobre sexualidade e teoria queer. Belo Horizonte: Autêntica, 2004, 90 p.

MAIA, Gustavo. "Negro, gay e favelado": quem é o suplente de Jean Wyllys na Câmara. [Internet]. Portal Uol Notícias. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2019/01/24/vereador-gay-suplente-jean-wyllys-mandato-camara.htm>. Acesso em: 24 jan. 2019.

MACHADO, Roberto. Introdução. Por uma genealogia do poder. In: FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder.** Rio de Janeiro: Edições Graal, 2000, p. VII-XXIII.

MACRAE, Edward. **A Construção da Igualdade:** Identidade Sexual e Política no Brasil da Abertura. Campinas: Unicamp, 1990.

MAIA, Doralice Sátyro. Cidades pequenas e médias do nordeste: conferência de abertura. In: LOPES, Diva Maria Ferlin; HENRIQUE, Wendel (Orgs.). **Cidades médias e pequenas:** teorias, conceitos e estudos de caso. Salvador: SEI, 2010, p. 15-41.

MAGRINI, Pedro Rosas. **Produção acadêmica sobre o MST:** perspectivas, tendências e ausências nos estudos sobre gênero, sexualidade, raça e suas interseccionalidades. Tese (Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014, 378p.

MAMÃEZINHA QUERIDA (filme). Direção de Frank Perry, Metro-Goldwyn-Meyer, 1981. 2h09m.

MASSENO, André. **O rosto do desejo:** posições e (en) cantos. Rio de Janeiro: Cadernos do Congresso Nacional de Linguística e Filologia, vol. XV, nº 5, t. 3, CiFEFil, 2011. p. 2215-2222.

MATOS, Izilda Santos de. Por uma história das sensibilidades em foco – a masculinidade. Curitiba: **História: Questões & Debates**, n° 34, p. 45-63.

MEDEIROS, Rodrigo Althoff. **Cidades em crescimento**: a influência da Ferrovia Tereza Cristina nas cidades do Sul – estudo de caso no município de Tubarão. Tubarão: Ed. Copiart, 2007. 204 p.

MELLO, Anahi Guedes de. Deficiência, incapacidade e vulnerabilidade: do capacitismo ou a preeminência capacitista e biomédica do Comitê de Ética em Pesquisas da UFSC. Rio de Janeiro: *Ciência & Saúde Coletiva*, vol. 21, n° 10, outubro de 2016, p. 3265-3276.

MEMÓRIA GLOBO. Caldeirão do Hulk. [Internet]. Rio de Janeiro. Sem data de publicação. Disponível em: <http://memoriaglobo.globo.com/programas/entretenimento/auditorio-e-variedades/caldeirao-do-huck.htm>. Acesso em: 03 set.2018.

\_\_\_\_\_. Chacrinha [Internet]. Rio de Janeiro. Sem data de publicação. Disponível no endereço eletrônico MEMÓRIA GLOBO. Caldeirão do Hulk. Rio de Janeiro. Sem data de publicação. Disponível em: <http://memoriaglobo.globo.com/perfis/talentos/chacrinha/trajetoria.htm>. Acesso em: 23 out.2018.

\_\_\_\_\_. Programa Sílvia Santos [Internet]. Rio de Janeiro. Sem data de publicação. Disponível em: <http://memoriaglobo.globo.com/programas/entretenimento/auditorio-e-variedades/programa-silvia-santos/evolucao.htm>. Disponível em: 23 out.2018.

MICHAELIS, Dicionário Brasileiro de Língua Portuguesa [*on-line*]. Disponível em: <http://michaelis.uol.com.br/>. Acesso em: 20 out. 2018.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Disciplinaridade, interdisciplinaridade e complexidade. **Emancipação**. Ponta Grossa, Universidade Estadual de Ponta Grossa, vol. 10, n° 2, 2010, p. 435-442.

MISKOLCI, Richard. A Teoria Queer e a Sociologia: o desafio de uma analítica da normalização. **Sociologias** Porto Alegre, ano 11, n.º 21, jan.-jun. 2009, p. 150-182.



\_\_\_\_\_. Comentário. **Cadernos Pagu**. Campinas, n.º 28, janeiro-junho de 2007, p. 55-63.

\_\_\_\_\_. **O desejo de nação: masculinidade e branquitude no Brasil de fins do século XIX**. São Paulo: Annablume, 2012. 208p.

\_\_\_\_\_. **Desejos digitais**. Uma análise sociológica da busca por parceiros on-line. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017. p. 303.

\_\_\_\_\_. Do desvio às diferenças. **Teoria & Pesquisa**. São Carlos, v. 47, jul./dez de 2005, p.9-41.

\_\_\_\_\_. Não ao sexo rei: da estética da existência foucaultiana à política queer. In: SOUZA, Luís Antônio Francisco de; SABATINE, Thiago Teixeira; MAGALHÃES, Bóris Ribeiro de. (Org.). **Michel Foucault: sexualidade, corpo e direito**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011. p. 47-68.

\_\_\_\_\_. Pânicos Morais e controle social – reflexões sobre o casamento gay. **Cadernos Pagu**. Campinas, n.º 28, janeiro-junho de 2007, p. 101-128.

\_\_\_\_\_. Sexualidade e orientação sexual (Capítulo 3). In: MISKOLCI, Richard (Org.). **Marcas da diferença no ensino escolar**. São Carlos: EdUFSCar, 2010. p. 75-111.

\_\_\_\_\_. **Teoria Queer: um aprendizado pelas diferenças**. Belo Horizonte: Autêntica Editora: UFOP – Universidade Federal de Ouro Preto, 2012.

MONTEIRO, Denilson. **Chacrinha - a biografia**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2014. 368 p.

MOSCHETA, Murilo dos Santos. **Construindo a Diferença: a Intimidade Conjugal em Casais de Homens Homossexuais**. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Ribeirão Preto: Universidade de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, 2004, 109p.

MUSSKOPF, André. **Via(da)gens teológicas**. Itinerários para uma teologia queer no Brasil. São Paulo: Fonte Editorial, 2012. 503p.

NASCIMENTO, Fernanda. **Bicha (nem tão) má:** LGBTs em Telenovelas, Rio de Janeiro: Multifoco, 2015. 258p.

NATIVIDADE, Marcelo Tavares; OLIVEIRA, Leandro de. Algumas tendências recentes nos discursos evangélico e católico sobre homossexualidade. Rio de Janeiro: **Sexualidade, Gênero e Sociedade**, ano XI, nº 22, dezembro 2004. p. 1-8.

NEU, Márcia Fernandes Rosa. **Porto de Imbituba:** de Armação Baleeira a Porto Carbonífero. Tubarão: Unisul, 2003. 118p.

NUNES, Tatiana Notaro. Cazuza: O Caso da Veja 1.077 – Análise ética do discurso da revista Veja sobre a doença e morte de Agenor de Miranda Araújo Neto. Ponta Grossa: **Rebej – Revista Brasileira de Ensino de Jornalismo**, vol. 1, nº 6, dez. 2009/mai. 2000, p. 145-171.

OBSERVATÓRIO DO TELEVISÃO. “Nossos comerciais, por favor!”: o polêmico Flávio Cavalcanti nos deixava há 32 anos. [Internet]. Rio de Janeiro. 26 maio2018. Disponível em: <https://observatoriodatelevisao.bol.uol.com.br/vale-a-pena/2018/05/nossos-comerciais-por-favor-o-polemico-flavio-cavalcanti-nos-deixava-ha-32-anos>. Acesso em: 03 set.2018.

OLIVEIRA, Daniela Bogado Bastos de. **Das voltas que o mundo dá:** Família e Homoparentalidade no Brasil Contemporâneo. Tese (Doutorado em Sociologia Política). Campos dos Goytacazes: Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, 2011, 393p.

OLIVEIRA, Luis Roberto Cardoso de. Pesquisas em vs. pesquisas com seres humanos. **Série Antropologia**, Brasília, DF, v. 1, n.336, p. 02-016, 2003.

ORTNER, Sherry B. Poder e Projetos: reflexões sobre a agência. In: GROSSI, Miriam Pillar; ECKERT, Cornélia; FREY, Peter Henry. **Conferência e diálogos:** saberes e práticas antropológicas. 25ª Reunião Brasileira de Antropologia - Goiânia 2006. Blumenau: Nova Letra, 2007, p. 45-80.

PADILHA, Felipe André. **O segredo é a alma do negócio**: mídias digitais móveis e a gestão da visibilidade do desejo homoerótico entre homens na região de São Carlos. Dissertação (Mestrado em Sociologia). São Carlos: Universidade Federal de São Carlos, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, 2015, 123p.

PAIVA, Antônio Crístian Saraiva Paiva. **Reservados e Invisíveis**. O *ethos* íntimo das parcerias homoeróticas. Fortaleza: Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará; Campinas: Pontes Editores, 2007. 368 p.

PARKER, Richard. **Abaixo do Equador**: culturas do desejo, homossexualidade masculina e comunidade gay no Brasil. São Paulo, Record, 2002.

\_\_\_\_\_. **Corpos, prazeres e paixões**. A cultura sexual no Brasil contemporâneo. São Paulo: Best Seller, 1991. 296p.

PASSAMANI, Guilherme Rodrigues. **Batalha no confete no mar de “Xarayés”**. Condutas homossexuais, envelhecimento e regimes de visibilidade. Tese (Doutorado). Campinas: Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2015, 285p.

PECHENY, Mario. Identidades discretas. In: Luís Felipe Rios *et al* (Orgs.). **Homossexualidade: produção cultural, cidadania e saúde**. Rio de Janeiro: ABIA, 2004. P. 15-33.

PEDRO, Joana Maria; SCHEIBE, Luiz Fernando. Construção Coletiva do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da UFSC. In: PHILIPPI JR, Arlindo; SILVA NETO, Antônio (Editores). **Interdisciplinaridade em Ciência, Tecnologia & Inovação**. Barueri: Manole, 2ª edição, 2011, p. 426-446.

\_\_\_\_\_; VERAS, Elias Ferreira. Os silêncios de Clio: escrita da história e (in) visibilidades das homossexualidades no Brasil. **Tempo e Argumento**. Florianópolis, v. 6, n. 13, set./dez.2014, p. 90-109.

PEREIRA, Carlos Alberto Messeder. **O que é contracultura**. 4. ed.. São Paulo: Brasiliense, 1986. 104 p.

PERES, Willian Siqueira; TOLEDO, Livia Gonçalves. Dissidências Existenciais de Gênero: resistências e enfrentamentos ao biopoder. **Psicologia Política**. São Paulo, vol. 11. Nº 22, jul.- dez. 2011, p. 261-277.

PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS: síntese de indicadores 2015 / IBGE, Coordenação de Trabalho e Rendimento. - Rio de Janeiro: IBGE. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv98887.pdf>. Acesso em: 25 jan..2018.

PIAZZA, Walter F. **A Colonização de Santa Catarina**. 2. ed., rev. e aum. Florianópolis: Lunardelli, 1988. 376p.

PINHO, Osmundo. Relações raciais e sexualidade. In: PINHO, Osmundo; SANSONE, Lívio (Orgs.). **Raça: novas perspectivas antropológicas** [on-line], 2ª edição revista. Salvador: EDUFBA, 2008, p. 257-283.

PIRES, Cyntia Miguel. Cidades médias: complexidade e/ou desafio teórico? Um estudo de Catalão/GO. **Territorial**. Goiás: vol. 3, nº 1, jan./jun. 2014, p. 56-77.

PISCITELLI, Adriana. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. **Sociedade e Cultura**. Goiânia, v. 11, nº 2, jul. - dez 2008, p. 263-274.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 2, nº 3, 1989, p. 3-15.

PORTELLI, Alessandro. Tentando aprender um pouquinho. Algumas reflexões sobre a ética na História Oral. **Projeto História**. São Paulo, nº. 15, abril 1997, p. 13-33.

PRADO, Rosane M. Cidade Pequena: paraíso e inferno da personalidade. **Cadernos de Antropologia e Imagem**. Rio de Janeiro: UERJ, NAI, 1995, vol. II, p. 31-56.

RETRATO das desigualdades de gênero e raça / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada [et al.]. - 4ª ed. - Brasília: Ipea, 2011. 39 p. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/retrato/pdf/revista.pdf>. Acessado em 21 maio 2018.

REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo P. Sá (Orgs.). **O golpe e a ditadura militar – 40 anos depois (1964-2004)**. Bauru: Edusc, 2004.

\_\_\_\_\_. **A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

RETRATO DAS DESIGUALDADES DE GÊNERO E RAÇA. In: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ... [et al.]. - 4ª ed. - Brasília: Ipea, 2011. 39p. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/retrato/pdf/revista.pdf>. Acessado em: 21 maio 2018.

REVEL, Judith. **Michel Foucault: conceitos essenciais**. São Carlos: Claraluz, 2005.

RICH, Adrienne. Heterossexualidade compulsória e existência lésbica. **Bagoas**. Natal, n° 5, 2010, p. 14-44.

RIOS, Roger Raupp. **A homossexualidade no direito**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2001.

RODRIGUES; Rita de Cássia Collaço. De Denner a Chrysóstomo, a repressão invisibilizada as homossexualidades na ditadura. (Capítulo VII). In: COWAN, Benjamin. Homossexualidade, ideologia e “subversão” no regime militar (Capítulo 1). In: GREEN, James N.; QUINALHA, Renan. **Ditadura e homossexualidades: repressão, resistência e busca da verdade**. São Carlos: EduUFSCar 2014. P. 201-244.

RUBIN, Gayle. Thinking Sex: Notes for a Radical Theory of the Politics of Sexuality. In: HALPERIN, David. (Ed.). **The Lesbian and Gay Studies Reader**. Tradução de Felipe Bruno Martins Fernandes. London, New York: Routledge, 1992. Disponível em: <http://www.miriamgrossi.cfh.prof.ufsc.br/pdf/gaylerubin.pdf>. Acesso em: 30 abr. 2013.

SAGE Publications. [Internet]. Disponível em: [http://www.sage-reference.com/activism/Article\\_n713.htm](http://www.sage-reference.com/activism/Article_n713.htm). Acesso em 10 jan.2018.

SANTA CATARINA tem menor taxa de desemprego segundo IBGE. G1 SC. Florianópolis, 17 de novembro de 2017. Disponível em:

<https://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/sc-tem-menor-taxa-de-desemprego-do-pais-segundo-ibge.ghtml>. 12 fev. 2018.

SANTA CATARINA EM NÚMEROS: Santa Catarina / Sebrae/SC. Florianópolis: Sebrae, 2013. 150 p. Disponível em: <http://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Anexos/Relatorio%20Estadual.pdf>. Acesso em: 02 fev. 2018.

SANTANA, Adriana Alves, et al. O contexto e o intertexto na música Pra não dizer que não falei de flores, de Geraldo Vandré. Feira de Santana: **Graduando**, nº 2, jan./jun. 2011, p. 75-85.

SANTANNA, Maria Aparecida Pamato. **Imbituba**. Nas conjunturas do tempo. Imbituba: Livropostal, 2016. 331p.

SANTANA, Virgínia de Santana Cordolino. **Antropologia, diversidade sexual e educação**: uma experiência etnográfica no ensino público da Bahia. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, 2016.

SANTOS, Raphael Bispo dos. **Rainhas do rebolado: Carreiras artísticas e sensibilidades femininas no mundo televisivo**. Rio de Janeiro: Mauad; FAPERJ, 2016. 388p.

SANTOS, Yurin Garcez de Souza. **Pais e filhos em arranjos familiares homoafetivos**: a perspectiva de homens homossexuais e de seus/suas filhos(as). Dissertação (Mestrado em Psicologia). Ribeirão Preto: Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, 2016, 211p.

SARAIVA, Eduardo Steindorf. **Conjugando amor e desejo**: experiências masculinas do “assumir-se” homossexual. Tese (Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas). Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, 2017, 259p.

SCHULMAN, Sarah. Homofobia familiar: uma experiência em busca de reconhecimento. **Bagoas**. Natal, nº 5, 2010, p. 67-78.

SCOTT, Joan. A invisibilidade da experiência. **Projeto História**. São Paulo, nº 16, 1998, p. 297-325.

SEDGWICK, Eve Kosofsky. Epistemologia do Armário. **Cadernos Pagu**. Campinas, nº 28, janeiro-junho de 2007, p. 19-54.

SEIDMAN, Steven. **Beyond the Closet**. The transformation of gay and lesbian life. New York and London: Routledge, 2004.

SHOHAT, Ella; STAM, Robert. **Crítica da imagem eurocêntrica. Multiculturalismo e representação**. São Paulo: Cosac Naify, 2006.

SILVA, Aline Ferraz da. **Pelo sentido da vista: um olhar gay na escola**. Dissertação (Mestrado em Educação). Pelotas: Universidade Federal de Pelotas, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2008, 89p.

SILVA, Andresa Lourenço da. Breve discussão sobre o conceito de cidade média. Maringá: **Geogingá – Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia**, vol. 5, n. 1, 2013, p. 58-76.

SILVA, Fabiana de Souza Castelo Branco de Melo. Um corpo estranho no santuário: discursos institucionais e experiências de indivíduos homossexuais entre pentecostais, neopentecostais e carismáticos católicos. **Sociais e Humanas**. Santa Maria, vol. 15, nº 1, janeiro/junho 2012, p. 109-122.

SILVA, Fernando Cândido da. Representações e relações de gênero em diferentes grupos religiosos. In: GROSSI, Miriam Pillar; GARCIA, Olga Regina Z.; MAGRINI, Pedro Rosas (Org.). **Gênero, diversidade sexual e religião: As diferenças de gênero no espaço escolar**. Livro 2 – Módulo II. Florianópolis: Instituto de Estudos de Gênero/ Centro de Filosofia e Ciências Humanas/ UFSC, 2015. Livro didático. p. 40-56.

SILVA, Hélio R. S. A situação etnográfica: andar e ver. **Horizontes Antropológicos**. Porto Alegre, ano 15, nº 32, jul./dez. 2009, p. 171-188.

SILVA, José Fábio Barbosa da. Homossexualismo em São Paulo: Estudo de um grupo minoritário. In: GREEN, James N.; TRINDADE, Ronaldo (Org.). **Homossexualismo em São Paulo e outros escritos**. São Paulo: Unesp, 2005, p. 55-212.

SILVA, Luiz Fernando Magea da. A ditadura civil-militar e a igreja católica no Brasil: uma abordagem do pensamento social católico. In: ENCONTRO DE HISTÓRIA DA ANPUH. 17. 2016. **Anais...** Nova Iguaçu, 2016. Disponível em:

[http://www.encontro2016.rj.anpuh.org/resources/anais/42/1465940579\\_ARQUIVO\\_TextoAnpuh-RJ-2016.pdf](http://www.encontro2016.rj.anpuh.org/resources/anais/42/1465940579_ARQUIVO_TextoAnpuh-RJ-2016.pdf). Acesso em: 22 abr. 2018.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais**. Petrópolis: Vozes, 2009b. p. 73-102.

\_\_\_\_\_. **Teoria Cultural e educação: um vocabulário crítico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. 125 p.

SIMMEL, Georg. A metrópole e a vida mental. In: VELHO, Otávio Guilherme (Org.). **O fenômeno urbano**. Rio de Janeiro, 1967, p. 10-24.

SIMÕES, Júlio Assis. Marcadores da diferença na “comunidade LGBT”: raça, gênero e sexualidade entre jovens no centro de São Paulo. In: COLLING, Leandro (Org.). **Stonewall 40 + o que no Brasil?** Salvador: EDUFBA, 2011, p. 157-173.

\_\_\_\_\_.; FACCHINI, Regina. **Na trilha do arco-íris: do movimento homossexual ao LGBT**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2009.

SOARES, Beatriz Ribeiro. Cidade média: anotações preliminares. In: ENCONTRO NACIONAL DE PRODUTORES E USUÁRIOS DE INFORMAÇÕES SOCIAIS, ECONÔMICAS E TERRITORIAIS. 2., 2006. Rio de Janeiro, Disponível em: [https://www.ibge.gov.br/confest\\_e\\_confefe/pesquisa\\_trabalhos/arquivos/PDF/M593\\_01.pdf](https://www.ibge.gov.br/confest_e_confefe/pesquisa_trabalhos/arquivos/PDF/M593_01.pdf). Acesso em 03 fev. 2017.

SONTAG, Susan. **Contra a interpretação**. Porto Alegre: L&PM, 1987, 352p.

\_\_\_\_\_. Notas sobre *camp*. In: **Contra a interpretação**. Porto Alegre: L&PM, 1987, p. 318-337.

SOLIVA, Thiago Barcelos. **A confraria gay: um estudo de sociabilidade, homossexualidade e amizades na Turma OK**. Dissertação (Mestrado em



Sociologia e Antropologia). Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, 2012.

\_\_\_\_\_. Clodovis, Bornays e Deners: uma análise da “cruzada moral” contra os trejeitos e faceirices na televisão brasileira da ditadura militar. João Pessoa: **Ártemis**, vol. XXIII, nº 1, jan.-jun./2017, p. 13-26.

SOUSA FILHO, Alípio de. A política do conceito: subversiva ou conservadora? – crítica à essencialização do conceito de orientação sexual. Natal: **Bagoas**, nº 4, 2009. p. 113-130.

SOUTO MAIOR JÚNIOR, Paulo Roberto. O “assumir” na emergência do movimento homossexual brasileiro: os casos do Somos (SP), Grupo Gay da Bahia (BA) e Dialogay (SE). Ponta Grossa: **Revista de História Regional**, vol. 22, nº 1, 2017, p. 171-197.

SOUZA, Érica Renata de. **Necessidade de filhos: maternidade, família e (homo) sexualidade**. Tese (Doutorado em Antropologia). Campinas: Universidade de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2005, 244p.

SOUZA, Pedro de. **Confidências da carne: o público e o privado na enunciação da sexualidade**. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

SPARGO, Tamsin. **Foucault y la teoría queer**. Barcelona: Gedisa, 2004.

SWAIN, Tânia Navarro. História: construção e limites da memória social. In: RAGO, Margareth; FUNARI, Pedro Paulo A. (Orgs.). **Subjetividades Antigas e Modernas**. São Paulo: Annablume, 2008, p. 29-46.

\_\_\_\_\_. **O que é lesbianismo**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

TEIXEIRA, Marcelo Augusto de Almeida. “Metronormatividades” nativas: imigrações homossexuais e espaços urbanos no Brasil. São Carlos, **Árkesis**, vol. 4, nº 1, janeiro/junho, 2015. p. 23-38.

TOLEDO, Livia Gonsalves. **“Será que eu estou gostando de mulher?”: tecnologias de normalização e exclusão da dissidência erótica feminina no interior paulista**. Tese (Doutorado em psicologia). Assis: Universidade

Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Ciências e Letras, 2013, 435p.

TELEDRAMATURGIA. Jerônimo (1984). [Internet]. S.d. Disponível em: <http://teledramaturgia.com.br/jeronimo-1984/>. Acesso em: 02 nov2018.

TV RETRÔ. Televisão: A Pantera Cor-de-Rosa estreia no Tooncast. [Internet]. 21 maio 2014. Disponível em: <https://retrotv.com.br/noticias/televisao-a-pantera-cor-de-rosa-estrea-no-tooncast>. Acesso em: 18 out. 2018.

VANUSA; SÁ, Sérgio. **Mudanças**. Intérprete Vanusa. LP Viva Vanusa, RCA Victor, 1979.

VEJA. Revista. Morre Elke Maravilha, a extravagante Diva da TV Brasileira [Internet]. 16 ago. 2016. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/entretenimento/morre-elke-maravilha-a-extravagante-diva-da-tv-brasileira/>. Acesso em: 23 ago. 2018.

VELHO, Gilberto. Observando o familiar. In: Velho, Gilberto (Org.). **Individualismo e cultura**: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994, p. 123-132.

\_\_\_\_\_. Prefácio. Um trabalho pioneiro. In: GUIMARÃES, Carmen Dora. **O Homossexual visto por entendidos**. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2004.

VENSON, Anamaria Marcon; PEDRO, Joana Maria. Memórias como fonte de pesquisa em história e antropologia. **História Oral**. Rio de Janeiro. v. 15, n. 2, jul./dez. 2012. p. 125-138.

VERAS, Elias Ferreira. “O fenômeno Roberta Close” e as “sexualidades periféricas”. Florianópolis: **Esboços**, vol. 23, nº 35, set. 2016, p. 168-181.

VERÍSSIMO, Érico. **Incidente em Antares**. São Paulo: Círculo do Livro, 1975.

VETTORETTI, Amadio. **Estação da piedade**. Tubarão: Copiart, 2004. 172 p.

VICENT-BUFFAULT, Anne. **História das Lágrimas**: séculos XVIII-XIX. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, 314 p.

VETTORAZZO, Lucas. Santa Catarina é o Estado com menor percentual de pobreza do país. **Notícias do Dia**. Florianópolis, 15 dez. 2017. Disponível em: <https://ndonline.com.br/florianopolis/noticias/santa-catarina-e-o-estado-com-o-menor-percentual-de-pobreza-do-pais-diz-ibge>. Acesso em 13 fev. 2018.

WEEKS, Jeffrey. O corpo e a sexualidade. In: LOURO, Guacira Lopes (Org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2001. P. 35-82.

WELZER-LANG, Daniel. A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia. **Estudos Feministas**. Florianópolis, v. 9, nº 2, 2º semestre de 2001, p. 460-482.

WIRTH, Louis. O urbanismo como modo de vida. In: VELHO, Otávio Guilherme (Org.). **O fenômeno urbano**. Rio de Janeiro, 1967, p. 89-112.

WOLFF, Cristina Scheibe; SALDANHA, Rafael Araújo. Gênero, sexo, sexualidades. Categorias do debate contemporâneo. **Retratos da Escola**. Brasília, v.9, nº 16, jan./jun. 2015, p. 29-46.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Identidade e diferença**. A perspectiva dos Estudos Culturais. Petrópolis: Vozes, 2009. p. 7-72.

ZANELLA, Andréa Vieira. Reflexões sobre a escrita da pesquisa como tecnologia de (re)criação de si. **Informática na Educação**: teoria e prática. Porto Alegre, vol. 11, nº 1, jan./jun. 2008, p. 28-37.

\_\_\_\_\_; SAIS, Almir Pedro. Reflexões sobre o pesquisar em psicologia como processo de criação ético, estético e político. **Análises Psicológicas**. Porto Alegre, vol. 4, nº XXVI, 2008, p. 679-687.



## APÊNDICE A

Quadro 3 – Teses, dissertações e trabalhos de conclusão de curso do repositório institucional da UFSC.

<b>QUADRO 3 - TESES (T), DISSERTAÇÕES (D) E TRABALHOS DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC) – UFSC.</b>				
	Ano	Título	Autor(a) Orientador(a) Coorientador(a)	Área
D	1994	Orientação sexual masculina em uma comunidade pesqueira	Fernando Luiz Cardoso Prof. Dr. Dennis Werner	Antropologia Social
D	1988	Reis e rainhas do Desterro – Um estudo de caso.	Regina Maria Erdmann Prof. Dr. Gilberto Velho	Antropologia Social
D	2000	Amor sem vergonha trajetórias pessoais e vida conjugal entre gays e lésbicas na comunidade do Ratonés, Ilha de Santa Catarina: um estudo de caso.	Luiz Fernando Neves Córdova Prof. Dra. Maria Juracy Toneli Siqueira	Psicologia
D	2001	Eu, tu, elas: investigando os sentidos que mulheres lésbicas atribuem às relações sociais que elas estabelecem em um gueto GLS de Florianópolis.	Juliana Perucchi Prof. Dra. Maria Juracy Toneli Siqueira	Psicologia
D	2001	Encontros prazerosos: modos e estilos de vida de mulheres lésbicas em Florianópolis.	Rosane Maria de Godoy Prof. Dra. Mara Coelho de Souza Lago	Psicologia
D	2002	Pais assumidos: adoção e paternidade homossexual no Brasil contemporâneo.	Flávio Luiz Tarnovski Prof. Dra. Miriam Pillar Grossi	Antropologia Social
D	2003	Se manque: uma etnografia do carnaval no	Marcos Aurélio da Silva	Psicologia

		pedaço GLS da Ilha de Santa Catarina.	Prof. Dra. Sônia Weidner Maluf	
T	2005	Corpo vivido e gênero: a menopausa no homoerotismo feminino.	Nádia Terezinha Covolan Prof. Dra. Joana Maria Pedro Prof. Dra. Luzinete Simões Minella	Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas
TCC	2006	Homossexuais femininas: a luta pela conquista de direitos e a construção da identidade de gênero.	Márcia Iny de Souza Brocardo Prof. Dra. Teresa Kleba Lisboa	Serviço Social
T	2006	Trajетórias de homossexuais na Ilha de Santa Catarina: temporalidades e espaços.	Luiz Fernando Neves Córdova Prof. Dra. Mara Coelho de Souza Lago Prof. Dra. Sonia Weidner Maluf	Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas
T	2007	Conjugando amor e desejo: experiências masculinas do "assumir-se" homossexual.	Eduardo Steindorf Saraiva Prof. Dra. Miriam Pillar Grossi Prof. Dra. Mara Coelho de Souza Lago	Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas
D	2008	As diferenças na diferença: hierarquia e interseções de geração, gênero, classe, raça e corporalidade em bares e boates GLS de Florianópolis, SC.	Carlos Eduardo Henning Prof. Dra. Sônia Weidner Maluf Prof. Dra. Alicia González Castells	Antropologia Social
D	2010	Mulheres em movimento (s): estudo etnográfico sobre a inserção de feministas e lésbicas em movimentos sociais institucionalizados e	Anelise Fróes da Silva Prof. Dra. Miriam Pillar Grossi	Antropologia Social

		autônomos na cidade de Porto Alegre/RS.	Prof. Dra. Cornelia Eckert	
D	2012	Arco-Íris em disputa: a 'Parada da Diversidade' de Florianópolis, entre políticas, sujeitos e cidadanias.	Glauco Ferreira Rodrigues Prof. Dra. Sônia Weidner Maluf	Antropologia Social
T	2012	Unindo a cruz e o arco-íris: vivência religiosa, homossexualidades e trânsitos de gênero na Igreja da Comunidade Metropolitana de São Paulo.	Fátima Weiss de Jesus Prof. Dra. Miriam Pillar Grossi	Antropologia Social
D	2012	Modos de vida e processos de subjetivação na experiência de envelhecimento entre homens homossexuais na cidade de Florianópolis/SC.	Daniel Kerry dos Santos Prof. Dra. Mara Coelho de Souza Lago	Psicologia
T	2013	Jorge: empresário de fora, casado e versátil: homoerotismo no anonimato das viagens.	Ricardo Lanzarini Gomes Silva Prof. Dra. Carmen Silvia de Moraes Rial Prof. Dra. Margarita Nilda Barretto Angeli	Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas
D	2013	Nós já somos uma família, só faltam os filhos: maternidade lésbica e novas tecnologias reprodutivas no Brasil.	Anna Carolina Horstmann Amorim Prof. Dra. Miriam Pillar Grossi	Antropologia Social
D	2015	O armário na escola: regimes de visibilidade de professores lésbicas e gays.	Arthur Leonardo Costa Novo Prof. Dra. Miriam Pillar Grossi	Antropologia Social

TCC	2015	Desvairadas.	Beatriz Nedel Mendes de Aguiar Prof. Dra. Daisi Irmgard Vogel	Jornalismo
D	2015	"Quero poder existir": contornos da violência simbólica contra orientações sexuais não binárias entre universitários LGBT da Universidade Federal de Santa Catarina.	Marcelo Vieira Prof. Dr. Rodrigo Otávio Moretti-Pire	Saúde Coletiva
T	2016	Sexual/social 'borderlands': men's narratives of masculinity and same-sex desire in Brazil.	Fábio dos Santos Nascimento Prof. Dra. Débora de Carvalho Figueiredo	Inglês – Estudos Linguísticos e Literários
D	2016	Antropologia, diversidade sexual e educação: uma experiência etnográfica no ensino público da Bahia	Virgínia de Santana Cordolino Nunes Prof. Dr. Miriam Pillar Grossi Prof. Dra. Mareli Eliane Graupe	Antropologia Social
TCC	2016	O viadinho da escola: discursos sobre a homossexualidade masculina na escola.	Robson Rodrigo Pereira da Fonseca Prof. Dra. Miriam Pillar Grossi Prof. Ms. Melissa Barbieri Prof. Ms. Maurício Pereira Gomes	Especialização em Gênero e Diversidade na Escola
D	2017	Imigração e sexualidade: solicitantes de refúgio, refugiados e refugiadas	Vitor Lopes	Antropologia Social



por motivos de orientação sexual na cidade de São Paulo	Prof. Carmen Rial	Dra. Silvia
---	-------------------------	----------------

Fonte: Elaborado pelo autor com base na pesquisa realizada no repositório institucional da UFSC, disponível no endereço eletrônico: <<https://repositorio.ufsc.br/>>, consultado entre os dias 18 e 23 de dezembro 2017.



## APÊNDICE B

Quadro 4 – Teses e dissertações selecionadas a partir das palavras-chave “homossexuais” e “homossexual”.

<b>QUADRO 4 - TESES (T) E DISSERTAÇÕES (D) SELECIONADAS A PARTIR DAS PALAVRAS-CHAVE “HOMOSSEXUAIS” E “HOMOSSEXUAL”.</b>							
Nº		Ano	Título, (local do campo).	Autor(a) Orientador(a) e Coorientador(a)	Instituição e local	Área	
01	D	1994	Orientação Sexual Masculina numa Comunidade Pesqueira, (Governador Celso Ramos/SC).	Fernando Luiz Cardoso Prof. Dr. Dennis Wayne Werner	UFSC, Florianópolis/SC	Antropologia Social	
02	D	2004	Construindo a Diferença: a Intimidade Conjugal em Casais de Homens Homossexuais, (Ribeirão Preto/SP).	Murilo dos Santos Moscheta Prof. Dr. Manoel Antônio dos Santos	USP, Ribeirão Preto/SP	Psicologia	
03	T	2005	"Quem sou eu? Que lugar ocupo?" - Grupos Gays, Educação e a construção do Sujeito Homossexual, (Salvador/BA, São Paulo/SP e Campina Grande/PA).	Anderson Ferrari Prof. Dr. Joaquim Brasil Fontes Junior	Unicamp, Campinas/SP	Educação	
04	D	2006	Identidades Fragmentadas: Cultura e sociabilidades homoeróticas em Campina Grande, (Campina Grande/PB). <sup>204</sup>	Martinho Tota Filho Rocha de Araújo Prof. Dra. Marilda Aparecida de Menezes	UFPB, João Pessoa/PB	Sociologia	

<sup>204</sup> Dissertação indisponível *on-line*. Dados obtidos a partir de resumo disponibilizado por site da instituição de ensino. Endereço eletrônico <[http://ppges.sti.ufcg.edu.br/wp-content/uploads/2012/09/Resumo\\_2006\\_Martinho.pdf](http://ppges.sti.ufcg.edu.br/wp-content/uploads/2012/09/Resumo_2006_Martinho.pdf), acessado em 22 maio 2018.

05	D	2007	“A AIDS tá no babado”: concepções de risco e prevenção frente a epidemia do HIV/AIDS entre homossexuais da zona urbana de Senhor do Bomfim, (Senhor do Bomfim/BA).	José Hermógenes Moura da Costa Prof. Dr. Paulo César Borges Alves	UFBA, Salvador/BA	Ciências Sociais
06	D	2007	Homossexualidades e homosociabilidades: hierarquização e relações de poder homossexuais masculinos que frequentam dispositivos de sociabilização GLBT, (cidade no interior do Paraná).	Márcio Alessandro Neman do Nascimento Prof. Dr. Fernando Silva Teixeira Filho	Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Assis/SP	Psicologia
07	D	2008	Se ele é artelheiro, eu também quero sair do banco: um estudo sobre a coparentalidade homossexual, (cidade do interior do Rio de Janeiro). <sup>205</sup>	Alberto Carneiro B. de Souza Prof. Dra. Terezinha Féres Carneiro	PUC-RJ, Rio de Janeiro/RJ	Psicologia Clínica
08	T	2010	O homossexual respeitável: elaborações, impasses e modos de uma experiência subjetiva, (Pouso Alegre/MG).	Eduardo Moreira Assis Prof. Dra. Denise Bernuzzi de Sant’Anna	PUC-SP, São Paulo/SP	História
09	D	2011	Sim, quero ser pai! Significados da paternidade para	Evanildo Lopes Monteiro Prof. Dra. Adelma do	UFPA, Belém/PA	Psicologia

<sup>205</sup> Dissertação indisponível *on-line*. Dados obtidos a partir de resumo disponibilizado por site da instituição de ensino. Disponível em: [https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/11727/11727\\_1.PDF](https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/11727/11727_1.PDF). Acesso em: 22 maio 18.

			homossexuais de Ulianópolis/Pará, (Ulianópolis/PA). <sup>206</sup>	Socorro Gonçalves Pimentel		
10	D	2011	Performatividade: as Marcas da Educação na Alma de Corpos Estranhos, (São Borja/RS).	Ana Lúcia Paula da Conceição Prof. Noeli Valentina Weschenfelder	Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Ijuí/RS	Educação nas Ciências
11	D	2011	Violência Simbólica em Instituições Escolares: sua Repercussão na Formação do Habitus de Homossexuais Masculinos, (Maringá/PR).	Fabiana Aguiar de Castro Sena Prof. Dra. Eliane Rose Maio	Universidade Estadual de Maringá, Maringá/PR	Educação
12	T	2011	Das voltas que o mundo dá: Família e Homoparentalidade no Brasil Contemporâneo, (entre Campos de Goytacazes/RJ e Rio de Janeiro/RJ).	Daniela Bogado Bastos de Oliveira Prof. Dra. Marinete dos Santos Silva	Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Campos dos Goytacazes/RJ	Sociologia Política
13	D	2011	Um Corpo Estranho no Santuário: discursos institucionais e experiências de indivíduos homossexuais entre pentecostais, neopentecostais e carismáticos católicos, (Campina Grande/MG). <sup>207</sup>	Fabiana de Sousa Castelo Branco de Melo Silva Prof. Dr. Lemuel Dourado Guerra Sobrinho	UFMG, Campina Grande/SP	Ciências Sociais

<sup>206</sup> Trabalho completo não encontrado em pesquisa na internet. Dados obtidos em notícia do Diário do Para do dia 09.08.15, disponível no endereço eletrônico <http://m.diarioonline.com.br/noticias/para/noticia-340008-.html> acessado no dia 22.05.18.

<sup>207</sup> Dissertação não disponível na internet. Dados obtidos a partir de artigo científico resultante do trabalho de conclusão e que foi publicado pela autora (SILVA, 2012).

14	D	2011	Vivências Homoeróticas no Contemporâneo: a formação dos vínculos afetivos e o processo-desconstrução de uma identidade homossexual, (Uberlândia/MG).	Fernanda Alves de Araújo Prof. Dr. Caio César Souza Camargo Próchno	UFU, Uberlândia/MG	Psicologia
15	D	2014	Marcas do desejo: um estudo sobre os critérios de "raça" na seleção de parceiros em relações homoeróticas masculinas criadas online na cidade de São Carlos, (São Carlos/SP e Araraquara/SP).	Keith Diego Kurashige Prof. Dr. Richard Miskolci	UFSCar, São Carlos/SP	Sociologia
16	T	2014	Para além da juventude – “antropologia da experiência” e do “modo de vida gay” de homossexuais masculinos em processo de envelhecência da cidade de Soure, (Marajó/Pará) (Soure/PA).	Wladirson Ronny da Silva Cardoso Prof. Dr. Ernani Pinheiro Chaves	UFPA, Belém/PA	Antropologia
17	D	2014	No encaço do desejo: a homossexualidade em discursos – Chapecó/SC (1980-2010), (Chapecó/SC).	André Luiz Lorenzoni Prof. Dra. Gizele Zanotto	Fundação Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo/RS	História
18	T	2014	Entre ditos e não ditos: a marcação social de diferenças de gênero e	Vagner Matias do Prado	Universidade Estadual Paulista Júlio de	Educação

			sexualidade por intermédio das práticas escolares da Educação Física, (Presidente Prudente/SP).	Prof. Arilda Miranda Ribeiro	Dra. Inês	Mesquita Filho, Presidente Prudente/SP	
19	D	2014	Os sentidos produzidos sobre psicoterapia a partir da experiência gay, (Uberlândia/MG).	Guilherme Bessa Ferreira Pereira	Prof. Dr. Emerson Fernando Rasera	UFU, Uberlândia/MG	Psicologia
20	D	2014	Eu acho que a minha identidade de professora é homossexual: narrativas e experiências de professor@S homossexuais, (Juiz de Fora/MG).	Filipe Gabriel Ribeiro Franca	Prof. Dr. Anderson Ferrari	UFJF, Juiz de Fora/MG	Educação
21	D	2015	Gênero, Sexualidade e Educação: Histórias de Homossexuais e seus discursos sobre os movimentos sociais, (Maringá/PR e Santo André/SP).	Carla Adriana Menegotto	Prof. Dra. Andrea Paula dos Santos Oliveira Kamensky	UFABC, Santo André/SP	Ensino e História das Ciências e da Matemática
22	T	2015	Batalha de Confete no "Mar de Xarayés": condutas homossexuais, envelhecimento e regimes de visibilidade, (Ladário/MS e Corumbá/MS).	Guilherme Rodrigues Passamani	Prof. Dra. Guita Grin Debert	Unicamp, Campinas/SP	Ciências Sociais
23	D	2015	Homossexualidade e velhice: Os processos de subjetividade da sexualidade em homossexuais idosos,	Alex Eduardo Lemos	Prof. Dr. Fábio Tadeu Reina	Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Araraquara/SP	Educação Sexual

			(cidade do interior de São Paulo).				
24	D	2016	Do Quiosque ao Pub: Homossociabilidade e Identidade Gay em Campos dos Goytacazes (RJ), (Campos de Goytacazes/RJ).	Rafael Mendes Oliveira Prof. Joseane Souza	Simões Dra. de Souza	Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Campos dos Goytacazes/RJ	Sociologia
25	D	2016	Pais e filhos em arranjos familiares homoafetivos: a perspectiva de homens homossexuais e de seus/suas filhos(as), (cidades do interior de São Paulo).	Yurin de Santos Prof. Manoel Antônio Santos	Garcez Souza Dr. dos	USP, Ribeirão Preto/SP	Psicologia

Fonte: Elaborado pelo autor com base em pesquisa realizada no Catálogo de Teses e Dissertações da Capes, disponível no endereço eletrônico <<https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#/>>, consultado ao longo de todo o mês de outubro de 2017.



## APÊNDICE C

Quadro 5 – Teses e dissertações pinçadas a partir das buscas com as palavras-chave “gays” e “gay”.

<b>QUADRO 5 - TESES (T) E DISSERTAÇÕES (D) PINÇADAS A PARTIR DAS BUSCAS COM AS PALAVRAS-CHAVE “GAYS” E “GAY”.</b>						
Nº		Ano	Título, (local do campo).	Autor(a) Orientador(a) Coorientador(a)	Instituição e local	Área
26	D	2008	Pelo Sentido da Vista: um Olhar Gay na Escola, (Pelotas/RS).	Aline Ferraz da Silva Prof. Dr. Jarbas Santos Vieira	UFPAL, Pelotas/RS	Educação
27	D	2013	Curtições, Amizades e Injúrias: as expressões de gêneros, sociabilidades, afetos e sexualidades entre garotos adolescentes do interior paulista em uma cidade de pequeno porte, (cidade do interior de São Paulo/SP).	Renato Cezar Silvério Júnior Prof. Dr. Wiliam Siqueira Peres	Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Assis/SP	Psicologia
28	T	2014	Lésbicas e Professoras: Modos de Viver o Gênero na Docência, (Pelotas/RS e Porto Alegre/RS).	Patrícia Daniela Maciel Prof. Dra. Maria Manuela Alves Garcia	UFPEL, Pelotas/RS	Educação
29	D	2016	Espaço, Interseccionalidades e Vivência Cotidiana Gay na Cidade de Ponta Grossa, Paraná, (Ponta Grossa/PR).	William Hanke Orientador: Prof. Dr. Márcio José Ornat e Prof. Dra. Maria Rodó-de-Zárete	Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa/PR	Geografia
30	T	2017	O Diabo em Forma de Gente: (R)Existências de Gays Afeminados,	Megg Rayara Gomes de Oliveira	UFPR, Curitiba/PR	Educação

Viados e Bichas Pretas na Educação, (Rio de Janeiro (RJ), São José dos Pinhais (PR), Curitiba/PR e Maringá/PR).	Prof. Dra. Maria Rita de Assis César
---	--

Fonte: Elaborado pelo autor com base em pesquisa realizada no Catálogo de Teses e Dissertações da Capes, disponível no endereço eletrônico <[https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#!/>](https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#!/), consultado ao de todo o mês de outubro de 2017.

## APÊNDICE D

Quadro 6 – Teses e dissertações selecionadas sob as categorias “lésbicas” e “lésbica”.

TESES (T) E DISSERTAÇÕES (D) SELECIONADAS SOB AS CATEGORIAS “LÉSBICAS” E “LÉSBICA”.						
Nº		Ano	Título	Autor(a) Orientador(a) Coorientador(a)	Instituição	Área
31	T	2005	Necessidade de filhos: maternidade, família e (homo)sexualidade (Campinas/SP e no Canadá).	Érica Renata de Souza Prof. Dra. Mariza Correa	Unicamp, Campinas/SP	Antropologia
32	D	2008	Estigmas e estereótipos sobre as lesbianidades e suas influências nas narrativas de histórias de vida de lésbicas residentes em uma cidade do interior paulista, (Assis/SP).	Lívia Gonsalves Toledo Prof. Dr. Fernando Silva Teixeira Filho	Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Assis/SP	Psicologia
33	D	2009	Entre Elas: Cartografias dos devires amorosos, (cidade no interior de São Paulo/SP).	Marli Machado de Lima Prof. Dr. William Siqueira Peres	Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Assis/SP	Psicologia
34	D	2009	A diversidade entra na escola: histórias de professores e professoras que transitam pelas fronteiras da sexualidade e do gênero, (Uberlândia/MG).	Neil Franco Pereira Almeida Prof. Dra. Maria Veranilda Soares Mora	UFU, Uberlândia/MG	Educação
35	D	2013	A Festa da Diversidade em Cruz Alta-RS	Leandro Rosa Dal Forno	UFSM, Santa Maria/RS	Geografia

			como Território de Exercício da Sexualidade LGBT e de seu Reconhecimento Social, (Cruz Alta/RS).	Prof. Dr. Benhur Pinos da Costa		
36	T	2013	“Será que eu estou gostando de mulher?”: tecnologias de normalização e exclusão da dissidência erótica feminina no interior paulista, (cidade do interior paulista).	Lívia Gonsalves Toledo Prof. Dr. Fernando Silva Teixeira Filho	Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Assis/SP	Psicologia
37	D	2015	Fronteiras da política: relações e disputas no campo do movimento LGBT em Campinas (1995-2013), (Campinas/SP).	Vinícius Pedro Correia Zanoli Prof. Dr.	Unicamp, Campinas/SP	Antropologia Social
38	D	2016	Cidade, Gênero e Territorialidades LGBT em Uberlândia, MG, (Uberlândia/MG).	Bruno de Freitas Prof. Dra. Beatriz Ribeiro Soares	UFU, Uberlândia/MG	Geografia

Fonte: Elaborado pelo autor com base em pesquisa realizada no Catálogo de Teses e Dissertações da Capes, disponível no endereço eletrônico <[https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#!/>](https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#!/), consultado ao de todo o mês de outubro de 2017.

## APÊNDICE E

Quadro 7 – Teses e dissertações selecionadas palavras-chave: “homoerotismo” e “homoerótico”.

<b>TESES (T) E DISSERTAÇÕES (D) SELECIONADAS PALAVRAS-CHAVE: “HOMOEROTISMO” E “HOMOERÓTICO”.</b>						
Nº		Ano	Título	Autor(a) Orientador(a) Coorientador(a)	Instituição	Área
39	D	2006	A Única Coisa que nos Une é o Desejo: produção de si e sujeitos do desejo na vivência do homossexualismo em Campina Grande-PB, (Campina Grande-PB).	Kyara Maria de Almeida Vieira Prof. Dr. Durval Muniz de Albuquerque Júnior	UFPB, João Pessoa-PB	Ciências Sociais
40	D	2008	Na pegação: encontros homoeróticos masculinos em Juiz de Fora, (Juiz de Fora, MG).	Verlan Valle Gaspar Neto Prof. Dr. Ovídio de Abreu Filho	UFF, Niterói/RJ	Antropologia
41	T	2013	Identidade sexual de mulheres que se relacionam com mulheres em Ilhéus e Itabuna-BA, (Ilhéus/BA e Itabuna-BA).	Lorena Rodrigues Tavares de Freitas Prof. Dr. Sérgio de Azevedo	Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Campos dos Goitacazes/RJ	Sociologia Política
42	D	2015	O segredo é a alma do negócio: mídias digitais móveis e a gestão da visibilidade do desejo homoerótico entre homens na região de São Carlos, (São Carlos).	Felipe André Padilha Prof. Dr. Richard Miskolci	UFSCar, São Carlos/SP	Sociologia

Fonte: Elaborado pelo autor com base em pesquisa realizada no Catálogo de Teses e Dissertações da Capes, disponível no endereço eletrônico <[https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#!/>](https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#!/), consultado ao de todo o mês de outubro de 2017.

## APÊNDICE F

Tabela 1 – Dados sociais e demográficos de Gaspar – SC.

GASPAR							
POPULAÇÃO	SITUAÇÃO DOMICILIAR	SEXO	RAÇA	RELIGIÃO	NÍVEL INSTRUÇÃO (10 anos ou + de idade)	RENDIMENTO DOMICILIAR <sup>208</sup>	
					50.253 Pessoas	17.920 domicílios	
57.981	47.126 (urbana) (81,28%) 10.855 (rural) (18,72%)	29.303 (fem.) (51,55%) 28.678 (masc.) (48,45%)	51.089 (branca) (88,11%)	44.201 (católica ap. romana) (76,23%)	24.359 (sem instrução e fundamental incompleto) (48,47%)	70 (1/2 SM) (0,39%)	
			5.555 (parda) (9,58%)	11.277 evangélicas <sup>209</sup> (19,45%)	11.803 (fundamental comp. e médio incompleto) (23,49%)	509 (+ de ½ a 1 SM) (2,84%)	
			1.020 (preta) (1,76%)	1.459 (outras religiões) (2,52%)	10.149 (médio completo e superior incompleto) (20,20%)	1.493 (+ de 1 SM a 2 SM) (8,33%)	
			211 (amarela) (0,36%)	977 (sem religião) (1,68%)	3.638 (superior completo) (7,24%)	6.791 (+ de 2 SM a 5 SM) (37,90%)	
			105 (indígena) (0,18%)	67 (não determinada e múltiplo pertenc.) (0,12%)	305 (não determinado) (0,61%)	6.200 (+ de 5 a 10 SM) (34,59%)	
							1.469 (+ de 10 a 20 SM) (8,20%)
							355 (+ de 20 SM) (1,98%)
					1.034 (sem rendimento) (5,77%)		

Fonte: Elaborado pelo autor com base no Censo Demográfico IBGE 2010. Dados obtidos das plataformas IBGE Cidades e Sidra – Sistema IBGE de Recuperação Automática.

<sup>208</sup> Domicílios particulares permanentes – nominal mensal. A categoria sem rendimento inclui os domicílios com rendimento somente em benefícios previdenciário e social. O salário mínimo de referência adotado foi de R\$ 510,00.

<sup>209</sup> Inclusive presbiterianas e luteranas.





## APÊNDICE G

Tabela 2 – Dados sociais e demográficos de Tubarão – SC.

TUBARÃO							
POPULAÇÃO	SITUAÇÃO DOMICILIAR	SEXO	RAÇA (população residente)	RELIGIÃO	NÍVEL INSTRUÇÃO (10 anos ou + de idade)	RENDIMENTO DOMICILIAR <sup>210</sup>	
					86.018 pessoas	32.460 domicílios	
97.235 (Censo 2010)	88.094 (urbana) (90,6%) 9.141 (rural) (9,4%)	50.121 (fem.) (51,55%) 47.114 (masc.) (48,45%)	88.055 (branca) (90,56%)	75.224 (católica apostólica romana) (77,36%)	33.932 (sem instrução e fundamental incompleto) (39,45%)	177 (1/2 SM) (0,55%)	
			4.965 (parda) (5,11%)	16.522 evangélicas <sup>211</sup> (16,99%)	18.135 (fundamental completo e médio incompleto) (21,08%)	1.506 (+ de ½ a 1 SM) (4,64%)	
			3.894 (preta) (4%)	3.611 (outras religiões) (3,72%)	23.684 (médio completo e superior incompleto) (27,53%)	4.135 (+ de 1 SM a 2 SM) (12,74%)	
			196 (amarela) (0,20%)	1.878 (sem religião) (1,93%)	9.943 (superior completo) (11,56%)	13.459 (+ de 2 SM a 5 SM) (41,46%)	
			126 (indígena) (0,13%)	81 (outras, não determinado e múltiplo pertencimento) (0,08%)	325 (não determinado) (0,38%)	8.302 (+ de 5 a 10 SM) (25,57%)	
							2.974 (+ de 10 a 20 SM) (9,16%)
							1.148 (+ de 20 SM) (3,54%)
				760 (sem rendimento) (2,34%)			

Fonte: Elaborado pelo autor com base no Censo Demográfico IBGE 2010. Dados obtidos nas plataformas IBGE Cidades e Sidra – Sistema IBGE de Recuperação Automática.

<sup>210</sup> Domicílios particulares permanentes – nominal mensal. A categoria sem rendimento inclui os domicílios com rendimento somente em benefícios previdenciário e social. O salário mínimo de referência adotado foi de R\$ 510,00.

<sup>211</sup> Inclusive presbiterianas e luteranas.



## APÊNDICE H

Tabela 3 – Dados sociais e demográficos de Imbituba – SC.

IMBITUBA						
POPULAÇÃO	SITUAÇÃO DOMICILIAR	SEXO	RAÇA	RELIGIÃO	NÍVEL INSTRUÇÃO (10 anos ou + de idade)	RENDIMENTO DOMICILIAR <sup>212</sup>
					35.079 pessoas	13.164 domicílios
40.170 (Censo 2010)	40.170 (urbana) (100%) (rural) (0%)	20.365 (fem.) (50,7%) 19.805 (masc.) (49,3%)	37.395 (branca) (93,09%)	28.554 (católica ap.) (71,08%)	15.852 (sem instrução e fundamental incompleto) (45,19%)	146 (1/2 SM) (1,11%)
			1.524 (parda) (3,79%)	7.101 evangélicas <sup>213</sup> (17,68%)	7.616 (fundamental completo e médio incompleto) (21,71%)	1.085 (mais de 1/2 a 1 SM) (8,24%)
			1.075 (preta) (2,68%)	2.213 (outras religiões) (5,51%)	8.622 (médio completo e superior incompleto) (24,58%)	2.604 (mais de 1 SM a 2 SM) (19,78%)
			162 (amarela) (0,40%)	2.302 (sem religião) (5,73%)	2.902 (superior completo) (8,27%)	5.506 (+ de 2 SM a 5 SM) (41,82%)
			15 (indígena) (0,04%)	0 (não determinada e múltiplo pertencimento) (0%)	86 (não determinado) (0,25%)	2.720 (+ de 5 a 10 SM) (20,66%)
						670 (+ de 10 a 20 SM) (5,09%)
						229 (+ de 20 SM) (1,74%)
			205 (sem rendimento) (1,55%)			

Fonte: Elaborado pelo autor com base no Censo Demográfico IBGE 2010. Dados obtidos nas plataformas IBGE Cidades e Sidra – Sistema IBGE de Recuperação Automática.

<sup>212</sup> Domicílios particulares permanentes – nominal mensal. A categoria sem rendimento inclui os domicílios com rendimento somente em benefícios previdenciário e social e o salário mínimo de referência adotado foi de R\$ 510,00.

<sup>213</sup> Inclusive presbiterianas e luteranas.